

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

DARDO LORENZO BORNIA JUNIOR

**AMAR É VERBO, NÃO PRONOME POSSESSIVO
ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES NÃO-MONOGÂMICAS NO SUL DO BRASIL**

Tese de Doutorado

**Porto Alegre
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

DARDO LORENZO BORNIA JUNIOR

**AMAR É VERBO, NÃO PRONOME POSSESSIVO
ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES NÃO-MONOGÂMICAS NO SUL DO BRASIL**

Tese de Doutorado

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS como requisito para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Riva Knauth

Porto Alegre
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**AMAR É VERBO, NÃO PRONOME POSSESSIVO
ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES NÃO-MONOGÂMICAS NO SUL DO BRASIL**

DARDO LORENZO BORNIA JUNIOR

Tese de Doutorado em Antropologia Social

Banca examinadora:

Profª. Dra. Daniela Riva Knauth (PPGAS-UFRGS)
(Orientadora)

Profª. Dra. Paula Sandrine Machado (PPGAS-UFRGS)
(Co-orientadora)

Profª. Dra. Fabíola Rohden (PPGAS-UFRGS)
(Membro)

Prof. Dr. Fernando Seffner (PPGEDU-UFRGS)
(Membro)

Profª. Dra. Zulmira Newlands Borges (PPGCS-UFSM)
(Membro)

CIP - Catalogação na Publicação

Bornia Jr, Dardo Lorenzo

Amar é verbo, não pronome possessivo: etnografia das relações não-monogâmicas no Sul do Brasil / Dardo Lorenzo Bornia Jr. -- 2018.

233 f.

Orientadora: Daniela Riva Knauth.

Coorientador: Paula Sandrine Machado.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Gênero e Sexualidade. 2. Não-monogamia. 3. Relacionamento. 4. Interseccionalidades. 5. Sujeito. I. Knauth, Daniela Riva, orient. II. Machado, Paula Sandrine, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, que sempre soube ser força e ternura, mesmo nos anos mais difíceis, pelo amor, apoio e confiança em mim.

Ao Marcelo, meu irmão, pelo carinho e apoio, em especial nos momentos mais difíceis desse trabalho.

Ao meu pai, por acreditar em mim.

Ao meu irmão Eduardo, *in memoriam*.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS) campus Rio Grande, que me possibilitou fazer quase todo o doutorado em regime de afastamento integral, o que contribuiu para o êxito desse trabalho, bem como aos colegas e estudantes dessa instituição.

Às políticas de valorização da educação pública, atualmente alvo de ataques e cortes orçamentários.

Aos meus ex-professores e ex-alunos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Daniela Riva Knauth, pelas contribuições, paciência e apoio.

À minha co-orientadora Profa. Dra. Paula Sandrine Machado e aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), pelas valiosas contribuições.

Aos professores Dra. Fabíola Rohden, Dr. Fernando Seffner e Dra. Zulmira Newlands Borges por fazerem parte dessa banca, contribuindo para o encerramento desse ciclo.

Aos meus colegas do Doutorado em Antropologia Social, em especial a Lília e ao Juan Pablo.

A Carolina e a Sandra, pelo apoio na transcrição de entrevistas e, à primeira, também pelas inúmeras conversas e sugestões.

Aos amigos do teatro, que foi muito importante na minha trajetória no decorrer desse trabalho, em especial a Luli.

Aos amigos da vida. Valeu Carlos, Caio, Stella (Marie).

A Aline, por ter me acompanhado durante boa parte desse percurso.

Ao Bruno.

A Heloise.

Aos sujeitos não-monogâmicos que conheci durante a pesquisa, que me auxiliaram e ensinaram muito, pelas trocas, carinho, apoio e curiosidade em relação ao resultado final do trabalho, em especial a Regina.

Aos sujeitos não adequados às normas e que lutam por respeito, reconhecimento e valorização social e política.

Por fim, a todos e todas que contribuíram de alguma forma em minha vida e para a realização desse trabalho.

Muito obrigado!

*“É preciso ter o caos dentro de si para dar à luz
uma estrela cintilante”.*

Friedrich Nietzsche.

RESUMO

Amar é verbo, não pronome possessivo Etnografia das relações não-monogâmicas no sul do Brasil

Este trabalho é o resultado de uma etnografia sobre relações não-monogâmicas no sul do Brasil. Termo “guarda-chuva”, não-monogamia designa uma série de grupos e práticas que se opõem à *mononormatividade*, ou seja, ao regime familiar, afetivo e sexual monogâmico, centrado no casal heterossexual e no amor romântico. Desde o final dos anos 80 e começo dos 90, com a emergência do poliamor nos Estados Unidos, houve uma difusão de grupos afins em vários países, reivindicando identidades políticas e defendendo moralidades e práticas não-monogâmicas. No Brasil, os grupos de poliamoristas aparecem a partir dos anos 2000. Na mesma década, surge a rede de relações livres, com atuação marcante no sul do país. De 2014 a 2018, acompanhei não-monogâmicos de Porto Alegre e região, observando atividades das relações livres e grupos não-monogâmicos em redes sociais, participando de encontros, festas e viagens e seguindo a rotina de vários interlocutores. Além disso, fiz vinte entrevistas, em que resgato as trajetórias afetivas e sexuais dessas pessoas, na intenção de captar a dimensão diacrônica de suas vivências. Desenvolvo a análise do campo em três capítulos: o primeiro, de trajetórias de três interlocutores; o segundo, de experiências não-monogâmicas comumente acionadas no meio como categorias importantes; e o terceiro, de (as)simetrias nas relações com base nos marcadores sociais da diferença. Assim, analiso a construção dos sujeitos não-monogâmicos e de seus relacionamentos, considerando os seus desejos, afetos e moralidades, perpassados por acordos, tensões, negociações, expectativas, perspectivas e transformações. Para tanto, trabalho com as noções teóricas de experiência e diferença, em uma perspectiva de interseccionalidades, ou seja, de articulação de categorias/marcadores sociais da diferença na produção das relações. Ademais, trabalho com uma concepção discursiva de sujeito, que não essencializa a pessoa não-monogâmica, mas a trata como construção histórica e contingente, resultado de matrizes/dispositivos de poder de gênero e sexualidade. Visando avançar nessa questão, em todo caso, proponho uma discussão sobre agenciamento, analisando as relações e as conseqüentes possibilidades de agenciamento dos sujeitos, contingentes e limitadas, mas viabilizadas nas margens e brechas dos dispositivos de poder.

Palavras-chave: Antropologia; Gênero e Sexualidade; Não-Monogamia; Relacionamentos; Sul do Brasil; Interseccionalidades; Sujeito.

ABSTRACT

Love is a verb, not a possessive pronoun Ethnography about non-monogamous relationships in the southern Brazil

This thesis is the result of an ethnography about non-monogamous relationships in the Southern Brazil. Non-monogamy is an umbrella term for a lot of groups and practices that are opposed to *mononormativity*, which means the familiar, emotional, and sexual monogamous system, centered on heterosexual couple and romantic love. Since the end of the 80s and the beginning of the 90s, after the emergency of polyamory in the US, many similar groups rise all around the world, fighting for political identities, and requiring non-monogamous moralities and practices. In Brazil, the first polyamory groups started in the 2000s. At the same decade, the *free relationships network* was created. It is strong especially in the Southern Brazil. From 2014 to 2018, I have followed non-monogamous people in Porto Alegre and smaller cities nearby, watching *free relationships network* activities, and non-monogamous groups in social medias. I also went to meetings, parties, and trips, following a lot of people everyday lives. Besides, I interviewed twenty people, in order to bring their affective and sexual trajectories, because I wanted to catch their ancient experiences. I do analyze my research field in three chapters: the first one is about three non-monogamous people trajectories; in the second one I talk about the common non-monogamous experiences, seen as important by my interviewees; and finally the third one is on relationship asymmetries based on social markers of difference. Therefore, I analyze the construction of non-monogamous subjects and their relationships, considering their desires, emotions, and moralities, which are composed of agreements, deals, tensions, expectations, perspectives and changes. In this analysis, I work with theoretical concepts of experience and difference, thinking from an intersectional view about social relations. Otherwise, I work with a discursive and not essentialized conception of subjects that conceive them as historical constructions, produced by a regulatory matrix of gender and sexuality. In order to advance at this point, I suggest a discussion about agency, analyzing relationships and the respective conditions for people agency, which is contingent and limited, but possible in the margins of the matrices of power.

Key-words: Anthropology; Gender and Sexuality; Non-Monogamy; Relationships; Southern Brazil; Intersectionalities; Subject.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Grupo POLIAMOR do Facebook (p.58).
- Figura 2:** Grupo Relações Livres – RS do Facebook (p.58).
- Figura 3:** Blog Amar e Permanecer Livre (p.59).
- Figura 4:** Perfil do WhatsApp do grupo Amigos Não Mono RS (p.60).
- Figura 5:** Perfil do WhatsApp do grupo POLIAMOR, RLI E DIVERSIDADE (p.61).
- Figura 6:** Faixa da Rede de Relações Livres (p.67).
- Figura 7:** Folder do bate-papo na FADERGS (p.68).
- Figura 8:** Foto de roda de conversa RLi (p.72).
- Figura 9:** Foto da prainha da Colina do Sol (p.76).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. VEREDAS ETNOGRÁFICAS	20
2.1 Primeiros passos: esboçando um tema de pesquisa.....	22
2.2 Tecendo o campo das relações não-monogâmicas.....	23
2.3 Encontro etnográfico	28
2.4 Entrevistas.....	38
3. POLIAMOR, RELAÇÕES LIVRES E OUTRAS NÃO-MONOGAMIAS.....	44
3.1 Poliamor.....	47
3.2 Relações livres.....	49
3.3 Outras formas de não-monogamia.....	51
3.4 Não-monogâmias nas redes sociais	54
3.5 Feminismo e cenário político	61
3.6 Experiências de campo na rede de relações livres	64
3.6.1 Reuniões do RLi	64
3.6.2 Ano novo	72
3.6.3 Festa junina.....	76
4. PENSANDO AS SUBJETIVIDADES NÃO-MONOGÂMICAS	79
4.1 Sexualidade e sujeito	79
4.2 Tensionando a monogamia: transformações na conjugalidade e na intimidade	82
4.3 Gênero e interseccionalidades.....	87
4.4 Para além do assujeitamento	93
5. SUJEITOS EM PERSPECTIVA: TRÊS TRAJETÓRIAS NÃO-MONOGÂMICAS	101
5.1 Marcos	103
5.2 Viviane.....	112
5.3 Sônia	132
6. EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA: MORALIDADES, DESEJOS E AFETOS.....	146
6.1 Inquietações não-monogâmicas	146
6.1.1 Tesão e amores não-exclusivos	146

6.1.2	Anseios por liberdade.....	148
6.1.3	Influências	150
6.2	Construindo relações não-monogâmicas	152
6.2.1	Identidades.....	152
6.2.2	Acordos	154
6.2.3	Responsabilidade afetiva	159
6.2.4	Ciúmes	162
6.3	Vivendo em um mundo monogâmico	166
6.3.1	Família, trabalho e amigos	166
6.3.2	Parceiros.....	170
6.4	Para além da não-monogamia	172
6.4.1	Ser ou estar não-monogâmico	172
6.4.2	Perspectivas futuras	174
6.5	Sexualidades não-monogâmicas	177
6.5.1	Tesão não-monogâmico	177
6.5.2	Práticas sexuais.....	180
6.5.3	Heteronormatividade e masculinidades	183
6.5.4	Bissexualidade e homoerotismos.....	186
7.	SUJEITOS (AS)SIMÉTRICOS.....	191
7.1	Gênero e cisheteronormatividade	191
7.2	Classe, escolaridade e raça	199
7.3	Geração	207
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
	REFERÊNCIAS.....	222
	APÊNDICE	233

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma etnografia de aproximadamente quatro anos com sujeitos que se *identificam com e têm* ou *tiveram* relações não-monogâmicas em Porto Alegre e arredores¹. A não-monogamia é um *guarda-chuva* conceitual referente a um conjunto de práticas, valores, moralidades e formas de experimentação das relações afetivas e sexuais que se contrapõem à mononormatividade, tais como poliamor, relações livres, relacionamento e casamento aberto e até mesmo o *swing*. Com efeito, a partir do surgimento do poliamor nos Estados Unidos, entre o final dos anos 80 e o início dos 90, e de sua difusão nos países anglo-saxônicos e, depois, em outros países do mundo, emergiram vários grupos com o objetivo de reivindicar identidades não-monogâmicas, lutando pela visibilidade política desse tema. No Brasil, os primeiros grupos de poliamoristas começaram a se organizar a partir dos anos 2000. Na mesma década, foi criada a rede de relações livres (RLi), presente predominantemente no sul do país (CARDOSO, 2010; BARBOSA, 2015; PILÃO, 2017).

A investigação começou em 2014 e perdurou até o início de 2018, mas não se deu de forma linear. O interesse pelo assunto surgiu da minha aproximação com o meio *swinger* de Rio Grande, município do sul do Rio Grande do Sul, em 2012. Através de amigos, conheci alguns adeptos das relações livres, que me falaram a respeito dessa forma de não-monogamia. Quando entrei no doutorado, comecei a acompanhar as atividades da rede e a frequentar as rodas de conversa para novos amigos em Porto Alegre, destinadas a atrair interessados e a dar suporte emocional para não-monogâmicos com problemas em seus relacionamentos. Em 2015, no entanto, a rede sofreu um racha, devido a disputas internas, e parou de fazer eventos abertos. Em razão disso, passei a acompanhar grupos não-monogâmicos nas redes sociais, observando suas postagens, discussões e articulações políticas, mas segui acompanhando de perto alguns sujeitos que conhecera no início da investigação. Em 2017, a rede RLi voltou a realizar suas atividades. Nesse período, fiz vinte entrevistas com pessoas ligadas ao grupo e/ou a outras formas de não-monogamia. Continuei fazendo observações e acompanhando as

¹ Porto Alegre é a segunda maior cidade da Região Sul e maior cidade do Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil. A população da cidade, em 2018, é estimada em 1,5 milhões de habitantes, mas, incluindo-se a população de sua área metropolitana, atinge aproximadamente 4,3 milhões de pessoas (IBGE, 2018).

redes sociais até o início de 2018, quando encerrei essa fase do trabalho. Até hoje, entretanto, mantenho contato com alguns interlocutores e sigo atento ao que ocorre no campo.

Em 2017, fui incluído em grupos de *WhatsApp* de não-monogâmicos do Rio Grande do Sul, a convite de uma entrevistada. Até então, a principal rede social de comunicação desses sujeitos era o *Facebook*. Os grupos de *WhatsApp* são recentes e surgiram no intento de estreitar relações, uma vez que veiculam conteúdos íntimos, que não podem ser postados em ambientes públicos, e facilitam a conversa direta entre os participantes. Um desses grupos, intitulado *Amigos Não-Mono RS*, tem no perfil a fotografia de um cartaz, colado em um muro, com os desenhos de um coração humano, um garfo e uma faca, embaixo da seguinte frase, escrita em letras grandes: *amar é verbo, não pronome possessivo – descolonize seus afetos* (ver figura 4).

Escolhi a primeira parte dessa frase como título da tese, visto que a considero forte e expressiva do espírito do campo, sintetizando as inquietações das pessoas com quem convivi nos últimos anos, que vêem o sentimento de posse, também conhecido como *possessividade*, como um dos principais problemas da monogamia e um grande desafio ou entrave afetivo para a construção de relacionamentos não-monogâmicos saudáveis e equilibrados. Deixei de fora do título, propositalmente, a segunda parte, imperativa, pois considero que a discussão sobre “descolonização de afetos”, embora seja importante para alguns, não é assim tão relevante entre meus interlocutores, como explico no decorrer do trabalho.

A etnografia é composta por observações e participação em atividades presenciais, observação de redes sociais, entrevistas e algumas viagens. Inicialmente, pretendia fazer um estudo com abrangência nacional, mas optei por concentrar o trabalho no Rio Grande do Sul, por razões práticas, a fim de garantir a consistência do campo, tecendo uma rede de relações entre pessoas próximas. A rigor, todos os meus interlocutores têm algum tipo de relação, seja afetiva ou sexual, seja de amizade. Comecei as entrevistas a partir dos meus contatos no RLi e as expandi, encontrando sujeitos com outras vivências não-monogâmicas. No título, apresento o trabalho como etnografia das relações não-monogâmicas no Sul do Brasil, pois notei que a rede de relações livres é muito influente na região, embora não tenha feito observações em Santa Catarina e no Paraná. No resto do país, é mais comum encontrar pessoas identificadas com a categoria de poliamor, que parece abarcar grande parte dos grupos nacionais. Nesse sentido, meu trabalho diverge de outras pesquisas brasileiras sobre o tema, pois é focado mais em adeptos de relações livres (e abertas), enquanto tais pesquisas abordam principalmente os poliamoristas.

É preciso ressaltar, em todo caso, que trabalho com as pessoas e suas relações não-monogâmicas, e não com uma identidade ou grupo específico. Como mostro na sequência do trabalho, a vivência da não-monogamia acontece de múltiplas formas e é comum encontrar sujeitos com experiências diversas, oscilando entre identidades não-monogâmicas de acordo com o momento e as contingências e acordos estabelecidos nos relacionamentos. Ademais, tais sujeitos se relacionam conforme interesses, desejos e afinidades pessoais, e não em uma rede homogênea, seguindo alinhamentos identitários estritos. Assim, embora tenha partido dos adeptos das relações livres, acabei me aproximando de outros sujeitos e experiências, através deles, como casais com relacionamentos abertos, praticantes de *swing* e até mesmo alguns poliamoristas.

Para analisar as relações e experiências não-monogâmicas, considero que os sujeitos são formados sob/sobre tramas e matrizes de poder, mas também que têm potencial agentivo. Com efeito, analiso o campo a partir de seus contextos e contingências, com o cuidado de não obliterar as complexidades características das trajetórias e relações das pessoas, evitando, assim, incorrer em explicações simplistas, essencializadas e binárias. Com isso, não pretendo identificar o assujeitamento ou a transgressão dos sujeitos, pura e simplesmente. Antes, busco localizar e demonstrar seus múltiplos agenciamentos na produção da experiência, constituídos por tensões, continuidades, rupturas, normalizações, recitações, desvios, etc (SCOTT, 1999, BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

Para tanto, parto de duas abordagens teóricas principais: de um lado, a discussão sobre o *assujeitamento das pessoas a normas e matrizes de poder* de gênero e sexualidade e sua *potência e capacidade agentiva* para resistir, performar e fissurar tais dispositivos (BUTLER, 1999; 2003; CARDOSO, 2010) em contextos específicos e segundo experiências localizadas e contingentes (SCOTT, 1999), e, de outro, o debate a respeito das *interseccionalidades* e das *(as)simetrias* nas relações a partir dos *marcadores da diferença social* (PISCITELLI, 2008), articulando as categorias e/ou marcadores constituintes dos sujeitos para analisar as relações sociais, com base em múltiplos registros da diferença e da desigualdade (BRAH, 2006).

A seguir, resumo as inquietações que me levaram a campo. Com efeito, houve várias transformações teóricas e metodológicas ao longo do trabalho, que alteraram seus rumos. De qualquer forma, penso ser importante resgatar o histórico da problematização do tema. Em um primeiro momento, o objeto da pesquisa eram agenciamentos de subjetividades ou a produção de sujeitos não-monogâmicos. Trata-se de processos de construção de si que podem significar vivências aleatórias, mas que também podem engendrar a assunção e a fixação de identidades

específicas, tais como RLi, poliamorista, etc. Esse tipo de subjetivação se dá pela elaboração das experiências, afetos e desejos tomando por referencial a noção de não-monogamia.

Essa identificação é, muitas vezes, o resultado de tensões que expressam o sofrimento, a inadaptação ou a inconformidade do sujeito com a monogamia. As experiências desviantes são, então, normalizadas, o que presume a construção de uma nova identidade (CARDOSO, 2010). Entretanto, para além das inclinações pessoais, existem outras razões que levam os sujeitos a se aproximarem das não-monogâmias, como as influências do parceiro ou parceira e a consequente necessidade de negociação da intimidade, a influência de amigos e dos meios sociais de convívio e o envolvimento com movimentos políticos contestatórios de padrões normativos de gênero e sexualidade. Há, nesse sentido, um amplo leque de contingências que aproximam os sujeitos dessas formas de relacionamento e identidades. Nesses quadros de inteligibilidade, eles performam experiências, desejos e afetos.

As relações não se dão, no entanto, em uma linha simétrica. Ou seja, a produção das experiências está inserida em contextos constituídos *por* e *sobre* diferenças e desigualdades, estruturantes das relações sociais (SCOTT, 1999; BRAH, 2006). Não se pode desconsiderar, com efeito, as diferenças de gênero, raça e classe, por exemplo, no momento de pensar sobre as subjetividades. Assim, é incorreto falar em um *sujeito não-monogâmico*, padronizado, o que pressuporia a simetria e homogeneidade das pessoas e seus relacionamentos.

Após a elaboração dessas reflexões, que me ajudaram a criar o objeto da investigação, pude definir o problema de pesquisa que guiou esse trabalho. Considerando-se que 1) estudo sujeitos não-monogâmicos, os contextos em que transcorrem suas experiências e relações e as trajetórias que essas pessoas percorrem, bem como seus valores, ideias e sentimentos; e que 2) rejeito o binarismo simplista entre *assujeitamento às matrizes de poder* e *agency* dos sujeitos, é possível formular as seguintes questões:

A experimentação de relacionamentos não-monogâmicos é resultante de que formas de agenciamento? Ou, dito de outro modo: que trajetórias levam as pessoas a terem experiências e relações não-monogâmicas e a se identificarem como tal? É possível identificar situações de assujeitamento/autonomia dos sujeitos? Se sim, quais são os critérios que indicam isso? Essas são as primeiras questões a responder. Ademais, é importante conhecer os contextos de vida dessas pessoas. Quais são esses contextos e de que maneira eles interferem na elaboração da experiência? Isto é, como se relacionam com os processos de tensão, negociação, transgressão e conformação constituintes dos modos de se relacionar dos sujeitos? Afinal de contas, as tramas em que esses estão inseridos, ou seja, as malhas de poder e sentido e de produção de si

e das suas relações sociais, constituem-se como espaços de possibilidades, ditando o que é possível, inteligível, aceitável. Com efeito, as pessoas performam seus modos de se relacionar a partir de determinados contextos e de suas contingências, que são variáveis.

Enfim, cabe indagar sobre os marcadores sociais da diferença no campo e sobre como eles interferem nesses processos. Como se articulam as categorias de diferença constitutivas dos sujeitos com os agenciamentos das experiências e relacionamentos? Em que situações as diferenças expressam desigualdades e assimetrias? Como as diferenças são negociadas dentro dos relacionamentos? Que sentidos elas obtêm em diferentes contextos? Em suma, trata-se de um conjunto de questões complementares para a compreensão do meu objeto de investigação. O estudo das experiências das pessoas não-monogâmicas, que articulam matrizes normativas de poder e potencialidades de agenciamento, passa por contextos e contingências específicos e por diferenças e desigualdades que interferem na produção de relações sociais e dos próprios sujeitos.

Para responder a essas e outras perguntas, fiz inúmeras observações e participei de atividades em grupo, acompanhei grupos em redes sociais e resgatei a perspectiva diacrônica das trajetórias dos sujeitos através de entrevistas semiestruturadas. O resultado desse trabalho está condensado nos próximos capítulos. A tese está dividida em oito capítulos, começando por esse texto introdutório. No capítulo 2, *Veredas etnográficas*, reflito sobre as questões metodológicas da pesquisa, como a escolha do tema, as primeiras observações e a delimitação do campo. Falo também sobre a relação entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados no trabalho etnográfico, trazendo aprendizados, dilemas e tensões experimentados nesse processo e pensando nas relações de gênero estabelecidas com meus interlocutores e em meu lugar de enunciação, enquanto pesquisador. Falo, ainda, sobre as entrevistas e apresento duas tabelas com informações gerais sobre os entrevistados.

No capítulo 3, *Poliamor, relações livres e outras não-monogamias*, mostro o histórico das não-monogamias a partir do surgimento do poliamor, no fim dos anos 80, e trago alguns conceitos básicos a respeito das diferenças entre elas. Falo também sobre a difusão recente das não-monogamias no Brasil, o papel da internet e das redes sociais em tal processo e as relações entre o discurso não-monogâmico e as críticas feministas. Além disso, apresento um relato da minha inserção na rede de relações livres, visando mostrar a perspectiva política e organizacional e as atividades festivas do grupo.

O capítulo 4, *Pensando as subjetividades não-monogâmicas*, é totalmente teórico. Nele, reconstruo as condições de emergência do sujeito não-monogâmico, falando a respeito

das transformações nos dispositivos de aliança e sexualidade e das mudanças relacionadas com a intimidade e a conjugalidade nas últimas décadas. Ademais, introduzo um debate sobre gênero, considerando tal categoria como matriz de poder, isto é, como aparato regulatório da produção de sujeitos. Trago também uma discussão sobre marcadores sociais da diferença e categorias de articulação, a partir da perspectiva interseccional, com o objetivo de associar o gênero a outros marcadores sociais na elaboração da experiência e das relações dos sujeitos. Para encerrar, lanço algumas reflexões sobre as possibilidades de agenciamento e fissura dos dispositivos de poder, considerando a potência dos sujeitos e suas margens de operação nos limites e brechas das normas.

A partir daí, exponho minha análise do campo. No capítulo 5, *Sujeitos em perspectiva: três trajetórias não-monogâmicas*, trago as histórias afetivas e sexuais de três entrevistados com características bem diferentes, Marcos, Viviane e Sônia. Através da reconstrução de suas narrativas autobiográficas, analiso a aproximação com a não-monogamia e o desenvolvimento de suas trajetórias no meio, as contingências e contextos de suas experiências e a articulação dos marcadores sociais da diferença nesses processos, as inquietações, moralidades, desejos, afetos e práticas em jogo, e, por fim, a relação dos sujeitos com as normatividades de gênero e sexualidade.

No capítulo 6, *Experiências em perspectiva: moralidades, desejos e afetos*, trago as questões mais importantes sobre a elaboração da experiência não-monogâmica e as principais categorias acionadas pelos interlocutores para falarem de si e para avaliarem as suas relações. Trata-se de categorias fundamentais para a construção de um universo de sentidos acerca do tema, cuja abordagem era imprescindível. Discuto, com efeito, as inquietações que conduzem as pessoas à não-monogamia, a construção das relações, a formação de identidades e acordos, a responsabilidade afetiva, as formas de lidar com o ciúme, a interação com o mundo externo, monogâmico, seja com parceiros, seja com amigos, família e parentes, as perspectivas para a vida futura e as sexualidades não-monogâmicas, em termos de práticas, erotismos, orientação sexual e papéis de gênero.

No capítulo 7, *Sujeitos (as)simétricos*, reflito sobre o campo exclusivamente a partir dos marcadores sociais da diferença, demonstrando as categorias privilegiadas, subalternas e ausentes ou invisibilizadas nas relações não-monogâmicas. Assim, defino sua constituição no que se refere ao gênero e à sexualidade, às relações entre classe, escolaridade e raça/etnia, e ao marcador geracional, mostrando que o campo apresenta alguns padrões bem demarcados,

ao mesmo tempo em que é mais complexo e plural do que parece, à primeira vista, segundo os estereótipos vigentes sobre pessoas não-monogâmicas.

No último capítulo, *Considerações finais*, resumo as principais conclusões da minha pesquisa e exponho algumas reflexões a respeito do campo, dos sujeitos pesquisados e de seus relacionamentos, bem como falo sobre minhas experiências e transformações enquanto pessoa e pesquisador em decorrência desse trabalho. Trago, ademais, a leitura dos sujeitos abordados no capítulo das trajetórias sobre os textos que escrevi acerca deles, disponibilizados durante o processo de confecção da tese. Enfim, identifico as questões em aberto da investigação, tanto as que, no meu julgamento, carecem de maior exploração, quanto as que surgiram no final, indicando novas possibilidades de trabalho.

2. VEREDAS ETNOGRÁFICAS

Neste capítulo, explicito como reuni as diversas não-monogâmias e os meios sociais observados num mesmo *corpus*, construindo um objeto de pesquisa coerente, embora plural. A ideia é evidenciar como pude dar conta de um campo multivariado, reticular e de difícil delimitação geográfica, bem como refletir acerca da minha relação com o campo e os sujeitos pesquisados, meu local de fala e as prováveis interferências disso na investigação – como as facilidades e dificuldades encontradas – e nos resultados.

Ao abordar a dimensão metodológica da pesquisa, dedico-me a expor os caminhos que me conduziram a construir um universo de relações dotado de sentido e passível de escrutínio investigativo e heurístico. Não me deparei com um corpo monolítico de relações sociais. Em vez disso, encontrei no campo relações que podem ser melhor entendidas como emaranhados densos e fluidos de *socialidades*² múltiplas, ontologicamente não redutíveis a nenhum tipo de categoria explicativa. Nelas, encontram-se as pessoas, que vivem suas vidas atravessadas por outros sujeitos, instituições, contingências e contextos mais amplos, assim como por desejos, racionalidades e afetos.

Nessas teias da vida social, o espectro das relações não-monogâmicas não pode ser reificado e não é outra coisa senão um fio condutor do trabalho antropológico, não tendo, por consequência, estatuto ontológico de unidade sociocultural *a priori* (ABU-LUGHOD, 1991; WAGNER, 2010; STRATHERN, 2014). É a partir dos encontros entre o *pesquisador* e os *sujeitos* que emerge a narrativa, guiada pelo potencial heurístico da antropologia. Essa criação antropológica, entretanto, não surge do nada; pode até ser arbitrária, no contexto da pesquisa, mas não é ilusória. Com efeito, os meios não-monogâmicos tecem realidades e subjetividades, produzindo encontros, diferenças e similaridades, a despeito das inegáveis discrepâncias entre as pessoas e os contextos.

Há um referencial simbólico da não-monogamia, formado por conceitos e definições totalizantes e diversificados, que tem por objetivo defini-la substantivamente. Em princípio, as relações não-monogâmicas se constituem nas fissuras de uma espessa linha molar, ou seja,

² Ver Strathern (2006).

a monogamia. A profusão das práticas, sentidos e afetos aparentemente *contra a norma* que constituem os emaranhados das relações não-monogâmicas e criam subjetividades específicas ganha força quando grupos se definem, se identificam e se afirmam, a partir de expressões em práticas e políticas de identidade³. Desta forma, as *socialidades* que poderiam não ter relação passam a fazer sentido enquanto agregado, devido a uma afinidade ontológica politicamente construída.

Termos como *poliamor* e *relações livres*, ao mesmo tempo que se propõem a entender a realidade e a oferecer uma alternativa à monogamia, criam a própria realidade e influenciam as pessoas e seus relacionamentos, valores, afetos e ideias, cristalizando, assim, identidades, práticas e moralidades. O léxico dos grupos não-monogâmicos visa criar unidade e totalidade, fortalecendo politicamente a esfera das relações não-monogâmicas, já que, conceitualmente fragmentadas, elas teriam menos força para se impor diante do regramento da monogamia e de seu modelo de família e sexualidade. É isso, enfim, que confere sentido à narrativa dessa investigação. Apesar da multiplicidade intrínseca ao campo, existe uma gramática em comum entre as formas de não-monogamia, que permite a fluidez na circulação e nas trocas entre os sujeitos, que compartilham afetos, práticas e moralidades – constituindo, assim, redes abertas de significados (BARTH, 1992).

Por fim, é importante ressaltar que não se trata de invalidar a condição ontológica das relações não-monogâmicas e seus referenciais teórico-cognitivos, o que colocaria em xeque a validade epistemológica da pesquisa, e sim de *não essencializá-la* e, desse modo, de tornar evidente seu caráter de *devir* e sua natureza política. Além disso, trata-se de reconhecer que essas relações se encontram, em primeira instância, imersas em emaranhados de socialidades, experiências e interseccionalidades que as excedem. O trabalho antropológico que emerge é, portanto, o de perseguir rastros e pegadas, coerências e contradições, buscando os elos em um campo fluido e em constante disputa, e sua potência se efetiva *a posteriori*, *a partir e através de* encontros entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados.

³ Práticas são as ações do cotidiano dotadas de sentidos políticos, intencionais ou não. Tal noção de prática pressupõe a existência de uma micropolítica da *práxis* nas relações sociais. Ver Ortner (2007).

2.1 Primeiros passos: esboçando um tema de pesquisa

A escolha do tema de pesquisa é perpassada por diversos fatores e pode emanar tanto de inquietações íntimas do antropólogo como de uma relação de empatia entre ele e algum grupo social ou realidade específica. Para compreender a trama que me levou a pesquisar esse tema, é preciso fazer um descolamento descritivo e trazer à narrativa o “eu sujeito”, sob uma abordagem dividual⁴, na qual o antropólogo aparece como sujeito fragmentado, que precede e transcende o “acadêmico” ou o “pesquisador”. A intenção é apontar os aspectos biográficos e os atravessamentos subjetivos que me constituíram como um estudioso do campo das relações não-monogâmicas.

No fim de 2010, fui chamado em um concurso para professor do IFRS⁵ e fui morar em Rio Grande. A ida para o interior do estado culminou no término de um longo relacionamento afetivo, vivido nos moldes “tradicionais” de uma concepção monogâmica de relação, afetos, desejo e família. Algo dentro do esperado para mim, homem branco, criado em um contexto social de periferia e com fortes influências religiosas, que se percebia como heterossexual. Em 2009, havia defendido o mestrado em sociologia, a partir de um estudo sobre inclusão digital em zonas periféricas de Porto Alegre. A temática de gênero e sexualidade não estava presente na minha trajetória acadêmica, até aquele momento. Como sugeriu um amigo *gay*, doutorando em sociologia, tal temática não é relevante para homens heterossexuais, e sim para “mulheres, bichas, lésbicas, travestis; é da natureza do privilégio heterossexual masculino não pensar em gênero e sexualidade”.

Após quase um ano em Rio Grande, comecei a me relacionar com Aline, que vivia na capital e fazia o tipo descolada e “cabeça aberta” em matéria de liberdade sexual. Começamos a namorar e, aos poucos, a desfrutar de outras possibilidades de sexo e afeto, que estendiam os limites de uma relação monogâmica, até que, em 2013, abrimos o relacionamento. Nesse ano, resolvi voltar a estudar, pois concluiria o tempo de estágio probatório no trabalho e teria mais segurança para fazer o doutorado. Estava bastante iludido com aquele novo mundo de práticas e ideias e havia conhecido sujeitos com experiências muito diversas, desde casais praticantes de *swing* ou que tinham aberto seus relacionamentos, até pessoas adeptas das relações livres e do poliamor. Por que as pessoas se desapegavam da monogamia? Como se dava tal mudança? O que elas sentiam, desejavam, pensavam? Quem elas se tornavam após romper com o padrão

⁴ Ver Strathern (2006).

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

da monogamia? Essas, em suma, eram algumas das questões que me intrigavam e que fizeram com que o “eu sujeito” não-monogâmico em construção se dividisse, dando origem ao “eu pesquisador” desse tema.

Fiz um projeto e passei na seleção de doutorado em antropologia social da UFRGS. Já estava morando em Porto Alegre, fazendo disciplinas do curso, quando meu relacionamento começou a desvanecer, até que acabou, nos primeiros meses de 2015. A empolgação com a não-monogamia se converteu, em um primeiro momento, em decepção. Cheguei a me afastar temporariamente do campo e a pensar em mudar de tema de pesquisa. Com o tempo, porém, criei um olhar um pouco mais distanciado, pelo menos em comparação com aquele formado quando a minha própria vida era um relacionamento aberto. Esse novo olhar, no meu juízo, foi se constituindo, de um lado, por uma relação de aproximação e empatia com os sujeitos que conheci no campo e suas vivências e histórias, mas, de outro, pelo aumento da capacidade crítica para identificar contradições e assimetrias nos discursos e práticas.

Desde então não tive outro relacionamento não-monogâmico. Tenho diversas opiniões a favor, como também inúmeras ressalvas. Não compartilho, contudo, do deslumbramento de quem enxerga aí a salvação para os relacionamentos afetivos e sexuais, nem da repulsa de quem não admite se ver fora das conjugalidades monogâmicas e do amor romântico. A quebra com o posicionamento axiológico estrito (“*pró-isso*” ou “*pró-aquilo*”) na suposta dicotomia entre monogamia e não-monogamia é fruto tanto da minha experiência pessoal quanto dessa investigação, através da qual consegui expandir meus horizontes.

2.2 Tecendo o campo das relações não-monogâmicas

Em 2013, ainda em Rio Grande, comecei a conversar com adeptos do *swing*, que havia conhecido através de amigos, para me aproximar de suas histórias e percepções. Queria fazer uma imersão exploratória no campo, de maneira informal, porque me interessava pelo assunto e desejava entrar um pouco mais preparado no doutorado. Conheci alguns casais e *solteiros*⁶, frequentei festas organizadas por *swingers* e fiz pesquisas em uma rede social para pessoas do meio. Além das festas privadas, frequentei algumas baladas, sobretudo baladas gays, bastante procuradas pelo pessoal.

⁶ No *swing*, a unidade padrão é o casal. Toda pessoa sozinha que tem relações com casais é chamada de solteiro ou solteira.

Perto do fim do ano, quando a seleção de doutorado estava em andamento, participei de um evento que contribuiu para a primeira transformação no rumo da pesquisa. Eu e minha namorada, a convite de um casal de amigos, comparecemos a uma festa de aniversário para casais do *swing*. A celebração contou com a presença da dupla Bardo e Fada, casal conhecido na cena musical independente de Porto Alegre e, na época, ligado à Rede de Relações Livres. Interessado no grupo, conversei com os músicos e descobri que eles moravam em uma casa pertencente ao núcleo de organizadores da rede RLi⁷. Procurei no Facebook a página do grupo e comecei, então, a acompanhar suas discussões e atividades, até que, no início de 2014, fui a um evento intitulado Roda de Conversa sobre Relações Livres, organizado por mulheres da rede e realizado na Casa de Cultura Mário Quintana. Curioso, havia ido ao encontro com o objetivo de conhecer o grupo e de compartilhar experiências pessoais. A partir daquele dia, não obstante, resolvi direcionar a pesquisa para a Rede RLi, pois me interessei pelo potencial político da noção de relações livres, que se diferenciava radicalmente do *swing*. Passei então a participar dos encontros, abertos ao público interessado, e a fazer contatos para a continuidade do trabalho de campo.

Nesse período, percebi que as pessoas que se identificam como não-monogâmicas não se relacionam em blocos fechados, encerradas em identidades e nomenclaturas de grupos. Da mesma forma que o casal Bardo e Fada estava participando de uma festa de *swing*, muitos RLis se relacionam com pessoas de fora do grupo, sobretudo com adeptos do poliamor e com pessoas que têm relacionamentos abertos. Eventualmente, até mesmo sujeitos monogâmicos acabam fazendo parte das tramas de relações afetivas e sexuais, embora muitos RLis advirtam que isso tende a dar errado e a causar sofrimento, quando não existe o desejo de mudança na forma de se relacionar por parte dessa outra pessoa. A condição considerada mais importante para a criação de relações não-monogâmicas, longas ou casuais, é justamente a *honestidade* e o *consenso* entre os envolvidos acerca do que está ocorrendo, independentemente do formato da relação⁸.

Em 2014, circulei bastante pelo meio RLi. Além dos eventos abertos, que ocorriam em lugares como parques, bares e casas de integrantes do grupo, participei de algumas festas e até mesmo do *Réveillon* RLi, um retiro de cinco dias realizado na colônia naturista Colina do Sol, em Taquara. No ano seguinte, o RLi do Rio Grande do Sul sofreu uma ruptura, desencadeada

⁷ RLi é a sigla de relações livres.

⁸ Para ilustrar essa questão: nos discursos sobre relações não-monogâmicas é inconcebível a possibilidade de se manter uma relação não-monogâmica com alguém casado, pois isso implicaria em *desonestidade* ou mentiras que afetariam uma terceira pessoa. Ou seja, tratar-se-ia de *traição*, conforme a linguagem monogâmica.

por divergências políticas internas que desarticularam a militância, em um primeiro momento, afetando e enfraquecendo a realização de encontros e reuniões, até então meu principal espaço de investigação.

Esse primeiro ano de contato com o campo me fez perceber, contudo, que não deveria restringir a pesquisa aos rótulos conceituais e/ou aos grupos de pessoas que centralizavam as discussões e a organização política acerca da não-monogamia. Se por um lado me agradava a postura ativa daquele núcleo de militância, que buscava articular o tema das relações afetivas e sexuais com outros debates políticos importantes, como aqueles relacionados ao feminismo e ao movimento LGBT, por outro não podia deixar de notar que se tratava de um grupo muito específico, situado num contexto sociocultural restrito, a saber, o da classe média escolarizada e politizada de Porto Alegre. Pensando nos caminhos que percorri do início até a consolidação do campo, via o *swing* e as relações livres como polos quase opostos. O primeiro era um meio autointitulado *liberal*, enquanto que a segunda se definia como uma proposta revolucionária e de transformação social. Para além dessas aparentes extremidades, havia muitas continuidades e caminhos a percorrer. Como havia sido possível saltar do fechado meio *swinger* do sul do estado direto para a militância RLi de Porto Alegre? Isso se explica, em síntese, pelo fato de existirem conexões intrincadas entre as diversas realidades não-monogâmicas. Nesse sentido, havia uma trama mais abrangente de relações, vivências, sentimentos e ideias no contexto do campo que eu precisava conhecer.

A partir da convivência com o RLi, conheci também pessoas que mantinham relações abertas, que iam aos encontros a fim de entender melhor os seus relacionamentos e os dilemas e sofrimentos vividos. Como não há grupos organizados para casais que têm relacionamentos abertos, as pessoas tendem a participar de discussões mais abrangentes sobre não-monogamia, quando interessadas em buscar fortalecimento político e/ou psicológico. A partir das reuniões e de indicações, consegui pinçar aleatoriamente indivíduos e casais com relações abertas, com o objetivo de estender minha pesquisa para além dos nichos restritos de militância.

Em relação aos poliamoristas, ocorreu algo semelhante. Em Porto Alegre e arredores, a discussão sobre o poliamor está eclipsada politicamente pelo grupo de relações livres. Num primeiro momento, quando ainda pretendia fazer a investigação em âmbito nacional, cheguei a procurar adeptos de outros estados e compareci a um encontro sobre o poliamor no Rio de Janeiro, dirigido por uma rede do estado. No entanto, com o passar do tempo e as limitações geográficas da pesquisa, concentrei esforços em encontrar os poliamoristas do Rio Grande do Sul, em especial nas proximidades da capital. Não localizei aqui algum grupo poliamorista

politicamente tão coeso e organizado como o de relações livres, mas foi justamente através do RLi que tive contatos e indicações de pessoas para o trabalho de campo. Além do casal Bardo e Fada, que passou a se identificar como poliamorista quando formaram um trisal com outro homem, conheci e me aproximei de alguns poucos adeptos do poliamor, de forma esparsa, por indicação de membros do RLi e também através da internet.

Essa busca por poliamoristas e relacionamentos abertos, bem como por outras formas de vivência e percepção da não-monogamia, não necessariamente encapsuladas em modelos e conceitos definidos de antemão, conduziu-me a uma nova guinada nos rumos da pesquisa, a saber, o deslocamento de minha atenção para as pegadas e rastros deixados pelos sujeitos não-monogâmicos na internet e, principalmente, nas redes sociais. Ao longo de 2014, transferei o foco da investigação para o nicho restrito e politizado das relações livres. Aos poucos, porém, senti a necessidade de expandir os horizontes para outras conexões sociais, desdobramentos de relações não-monogâmicas que abrangessem maior diversidade de pessoas, afetos, ideias e contextos. Era necessário encontrar um guia que servisse de medida e me ajudasse a tecer o campo de pesquisa de forma mais confiável.

No segundo semestre de 2015, os eventos do RLi se tornaram bem menos frequentes e passei a ter contatos mais esparsos com os sujeitos do meu campo. Assim, dediquei-me mais à pesquisa virtual até o ano seguinte. Naquele momento, a busca na internet parecia constituir o melhor recurso metodológico para o preenchimento das lacunas empíricas latentes em minha pesquisa. Já tinha vários contatos e redes de relações tramadas devido a indicações diretas, de pessoas que conheciam outras pessoas. Isso não era suficiente, no entanto, de modo que passei a procurar na internet os grupos, informações, discussões e caminhos que poderiam me ajudar a esboçar melhor o campo. A questão é que as redes sociais não apenas me ajudaram a buscar pessoas e histórias, mas se converteram elas próprias em campo, e isso produziu novos efeitos sobre a investigação.

Percebi que as redes sociais são um ótimo espelho das discussões atuais acerca da não-monogamia. Não porque elas sejam mais movimentadas que a vida “real”, que os encontros e atividades que eu frequentava. Longe disso. A vantagem é que elas expõem uma miríade mais abrangente de realidades, já que incluem nos diálogos contextos e vivências muito diversos⁹. Não raro, esses diálogos são acompanhados por valores incongruentes e/ou preconceituosos,

⁹ Esse caminho metodológico parte do pressuposto de que não há uma separação dicotômica entre *online* e *offline*. Em vez disso, o “real” se trata de redes sociotécnicas agregadas, compostas por continuidades e descontinuidades (MALINI e ANTOUN, 2013). A etnografia da internet, *netnografia* ou *ciberantropologia* deve investigar o virtual sem descolá-lo do social (SILVA, 2014).

que não condizem com os ideais defendidos nos espaços mais politizados. Entrei nos grupos do *Facebook* das mais variadas discussões sobre não-monogamia pelo país e, posteriormente, em grupos de *WhatsApp* do Rio Grande do Sul. No *Facebook*, encontra-se um amplo espectro de sujeitos e relações, que inclui curiosos e gente que não conhece ou pouco sabe a respeito do tema. O acirramento das discussões políticas, fermentado através da internet nos últimos anos, contribuiu para que os grupos virtuais se convertessem num campo fecundo de debates, muito interessante para a pesquisa.

Em 2016, passei a ter contato mais esporádico com as pessoas que havia conhecido e continuava monitorando as redes sociais. Após abrir o horizonte empírico da pesquisa, surgiu a necessidade de fazer um mapeamento mais preciso do campo, com um recorte geográfico e metodológico dos sujeitos e relações que investigaria a fundo. Em face das dificuldades que emergiram ao longo do trabalho etnográfico e da própria natureza dos estudos de sexualidade e intimidade, resolvi fazer entrevistas com pessoas de características diversas e com diferentes tipos de relacionamento, no intuito de trazer para a pesquisa as temporalidades desses sujeitos, numa dimensão das trajetórias de vida, fundamental para a compreensão das transformações de suas sexualidades, afetos, vivências e visões de mundo.

Em resumo, esse é o caminho que tece o campo da investigação. Saí de Rio Grande a Porto Alegre com a intenção de expandir a pesquisa pelo país, seguindo pessoas e conexões. Entretanto, devido às escolhas metodológicas da pesquisa, optei por concentrar esforços no estudo de sujeitos e relações não-monogâmicas encontrados no Rio Grande do Sul, sobretudo na capital e na região metropolitana. Assim, apesar de perder em abrangência, ganhei muito em termos de consistência e rigor metodológico. Não é que a investigação, a rigor, restrinja-se ao estado, tanto que a internet é parte importante do campo e não tem barreiras geográficas. Além disso, é comum que as pessoas do meio se relacionem com gente de outros estados, o que mostra que as redes não são circunscritas ao contexto local. Mas para obter profundidade e densidade no trabalho empírico, resolvi priorizar relações desenvolvidas em um espaço mais limitado. O recorte em Porto Alegre e arredores, embora não abranja toda a diversidade das não-monogâmias (nacional e internacional), corresponde bem ao seu *locus* privilegiado, que é o meio urbano, universitário e de classe média das grandes cidades.

Ademais, não trabalho exatamente com lugares e grupos fechados, mas com pessoas e suas relações, subjetividades, práticas, moralidades, afetos, desejos e ideias, bem como com as interseccionalidades e os atravessamentos socioeconômicos, culturais e/ou políticos a partir dos quais elas se constituem como sujeitos – inseridas em tramas de socialidades complexas e

contextuais. As pessoas que estudo não se encontram em um círculo social restrito e fechado. Pelo contrário, suas relações são esparsas, já que elas acabam se relacionando por afinidades diversas, e não pelo pertencimento a um grupo ou definição de não-monogamia. Nessas redes difusas de trocas, há diferenças importantes, como a questão da politização acerca do gênero e da sexualidade, por exemplo. Com efeito, o envolvimento político maior ou menor interfere na forma de experimentação das relações não-monogâmicas e faz com que o campo se torne plural e de difícil demarcação.

O longo acompanhamento das redes sociais me ajudou, nesse sentido, a encontrar os limites para definir o que cabia investigar. O que chamo de fio condutor da não-monogamia, que me permitiu traçar um leque de relações como campo de pesquisa, tem como ponto de partida um processo reflexivo de identificação dos próprios sujeitos. A arquitetura das tramas do campo é feita com sujeitos que têm uma percepção de separação entre monogamia e não-monogamia, associada a esforços de ruptura com o padrão. Independentemente das diferenças quanto ao engajamento político dos sujeitos pesquisados, o meu campo prevê, no mínimo, a crítica e/ou o questionamento da monogamia e o desejo e a tentativa de mudança.

2.3 Encontro etnográfico

Meu trabalho de campo começou com as observações, passou pelas redes sociais, até que culminou na realização de entrevistas individuais. Embora a prática da observação não tenha dado conta de todas as nuances do campo, como explicarei adiante, insisto em reiterar a importância dessa técnica e, de modo geral, do método etnográfico nessa pesquisa, devido à sua natureza heurística “artesanal, microscópica e detalhista”, que revela o aspecto temporal e contingente das explicações sociais, bem como ao seu potencial indutivo e condição constante de crise, crítica e reformulação (PEIRANO, 1995). De acordo com Peirano (1985), o *encontro etnográfico* é dialógico e referencial para a autorreflexão. Ou seja, permite o aprimoramento paulatino da investigação através das repetidas trocas entre sujeitos, na linha do que Cardoso de Oliveira (1997) denomina *fusão de horizontes*. Trata-se de um processo autocrítico, sujeito à reinvenção do início ao final da narrativa. Isso foi decisivo para a profícua elaboração do trabalho em um campo como o meu, dinâmico e fluido em termos socioespaciais e político-ontológicos. As observações participantes e participações observantes me auxiliaram, assim,

não apenas a compreender o campo, mas a elaborá-lo, refiná-lo e desenhá-lo com o passar do tempo (BECKER, 1999; DURHAM, 1986).

A riqueza da etnografia vem justamente da miríade de complexidades, controvérsias e questionamentos que ela faz emergir. A relação entre o pesquisador e os sujeitos do campo é reveladora de muitas tensões. No que se refere à barreira epistêmica, por exemplo, dimensão comumente discutida pelos antropólogos, que se esmeram em criar condições simétricas na relação com os sujeitos do campo e na produção do conhecimento, existe uma peculiaridade interessante em minha pesquisa. No contato com certas pessoas, sentia um mal-estar, às vezes, pois notava um clima de disputa ou ceticismo. Parecia que eu era uma ameaça ao monopólio de produção da verdade sobre o assunto ou uma farsa que não tinha nada a dizer. Pilão (2017), em tese sobre o poliamor, relata ter vivido uma situação semelhante e conclui ser difícil fazer pesquisa com grupos militantes, devido à necessidade de se lidar com o seu lugar de “detentor legítimo da verdade”. A fusão de horizontes entre o pesquisador e as pessoas do campo, nesse sentido, não se dá de maneira dialógica simétrica, mas envolvida por relações micropolíticas de cooperação e disputa.

Para alguns sujeitos, especialmente os mais envolvidos com a militância das relações livres, meu trabalho era visto antes como um recurso estratégico de divulgação e visibilização da *causa* que como um referencial teórico e heurístico importante. Afinal de contas, eles é que estavam me explicando o funcionamento dos relacionamentos e da sociedade. Eu estava ali para aprender. Para os mais seguros de suas verdades, minha pesquisa soava como “*chover no molhado*”, simulacro do que já estava bem discutido e explicado, ou então como ameaça à discursividade do grupo. Várias vezes fui questionado sobre o referencial teórico utilizado na pesquisa e recebi recomendações ou reprimendas, tais como: “tu vai utilizar a teoria marxista, né”? “Tu estuda antropologia? Eu não gosto dos antropólogos, são muito pós-modernos”. “Tu leu a dissertação da *fulana*¹⁰? Acho bom tu ler, mas eu não gostei da análise dela, muito pós-moderna”. E, acerca das minhas intenções, ouvi indagações como: “qual é o teu objetivo com essa pesquisa? Onde você quer chegar”? “Tu é a favor ou contra relações não-monogâmicas”? Além disso, recebi instruções sobre a divulgação da tese, de acordo com os objetivos políticos do RLi: “depois que terminar, tens que dar uma palestra na UFRGS”. “Tua tese tem que virar livro”, entre outras. E recebi chamados para participar de projetos que excediam os encontros e discussões, bem como os interesses da investigação, como convites para comprar uma casa

¹⁰ Preservo aqui o nome da pesquisadora mencionada.

na Ecovila RLi¹¹ ou para montar algum curso ou oficina no *atelier* inaugurado no começo de 2017 por adeptos das relações livres.

Apesar dessas tensões, tive certa facilidade em acessar o campo. O fato de ter tido um relacionamento aberto tornou a minha presença inteligível nos espaços que observava, e de modo geral, sentia uma boa receptividade. Para algumas pessoas, meu trabalho devia ser uma espécie de resposta a indagações e conflitos pessoais, uma forma de *epistemologia do armário* (SEDGWICK, 2007), o que me colocava em condição igual a de todos, com o “mero detalhe” de estar escrevendo uma tese sobre o assunto. Falar das minhas experiências era praticamente a dádiva¹² que garantia reciprocidade e equilíbrio nas relações com os sujeitos do campo. Por algum tempo, refleti sobre por que me sentia acolhido em situações que poderiam gerar receio ou desconfiança, como ser apresentado a alguém ou solicitar a realização de uma entrevista. Lendo minhas anotações e lembrando dos casos, notei que quase sempre as pessoas sabiam de antemão que eu *era não-monogâmico* ou imaginavam isso. Segundo França (2017), existe um *armário dos não-monogâmicos*¹³, que é sempre relativo ao *outro* com quem se interage. Para mim, esse armário estava aberto, pois eu era visto como um igual.

Pilão (2012; 2017) diz ter passado por um processo similar ao se identificar cada vez mais com o poliamor no decorrer da investigação. No meu caso, já chegava no campo com a marca de ter tido uma relação aberta, o que gerava confiança e estreitava relações. Se, por um lado, senti às vezes certo ceticismo quanto à minha pesquisa, por outro a minha experiência de vida aliada ao trabalho acadêmico me dava uma espécie de *know-how* científico e psicológico, razão pela qual fui procurado inúmeras vezes para conversas íntimas e para dar conselhos no que se refere aos relacionamentos dos sujeitos pesquisados. Até hoje as pessoas me procuram e fazem perguntas como: “o que você faria em meu lugar”? São questões que mesclam o viés teórico da pesquisa com assuntos subjetivos de ordem prática. Nesse sentido, já fui abordado para tentar analisar por que o sujeito acreditava em uma coisa e sentia outra, a fim de acalmar suas angústias. Por exemplo, recebi mensagens de uma entrevistada que se sentia aflita por sentir ciúme, ao mesmo que me explicava porque o ciúme era um sentimento nefasto. Tentei demonstrar empatia e dar atenção, mas ela desejava que eu equacionasse o que parecia ser um erro lógico, reação irracional a uma situação difícil que punha suas convicções à prova.

¹¹ O projeto visava criar uma comunidade ecossustentável do RLi na zona sul de Porto Alegre, mas não foi concretizado devido à inviabilidade financeira e aos rachas políticos que ocorreram no grupo em 2015.

¹² Ver Mauss (2003).

¹³ Em seu trabalho, ele fala em *armário dos poliamoristas*, fazendo uma analogia com o *armário* dos LGBTs, onde se “guarda” a orientação sexual, e com a epistemologia do armário de Sedgwick. Vale mencionar que o termo *poliamor*, como expressão genérica para *não-monogamia*, é bastante usado no Brasil. Explico isso com maior detalhamento no capítulo 3.

Um ponto forte da etnografia é que ela possibilita ao pesquisador ganhar a confiança dos sujeitos em campo, o que gera avanços em termos de profundidade hermenêutica. Sobre minhas boas relações na pesquisa, não se trata só de uma aceitação imediata devido à minha “condição não-monogâmica”. Na verdade, essa relação de confiança foi, sobretudo, fruto do tempo, das trocas e dos afetos construídos mutuamente durante a investigação. Ou seja, além da dimensão racional e cognitiva da pesquisa etnográfica, existe um processo de afetação, em que o pesquisador se deixa afetar pelas práticas, sentidos e emoções do campo, aprendendo e acessando aspectos da realidade que ele não conseguiria apreciar de outra maneira (FAVRET-SAADA, 2005).

É inegável que fui afetado em campo e tive trocas que transbordaram os interesses da pesquisa. Muitas vezes me identifiquei com os sujeitos e suas histórias, me empolguei com os eventos, me indignei com as situações de violência e opressão relatadas, gostei de algumas pessoas mais e de outras menos. Durante algum tempo, senti-me seduzido pelos grupos não-monogâmicos, sobretudo pelo RLi, mas depois eles perderam o encanto e eu tive de refletir a respeito de todo esse processo (que mesclava campo e vida pessoal), com o passar do tempo, ressignificando a não-monogamia em minha vida e repensando a própria pesquisa. Trata-se de um envolvimento afetivo e simbólico criado em campo, que, apesar de possibilitar a formação de relações de confiança, pode trazer dificuldades e tem implicações éticas e epistemológicas sobre as quais não posso me furtar de refletir.

Uma observação importante, nesse sentido, é que se no decorrer do trabalho de campo é fundamental se deixar levar e envolver, o que resulta em ser afetado, também é fundamental retomar isso num trabalho de tradução, que reelabore as experiências que atravessaram nosso corpo, psique, sonhos e emoções (TORNQUIST, 2006). O objetivo não é limpar a etnografia dessa afetação, mas trazer para a narrativa uma reflexão crítica sobre a experiência de campo. Isso expõe o caráter subjetivo da etnografia, ao mesmo tempo em que evidencia sua natureza dialógica, visto que esse trabalho de tradução não é estanque. Em vez disso, faz parte de um processo de conversação entre o investigador e os sujeitos do campo, passando pela própria subjetividade do primeiro. No caso da minha pesquisa, marcada pelo movimento axiológico descontínuo da minha relação pessoal com o campo, foi válido trazer à pauta metodológica as orientações de Tornquist, para quem o ofício do antropólogo seria similar ao do viajante, que, deslocado, precisa aprender a conviver com a errância e perder as ilusões do enraizamento – ou seja, os apegos epistemológicos, ontológicos, valorativos – para seguir viajando.

Na etnografia, uma parte essencial desse processo de elaboração cognitiva e afetiva do trabalho de campo é o duplo movimento de estranhar o familiar e de familiarizar o estranho (MEINERZ, 2006; TORNQUIST, 2006; PILÃO, 2017). Frequentei diversos espaços, conheci pessoas muito diferentes e cheguei a campo com uma experiência própria de relacionamento aberto e a bagagem de uma vida. Ou seja, iniciei a pesquisa com um conjunto de impressões das quais não podia simplesmente me desfazer. A viagem para a Colina do Sol, comunidade naturista em que passei alguns dias com um grupo de adeptos das relações livres, foi uma das situações em que tive de tornar o estranho familiar. Dividir um espaço apenas com os sujeitos do campo em uma espécie de imersão é um evento que, por si só, já provoca certa estranheza. Nesse caso, precisei familiarizar aos poucos a experiência, pois se tratava de uma vivência naturista para a qual todos deveriam ter algum preparo. Eu nunca tinha ficado totalmente nu, ao ar livre, por dias, e cheguei lá com receios corriqueiros, como vergonha de ser visto, medo de passar frio, de ter uma ereção, etc. Além do estranhamento necessário para o trabalho de campo, passei por uma familiarização da situação que me permitiu viver de fato o naturismo e ficar à vontade com o pessoal do RLi para realizar as atividades mais diversas, como fazer as refeições, praticar esportes, jogar cartas e tomar banho.

Estranhar o familiar, no entanto, foi o exercício que mais se destacou em meu trabalho de campo. Por ter tido um relacionamento aberto, me vi muitas vezes no desafio de relativizar a minha própria experiência e de não interpretar de forma rápida e rasa, por associação direta, as vivências alheias. Ouvei, com frequência, comentários apressados sobre a figura do “outro”, como “eu sei o que você sente” e “eu já passei por isso”, além de receitas genéricas para os problemas de relacionamento. Na condição de antropólogo, era um desafio diário não recorrer a esse tipo de olhar sobre a alteridade, pois o fato de já ter passado por algumas das situações relatadas estimulava uma projeção da minha subjetividade sobre o campo. Tal estranhamento também se referia à dimensão cognitiva das definições conceituais. Em um campo em disputa política pela definição de afetos, moralidades e modelos relacionais, os sujeitos muitas vezes dizem palavras iguais, atribuindo-lhes significados diferentes, jogando com o léxico conforme suas visões de mundo e percepções políticas. Assim, a comunicação requeria sempre atenção e cuidado. Na reflexão sobre as observações, cuidei ao máximo para não essencializar termos chave para a pesquisa, como “relação livre”, “não-monogamia”, “ciúme” e “possessividade”, por saber que eles são conceitos fluidos, mobilizados em disputas políticas de identidade, mas também devido às minhas próprias cristalizações, oriundas da familiaridade com o assunto.

A familiaridade com o campo e a necessidade de estranhar a interação, cuidando para não homogeneizar as similaridades e diferenças coexistentes, é uma questão importante para o trabalho de campo em meios urbanos (MEINERZ, 2006). Na minha investigação, são muitas as realidades compartilhadas com os sujeitos do campo. Participei de festas em boates que já havia frequentado e de encontros em bares da Cidade Baixa, bairro onde morava até o começo de 2018. Piqueniques e rodas de conversa na Redenção¹⁴, onde passeava com frequência. Fiz entrevistas na minha casa. Encontrei os sujeitos pesquisados em lugares comuns e nas minhas atividades cotidianas. Em 2016, por exemplo, costumava conversar com uma informante aos sábados à tarde na Usina do Gasômetro¹⁵, pois ela passeava por ali e eu fazia oficina de teatro. Nossos encontros sempre ocorriam ao acaso. Ademais, havia atividades e interesses políticos e acadêmicos que convergiam. Assim, precisei fazer um jogo de aproximação e afastamento, aprendendo a estranhar, na medida do possível, o que me era familiar na vida cotidiana, como os espaços e momentos de lazer e estudo.

No âmbito das implicações *epistemológicas* e *éticas* da etnografia, é importante ainda destacar as peculiaridades decorrentes da temática de investigação. Ao trabalhar com relações e sujeitos não-monogâmicos, tive de buscar acessar aspectos de sua intimidade, como desejos e expectativas, frustrações, vaidades, tesão e emoção. Algumas pessoas estavam acostumadas a tratar do assunto de forma pública, em razão da militância política, mas outras se mantinham no anonimato, por necessidade ou simplesmente por fazer da não-monogamia só uma prática, e não uma bandeira. Em qualquer dos casos, de todo modo, não é fácil falar de sexo. Refletir sobre vivências, transgressões, prazer e arrependimentos, resistência, privilégios e violências. Pensar em orientação sexual, práticas sexuais, identidades, coerências e contradições. Nesse sentido, emerge uma das dificuldades de se trabalhar com o tema da sexualidade. Por se tratar de um domínio que necessariamente passa pela intimidade, muitos aspectos importantes ficam inacessíveis à observação e vêm à tona, quando vêm, apenas a partir do filtro do pensamento e da fala. No encontro etnográfico, pude acompanhar muitas experiências, exceto os momentos mais íntimos dos sujeitos e de seus relacionamentos. Ainda assim, lançava meu olhar para as entrelinhas e sutilezas, conforme as orientações metodológicas de Bozon (1995) a respeito de como observar o inobservável. Tal impasse me conduziu a trabalhar com entrevistas, além da observação, pois embora não pudesse enxergar diretamente as práticas sexuais e a intimidade dos sujeitos, teria desse modo acesso a uma elaboração discursiva mais profunda, a partir de uma perspectiva diacrônica autobiográfica, pouco acessível através das observações.

¹⁴ Parque de Porto Alegre.

¹⁵ Centro cultural e importante ponto turístico de Porto Alegre, na orla do Guaíba.

A pesquisa de campo sobre a sexualidade nos coloca, às vezes, em “saías justas”. Uma das possíveis situações a se lidar é o risco de a pesquisa ser confundida com intenções sexuais (BOZON, 1995). Em trabalho sobre mulheres lésbicas, Meinerz (2006) cita algo curioso, que vivenciei algumas vezes durante a investigação. Em tom jocoso, com frequência as mulheres faziam uma analogia entre sua pesquisa e seu suposto interesse sexual. O mesmo ocorreu com Braz (2010), que foi assediado em sua pesquisa em clubes sexuais masculinos. No meu caso, esse tipo de trocadilho apareceu algumas vezes, com sentidos que oscilavam da brincadeira ao flerte. No início da investigação, sobretudo, as pessoas não tinham muita clareza acerca das minhas intenções em campo. Como vinha de uma trajetória não-monogâmica e estava, por vezes, acompanhado de minha namorada, muitos achavam que meu interesse era ficar com as pessoas ou arranjar alguém para fazer *ménage*, principalmente outra mulher, o que é visto no meio como a busca pelo unicórnio¹⁶ (a terceira pessoa da relação). Quando dizia que estava fazendo uma pesquisa exploratória a reação era geralmente a mesma, muitas risadas e uma homologia entre exploração do campo e exploração dos corpos.

Não faz sentido purificar a pesquisa e colocá-la em uma redoma de neutralidade. Tive o cuidado de refletir, durante o trabalho, acerca da relação intrínseca entre a subjetividade do pesquisador e o tema e o método da investigação, e notei que, para os sujeitos do meu campo, a resposta de que se tratava de uma pesquisa não era muito convincente, pelo menos não no sentido de me preservar da dinâmica das relações em jogo, isto é, de me manter como alguém “fora do campo”. Sentia-me, provavelmente por ter tido um relacionamento aberto, observado como alguém que estava estudando o assunto para resolver questões pessoais. Nesse sentido, flertar e receber flertes não parecia constituir um problema em si. Muitas vezes fui indagado se já havia ficado com pessoas pesquisadas, e notava a expectativa de resposta afirmativa, não porque os curiosos estivessem torcendo por mim, mas porque parecia uma consequência meio óbvia do trabalho de campo com pessoas não-monogâmicas. Em poucos casos, questionaram-me, em dúvida: “seria antiético, né”? De qualquer forma, é preciso colocar que as impressões tinham fundamento, uma vez que participava de festas e encontros em que um dos objetivos era justamente conhecer pessoas e flertar. A maneira de lidar com isso era um problema meu,

¹⁶ Unicórnio é uma categoria êmica utilizada para se referir a uma mulher que encaixe nos desejos de um casal, sobretudo heterossexual, seja para sexo casual, seja para a formação de uma relação poliamorosa. O recurso a essa figura mitológica é intencional e serve para elucidar as dificuldades de se conseguir a terceira pessoa, que seria equivalente a um ser encantado. O termo também é usado pejorativamente, a partir de um viés crítico, para evidenciar que a inclusão consensual e simétrica de uma mulher nos desejos de um casal é um mito, tal qual o unicórnio.

mas não era possível evitar passar por esse tipo de situação, ainda que me apresentasse como pesquisador.

As sutilezas eram reveladoras das nuances do campo. Por exemplo, certa feita quando meu namoro tinha recém terminado, comentei com uma informante que estava solteiro e ela me convidou na mesma hora para tomar uma cerveja, sob o pretexto de me convencer a não ter uma recaída monogâmica. Outra vez, recebi em casa uma entrevistada e, após algum tempo, ela me perguntou se poderia tirar a parte de cima da roupa, porque estava com calor e costumava ficar pelada em casa. Em outra ocasião, por outro lado, uma informante me pediu conselhos e marcamos de nos encontrar, pois ela queria desabafar a respeito dos problemas do relacionamento. Antes, entretanto, frisou enfaticamente: “vamos sair como amigos, está bem? Só como amigos”! Ora, eu poderia ter pensado que esse aviso não fazia sentido, mas teria sido um erro ingênuo, visto que, para ela, eu não era apenas um pesquisador, mas um homem não-monogâmico.

A etnografia no âmbito da sexualidade se torna ainda mais complexa quando se insere na discussão o marcador de gênero nas relações entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Essa questão é fundamental, pois as relações que se estabelecem em campo são orientadas por expectativas de gênero, que indicam elementos como posições ocupadas, espaços permitidos e proibidos, constrangimentos e dificuldades para acessar certas questões (MACHADO, 2006; MEINERZ, 2006). Nesse sentido, a própria pesquisa é implicada pela configuração de gênero, o que tem repercussões nas escolhas metodológicas e nos trajetos percorridos no decorrer do trabalho etnográfico.

Trabalhei com homens e mulheres não-monogâmicos cisgêneros. Por óbvio, o fato de eu ser um pesquisador homem orientou essas relações de formas distintas. De maneira geral, sentia-me acolhido em campo, tanto por homens como por mulheres. Atribuo as facilidades, em parte, à relação de confiança construída durante a pesquisa e à cumplicidade oriunda das vivências em comum. Em todo caso, tive mais contatos com mulheres e, sobretudo, conversas mais interessantes. Os homens pareciam menos dispostos a se abrirem comigo, eram sucintos demais e falavam pouco de si mesmos. Talvez, abrir-se emocionalmente para outro homem representasse uma ameaça às suas concepções de masculinidade. Ou, talvez, eu tenha sentido maior empatia pelas mulheres e demonstrado mais interesse por suas histórias. De todo modo, a questão de gênero estava ali, sempre presente, marcando as relações, criando “saias justas” e me impondo dificuldades e dúvidas sobre como acessar as pessoas, o que falar, como agir em situações imprevistas. Além dos flertes, citados antes, tive de lidar com alguns momentos de

desconfiança por parte de mulheres. Por exemplo, algumas acharam que, por eu ser homem, me posicionaria em favor dos “*brothers*” e não abordaria o lado delas na pesquisa, ou, então, desconfiavam que eu queria me aproveitar da situação para transar. Cheguei a ouvir a seguinte provocação: “tu está aqui para *comer todo mundo*, né”. Com os homens, esse tipo de tensão, variável entre o flerte e a curiosidade, por um lado, e a desconfiança, por outro, não ocorria, e a comunicação parecia mais direta e menos envolta em sutilezas, embora menos interessante. Cabe registrar que os achei, em geral, muito menos interessados em mim e em colaborar com a pesquisa.

Ser um pesquisador homem na área da sexualidade, ou homem “quase hétero”, como ouvi em campo, sempre me causou certo incômodo, pois temia conduzir o trabalho de forma inapropriada, heteronormativa. Certa feita, estava em um bar com amigos e conheci um rapaz *gay* muito interessado pelo meu tema, tanto que havia feito um trabalho de graduação na área do direito sobre relações não-monogâmicas. Eu falava sobre os dados encontrados em campo, até ser interrompido com a seguinte crítica: “eu não quero saber dos teus dados, eu não tenho nenhum problema com os teus dados, eu desconfio é dos teus *óculos*”. Com isso, ele pôs as lentes da minha heterossexualidade em xeque, criticando o seu grau limitado e tendencioso de observação do campo e de compreensão dos sujeitos. Essa provocação reverberou inúmeras vezes na minha cabeça e me acompanhou durante toda a investigação, sobretudo por saber da importância do lugar de fala e por corroborar com a visão de que há uma potência explicativa e política imanente na subalternidade. Com efeito, não queria incorrer na violência epistêmica “colonialista” da representação dos oprimidos (SPIVAK, 2010), mas, para mim, era evidente que a minha posição privilegiada de “homem¹⁷ branco que tivera um relacionamento aberto heteroafetivo” trazia consigo limites epistêmicos. Não podia me livrar dos riscos e do dilema de *suprimir e/ou essencializar* as diferenças e as desigualdades do campo e temia por acabar reproduzindo, na análise, a gramática do discurso não-monogâmico padrão, heteronormativo e eurocêntrico. Em resposta a isso, tentei manter uma consciência vigilante sobre minha posição enquanto sujeito e sobre suas influências na pesquisa, que dariam origem a saberes parciais, em um processo analítico não neutro, mas implicado e localizado (HARAWAY, 1995).

Uma das ocasiões em que tal questão se fez mais perceptível foi na construção da rede de pessoas investigadas e entrevistadas. Minha entrada no campo se deu a partir de um espaço majoritariamente heterossexual, e isso condicionou a continuidade da perseguição etnográfica

¹⁷ E, além dos limites epistêmicos, implicações éticas, por ser um homem pesquisando intimidades e relações afetivas e sexuais em um campo composto por muitas mulheres.

por sujeitos e suas relações. Desde um ponto de vista crítico, eu poderia dizer que o meio das relações não-monogâmicas é heteronormativo. Afinal de contas, muitas pessoas me disseram que o centramento da identidade sexual na condição não-monogâmica e a problematização da monogamia e do casamento são questões fundamentalmente heterossexuais. Isso me foi dito por pessoas de dentro e fora do campo, heterossexuais, bissexuais e homossexuais, bem como por uma mulher transexual que conheci em um evento sobre poliamor no Rio de Janeiro. Ela estava incomodada, pois não se sentia contemplada pelas pautas debatidas e se sentia invisível naquele espaço. Tive a oportunidade de conversar com ela, que desabafou: “o que eu estou fazendo aqui”? No discurso político, as relações não-monogâmicas devem abranger qualquer orientação sexual, mas o fato é que isso é enunciado desde uma perspectiva heteronormativa. Para as pessoas não-heterossexuais, a questão da não-monogamia, quando relevante, emerge a partir de outros registros, ocupando uma posição diferente, provavelmente menos importante, na organização identitária da sexualidade em comparação com os heterossexuais.

Contentar-se com essa observação, porém, é cair na armadilha da essencialização das identidades e das práticas sexuais. Para além das diferenças, existe um *continuum* de práticas e identidades fluidas, que se dá na complexidade das relações, criando um campo heterogêneo e de difícil delimitação. Pessoas heterossexuais têm relacionamentos estáveis, transam e ficam entre si, da mesma forma que se relacionam com bissexuais e com homossexuais. Muitos dos sujeitos com quem falei relativizaram a própria orientação sexual ou se identificaram como bissexuais, apesar de terem uma inclinação hétero ou homoafetiva. Sem adentrar, por ora, nas assimetrias constitutivas dessas relações, o que importa é evidenciar que a orientação sexual não pode ser tomada como marcador fixo e que as relações não-monogâmicas, embora surjam de um discurso heteronormativo, não são vividas somente por pessoas heterossexuais e muito menos afirmadas apenas através de práticas heterossexuais. Digo isso para fazer a ressalva de que a construção do meu campo foi influenciada pela minha própria posição enquanto sujeito, que me conduziu a iniciar a pesquisa a partir de uma rede predominantemente heterossexual. Trata-se de uma rede ampla e significativa de sujeitos, mas que não corresponde, por óbvio, a toda complexidade do campo. Havia outros caminhos possíveis a seguir, outras relações para investigar. Ciente disso, procurei contemplar um amplo espectro de diferenças no decorrer do trabalho, apesar das minhas limitações.

Em todo caso, é importante lembrar que há um componente dialógico na relação entre o pesquisador e o campo, que não pode ser subestimado. O “ser afetado”, no que se refere à sexualidade, modulou minha subjetividade e isso alterou o próprio desenrolar da pesquisa. Li

alguns trabalhos sobre relações não-monogâmicas em que os autores se sentiram impactados e tentados a ter relacionamentos dessa natureza. É o caso de Barbosa (2011), por exemplo, que afirma que a vivência com o RLi trouxe contribuições para a sua própria “emancipação como pessoa que vive a multiplicidade sexual e afetiva”. Para mim, o campo me afetou mais em relação à percepção da heterossexualidade, na medida em que passei a ter contato mais íntimo e frequente com práticas não-heterossexuais. A primeira vez que fiquei com homens foi numa festa com o pessoal das relações livres, por exemplo. Estudar a área da sexualidade implicou mexer com a minha própria sexualidade. Ao lidar com a heteronormatividade e com o gênero em campo, acabei tensionando e problematizando a minha heterossexualidade e as formas de exercício da masculinidade. Não quero com isso dizer que o meu olhar etnográfico deixou de ser heteronormativo e masculino¹⁸, mas ponderar que minha própria posição como sujeito em campo não deve ser cristalizada e que as modulações por que passei repercutiram nos rumos e nos resultados da pesquisa.

Enfim, reitero a importância da etnografia para essa pesquisa. Em um meio marcado por relações difusas e complexas e por lugares e sujeitos muito diversos, o olhar etnográfico foi fundamental para a construção do campo e a compreensão dos sujeitos, atravessados por marcadores múltiplos de diferença e por relações e experiências assimétricas. Com efeito, por meio do acompanhamento da rotina dos eventos e atividades, pude me aproximar dos sujeitos e costurar o tecido da narrativa antropológica. Após mapear pessoas e suas relações, dediquei-me às entrevistas, abordando as vidas dos sujeitos a partir da perspectiva diacrônica. Os dois recursos metodológicos, então, complementaram-se: as entrevistas resgataram a dimensão de trajetória e as observações possibilitaram uma percepção sincrônica, complexa e abrangente sobre o campo.

2.4 Entrevistas

Por trabalhar com um campo fluido e difícil de delimitar, tive de seguir uma rede de pessoas e relações para visualizar melhor os rumos da investigação. A partir daí, foi possível escolher os sujeitos das entrevistas. Diferentemente de outros campos, meu universo empírico

¹⁸ Em vez disso, acho fundamental expor os marcadores sociais que me constituem como sujeito, homem cis, branco, heterossexual, acadêmico e de classe média (mas de origem pobre), para poder dialogar com sua *localidade* na pesquisa (DELL'AGLIO, 2016). A questão é que, em vez de significarem identidades fixas e rígidas, tais categorias – umas mais, outras menos – são processuais, configurando-se no decorrer da minha trajetória e da relação com os sujeitos do campo, sendo reafirmadas, mas também transformadas.

não é circunscrito a um lugar específico ou instituição, e tampouco as pessoas fazem parte de uma unidade sociocultural ou compartilham de uma identidade fechada. De fato, a vivência de relações não-monogâmicas é a porta de entrada na rede e o fio que a tece, mas isso não é tão simples de se delimitar em campo, uma vez que a não-monogamia é como um guarda-chuva, em termos de significados, abrangendo uma multiplicidade de ideias, afetos e práticas, o que confere às redes uma arquitetura polimorfa.

O recorte que tive de estabelecer, para organizar o campo, foi localizado e conceitual. Iniciei a pesquisa a partir da rede de relações livres de Porto Alegre, que entra no escopo das formas de não-monogamia autointituladas “consensuais e eticamente responsáveis”¹⁹. Esse recorte tem implicações na configuração política da minha rede, o que será visto adiante, nos capítulos analíticos desse trabalho. Os sujeitos e relações que procurei a partir de então são, portanto, desdobramentos da minha entrada nesse meio. Tive de estipular também um limite geográfico para a rede, a fim de manter a coerência metodológica e poder dar conta do campo. Trabalhei, basicamente, com sujeitos de Porto Alegre e de cidades próximas – ainda que, por vezes, surjam referências a pessoas de outros estados, o que é comum no meu campo. A rede foi criada a partir de minhas andanças etnográficas, e contei com a ajuda dos informantes, que me deram indicações para achar pessoas novas. Acompanhar os grupos das não-monogâmias nas redes sociais também foi importante, pois isso me ajudou a ter maior clareza a respeito de quem incluir na rede.

A necessidade de trabalhar com entrevistas surgiu no decorrer da investigação. Estive por algum tempo bem próximo dessa rede de sujeitos, acompanhando atividades, discussões e eventos realizados em Porto Alegre. Com o tempo, contudo, isso se mostrou insuficiente, pois não dava conta da intimidade dos relacionamentos e do viés diacrônico das subjetividades, ou seja, dos processos de transformação nas vivências afetivo-sexuais dessas pessoas. De acordo com Becker (1999), há questões importantes de método que surgem no decorrer da pesquisa, em função do contato entre o pesquisador e as riquezas oferecidas pelo campo. No meu caso, a escolha das entrevistas como técnica de pesquisa surgiu da demanda por maior profundidade nas histórias dos sujeitos.

Ora, as entrevistas têm esse potencial, já que possibilitam ao investigador adentrar nas trajetórias das pessoas com uma leitura dirigida sobre seus valores, experiências, aspirações e sentimentos, direcionados para as questões pertinentes à investigação (MAY, 2004). Trata-se

¹⁹ Concepção oriunda do poliamor, que designa as não-monogâmias que propõem novas moralidades para os relacionamentos.

de uma captura da perspectiva histórica a partir de um olhar dos próprios sujeitos, colocados diante do desafio de reconstruir uma narrativa de si, guiados pelo entrevistador. Para o êxito dessa técnica, foi importante atingir um *corpus* de entrevistas, ou seja, um ponto de saturação de dados (BAUER e GASKELL, 2002), que me permitiu fazer as análises com uma amostra consistente.

Entre março e agosto de 2017, fiz vinte entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro se encontra no apêndice desse trabalho. Não o segui à risca, contudo, visto que certas questões se adequavam a algumas pessoas, mas não faziam sentido para outras. Em alguns casos, precisei fazer as perguntas explicitamente, ao passo que, em outros, elas eram respondidas sem que as mencionasse, na medida em que as pessoas iam contando suas histórias. De modo geral, segui o esqueleto básico do roteiro, porém respeitando as diferenças nas histórias e, especialmente, as maneiras de narrá-las de cada um. As entrevistas duraram, em média, uma hora e quarenta e cinco minutos (1h45min).

Entrevistei dezesseis sujeitos que eu já acompanhava no trabalho etnográfico e quatro que me foram indicados pelos entrevistados. Fiz doze entrevistas na casa das pessoas; cinco, em meu apartamento; uma, no Campus do Vale da UFRGS; outra, em um café; e a última, no trabalho da entrevistada. Desse total, dez são mulheres *cisgênero* e dez são homens *cisgênero*. Somente uma mulher e um homem são negros e os demais, brancos. Entre as mulheres, cinco estão na faixa entre 22 e 29 anos, três entre 30 e 39 e duas entre 40 e 50 anos. Dentre os homens, quatro estão entre 25 e 29, cinco entre 30 e 39 e um entre 50 e 60 anos.

A seguir, exibo a tabela das pessoas entrevistadas, contendo suas características gerais. Os nomes são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

Entrevistado(a)	Idade	Raça/ Etnia	Profissão/Área de Estudo	Filhos(as)	Origem	Residência
Arthur	26	Branco	Motorista de Aplicativo/ Estudante de Engenharia	Sem	Interior/RS	Porto Alegre
Beatriz	22	Branca	Jornalista	Sem	Interior/RS	Porto Alegre
Carolina	34	Branca	Técnica em Enfermagem	Uma Filha	Porto Alegre	Porto Alegre
Cláudio	56	Branco	Assessor e Consultor de Sindicatos e Cooperativas	Sem	Porto Alegre	Porto Alegre
Daniel	32	Branco	Técnico em Informática/ Estudante de Sistemas de Informação	Sem	Porto Alegre	Porto Alegre
Diego	28	Branco	Programador/ Estudante de Ciências Sociais	Sem	Porto Alegre	Porto Alegre
Fernando	36	Branco	Analista de Sistemas/ Bancário	Sem	RMPA ²⁰	Interior/RS
Henrique	26	Branco	Programador/ Estudante de Filosofia	Sem	Interior/RS	Porto Alegre
Humberto	38	Negro	Músico	Uma Filha	RMPA	RMPA
Joana	30	Branca	Publicitária/ Estudante de Políticas Públicas	Uma Filha	RMPA	Porto Alegre
Luiza	26	Branca	Vendedora/ Estudante de Administração	Sem	RMPA	Porto Alegre

²⁰ RMPA é a sigla comumente usada para Região Metropolitana de Porto Alegre.

Marcela	24	Branca	Estagiária/ Estudante de Psicologia	Sem	Interior/RS	Porto Alegre
Marcos	25	Branco	Telefonista/ Estudante de Ciências Sociais	Sem	RMPA	Porto Alegre
Maurício	36	Branco	Vendedor	Um Filho	RMPA	Porto Alegre
Mônica	27	Branca	Cabeleireira e Maquiadora	Sem	Interior/RS	Porto Alegre
Pablo	33	Branco	Barista	Sem	Montevideú/ Uruguai	Porto Alegre
Patrícia	44	Negra	Professora	Sem	Interior/ Sergipe	Porto Alegre
Paula	24	Branca	Domadora de Cavalos/ Estudante de Ciências Sociais	Sem	Porto Alegre	Porto Alegre
Sônia	47	Branca	Jornalista e Servidora Pública	Sem	São Paulo/SP	Porto Alegre
Viviane	32	Branca	Artista e Artesã	Uma Filha	Interior/RS	Porto Alegre

Abaixo, listo os entrevistados que têm ou tiveram relacionamentos afetivo-sexuais uns com os outros e que os mencionam nos capítulos 5, 6 e 7:

<i>Entrevistado(a)</i>	<i>Parceiro(a)</i>
<i>Cláudio</i>	Ex-parceiro de Viviane. Ex-parceiro de Patrícia.
<i>Daniel</i>	Parceiro de Mônica.
<i>Diego</i>	Parceiro de Sônia. Ex-parceiro de Joana.
<i>Humberto</i>	Parceiro de Viviane. Ex-parceiro de Joana.
<i>Joana</i>	Ex-parceira de Humberto. Ex-parceira de Diego.
<i>Luiza</i>	Ex-parceira de Maurício.
<i>Maurício</i>	Ex-parceiro de Luiza.
<i>Mônica</i>	Parceira de Daniel.
<i>Patrícia</i>	Ex-parceira de Cláudio.
<i>Sônia</i>	Parceira de Diego.
<i>Viviane</i>	Parceira de Humberto. Ex-parceira de Cláudio.

3. POLIAMOR, RELAÇÕES LIVRES E OUTRAS NÃO-MONOGAMIAS

Os grupos e definições de não-monogamia que perfazem as teias de sociabilidades e subjetividades que investigo são desdobramentos das lutas sociais e experiências alternativas de emancipação sexual e amor livre que surgiram no mundo ocidental, a partir de meados do século XX, bem como das concomitantes lutas feministas por igualdade social e da conquista de direitos pelas mulheres nos países capitalistas centrais. Tais grupos emergiram na intenção de *tensionar* ou *romper com* as estruturas sociais da família burguesa e monogâmica, e com o amor romântico, seu corolário ideológico (PILÃO, 2012; 2017). As práticas e significados a que me refiro ao usar o termo não-monogamia têm, portanto, origens e objetivos similares, a despeito da diversidade de experiências e identidades.

Esse é um ponto importante para que se compreenda minha escolha metodológica de não fazer um recorte empírico por grupo ou tipo de relação. Com efeito, as fronteiras práticas, políticas e semânticas entre as formas de não-monogamia são difusas, com vasto intercâmbio de pessoas e ideias (BARKER e LANGDRIDGE, 2010; GRIEBLING, 2012). Os sites, *blogs* e páginas em redes sociais organizam as pautas e discussões sobre o tema a partir desse termo, que constitui uma espécie de chave identitária norteadora. Na prática, é difícil isolar os grupos não-monogâmicos na pesquisa etnográfica, uma vez que a vivência real das relações se dá por afinidades pessoais e outros atravessamentos subjetivos, dos mais diversos e fortuitos, não por alinhamento identitário.

Além disso, apesar do caráter diverso dessas relações, os grupos compartilham certos princípios básicos, o que garante a existência de redes fluidas de troca de experiências, afetos e ideias. Em suma, tanto nos espaços públicos com mais visibilidade quanto nos mais íntimos e privados, pressupõe-se que as relações sejam orientadas por equidade de gênero, acordos e consensos entre as partes envolvidas. Para os sujeitos não-monogâmicos, existe uma diferença nítida entre não-monogamia e poligamia. A rigor, enquanto a primeira se proporia igualitária, a segunda naturalizaria e reforçaria as desigualdades de gênero e os privilégios masculinos de sociedades patriarcais e arcaicas, atribuindo poder e vantagens somente aos homens (FREIRE, 2013).

O conceito de não-monogamia, enfim, refere-se a um conjunto de relações afetivas e sexuais, bem como de noções, valores e práticas, críticos ao amor romântico e à monogamia. Os grupos não-monogâmicos começaram a se proliferar no fim do século XX, primeiramente nos países anglo-saxônicos, devido à difusão da ideia de poliamor, mas depois se espalharam também por outros países (CARDOSO, 2010). Em textos da internet e nas falas dos adeptos, nota-se, muitas vezes, uma confusão entre as noções de não-monogamia e de poliamor, como se fossem sinônimos, o que se dá porque foi a partir dessa última que o tema ganhou maior visibilidade, tornando-se ativismo político-identitário. Na América Latina e, particularmente, no Brasil, encontram-se redes, relações e pessoas *não-mono*²¹ principalmente nas capitais e em grandes cidades.

A revolução sexual da década de 1960 e a contracultura vivida pelos jovens dos países ocidentais ricos foram um marco inicial desse processo, pois, através do “amor livre”, tentou-se contestar e transgredir as tradições da família monogâmica, apesar do sentido genérico de tal termo e da falta de organização política de grupos como o movimento *hippie*, por exemplo (FREIRE, 2013). No entanto, foi a partir do fim dos anos 80, nos Estados Unidos, que ganhou corpo o formato de relação que hoje norteia as discussões sobre não-monogamia (BARBOSA, 2010; CARDOSO, 2010; PILÃO, 2012). Em 1990, o termo poliamor foi usado pela primeira vez, em um grupo espiritualista e pagão, e, a partir daí, difundiu-se pelo mundo, constituindo-se como a principal “forma de não-monogamia responsável”, isto é, onde há a construção de valores éticos e políticos (CARDOSO, 2010).

Poderia ter optado, nesse sentido, por trabalhar com o conceito geral de poliamor, que parece abarcar grande parte dos movimentos não-monogâmicos politizados pelo mundo. Não o fiz, entretanto, porque, além de almejar dar espaço a outras expressões de não-monogamia, insistindo que há, com frequência, no âmbito das relações propriamente ditas, um *continuum* entre formas distintas de relacionamento, não posso me furtar de atribuir destaque às relações livres, forma organizada de não-monogamia criada no Brasil, presente em grandes cidades do país e, com notável expressão, em Porto Alegre²², meu principal campo de pesquisa. Apesar das semelhanças, as relações livres (ou apenas RLi) se definem como diferentes do poliamor, não como uma de suas correntes. Além dessas duas formas, facilmente identificáveis devido à

²¹ Forma abreviada informal e de gênero neutro usada no meio. Não-monogâmico ou não-monogâmica é o mesmo que *não-mono*.

²² Os grupos de poliamoristas, no Brasil, estão presentes principalmente no sudeste, pelo que pude observar na internet e nas publicações a respeito do tema. Contudo, as relações livres são mais fortes nos arredores de Porto Alegre e, por isso, tive dificuldades para encontrar adeptos ou pessoas interessadas no poliamor. Vale destacar, a propósito, que o RLi surgiu na capital gaúcha.

proposital exibição pública, apareceram nas narrativas das pessoas investigadas outras formas de relação não-monogâmica, como casamento e relacionamento aberto e até mesmo a prática do *swing*. Essas outras práticas e formas de relacionamento são importantes no trabalho, uma vez que se coadunam às histórias das pessoas, marcando suas experiências e conferindo-lhes identidades, ainda que momentâneas ou transitórias.

No Brasil, os grupos não-monogâmicos começaram a se organizar apenas na virada do século XX. A rede de relações livres (RLi) se formou entre 2006 e 2009, ano em que passou a divulgar materiais e eventos em uma página virtual, da mesma maneira que o poliamor, cujos primeiros registros são *sites* e *blogs*, além de comunidades e grupos em redes sociais, sendo pioneira a comunidade Poliamor Brasil, do extinto *Orkut*, criada em 2004 (PILÃO, 2012). As origens do *swing* no Brasil são bem mais antigas e remontam aos anos 60 e 70, tal como os relacionamentos abertos, ambos configurando uma hibridação que conciliava as tradições e as normas da monogamia com as transgressões trazidas pelas transformações de comportamento sexual do período (FONTOURA JR, 2015). É interessante destacar que essas formas “menos explícitas” tiveram grande expansão na virada do século, acompanhando a onda de politização das relações não-monogâmicas no país, que tem favorecido a implosão do limbo em que elas estiveram historicamente situadas.

O Brasil ainda não teve eventos públicos de grande porte acerca das não-monogamias, somente encontros informais locais ou regionais. Isso, não obstante, já é realidade em outros países. Em 2005, ocorreu em Hamburgo, na Alemanha, a Primeira Conferência Internacional do Poliamor, evento militante que atraiu adeptos e simpatizantes de todo o mundo. Em 2015, ocorreu o primeiro evento ativista e acadêmico internacional sobre o tema, intitulado *ISt Non-Monogamies and Contemporary Intimacies Conference*²³, na cidade de Lisboa, Portugal. Dois anos depois, aconteceu a segunda conferência internacional, em Viena, na Áustria. A seguir, explico separadamente as formas de não-monogamia, no intento de oferecer um quadro mais detalhado sobre o tema.

²³ Primeira Conferência sobre Não-monogamias e Intimidades Contemporâneas. Participei da conferência como ouvinte e apresentei um trabalho sobre a visão de ciúmes das pessoas não-monogâmicas nas rodas de conversa de que participei como observador. Ver Bornia Jr (2015).

3.1 Poliamor

O termo poliamor ou *polyamory*, do original em inglês, é uma combinação do prefixo grego *poli* (vários ou muitos) com o substantivo latino *amare* (PILÃO, 2012, p.23). De acordo com Cardoso (2010), a palavra surgiu nos Estados Unidos no início da década de 90, em dois contextos distintos, para dar conta dos arranjos não-mononormativos que vinham se formando no país. Em 1990, foi utilizada pela primeira vez em um evento organizado por neopagãos da Igreja de Todos os Mundos, considerados os criadores da primeira vertente do poliamor, de bases esotéricas e espiritualistas. O termo não teve grande repercussão, contudo, e reapareceu como “original” em 1992, em um fórum de discussões pela internet com viés prático de ajuda para resolução de problemas em relações amorosas (HARITAWORN; LIN e KLESSE, 2006). Jennifer Wesp, uma integrante do grupo, utilizou a palavra poliamor como sinônimo de não-monogamia, criando, na sequência, o primeiro grupo de e-mails destinado a discutir o assunto, o *alt.polyamory*. Segundo Klesse (2006), a substituição da palavra foi emblemática, devido à conotação propositiva do termo poliamor – cabe ressaltar que a noção de não-monogamia é substantivamente negativa.

A partir daí o termo se popularizou nos Estados Unidos e na Europa e desenvolveu um léxico particular. Como assevera Freire (2013), o poliamor tem características peculiares, uma vez que privilegia o plano dos afetos, em detrimento do sexo e do desejo. Em outras palavras, o foco das relações, para os poliamoristas, está na pluralidade do amor e na afirmação da ideia de que é possível e eticamente adequado amar mais de uma pessoa ao mesmo tempo, desde que de forma consensual entre os envolvidos, ou ainda de que três ou mais pessoas podem se amar e encerrar um grupo afetivo e conjugal (ANAPOL, 1997; BARKER, 2005). Para eles, as relações meramente sexuais ou casuais são menos valorizadas, desvirtuando o significado real do poliamor.

O discurso poliamorista faz uma crítica ao amor romântico, visto como possessivo, e se fundamenta na construção de espaços livres para a experimentação dos afetos. O ciúme é tratado pelos poliamoristas como um sentimento a ser domado, resquício do amor romântico, e não como demonstração de amor (FREIRE, 2013). A alternativa contraposta a ele seria a da *compersão*, sentimento de empatia e alegria diante da felicidade do parceiro ou parceira em se relacionar com outra pessoa. O ciúme é, por óbvio, matéria recorrente nas discussões e fóruns sobre o poliamor. O incômodo que provoca nas pessoas revela o quanto o poliamor é tratado

como projeto político, para o futuro, de construção de novas moralidades para a organização psicossocial dos relacionamentos humanos.

É impossível definir o poliamor com rigor, pois, como aponta Barker (2005), há uma instabilidade de definições, em razão da emergência recente do assunto e da necessidade de se incluir no leque poliamoroso experiências e sentimentos diversos, inusitados e, muitas vezes, até inominados. Relacionamentos poliamorosos podem ser abertos ou fechados – entre três ou mais pessoas. Pode estar colocada a polifidelidade ou a possibilidade permanente de múltiplos e novos amores. Pode haver trisais, quadrados amorosos, redes fluidas e dinâmicas. No caso de um trisal, é possível que se estabeleça uma hierarquia entre o casal principal e uma terceira pessoa, incluída tardiamente na relação, ou ainda que haja simetria. Nas redes poliamorosas, pode ocorrer de todas as pessoas se relacionarem ou não. É possível até a formação de grupos de parceiros em que participem pessoas monogâmicas.

Cardoso (2010) afirma que o poliamor é uma forma de não-monogamia responsável, movida pela pluralidade afetiva e centrada, sobretudo, na preocupação com o consentimento de todas as partes envolvidas. A responsabilidade é o que garante o estatuto ético do poliamor e ela é exercida através do diálogo e da honestidade entre os parceiros. Em suma, honestidade, responsabilidade e consenso constituem as pré-condições fundamentais para que a experiência poliamorosa se dê de forma livre e simétrica. A partir daí, emergem a lealdade, a confiança, a dignidade, o respeito, a reciprocidade e a não-possessividade (SHEFF, 2005; KLESSE, 2006; PILÃO, 2012; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; SILVA, 2017; PÉREZ e PALMA, 2018).

Dos anos 2000 em diante, começaram a surgir grupos e indivíduos identificados com o poliamor em vários países, inclusive na periferia do mundo capitalista. O principal meio de difusão de ideias, de troca de experiências, de organização de eventos e de formação de redes poliamoristas tem sido a internet. Aqui no Brasil, o poliamor emergiu a partir de *sites*, blogs e redes sociais, como o *Orkut*²⁴ e o *Facebook*, absorvendo as discussões provenientes de outros países e sob a influência dos ideais remanescentes do amor livre²⁵ e dos movimentos LGBTs e feministas. A separação nos Estados Unidos, dos anos 90, entre uma vertente prática e outra esotérica, não marca a gênese do poliamor no Brasil. Por ser mais recente, ela se dá em um

²⁴ Rede social predecessora do Facebook, criada em 2004 nos Estados Unidos e extinta em 2014. O Orkut fez muito sucesso no Brasil na primeira década do século XXI.

²⁵ Entre tais influências, destacam-se os textos de Roberto Freire, teórico e terapeuta brasileiro de orientação anarquista que escreveu sobre amor livre nos anos 80 e influenciou tanto poliamoristas como RLis. Ver Freire (1987; 1990).

contexto de ampla difusão de ideias em nível mundial e de crescimento da politização do debate acerca do tema (PILÃO, 2012; 2017).

3.2 Relações livres

Relações livres, ou RLi (leia-se *errelí*), como é conhecida pelos adeptos, é uma forma consensual e militante de não-monogamia que surgiu no Brasil no início dos anos 2000. No RLi, os sujeitos são entendidos como autônomos e livres para a expressão e a prática dos seus desejos afetivos e sexuais, podendo ter relações casuais e/ou criar laços duradouros, conforme seus interesses e afinidades, independentemente de seus outros relacionamentos (BARBOSA, 2011; SOUZA, 2012; KESSLER, 2013). Criada em Porto Alegre, a rede RLi se estendeu para outras cidades do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Ademais, encontra-se RLis em capitais como Brasília, Salvador e Belo Horizonte, nas regiões metropolitanas e, de forma esparsa, em outras cidades menores.

De modo geral, o RLi é menos divulgado que o poliamor, o que ocorre devido ao seu caráter regional e ao pequeno número de adeptos, em comparação ao correlato mundialmente conhecido. Com efeito, há confusões conceituais entre os dois. Pessoas não-monogâmicas e curiosos interessados pelo tema têm confundido relações livres e poliamor, pensando que eles são sinônimos ou que as relações livres são uma forma específica do poliamor (BARBOSA, 2011; PILÃO, 2012; 2017). Essa percepção é incorreta, sendo que RLis e poliamoristas fazem questão de diferenciar as duas formas de não-monogamia. Apesar da diferença assimétrica em termos de representatividade demográfica, histórica e geográfica, as relações livres estão mais presentes nesse trabalho, já que, no meu campo, elas são mais marcantes que o poliamor.

A expressão *relações livres* foi usada pela primeira vez no manifesto “Sexo, prazer e afetividade”, escrito em 2003 pelo grupo Família e Feminismo, que surgiu em 2002, em Porto Alegre, a partir de oficinas do Fórum Social Mundial (BARBOSA, 2011). O grupo criticava a monogamia e discutia sobre novas formas de relacionamento e sexualidade. Em 2006, juntou-se ao grupo Frente Única de Libertação Sexual e, a partir desse encontro, surgiu o RLi PoA, constituído por militantes que se reuniam para leitura de textos e discussão de questões sobre família, sexualidade e feminismo, sob uma ótica de crítica ao patriarcado e à normatividade monogâmica. Em 2009, a rede RLi ingressou no mundo virtual, disseminando-se por outras

idades, e começou a promover reuniões abertas, a fim de discutir questões gerais sobre não-monogamia e atrair adeptos.

Em 2015, a rede RLi de Porto Alegre passou por crises internas, com disputas entre lideranças e divergências ideológicas quanto à forma de relacionar a temática com os debates feministas dos últimos anos. O conflito fez com que o grupo se dividisse, enfraquecendo o ativismo e o trabalho de criação de outras redes pelo país (PILÃO, 2017). Em 2016, o grupo se manteve mais fechado, criando projetos, como uma comunidade alternativa, a Ecovila RLi, na zona sul da cidade, que não foi construída por limitações financeiras, e um espaço de artes e estudos relacionados com o tema, o Atelier 130, aberto em 2017, no centro de Porto Alegre. No mesmo ano, a rede também lançou o livro *Relações Livres: uma introdução*, no intento de retomar a divulgação nacional. No livro, os principais conceitos e dúvidas são elaborados, de forma simples, a partir dos relatos de histórias reais vividas por alguns RLis (RODRIGUES et. al., 2017).

Barbosa (2010, 2015) e Pilão (2017) afirmam que a ênfase das relações livres está nos elos e na liberdade das relações, de maneira que haja espaços para relacionamentos mais ou menos íntimos e/ou duradouros e a flexibilidade necessária para o estabelecimento de relações plurais de afetos, desejo e sexo. Não se trata, como no poliamor, de defender a *pluralidade de amores*, mas, antes, de se *preservar a liberdade e a autonomia dos sujeitos* nas relações. Essa tônica na autonomia individual chega a ser, inclusive, fonte de discussões e polêmicas, já que muitas pessoas criticam o RLi como se fosse um grupo “liberal” (ou “neoliberal”), rótulo que é veementemente rechaçado pelos adeptos, cuja base teórica remete ao materialismo histórico de Marx e aos estudos de Engels sobre família, propriedade privada e Estado²⁶. Na verdade, as relações livres, de forma diferente do poliamor, que critica o amor romântico defendendo amores múltiplos, colocam a própria noção de amor em suspenso, preferindo pautar a ética e a afetividade dos relacionamentos, em primeira instância, pela amizade (KESSLER, 2013).

Além disso, como o amor não é o valor principal, e sim a autonomia afetiva e sexual, não há desvalorização das relações casuais e sexuais, que são entendidas como prerrogativas das pessoas, conforme seus desejos e prioridades. Cada pessoa deve ter autonomia suficiente para decidir a respeito das relações que pretende manter. Da mesma forma que no poliamor, o consenso é fundamental, assim como a honestidade e a responsabilidade. A única questão não negociável é a liberdade pessoal (BARBOSA, 2015; PILÃO, 2017). Daí resulta uma diferença

²⁶ Ver Engels (1997). Esse texto clássico é uma das leituras fundamentais dos militantes teóricos das relações livres.

importante, a saber, a posição sobre o casamento. Enquanto o poliamor admite que um grupo de pessoas tenha uma união conjugal e amorosa, em uma relação não-monogâmica fechada, o RLi critica e rechaça radicalmente o casamento e qualquer forma de relacionamento fechado. Para o RLi, o ciúme também é visto como um problema e o sentimento de compensação, trazido do poliamor, é mostrado como uma possível alternativa para a liberação das amarras afetivas da possessividade.

Nas reuniões promovidas pelo grupo, a pauta política é central, sendo que o tema da *mononormatividade* é discutido criticamente, junto a questões como machismo, homofobia e desigualdade de classes. Além disso, as pessoas falam sobre os aspectos subjetivos dos seus relacionamentos, compartilhando experiências exitosas e de sofrimento, bem como visões e inquietações sobre ciúmes, traição, desejos e outras questões. Assim, o grupo também acaba servindo como espaço de apoio. As reuniões são acessíveis a um público restrito, entretanto, e a divulgação ocorre principalmente através das redes sociais.

3.3 Outras formas de não-monogamia

Poliamor e relações livres são as formas mais destacadas de não-monogamia no Brasil, devido à visibilidade pública e ao caráter militante. No entanto, há outros tipos de experiência não-monogâmica, que, embora sejam “menos visíveis”, também são importantes, tanto pela quantidade expressiva de adeptos como pelo fluxo dessas pessoas, que se envolvem com RLis e com poliamoristas. Destacam-se, nesse sentido, o relacionamento e o casamento aberto e até mesmo a prática do *swing* (troca de casais). Nessas formas ou práticas de não-monogamia, há menos exposição pública e militância política, bem como maior sigilo e discrição. Trata-se de situações ambíguas, em que se percebe a coexistência entre práticas de vanguarda e modelos e valores monogâmicos de relacionamento (GOLDENBERG, 2001). Pilão e Goldenberg (2012) definem o *swing* e o relacionamento aberto como formas alternativas de conjugalidade, uma hibridização (*entre lugares*) entre a não-monogamia e o padrão *mononormativo*.

Ademais, há uma nítida diferença no que tange às possibilidades de relacionamento. Enquanto o poliamor e as relações livres se baseiam em pluralidade ou liberdade afetiva, essas outras formas são, geralmente, mais restritivas, priorizando a liberdade sexual (WEID, 2008; PILÃO, 2012; FONTOURA JR, 2015). O ativismo *não-mono* tem ressaltado a importância política dos afetos para a construção de novos modos de existência, nas fissuras das normas

monogâmicas. No entanto, as relações abertas, em grande parte, e o *swing*, completamente, cortam essas possibilidades pela metade, uma vez que se abrem para relações sexuais, mas se mantêm fechados à monogamia no plano da afetividade.

O *swing* ou *swing lifestyle* surgiu nos Estados Unidos em meados do século XX, na esteira das mudanças de comportamento sexual que se aprofundaram no país no pós-guerra. Em princípio, a prática da troca de casais era circunscrita a festas privadas, mas, atualmente, como se pode perceber pela adoção da palavra *lifestyle*, o *swing* se transformou em estilo de vida para os adeptos estadunidenses, que vai além das festas e trocas sexuais²⁷. No Brasil, a prática chegou nos anos 70, mantendo-se no sigilo das festas privadas em virtude do cenário conservador vivido na ditadura militar (FONTOURA JR, 2015). Esse contexto pouco mudou até o fim do século, sendo que apenas nos últimos anos o *swing* obteve maior divulgação e aumento expressivo no número de adeptos, favorecido pelas tecnologias digitais. Inicialmente restrito às grandes cidades e às classes altas, hoje se encontra também nas regiões periféricas e em cidades pequenas do interior do país.

O *swing* é a troca de casais para relações sexuais. Pode ocorrer com a inclusão de uma terceira pessoa, pela troca direta ou em festas coletivas. Para muitos não-monogâmicos, ele não deve ser considerado, por si só, uma forma de não-monogamia, e sim uma prática sexual específica, adotada tanto por casais monogâmicos quanto por gente *não-mono*²⁸. Os *swingers* se definem como “liberais”. Conforme o jargão do meio, trata-se de um “meio liberal” no qual “tudo é permitido, porém nada obrigatório” (WEID, 2008). Para que ocorra, é preciso haver consenso entre as partes envolvidas e respeito aos acordos estabelecidos. Em geral, o *swing* se restringe ao momento da troca, seja ele um encontro ou uma festa, e dificilmente ocorre sem a participação do casal, isto é, consiste em uma prática compartilhada, e não numa prerrogativa individual. Encontra-se numa zona limítrofe, pois permite a realização consensual e acordada de desejos e fantasias sexuais, mas sem contestar o amor romântico e a família monogâmica. Bértolo (2009) utiliza as categorias de fidelidade sentimental e infidelidade sexual, apontando que os *swingers* se identificam como monogâmicos no primeiro caso e não-monogâmicos no segundo. Weid (2008), na mesma perspectiva, afirma que se pode compreender a prática pela admissão da coexistência entre monogamia afetiva e não-monogamia sexual.

²⁷ O *swing* não se refere apenas a práticas sexuais entre casais, mas também constitui grupos de amigos que compartilham o “estilo de vida” e mobiliza eventos coletivos como cruzeiros e viagens.

²⁸ Na literatura acadêmica sobre o tema, encontrei posições variadas e pouco claras a respeito disso, mas me parece mais comum a percepção de que o *swing* não caracteriza um tipo específico de não-monogamia e que constitui uma prática sexual inserida na lógica monogâmica, embora apropriada com frequência por não-monogâmicos.

Os relacionamentos e casamentos abertos, finalmente, são formas de não-monogamia em que os envolvidos abrem o relacionamento principal à possibilidade de manter relações de caráter secundário, principalmente sexuais ou casuais (HEILBORN, 2014). Ao contrário do *swing*, que necessita da participação do casal e conta com uma rede que ampara os ritos do dito “meio liberal”, como redes sociais, casas de *swing* e festas privadas, os relacionamentos abertos são mais flexíveis e atomizados. Segundo Fontoura Jr (2015), as origens desse tipo de relacionamento, no Brasil, remetem ao intercâmbio com as transformações que eclodiram nos Estados Unidos a partir de meados do século XX. A diferença em relação ao *swing* é que, enquanto esse é o resultado da introdução de costumes “liberais” no âmbito da intimidade sexual das relações conjugais, as relações abertas sofreram maior influência da contracultura e dos ideais do amor livre, isto é, não se tratava só de romper sexualmente com a monogamia, mas de “rejeitar os valores da sociedade burguesa”. O casamento aberto emergiu como uma tentativa de libertação do conservadorismo sexual, porém dentro do escopo da conjugalidade. Atualmente, não existem grupos de casais abertos, como há, de fato, de *swingers*. Por outro lado, a prática do *swing* é mais restritiva. Em casamentos abertos, geralmente, os parceiros saem sozinhos com outras pessoas e pode haver alguma brecha para envolvimento afetivo.

Os relacionamentos abertos seguem a mesma lógica do casamento aberto. É possível asseverar simplesmente que se trata de namoros abertos, sem o peso e o comprometimento da união conjugal. Neles, existe o acordo explícito de que o casal pode manter relações sexuais e/ou casuais com terceiros, com o compromisso de priorizar a relação principal. Pilão (2012) coloca o relacionamento aberto como um momento de transição entre a vivência monogâmica e a assunção de uma identidade não-monogâmica. Ele constituiria, nesse sentido, a tentativa de conciliar uma relação já formada com o desejo de ruptura com a monogamia. Casamentos e relações abertas são arranjos em que casais se abrem a experiências não-monogâmicas em contextos que partem de limitações monogâmicas. Falando assim, pode parecer que se trata de realidades muito diferentes, em comparação ao poliamor e às relações livres, mas a verdade é que as trajetórias dos sujeitos se cruzam e as identidades acabam, muitas vezes, fundindo-se com o tempo.

3.4 Não-monogamias nas redes sociais

A internet tem sido uma ferramenta fundamental para o crescimento das relações não-monogâmicas no Brasil e no mundo. Além de disponibilizar informações sobre o assunto, é a partir dos *sites* e, sobretudo, das redes sociais, que os grupos têm se constituído e organizado debates e eventos, atraindo a atenção de curiosos e simpatizantes. Isso impulsiona a expansão das redes de relacionamento, propiciando trocas de informações e experiências e facilitando a conexão das pessoas para além dos meios virtuais (CARDOSO, 2010; PILÃO, 2012; SILVA 2016). Por isso, acompanhar a rotina dos grupos na internet se tornou parte da metodologia de pesquisa desse trabalho. Sem lançar mão desse recurso, ficaria difícil compreender a dinâmica das relações não-monogâmicas no Brasil.

Esse crescimento, amparado pelo solo fértil do mundo virtual, tem obtido visibilidade inclusive nos meios de comunicação tradicionais. Discussões relativas às não-monogamias têm ocupado espaço na mídia impressa e em programas de televisão. Nos últimos anos, RLis e poliamoristas participaram de programas nacionais de grande audiência, como Na Moral e Encontro com Fátima Bernardes, da Rede Globo, e, em 2015, o canal pago GNT apresentou uma série documental intitulada Amores Livres, que abordava, a partir de casos reais, diversas configurações de relacionamentos não-monogâmicos (WIENER, 2016).

A maior repercussão pública do tema tem estimulado até mesmo discussões acerca de suas implicações legais e jurídicas (CHATER, 2015). Trisais poliamorosos, encorajados pelo contexto favorável, pediram, nos últimos anos, reconhecimento de uniões estáveis poliafetivas nos cartórios do país. Após diversas negativas, os juristas começaram a discutir tal pauta. O primeiro caso de união poliafetiva bem-sucedido se deu em 2012, quando foi reconhecida, via escritura pública, uma união estável entre duas mulheres e um homem na cidade de Tupã, no interior de São Paulo. Desde então, outras uniões poliamorosas tiveram reconhecimento legal no Brasil²⁹, recebendo destaque na mídia e gerando polêmicas (PORTO, 2017). Nos últimos anos, uma reação conservadora em torno do tema tem impedido avanços jurídicos. Em 2016, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitou a suspensão nos registros de uniões poliafetivas, com a finalidade de avaliar as bases legais desses arranjos, considerados inconstitucionais por muitos juristas.

²⁹ Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar da divulgação em mídias diversas, é principalmente nas redes sociais virtuais que ocorre a difusão do tema. A partir delas, os grupos conectam pessoas, discutem ideias e organizam eventos. Nos grupos do *Facebook*, a não-monogamia obtém visibilidade e deixa de ser mistério para muitos sujeitos, que curtem as páginas em busca de informações, dividem experiências, tiram dúvidas e fazem comentários e apresentações. Em tais grupos, além dos adeptos habituais, participam curiosos, pessoas que têm ou tiveram relacionamentos abertos ou experiências afins, *swingers* e outros, cuja trajetória está marcada por algum sofrimento ou inadequação à monogamia. Ou seja, as redes sociais são uma porta de entrada para esse meio, pois ajudam a desmistificar o assunto e a fissurar a “bolha social” em que estão inseridos os não-monogâmicos³⁰.

Os grupos do *Facebook* apresentam menos informações e textos que os *sites* e *blogs*, mas contam com a popularidade e a dinâmica interativa típicas das redes sociais. Tais grupos mobilizam muita gente para discutir temas diversos – ainda que boa parte dos envolvidos seja composta por curiosos e pessoas sem ou com pouca informação e/ou experiência em relações não-monogâmicas. Nas discussões virtuais, há perguntas e respostas, bem como solidariedade diante de vivências malsucedidas e relatos de sofrimento. Ocorrem também críticas e brigas, as *tretas*³¹ de internet, resultantes de manifestações de preconceito ou falta de empatia. Com o crescimento recente da politização de gênero e sexualidade, tornou-se frequente o cruzamento do tema não-monogamia com questões relativas ao feminismo, família, machismo, homofobia e transfobia, etc.

Pilão (2012) afirma que a difusão do poliamor, no Brasil, iniciou a partir de *blogs* e da extinta rede social *Orkut*. A comunidade Poliamor Brasil era o principal espaço de discussões sobre o assunto por volta de 2005. Dela, emergiram outros grupos, como o Pratique Poliamor, presente atualmente no *Twitter* e no *Facebook*. Rede social mais importante hoje, o *Facebook* tem diversos grupos sobre poliamor, nacionais e regionais, dos quais participam militantes, adeptos não envolvidos com ativismo e, ainda, demais pessoas interessadas no tema. A maior parte dos integrantes não tem envolvimento militante com o poliamor, nem se identifica como poliamorista. O que mais conecta as pessoas nas redes são a curiosidade e o desvio em relação à monogamia, vivido, muitas vezes, de maneira esporádica, errante e, não raro, bem sofrida. É

³⁰ Sobretudo, áreas centrais e universitárias de grandes cidades do país. Nas redes, pessoas de todo o Brasil tomam conhecimento das relações não-monogâmicas, inclusive no interior e em zonas periféricas.

³¹ Treta é uma gíria utilizada para expressar discussões nas redes sociais, com destaque às de caráter político. As tretas, em geral, não são pautadas apenas pelo diálogo e argumentação, mas também pela polarização do debate e ofensas pessoais, onde se destaca a figura do *hater*, isto é, aquele que usa os espaços democráticos da internet para ofender os outros e promover discursos de ódio.

comum encontrar pessoas em vários grupos ao mesmo tempo, tanto nos de poliamor quanto nos de relações livres. Nesses casos, pode se tratar de adeptos procurando estender as redes de contato ou de curiosos à procura de informações.

Em uma busca no *Facebook* por grupos nacionais, em janeiro de 2018³², localizei, em ordem, os seguintes grupos³³: *POLIAMOR*, com 5622 membros; *POLIAMOR*, 3885 pessoas; *Poliamor Tinder – Encontros*, 2590; *Poliamor e Diversidade*, 25772; *Poliamor Gay*, 1364; *Trisal, Polifidelidade e Poliamor*, 3045; *Poliamor – Encontros e Relacionamentos*, 2095; *Poliamor com Respeito*, 1702; *Poliamor Porto Alegre/RS*, 663; *Poliamor, Amor Livre e Mentes Livres*, 14944; *Poliamor à Procura SP*, 1309; *Poliamor*, 2960; *Poliamor e Não-Monogâmias Fórum Beta*, 940; *Poliamor Fluminense*, 1416; *BDSM + Poliamor*, 3042; *Poliamor RJ – Rio de Janeiro*, 1716; *Poliamor Brasília*, 322; *Poliamores – Não-Monogâmias em Debate*, 3134; *Não-Monogamia/Poliamor*, 348; *Poliamor Interior do RS*, 107; *Poliamor Real*, 2346; *Poliamor Belo Horizonte*, 764; *Poliamor, Relações Livres, Relações Não-Monogâmicas, outras possibilidades*, 968; *Poliamor Brasil*, 1050; *Poliamor Trisal*, 13798; *Poliamor Rio Grande do Sul*, 135; *Bareback Poliamor Entre Homens*, 3134; *Poliamor RJ – Procura-se*, 463; *PoliAmor, Relação/Amor Livre e demais Não-Monogâmias Sem Mimimi*, 786; *Poliamor para Indivíduos*, 1056; *PSF – Poliamor sem Feminismo*, 2065; *Poliamor – Artistas Uni-vos*, 361; *Poliamor Campinas*, 205; *Poliamor Brasil*, 1265; *Poliamor Curitiba*, 404; *Poliamor BR – Procura-se*, 487; *Poliamor e Relações Livres Ceará*, 390; *Poliamor – Mulheres*, 675; *Poliamor Santa Catarina*, 185; *Poliamor BA*, 133; *Trisal, Quadrisal e Poliamor RJ*, 1852; *Poliamores*, 342; e *A Favor do Amor, Contra o Preconceito – Poliamor*, 121.

A rede de relações livres entrou nas redes sociais já na era do *Facebook*. Da mesma forma que no poliamor, encontrei grupos nacionais e regionais, mas parece que, no caso do RLi, a relação de importância se inverte, verificando-se a preponderância dos grupos locais. Em ordem, localizei os seguintes grupos: *Relações Livres – RS, composto por 413 membros*; *Relações Livres – BA*, 585; *Relações Livres – SP*, 1935; *Relações Livres – Brasil*, 1006; *Relações Livres – RJ*, 1403; *Poliamor: Relações Livres, Relações Não-Monogâmicas, outras possibilidades*, 968; *Ursos & Chasers – Relações Livres e Poliamores*, 3115; *Relações Livres BH*, 570; *Relações Livres – Exclusivo para Mulheres*, 321; *Relações Livres Rio Claro*, 294;

³² Em 2016, havia feito uma busca semelhante. Em dois anos, houve uma transformação significativa. Vários grupos surgiram e outros deixaram de existir. Os administradores/moderadores, em todo caso, são muitas vezes os mesmos, que criam novos grupos e extinguem os antigos.

³³ São citados aqui grupos do *Facebook* com pelo menos 100 integrantes. Há também inúmeros grupos pequenos e inativos, com dezenas de pessoas.

Poliamor e Relações Livres Ceará, 390; *Poliamor e Relações Livres – Recife – PE*, 311; *Amor/Relações Livres (Floripa)*, 105 pessoas; *PoliAmor, Relação/Amor Livre e demais Não-Nonogamias Sem Mimimi*, 786; *Sobre Poliamor, Relações Livres e outras coisas lindas*, 409; *Relações Livres – Volta Redonda*, 165. É importante frisar que o RLi do Rio Grande do Sul, o mais antigo do Brasil, foi dissolvido e reorganizado durante 2016 (PILÃO, 2017). O grupo do *Facebook* foi excluído e recriado e, por isso, conta com baixo número de integrantes. Cabe também observar que alguns grupos se repetem na pesquisa sobre poliamor e relações livres. Além dos grupos, existem páginas no *Facebook* relacionadas com esses temas.

Não há grupos de discussão organizados nas redes sociais sobre relacionamentos e/ou casamentos abertos, mas, sim, alguns grupos para casais em busca de sexo, *swing* e “putaria”: *Relacionamento Sem Compromisso Aberto Curtição*, com 11427 integrantes; *Relacionamento Aberto*, 1395; *Agência “Mil Amores” Relacionamento Aberto*, 2936; *Relacionamento Aberto Campos dos Goytacazes*, 277; *Relacionamento Aberto sem fins lucrativos, só quem realmente gosta de sexo*, 254; *Amor em um Relacionamento Aberto*, 297; *Relacionamentos Abertos – Poliamor GLS*, 206; *Relacionamento Aberto*, 264; *Relacionamento Aberto para sexo sem frescuras*, 105; *Casais Relacionamento Aberto*, 419; *Relacionamento Aberto Todas Mulheres*, 123; *Amantes Livres de Relacionamento Aberto*, 183. Além disso, existem dezenas de grupos para interessados em *swing*. Os sujeitos com relacionamento aberto, quando interessados em se conectar com outras pessoas e discussões sobre o tema, têm procurado, principalmente, os espaços que debatem o poliamor. O mesmo ocorre com *swingers*³⁴ e outros, que têm/tiveram experiências não-monogâmicas fortuitas.

Para ilustrar a dinâmica das redes sociais, exponho, a seguir, duas imagens de grupos do *Facebook*, uma sobre poliamor e outra sobre relações livres³⁵.

³⁴ No caso do *swing*, existem redes sociais específicas com o objetivo de aproximar casais e propiciar encontros, como o site d4swing.com.

³⁵ As imagens que seguem são *print screens* feitos em janeiro de 2018.

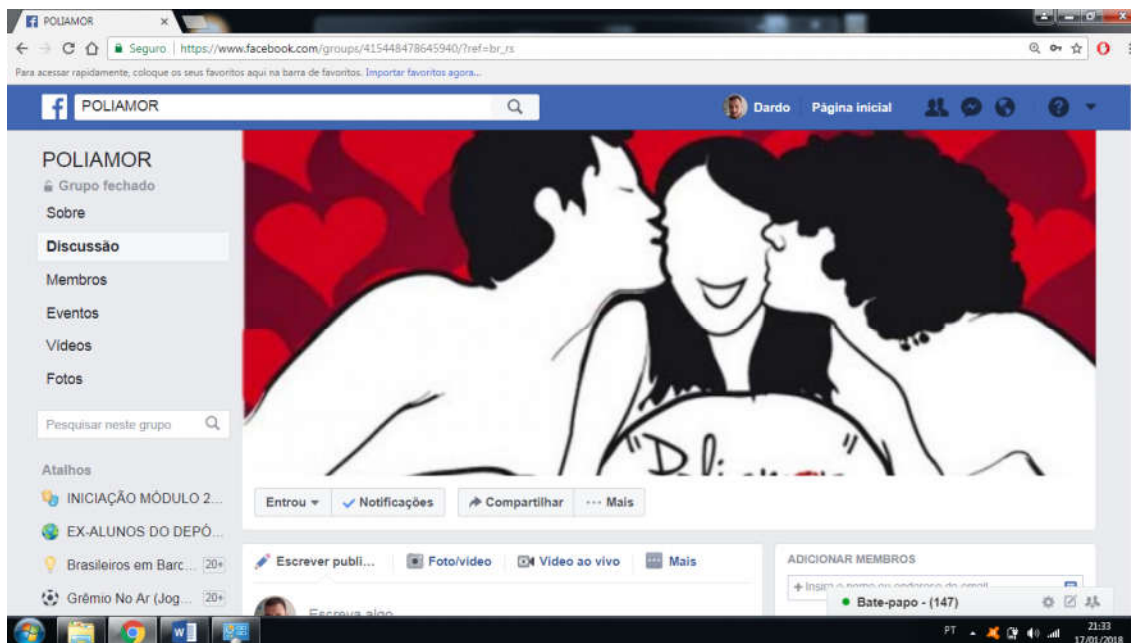


Figura 1: Grupo POLIAMOR, de abrangência nacional.



Figura 2: Grupo Relações Livres – RS, de abrangência regional.

Além dos grupos nas redes sociais, é possível encontrar *blogs* e *sites* sobre temas não-monogâmicos, como o *Poliamor Brasil*, *Rede Relações Livres (RLi) – Brasil*, *Amores Livres e Amar e Permanecer Livre*, bem como fóruns, textos e matérias jornalísticas relacionados com

o assunto. A seguir, exibo a página *Amar e Permanecer Livre*³⁶, criada em maio de 2015 pela rede RLi de Porto Alegre.



Figura 3: Blog Amar e Permanecer Livre – Rede RLi de Porto Alegre.

Desde 2016, começaram a surgir grupos de *WhatsApp* de pessoas não-monogâmicas, uma vez que os debates no *Facebook* ficaram muito abrangentes e cheios de curiosos, o que descaracterizou em parte os propósitos iniciais desses grupos. Com efeito, alguns grupos do *Facebook* foram abandonados, excluídos e/ou tiveram suas atividades reduzidas a postagens esparsas. No *WhatsApp*, eles são pequenos e a participação é controlada. Cada novo membro deve cumprir a regra de se apresentar e explicar porque está entrando no grupo. Além disso, só é possível ingressar a convite de alguém, ao contrário do *Facebook*, onde eles são abertos a quem fizer uma busca temática.

Uma entrevistada me adicionou em dois grupos do Rio Grande do Sul, o “*AMIGOS NÃO MONO RS*” e o “*POLIAMOR, RLI E DIVERSIDADE*”, ambos criados em 2017. O primeiro tem trinta e quatro integrantes, de Porto Alegre e região, e congrega o pessoal que costuma politizar mais a discussão acerca do tema. Há um controle rígido para que não sejam compartilhados conteúdos ofensivos e preconceituosos, de viés machista, racista, lgbtfóbico,

³⁶ O nome Amar e Permanecer Livre foi criado após o racha que dividiu a rede RLi em dois grupos. Antes, o blog se chamava *Relações Livres*.

etc. O segundo, com quarenta e duas pessoas, também de Porto Alegre, é menos criterioso. Sendo assim, recebe, às vezes, conteúdos de humor preconceituoso, que ocasionam tretas e debates, risadas de algumas pessoas e desconforto de outras.

Os dois grupos têm muita atividade e servem para discutir assuntos diversos, marcar encontros e festinhas, flertar com os demais integrantes e compartilhar textos, fotos, vídeos, *memes* e áudios. A maior parte do conteúdo que circula, em todo caso, é sobre sexo, fotos das próprias pessoas nuas (*nudes*³⁷) ou transando, assim como vídeos, *memes* e *gifs* de putaria, a dois ou em *ménages à trois* e surubas. Abaixo, mostro as fotos do perfil desses dois grupos de *WhatsApp*. Vale lembrar que o título desse trabalho foi extraído da primeira foto (figura 4), em razão de sua beleza e potencial imperativo.

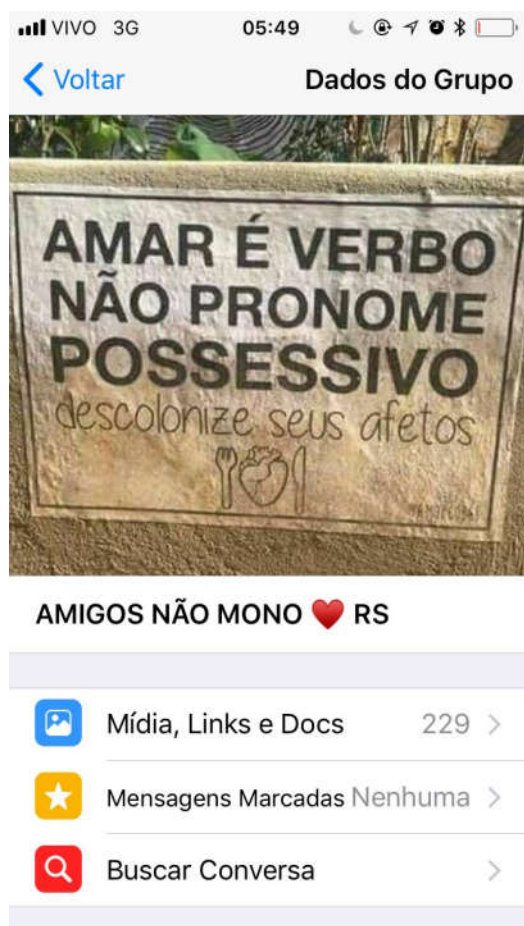


Figura 4: Foto de perfil do grupo de WhatsApp “AMIGOS NÃO MONO RS”.

³⁷ *Nude* (ou, no plural, *nudes*) é um termo usado para fotos de nudez enviadas pela internet, através das redes sociais.



Figura 5: Foto de perfil do grupo de WhatsApp “POLIAMOR, RLI E DIVERSIDADE”.

3.5 Feminismo e cenário político

O crescimento das mobilizações em torno das políticas de identidade no Brasil, nessa década, tem impulsionado os debates acerca das relações não-monogâmicas, que se tornaram mais críticos e sofisticados. A discussão sobre gênero e sexualidade, que marca os avanços dos grupos feministas e LGBTs, complexificou um tema que, até então, era debatido de forma muito mais simplificada (PILÃO, 2012; 2017). De um lado, os adeptos das não-monogâmias enalteciam suas vantagens e o seu caráter libertário e, de outro, os opositores, partindo de uma perspectiva “moralista”, viam nela uma deturpação de valores tradicionais de família e amor romântico.

Os militantes das relações livres e do poliamor têm participado ativamente de eventos, campanhas e protestos em torno das principais pautas que os movimentos sociais de esquerda

vêm mobilizando atualmente no Brasil, com destaque àquelas com recorte de gênero, como a descriminalização do aborto e o combate à violência contra a mulher. Em Porto Alegre, por exemplo, a organização da Marcha das Vadias, movimento que surgiu no Canadá no intento de reivindicar a liberdade e os direitos das mulheres sobre os próprios corpos e de denunciar o machismo estrutural, e que contou com uma série de protestos pelo país, deu-se a partir das integrantes locais da Rede de Relações Livres (BORNIA JR, 2015).

Com efeito, é importante ressaltar os impactos gerados por esses processos políticos em mulheres não-monogâmicas, mas também em outras mulheres, até então alijadas ou pouco envolvidas com os debates políticos sobre gênero. A repercussão que as vozes feministas têm provocado, com o auxílio da internet e das redes sociais, fez com que muitas mulheres que se interessavam por relações não-monogâmicas, a fim de fugir das amarras da monogamia e dar vazão aos desejos reprimidos, passassem a problematizar primeiro essas relações, a partir de um olhar crítico, ponderando acerca de suas vantagens e desvantagens. Afinal, é bom lembrar que as não-monogâmias são apresentadas, muitas vezes, de forma acrítica pelos seus adeptos mais entusiastas, em especial pelos homens, como a grande solução para os relacionamentos humanos (FONTOURA JR, 2015; SILVA, 2017).

A crítica feminista das não-monogâmias tem feito com que muitas mulheres prefiram não se aproximar do poliamor ou das relações livres, por considerarem que tais relações são desiguais e inseguras para mulheres, espaços novos com roupagens progressistas para homens reproduzirem velhas assimetrias de gênero³⁸ e *pegarem* várias mulheres, ou simplesmente por defenderem os direitos das mulheres à monogamia e ao amor romântico e depreenderem que, embora a monogamia seja, de fato, uma construção social normativa, fugir dela não as torna necessariamente mais livres, autônomas ou empoderadas (SILVA, 2017).

Nesse sentido, cabe citar alguns textos marcantes, publicados na internet nos últimos anos, que fizeram uma crítica feminista/progressista das relações não-monogâmicas – e não mais a crítica conservadora, em defesa da família tradicional, mais recorrente até então. Em 2014, a ativista e jornalista Vivienne Chen sacudiu os meios não-monogâmicos ao publicar o texto *Poliamory is for rich, pretty people*, traduzido para o português como *Poliamor é para pessoas ricas e bonitas* e publicado no site Blogueiras Feministas. No texto, Chen afirma que,

³⁸ Fontoura Jr (2015) critica essa reconfiguração das assimetrias de gênero, afirmando que o sexo libertário do “amor livre” é, desde os anos 60, uma prática “masculinista”, pois a liberdade é pautada por uma ótica “masculina” de compreensão do sexo e dos afetos. Ciúmes e emoções descontroladas são vistos, nesse contexto, como despreparo emocional das mulheres, fragilidades que impedem a libertação humana diante de estruturas sociais conservadoras.

embora seja uma alternativa interessante para os relacionamentos afetivos e sexuais, deve-se admitir que o poliamor constitui um privilégio, acessível, sobretudo, para pessoas com tempo e dinheiro (brancas e ricas). A autora tece uma analogia entre poliamor e vida saudável, como *estilos de vida* que requerem boas condições financeiras para serem realizados. Contudo, faz uma ponderação: “só porque alguma coisa requer privilégio para obter sucesso, não significa que ela seja uma atividade injusta”. No mesmo ano, “escrito por muitas mãos e sem autoria”, conforme a autodefinição, foi publicado, no Brasil, o *Manifesto contra o amor neoliberal*, que *viralizou* nas redes sociais. Visto como crítica às relações livres pelos RLis, o texto relaciona liberdade e consumo, afirmando que “amar não é consumir amor” e que “o amor neoliberal não liberta os corpos”. Enfim, destaca-se a crítica das feministas negras, cujos textos apontam a desconfiança ou o repúdio às relações não-monogâmicas, tendo em conta o papel subalterno e a solidão da mulher negra, para quem a não-monogamia traria riscos e abandono, em vez de libertação. Em 2015, Gabriela Bacelar publicou *A imposição do seu amor livre pra mim não é novidade*, no site Blogueiras Negras. No mesmo ano, um texto atribuído à pseudônima Laura Elisa, *Poliamor não me contempla*, critica as leituras feministas brancas da não-monogamia, concluindo que “a monogamia e a não-monogamia serão privilégios de quem se enquadra no padrão, e o amor escondido será da preta”.

Em relação a esse cenário político, cabe mencionar os embates e posições divergentes que acompanhei nos grupos do *Facebook*. Enquanto os estudantes universitários, os militantes e as feministas conduzem as discussões para o âmbito do respeito às diferenças e às minorias, problematizando as desigualdades, outras pessoas, não envolvidas com ativismo, dão opiniões mais amplas e controversas, muitas vezes preconceituosas e conservadoras. Ao mesmo tempo em que os ativistas tentam associar o tema da não-monogamia com as políticas de identidade, direitos humanos e *empoderamento* das mulheres, alguns homens reclamam de “perseguição” das feministas (chamadas de *feminazi*³⁹), acusando-as de *misandria*⁴⁰. Para eles, o *amor livre* não deveria ser politizado. Dentre as reclamações recorrentes, estão as de que “o mundo está ficando chato” e de que “hoje em dia tudo é machismo”.

Em oposição a essas percepções, muitas mulheres feministas rejeitam as relações não-monogâmicas, como disse antes, por acreditarem que se trata de novos espaços de dominação masculina, qualificados pela possibilidade moral de os homens se relacionarem legitimamente com várias mulheres. Muitas outras, entretanto, lutam pela construção de espaços *não-mono*

³⁹ Termo pejorativo usado por conservadores para se referir ao feminismo, numa associação entre feminismo e nazismo.

⁴⁰ Ódio aos homens.

mais simétricos e seguros, pois defendem que a monogamia não é a alternativa política ideal para resolver as desigualdades de gênero e que a não-monogamia pode ser libertadora para as mulheres (BARBOSA, 2011; 2015).

Além das pautas feministas, outros marcadores sociais têm sido levantados nos grupos do *Facebook*, promovendo discussões a respeito de raça, classe e preconceitos sobre corpo, idade e orientação sexual. Assim, o *sujeito universal não-monogâmico*⁴¹, ou seja, o indivíduo branco, de classe média, heterossexual, urbano e instruído, tem sido criticado por muitos dos interessados no tema, pois constitui, simultaneamente, o ser idealizado de uma sexualidade “libertária” eurocêntrica e a pessoa que mais tem privilégios nos relacionamentos. Tal crítica não se dá, contudo, sem disputas ou brigas. As *tretas* ajudam a estimular o debate e seguem a tendência de disputa ideológica e polarização das redes sociais. O cenário atual, que favorece o crescimento do diálogo acerca desse tema, é o mesmo que permite a crítica e o acirramento de tensões e divergências.

3.6 Experiências de campo na rede de relações livres

3.6.1 Reuniões do RLi

Exponho, a seguir, uma descrição etnográfica de eventos e espaços para oferecer um panorama de minhas observações de campo. O objetivo é ilustrar os encontros com os sujeitos reunidos, confraternizando, produzindo e reafirmando identidades em atividades políticas e festivos. A potência sinérgica de compartilhar experiências coletivas na investigação, de fato, é fundamental para “sentir” o campo.

Em 2014, quando voltei a morar em Porto Alegre, decidi procurar a rede de relações livres. Meus amigos *swingers* haviam me falado a respeito do grupo. Encontrei um *blog* com informações sobre o RLi, que contava sua história e trazia alguns conceitos, diferenciando-o de outras formas de não-monogamia, e disponibilizava textos de introdução a questões gerais relacionadas ao tema, tais como o manifesto *Abaixo à família monogâmica*, de Sérgio Lessa, e os textos críticos ao amor romântico da psicóloga Regina Navarro Lins⁴². A ferramenta mais

⁴¹ Considerando as narrativas que dão origem ao poliamor, pensadas desde um padrão branco, heterossexual e de classe média do Norte global.

⁴² Ver Lessa (2012) e Lins (2007).

importante de divulgação da rede nesse momento, contudo, era outra. Um grupo no *Facebook*, criado para divulgar eventos e promover discussões políticas acerca de relacionamentos não-monogâmicos chamou a atenção de muita gente e se multiplicou. O que era apenas “Rede de Relações Livres” se tornou Relações Livres/RS, na medida em que iam surgindo conexões em outros estados. O RLi surgira no Rio Grande do Sul e tinha alguns adeptos em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas era um grupo muito pequeno e praticamente desconhecido até 2013. Com a divulgação nas redes sociais, expandiu-se para outras cidades, sendo constituído por pessoas curiosas acerca do assunto e por contatos do RLi gaúcho. Passei a acompanhar o grupo virtual nesse período de expansão. Uma roda de conversa foi marcada, convidando interessados de Porto Alegre, e resolvi comparecer para ver o grupo de perto.

Era fim de março quando participei de minha primeira reunião RLi. Aberta ao público em geral, a roda de conversa servia como espaço de discussão de questões relacionadas com a não-monogamia e de compartilhamento de experiências pessoais. Era, de certa maneira, uma mescla entre formação política a partir da perspectiva RLi e “terapia” em grupo para pessoas com experiências de sofrimento em relacionamentos monogâmicos e não-monogâmicos. A primeira impressão foi marcante. A reunião ocorreria na Casa de Cultura Mário Quintana⁴³. Ao chegar ao local divulgado, deparei-me com a organização da Marcha das Vadias. Alguns homens esperavam no corredor, enquanto um grupo de mulheres, formado por militantes de esquerda, feministas e estudantes universitárias, discutiam sobre o protesto dentro da sala. Eu pensei, no momento, que se tratava de eventos completamente diferentes, mas havia algo em comum entre eles: a organização da marcha contava com mulheres RLis. Quando a reunião terminou, algumas mulheres foram embora e outras permaneceram. Percebi, então, a conexão entre as atividades. Tempos depois, soube, através de uma amiga que na época não conhecia e que estava naquele encontro, que a reunião gerou um *racha*⁴⁴ na organização da Marcha das Vadias, motivado por divergências ideológicas. As RLis que organizaram a roda de conversa daquele sábado são influenciadas amplamente pelo marxismo e pelo feminismo radical. Vale lembrar, a propósito, que divergências ideológicas gerariam uma ruptura na própria rede RLi de Porto Alegre muito tempo depois, entre os RLis mais antigos e identificados, em primeiro lugar, com a pauta não-monogâmica, e o grupo de mulheres que submeteram essa pauta à luta feminista e denunciaram práticas machistas percebidas dentro do grupo.

⁴³ Centro cultural na Rua dos Andradas, centro de Porto Alegre. Era o hotel onde morava o poeta Mário Quintana. Após sua morte, o hotel foi transformado em casa de cultura.

⁴⁴ Para melhor compreensão do *racha* da Marcha das Vadias de Porto Alegre e das divergências ideológicas entre as diferentes perspectivas feministas envolvidas, ver Dell’Aglío (2016).

Por que a primeira impressão foi marcante? Ora, o que eu encontrara ali era totalmente diferente do que conhecera no *swing*. Comecei a pesquisa conhecendo casais que transavam com outros casais, mas que defendiam a família e comentavam coisas que contradiziam suas práticas sexuais veladas. Deparei-me então com outra realidade. Feministas, comunistas, ateus e estudantes universitários. Parecia que essa gente vivia em mundos diferentes, e, de certo modo, essa metáfora não deixa de ser verdade. Entretanto, vi que o *swing*, embora criticado, não era desconsiderado enquanto experiência de não-monogamia. Entre os RLis presentes na reunião, vários já tinham feito *swing*. Na realidade, a maioria dos RLis já tinha vivenciado outros tipos de relação não-monogâmica, principalmente relacionamentos abertos. A reunião tinha bastante gente jovem, entre 18 e 25 anos. Começou com todos sentados em roda no chão e com as apresentações individuais. Não chegava a trinta pessoas. Depois, algumas perguntas foram lançadas pelas condutoras do debate e a conversa se manteve, até o final, em uma alternância entre desabafo pessoais e explicações teóricas acerca das relações livres. Nunca me esqueci de uma fala de Joana, a quem entrevistei muito tempo depois: “aqui é o único lugar em que, se você tiver uma experiência não-monogâmica malsucedida, ninguém vai te condenar dizendo que isso era errado e que por isso não deu certo”. Para ela, as relações não-monogâmicas costumam trazer sofrimento e aprendizado, já que a monogamia é compulsória em nossa sociedade e romper com essa coerção implica deixar a zona de conforto. Identificar-se como RLi, nesse sentido, não traria conveniências. Seria, em primeiro lugar, uma postura política.

Ao término da roda de conversa, o pessoal que restou se dirigiu a um bar na Rua dos Andradas, perto da Casa de Cultura. Fui também e, nesse momento, a conversa ficou mais descontraída. Uma situação interessante ocorreu no boteco. Um amigo meu, músico, a quem tinha convidado para a reunião por ter se mostrado interessado no assunto, revelou que havia ficado surpreso, pois não esperava que a roda de conversa fosse tão séria. Ele pensava que era um evento para as pessoas “se conhecerem e se curtirem”. Uma das organizadoras riu, mas comentou em tom de crítica: “ah, tu achava que ia vir aqui pra pegar geral? O RLi não é isso não”. Conversei por certo tempo com Joana, tomando cerveja, e falei de outras coisas, além de relacionamentos. Durante a reunião, contara sobre minhas vivências não-monogâmicas. No bar, comentei sobre a pesquisa que estava iniciando, ao que ela respondeu, com sua ortodoxia marxista militante: “eu não gosto dos antropólogos; são muito pós-modernos”. Naquele dia, ainda não tinha decidido estudar as relações livres. Tinha ido à roda de conversa, a princípio, para conhecer o grupo, pois estava curioso. Nos dias seguintes, pensando acerca do que vira e

ouvira e seduzido por aquela galera militante, resolvi pesquisar o RLi e passei a acompanhar o grupo com mais proximidade. Levaria algum tempo ainda para que a pesquisa se descentrasse de uma identidade não-monogâmica e passasse a trabalhar com sujeitos e suas experiências e relações.

Abaixo, exibo uma faixa utilizada para identificar o grupo nas rodas de conversa feitas em lugares abertos e o *folder* digital de um bate-papo promovido em uma faculdade de Porto Alegre.



Figura 6: Faixa da Rede de Relações Livres.



Figura 7: Folder de bate-papo realizado na FADERGS em junho de 2016.

As rodas de conversa que frequentei depois foram parecidas com a primeira. Joana e Ana⁴⁵ organizavam os encontros, com Diego, na época companheiro de Joana. Certas pessoas iam com frequência, mas sempre tinha gente nova, curiosos que compareciam e dividiam suas experiências e depois não voltavam mais. Poucos integrantes da rede RLi, isto é, os membros antigos, criadores da noção de relações livres, iam a essas reuniões abertas. A divulgação do grupo, nesse momento, estava a cargo de pessoas jovens, notadamente as mulheres envolvidas com o feminismo e com outras lutas políticas. As reuniões começavam com apresentações individuais e com uma explicação geral a respeito das não-monogâmias e relações livres, e prosseguiam com a abordagem das histórias pessoais. Esses momentos serviam para oferecer apoio e motivação aos participantes, e para indicar possíveis rumos da vida afetiva e sexual, sob a ótica de desconstrução da *mononormatividade*. Ademais, fazia-se militância e se debatia

⁴⁵ Nome fictício. Ana não está entre os entrevistados, por isso o nome não consta da lista mostrada no capítulo anterior.

sobre política e conceitos como opressão, privilégio, patriarcado, feminismo, capitalismo ou revolução. Isso acontecia porque a abordagem das relações livres não separa as vivências e os problemas da vida pessoal daquilo que chamam de opressões estruturais.

Joana, por exemplo, destacava-se pela postura radical. Certa feita, disse-me: “eu não acredito em subjetividade. Isso é uma visão liberal dos seres humanos”. Nas minhas primeiras reuniões, aproximei-me bastante dela, assim como de Ana e Diego. Joana era brincalhona e falava muito sobre suas experiências não-monogâmicas. Ela tinha relações fixas com alguns parceiros e chegou a conceder entrevistas a jornais e a participar de programas de televisão, a fim de compartilhar suas histórias e a opção pelas relações livres. Falava que “estava sempre procurando”. Não acreditava em signos, mas uma vez brincou que a sua sexualidade aflorada era uma característica típica das escorpianas. Morava com sua filha, então com oito anos, e com Diego. Dividiam a casa, mas dormiam em quartos separados e diziam respeitar o espaço de cada um, inclusive para levar outras pessoas para casa. O jeito divertido era completado por uma postura militante séria e, certas vezes, impulsiva e agressiva. Nas rodas de conversa, era quem mais falava e raramente perdia o pulso na condução dos diálogos. Joana tinha vários desafetos em razão da personalidade forte, mas, ao mesmo tempo, era uma pessoa muito interessante, que chamava atenção nos espaços por onde passava. Ana era mais tímida, porém tinha posições semelhantes às da amiga. Vivía sozinha, quando a conheci, e depois passou a dividir apartamento com outras pessoas. Conheci só um de seus parceiros, um homem carioca que militava pela não-monogamia e tinha viajado pelo mundo para conhecer experiências, grupos e comunidades alternativas que tivessem por base a formação de relações afetivas e/ou sexuais não-monogâmicas. Diego, por seu turno, tinha uma relação fixa com outra mulher, Sônia, que participava eventualmente das reuniões. Todos tinham entre vinte e trinta anos, à exceção de Sônia, que estava na faixa dos quarenta. Esses foram meus principais contatos nos primeiros meses de acompanhamento do RLi em Porto Alegre.

Nas reuniões de estudos e nas rodas abertas sobre relações livres, a conversa era séria, apesar de informal, e a tônica do debate era sempre responsabilidade afetiva e emancipação. Observando o grupo, percebi que a rigidez da militância era quebrada em muitos momentos. Depois da reunião, geralmente, o pessoal saía para algum bar, para comer, beber e se divertir. Uma vez o pessoal saiu do encontro e foi para uma festa de estudantes da UFRGS. Outras vezes, a roda de conversa se tornou Piquenique RLi, e ocorreu na Redenção⁴⁶, em frente ao

⁴⁶ O Parque Farroupilha, também chamado de Redenção, é um famoso parque de Porto Alegre, situado próximo ao centro da cidade, entre as avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha.

auditório Araújo Viana⁴⁷. As pessoas se juntavam para conversar, mas também para comer e tomar chimarrão, sentadas na grama do parque. Certa feita, uma reunião desandou e virou um *happy hour* entre amigos. O encontro era na Redenção, mas, no início da conversa, começou a chover. A chuva impossibilitava seguir com o piquenique. Fomos para o apartamento de Ana, que morava perto dali. No caminho, compramos bebidas alcoólicas. O debate até foi iniciado, a essa altura com um quórum pequeno, pois várias pessoas resolveram ir embora. Entretanto, não durou muito tempo. Todos estavam comendo e bebendo e o assunto ficava cada vez mais descontraído, até que o evento se transformou em uma confraternização de amigos. Nesse dia, ocorreu uma situação interessante. Diego ficou com uma menina que estava no piquenique, na frente de Joana (Sônia não estava presente no dia). Prestei atenção nas suas expressões faciais. Ela me pareceu tensa, porém não confirmou isso. Comentou comigo que era comum dar aos parceiros e parceiras liberdade para ficarem com outras pessoas, mesmo estando juntos. De acordo com ela: “se eu tô com o Diego numa festa e ele fica a fim de outra pessoa, essa pode ser a única chance de ele aproveitar esse momento. É preciso maturidade pra ter uma relação livre”.

Vi Diego com Sônia em outras ocasiões, e Joana mantinha a mesma postura. Achei interessante que esse exemplo da festa também foi usado por Ana, num outro dia e em uma conversa bem diferente. Parecia uma resposta pronta. Isso é pertinente para se pensar sobre o ciúme. Nas relações livres, o ciúme é um afeto nitidamente indesejado. Ele aparece como um entrave, como um sentimento ligado ao amor romântico, como sinônimo de possessividade. Muita gente fala em *compersão*, ou seja, certa empatia que consiste em sentir-se feliz ao ver o parceiro ou a parceira ficando com outras pessoas. Mas não conheci ninguém que afirmasse senti-la o tempo todo. Pelo contrário, dava para perceber que, em um momento ou outro, as pessoas se traíam e deixavam o ciúme aflorar. Muitas vezes isso era admitido, sobretudo pelas mulheres. Algumas diziam que o ciúme não significava só sentimento de posse, mas também insegurança, pois notavam que a experiência das relações livres era mais fácil e aceita para os homens. As mulheres normalmente estavam em uma situação mais vulnerável.

Os RLis se definem por seu posicionamento político e criticam rótulos que consideram vazios, como “amor livre”, bem como relações afetivas e sexuais que entendem como liberais, pós-modernas ou fluidas. A liberdade nas relações requer responsabilidade afetiva, sobretudo, mas também consciência política. Isso não os impede de se relacionarem com outras pessoas, com trajetórias e ideais diferentes, como os adeptos do poliamor, do relacionamento aberto e

⁴⁷ Casa de *shows*.

simpatizantes, em geral. Ocorre que essas identidades sofrem transformações com o passar do tempo. Muitas mudanças na maneira de pensar a forma de se relacionar emergem devido ao impacto da militância política. Às vezes, as pessoas iam às reuniões e saíam dizendo que dali em diante seriam RLis, ou que, ao menos, tinham isso como perspectiva para a vida amorosa. Existe, por óbvio, uma diferença entre se sentir desconfortável em relações monogâmicas e se definir como RLi ou poliamorista. No entanto, os grupos criam identidades e atraem pessoas. A definição de si como RLi é, portanto, processual, e está sujeita a transformações. O casal Bardo e Fada, músicos alternativos que assisti em Rio Grande, ligados às relações livres, é um exemplo emblemático disso, já que começaram abrindo a relação, depois de muitos anos de casamento monogâmico, tornaram-se RLis ao conhecerem as relações livres e, depois de Fada começar a namorar Fernando, aderiram ao poliamor e passaram a se identificar como trisal.

A partir de 2015, após o racha no grupo, o RLi PoA restringiu suas atividades públicas e os integrantes mais antigos passaram a concentrar a militância em estudos e novos projetos. As rodas de conversa, então conduzidas pelo pessoal que citei antes, foram paralisadas e por um bom tempo não as frequentei. Apenas em 2017 o RLi voltou a divulgar rodas de conversa para novos amigos, por ocasião da inauguração do Atelier 130. Conduzidas pelos autores do livro *Relações Livres: uma introdução*, Cláudio, Sônia, Patrícia, Viviane e Diego, as reuniões mantêm a lógica de funcionamento dos anos anteriores, com falas e apresentações individuais, compartilhamento de vivências, explicação sobre conceitos básicos do RLi, etc. É importante ressaltar que 2017 representou a retomada dos eventos públicos de divulgação da rede RLi de Porto Alegre. O livro foi mencionado por Cláudio, quando o entrevistei, como um “divisor de águas” nesse processo.

A seguir, exibo a fotografia de uma roda de conversa realizada no Atelier 130 em julho de 2017. Essa foto é pública e está disponível para consulta no blog *Amar e Permanecer Livres*⁴⁸. Questionados sobre o uso de fotografias no trabalho, os interlocutores me pediram para mantê-las, pois elas são uma forma de divulgação do grupo.

⁴⁸ As fotos exibidas, nas próximas páginas, foram usadas com autorização dos entrevistados.



Figura 8: Foto de roda de conversa RLi em julho de 2017.

3.6.2 Ano novo

De todos os eventos que frequentei com o grupo das relações livres, o mais marcante foi, sem dúvida, o *Réveillon* RLi de 2014, na colônia naturista Colina do Sol. Situada na zona rural de Taquara, a Colina é um clube fechado, destinado a adeptos do estilo de vida naturista, que conta com extensa área verde, bosque, piscinas, lago artificial e uma estrutura rústica para atender às necessidades básicas de seus frequentadores. A colônia abriga moradores fixos, que passam o ano todo em casas privadas construídas em meio à natureza, moradores esporádicos, que alternam entre a vida urbana e a vida naturista e tem, ainda, um hotel e área para *camping*, voltados às pessoas que desejam conhecer a experiência naturista. Para entrar lá, é necessário contato prévio, a menos que se chegue como convidado de alguém conhecido. Em todo caso, qualquer pessoa, ao ingressar pela primeira vez, tem de responder a um questionário e assistir a um vídeo explicativo antes de pisar na área de nudismo, que ocupa quase todo o terreno da Colina. É muito importante descrever essa vivência, porque, além de intensa, ela abrange uma passagem emblemática do RLi, a saber, uma briga que culminou na separação da rede em dois grupos distintos.

Fui com minha ex-namorada Aline e outras pessoas numa van fretada, que nos levou da casa de Cláudio, um dos fundadores da rede RLi, no centro de Porto Alegre, até a entrada da Colina. Foram quatro noites. Ficamos acampados, uns em barracas e outros em pequenas cabanas, reservadas para locação. As atividades eram coletivas, especialmente o preparo das refeições e a limpeza da sujeira e a organização do galpão com cozinha e área de alimentação, peça de uso comum da área de *camping*. A ida à Colina não tinha por finalidade instigar uma aproximação sexual entre as pessoas. Em vez disso, a ideia de nudez na colônia naturista, para os RLis, remetia à libertação e à naturalização dos corpos e a um processo de aceitação de si que dificilmente seria vivido com tal intensidade em um ambiente caracterizado por corpos vestidos. Havia em torno de vinte pessoas do RLi lá, incluindo duas crianças: uma menina de nove anos, filha de Joana, e uma bebê de pouco mais de um ano, Janaína, filha de Humberto e Viviane.

Viviane havia sido, no passado, namorada de Cláudio. Humberto era um dos parceiros de Joana. Estavam muito próximos e decidiram ter um filho, mas sem abdicar da vivência das relações livres. Com a chegada da criança, estreitaram a relação, porém nunca a fecharam no formato monogâmico. Viviane sempre foi uma das grandes mentoras do RLi e parecia lidar bem com a maternidade recente, apesar das dificuldades e assimetrias na relação que surgiam nesse contexto. O casal dividia as tarefas e Humberto demonstrava ser um pai bem atencioso. Além disso, tinham uma relação de longa data. Ela, então com trinta anos, e ele, com quase quarenta, estavam tarimbados na rotina das relações livres, e o ciúme, que às vezes surgia, já não era mais, segundo Viviane, um fantasma a assombrá-los.

Todo mundo que chegava à Colina pela primeira vez tinha a permissão de ficar um dia vestido. Era o tempo sugerido para adaptação e perda do constrangimento. Mas o pessoal que ia lá com frequência dizia que ninguém aguentava todo esse tempo. Ficar de roupa na Colina chamava muito a atenção. Eu levei uns vinte minutos, talvez, para me despir. Em muito pouco tempo, a mudança trazida pela nudez já não fazia mais diferença, e, no último dia, na hora de ir embora, todos começaram a reclamar que teriam que pôr a roupa novamente. O único item de vestuário que devia ser carregado sempre era uma canga individual, usada para sentar em cima, de modo a garantir a higiene das áreas de uso comum. O banheiro era coletivo e unissex e os chuveiros, sem porta, o que fazia todo sentido naquele local. A Colina do Sol é um lugar muito bonito. Em meio à vegetação, é possível avistar animais silvestres. Os estabelecimentos comerciais, um restaurante, uma loja de lembranças da Colina e um mercado de suprimentos alimentícios, vendem os produtos no caderninho e o pagamento é feito na saída. Nos dias em

que estive lá, tomamos banhos de lago e piscina, jogamos sinuca e outros jogos, comemos, bebemos e comemoramos a passagem de ano. Além disso, conversamos bastante. Uma roda de conversa foi realizada na Colina. Em certo momento, Viviane me disse que a experiência da Colina, local querido pelos RLis, sempre deixava marcas, por ser muito intensa. De fato, isso se confirmou. Lá, algumas relações terminaram e a rede sofreu uma drástica ruptura.

Já havia algumas tensões entre os RLis. Em 2014, a rede vinha sendo liderada, acima de tudo, por Joana, que tentava aproximar cada vez mais as discussões das relações livres às problemáticas do feminismo radical. Alguns RLis mais antigos, como Cláudio e Patrícia, que não estava na Colina do Sol na ocasião, mas era uma das fundadoras da rede, acusavam-na de exercer sua liderança no movimento com autoritarismo e radicalismo. Ela e Ana, por sua vez, denunciavam práticas machistas e combatiam o poder de Cláudio, a quem já haviam chamado de oportunista. O racha, entretanto, não se deu apenas por motivações políticas. Uma briga de relacionamento acabou sendo o estopim da separação do RLi. As tarefas, na Colina, tinham sido divididas por escala. No dia 31/12, Viviane e Humberto haviam ficado responsáveis por preparar a ceia da noite, e, em certo momento, enquanto ela fazia alguma coisa, ele foi cuidar da filha, que estava chorando e não se acalmava com ninguém. Quando ele a pegou no colo, Joana o repreendeu de maneira ríspida e proferiu: “bá, meu, isso não é jeito de pegar uma criança”. Ela tirou a menina de seus braços e começou a embalá-la, até que Viviane veio e a xingou, dizendo que ela não deveria se meter, porque não era a filha dela. Joana e Humberto eram parceiros, mas, a partir desse dia, a relação, que já parecia desgastada, acabou de vez. Não sei até que ponto o ciúme interferiu no episódio. O que sei é que, de fato, Joana tinha muita intimidade com Humberto, o que fez com que agisse daquela maneira. Além disso, ela estava prestes a realizar o vestibular da UFRGS e chegou à Colina muito tensa, comentando a toda hora que estava ansiosa e estressada. O clima ficou ruim após esse incidente e Joana não participou do jantar de ano novo.

No dia seguinte, em meio às fofocas e picuinhas, Sônia, a outra parceira de Diego, o companheiro de Joana (que morava com ela), colocou-se do lado de Viviane e Humberto. Isso gerou uma nova briga, em que Diego intercedeu a favor de Sônia. Acuada, Joana pegou uma carona e foi embora no outro dia, um dia antes da vinda da van. Sua filha ficou na Colina do Sol, aos cuidados do parceiro. O que soube foi que, depois disso, a relação do casal terminou e Diego deixou a casa em que vivia com Joana. Ouvi versões diferentes sobre os incidentes que se seguiram a essas brigas. Alguns RLis disseram que Joana estava sendo muito radical, estimulando conflitos internos e até defendendo ideias misândricas. Ela, por sua vez, afirmou

que havia sido traída, e que o golpe de misericórdia fora o apoio do companheiro aos seus detratores.

De volta à Colina, cabe comentar um pouco mais sobre as atividades que fizemos na vivência do naturismo. Nos intervalos das refeições e das tarefas diárias, que eram coletivas, deixávamos a área de *camping* para ter contato direto com a natureza. Todos os dias fazíamos trilhas no mato e aproveitávamos a praia de lago, pelados na areia fina, bronzeando a pele sob o sol escaldante de verão. A nudez se tornou imperceptível, de certa maneira, e criei um outro olhar sobre o meu corpo. No *camping*, jogávamos cartas, vôlei e sinuca, tomávamos banho de piscina, conversávamos e bebíamos, afinal era um espaço para ócio e lazer. Na noite de ano novo, fomos para o lago após a ceia, a fim de celebrar a virada com todo o pessoal da Colina. Durante a madrugada, ocorreu algo interessante. Um amigo de Joana, que vivia parte do ano lá, convidou-nos para conhecer sua casa. Fomos, num pequeno grupo, e atravessamos a noite naquela cabana rústica, bebendo e conversando ao som de uma antiga vitrola.

Por fim, para não dizer que a estada na Colina foi casta, vale mencionar uma situação que aconteceu no dia primeiro. Viviane dizia que era preciso manter o respeito às regras do naturismo. Segundo ela, muita gente na Colina tinha preconceito contra os RLis, por associar relações livres com promiscuidade. Em razão do clima familiar, não eram permitidos contatos corporais de conotação sexual nas áreas abertas e no mato. Qualquer intimidade só poderia se dar nos espaços privados, como as cabanas e barracas. Na primeira noite do ano, entretanto, estávamos bebendo e jogando cartas no galpão do *camping*, até que faltou energia elétrica. Não havia ninguém ali exceto o pessoal do RLi. Devíamos estar em torno de doze pessoas, no máximo. Continuamos aproveitando a noite no escuro. Só tínhamos uma lanterna. Não havia, portanto, condições para manter o carterado. Assim, começamos a fazer jogos de adolescentes, como Verdade ou Consequência⁴⁹. O clima então esquentou, e o pessoal começou a ousar nos pedidos de consequência. Não houve sexo, mas, de todo modo, ali, às escuras na área comum, quase todo mundo se “pegou”, em clima de brincadeira. No dia seguinte, ouviam-se piadinhas e especulações, sobretudo dos que não participaram do jogo e desejavam ter participado. O episódio não se repetiu no dia dois, contudo, e, no dia três, à tarde, a van voltou para nos levar embora da Colina.

A seguir, mostro uma foto pública da Colina do Sol, tirada à distância, para preservar a imagem das pessoas fotografadas.

⁴⁹ Jogo em que os participantes se sentam em roda e giram uma garrafa. A pessoa para quem a garrafa apontar deve escolher “verdade” e responder a qualquer pergunta ou “consequência” e realizar qualquer ação solicitada.



Figura 9: Foto da prainha da Colina do Sol, em Taquara.

3.6.3 Festa junina

Outro evento importante do qual participei foi a festa junina RLi de 2015. Depois dos acontecimentos da Colina, tive dificuldades para continuar acompanhando as atividades do grupo, em virtude da desarticulação temporária da rede. As rodas de conversa haviam parado e os RLis mais antigos começaram a se empenhar no projeto de criação de uma Ecovila RLi e na produção de um livro. Nesse momento, consegui me aproximar de Patrícia, que, apesar de não conhecer pessoalmente, era sempre muito atenciosa quando conversávamos pela internet. Ela me convidou para a festa junina, que ocorreria em junho no sítio RLi, na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre. Além dela, estavam presentes todos os RLis do ano novo, à exceção de Ana e Joana.

Era uma tarde fria de sábado, e a festa se deu no pátio do sítio, que, na realidade, era uma casa grande, construída num terreno amplo e arborizado. A casa era bonita e tinha duas peças com paredes de vidro transparente. Isso me chamou a atenção, sobretudo porque uma delas era o banheiro. A privada ficava num cômodo separado, mas a parte para banho estava exposta. O sítio RLi, por bastante tempo, foi uma espécie de sede da rede de relações livres, porém, devido à distância, vinha sendo pouco utilizado para os eventos do grupo. Moravam ali o casal Bardo e Fada⁵⁰, com as duas filhas. Eles cuidavam da casa e ajudavam a organizar as atividades do sítio. Devido à carreira musical do casal, o lugar era cheio de instrumentos e equipamentos de som. Naquele dia, uma estrutura enxuta para apresentação foi montada no pátio, composta por caixas, instrumentos, câmeras de filmagem e refletores de iluminação.

⁵⁰ É importante ressaltar que *Bardo e Fada* é o nome artístico da dupla – sobre a qual faço várias referências ao longo desse trabalho. *Bardo e Fada* fazem *marketing* explicitamente em torno da ideia de não-monogamia. Era desnecessário, portanto, mencioná-los através de nomes fictícios.

Fui recebido por Patrícia, com quem conversei por um bom tempo, enquanto circulava pela festinha. Havia comidas de festa junina, bebidas alcoólicas, refrigerante e quentão. Havia gente que eu não conhecia, inclusive de outros estados, RLis ou amigos dos RLis gaúchos. Os adultos comiam, conversavam e, alguns, arriscavam-se a dançar forró, xote e baião, ritmos nordestinos que davam o clima de São João. Também havia algumas crianças, que corriam e brincavam em meio à festa. A brincadeira RLi da vez era a Barraca do Beijo, organizada por Viviane. Ela deu início ao jogo e se dirigiu a uma região afastada do pátio. Quem quisesse, deveria ir lá e pedir-lhe um beijo, que ela poderia dar ou não. Após algum tempo, outra pessoa tomaria o seu lugar na banca, e, assim, sucessivamente. Esse era o desenrolar da brincadeira.

Em certo momento, o som foi interrompido, e Bardo e Fada fizeram um *show*, junto com Fernando e Humberto. Fada estava ficando com Fernando. Os dois andavam abraçados, beijando-se o tempo todo. Ela sentava em seu colo. Parecia um casal bastante apaixonado. Por sua vez, Bardo estava com outra mulher, que ficava com ele e com Fada, antes, e que agora ficava só com ele. A situação, curiosa, fez-me reparar no jeito das filhas do casal, meninas de, aproximadamente, onze e sete anos. Elas brincavam e interagiam com o pai e a mãe, e com os respectivos parceiros, de forma muito natural. Não parecia que se sentiam mal por verem os pais ficando com outras pessoas.

Já era noite quando ocorreu o ponto alto da festa. Depois do show, colocaram de novo o som mecânico. Passado algum tempo, Fada interrompeu a música e anunciou que havia uma surpresa. Os convidados se aglomeraram perto do palco improvisado. Ela começou falando de uma brincadeira chamada Casamento na Roça, típica de festas juninas, e o pessoal deu risada, porque essa brincadeira não fazia o menor sentido ali. É válido lembrar que as relações livres se opõem radicalmente ao casamento. Após a reação da plateia, Fada disse que ela e Bardo haviam preparado um Descasamento na Roça. Sob a luz dos holofotes e com som ao fundo, eles proferiram juras de amor e liberdade, diante de várias pessoas e das duas filhas. Fada fez seus votos, chorando copiosamente, e, ao término de suas palavras, retirou de Bardo a aliança de casamento. Ele repetiu o rito e a livrou da aliança. No fim, chamaram as meninas e todos se abraçaram. Foi uma cena emocionante.

Os participantes da festa aplaudiram o casal e alguns choraram, comovidos. Além de ter um sentido marcante para o RLi, já que Bardo e Fada eram casados quando conheceram as relações livres e agora davam um passo simbólico importante de libertação da monogamia, o rito foi conduzido com muito afeto, carinho e lágrimas. Fada tremia enquanto falava. Ao fim do descasamento, Fernando se aproximou dela e os dois se abraçaram fortemente. Nos meses

subsequentes, os três começaram a se identificar como trisal poliamorista. Em reportagens de revista e televisão e no *marketing* da banda, Fada dizia ter dois maridos. No final de 2016, no entanto, o trisal se desfez. A relação de Fada e Fernando terminou e a dupla musical partiu em uma aventura de Kombi pelo país, ainda em andamento, acompanhados pelas duas filhas. Em razão da viagem, não consegui entrevistar Bardo e Fada nessa pesquisa.

4. PENSANDO AS SUBJETIVIDADES NÃO-MONOGÂMICAS

4.1 Sexualidade e sujeito

O que chamo de não-monogamia, no decorrer desta pesquisa, é um espectro amplo de relações sociais que tem por princípio romper, consensualmente, com a exclusividade afetiva e/ou sexual, isto é, com o que os adeptos chamam de monogamia compulsória. Não se trata de todas as formas de relações não-monogâmicas vividas na história humana, mas de um leque específico de relações sociais, práticas e ideias que, embora plural, emergiu num determinado contexto histórico, cultural e político, a saber, a sociedade ocidental capitalista pós-industrial. Discutir não-monogamia implica compreender questões que a precedem e que têm a ver com sua emergência, enquanto prática discursiva e política. Para falar sobre ela, em nível analítico, é preciso entender as transformações na instituição do casamento e as críticas à monogamia, enquanto *ethos* de vida, que passou a ser questionada, em fins do século XX, dando espaço a novos discursos identitários acerca da vida íntima do sujeito (CARDOSO, 2010; BARBOSA, 2011, PILÃO, 2012; 2017; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016).

Na modernidade, a partir da organização do capitalismo em Estados Nações, deu-se a formação de regimes de disciplinamento das populações (FOUCAULT, 1987), assentados em dispositivos de saber e poder sobre os corpos, que Foucault (1995; 2003) chama de biopoder. Diferentemente do poder soberano, marcado por repressão e espetáculo, o biopoder é marcado por forças propositivas. Ou seja, além de constranger populações e indivíduos, ele exerce uma força criativa, de produção de práticas e de verdades e, em última análise, de sujeitos. É o que Foucault (2003) argumenta em *História da Sexualidade I*, ao negar a hipótese repressiva do poder. É importante lembrar que, para o autor, o poder não é entendido como substância, mas de forma relacional e microfísica, permeando a sociedade e atravessando os sujeitos.

Após a revolução industrial, o sexo, instância da intimidade regulada por séculos pela moralidade cristã, passou a ser paulatinamente regulado por dispositivos de saber e de poder, produtores de verdades, que o colocaram em evidência, mas, ao mesmo tempo, em vigilância e controle. Aí surge o que Foucault chama de *Scientia Sexualis*, uma ciência do sexo, em que esse é concebido e validado pela exteriorização. Foucault a compara à *Ars Erótica*, a tradição

da arte do prazer, típica de antigos povos orientais, em que o sentido do sexo é definido pela atividade sexual em si e pela experimentação interna do prazer. Essa comparação cumpre uma função metodológica: evidenciar uma genealogia típica do ocidente moderno. Enquanto a arte do sexo exprime uma experiência corporal íntima de criação do prazer, a *Scientia Sexualis* é a matriz/resultado do dispositivo de sexualidade, instância privilegiada de saber/poder sobre os corpos, interiorizada, mas também exterior aos sujeitos, e notadamente central para a gestão biopolítica das populações modernas.

O dispositivo de sexualidade se sobrepôs ao de aliança (FOUCAULT, 2003). Apesar de não o extinguir, operou de maneira a diminuir sua importância. O dispositivo de aliança é o sistema de casamentos, parentesco e transmissão de nomes e bens, e é organizado em torno de regras mais ou menos estáveis que definem o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito, tendo por objetivo reproduzir o funcionamento das relações sociais e manter a lei que as rege. Ele não é diretamente associado ao sexo, mas à reprodução e aos laços entre os parceiros, que ocupam estatutos definidos, e tem importância econômica, devido ao papel que desempenha na transmissão e na circulação de riquezas.

O dispositivo de sexualidade, por sua vez, também se baseia em parceiros, mas de outra forma, muito mais próximo do sexo, pois o que está em jogo é o corpo e suas sensações. O foco do poder se desloca da aliança familiar para o corpo e o sexo individual, isto é, para o que o corpo produz e consome e para a sua natureza sexual. Longe de libertar os sujeitos, esse dispositivo tem como razão se proliferar, criar e penetrar os corpos e as populações de forma paulatinamente mais minuciosa. Enquanto o dispositivo de aliança tem regras rígidas e tenta se reproduzir a partir delas, o de sexualidade opera segundo técnicas móveis e polimorfas, que se adaptam e se recriam com mais facilidade, conforme a conjuntura em vigor.

A confissão é uma das técnicas mais produtivas da sexualidade. O falar de si e, a partir de então, produzir-se enquanto sujeito, seja no confessionário ou na clínica, está associado à forma como o dispositivo de sexualidade é implantado e como opera discursivamente, na qual o sexo virou portador de verdades sobre o sujeito. Dele, pedimos e esperamos que conte algo sobre nós. É válido lembrar que, para Foucault, os sujeitos (ou o *self*) são criados *em relação a* forças exteriores. Não há, sob essa linha de análise, um interior puro e intocado do sujeito humano. A partir do dispositivo de sexualidade, o sexo, antes escamoteado, virou referência para a produção de verdades sobre o *self*. Em outras palavras, a sexualidade – que abrange o sexo e os sujeitos, embora os transcenda – foi transformada em um elemento fundamental de compreensão do indivíduo como sujeito, assumindo lugar central em sua ontogênese física e

psíquica. Esse exercício de compreensão de si passa, até hoje, pela definição, catalogação e normalização de identidades, corpos e comportamentos (BOZON, 2004; CARDOSO, 2010).

Esse é um ponto importante. A implementação do dispositivo de sexualidade implicou uma das principais linhas de normalização dos indivíduos no mundo moderno, que tem a ver com seus corpos, identidades, comportamentos, afetos e desejos sexuais. O sexo se tornou um padrão de compreensão de si e de produção do *self*, mas, envolvido em uma trama microfísica de relações, interna e externa aos sujeitos, permanece atrelado a injunções de poder, muitas vezes propositivas, que visam normalizar as pessoas e seus corpos. Nem o desmoronamento do modelo disciplinar fechado significa o fracasso desse dispositivo, visto que, na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle aberto, o poder se torna mais sofisticado e passa a ser exercido cada vez mais a partir dos sujeitos, que exercem os regramentos sobre si próprios (DELEUZE, 1992)⁵¹.

Essas normas de produção dos sujeitos, ou tecnologias do *self*, operam num regime de individualização crescente no mundo moderno. Cardoso (2010) afirma que, na atualidade, as subjetividades são criadas e performadas de várias maneiras, no que se refere à sexualidade, a partir de contextos cada vez mais particulares, visto que já não há uma metanarrativa rígida e universal a seguir, como a moral cristã. Ou seja, a produção do *self* passa por uma ética e uma estética individuais, em que os resultados obtidos pelo sujeito produtor de si próprio têm sido vistos, sobretudo, como uma busca pessoal. Esse discurso do arbítrio do indivíduo sobre seu corpo e mente remete ao que Foucault sugere, refletindo acerca do sujeito moderno, de que ele não é o que se descobre, mas o que inventa a si próprio. Tal metáfora dificulta a percepção dos esforços de normalização dos sujeitos a partir da sexualidade, que adquire cada vez mais a aparência de instância autônoma dos indivíduos.

A sexualidade é uma dimensão central do atual regime de subjetivação. Para Bozon (2004), o sexo obteve tamanha importância na contemporaneidade que ameaça totalizar os indivíduos sob sua égide, principalmente quando a sexualidade vivida não é a normativa, na medida em que, nesses casos, ela se converte na principal chave de identificação das pessoas. O sujeito passa a ser a sua sexualidade, ou, em outras palavras, o sexo diz ao mundo quem ele é, conferindo-lhe a identidade social⁵².

⁵¹A sociedade de controle, sugerida por Deleuze, é o modelo social das tecnologias abertas de vigilância, em que o poder é mais pulverizado e sutil. Ela se sobrepõe à sociedade disciplinar, baseada no confinamento nas instituições fechadas da modernidade, como a prisão, a fábrica e a escola.

⁵² Como diz Bozon, o sodomita de outrora era apenas um pecador, eventualmente contumaz, ao passo que o homossexual de hoje, definido pela sexologia a partir do século XIX, foi identificado como espécie, com identidade fixa e particular.

A sexualidade, produto do dispositivo de saber e poder centrado no corpo/sexo, está no cerne das transformações sociais que, no século XX, puseram o casamento (instrumento do dispositivo de aliança) em crise e possibilitaram a explosão dos divórcios e o surgimento de alternativas radicais de criação de sujeitos, através de mudanças nas formas de relacionamento (BOZON, 2004). Esse é o caso das relações não-monogâmicas. Conforme Cardoso (2010), a emergência do *self* não-monogâmico tem a ver com os desdobramentos políticos da expansão do discurso da sexualidade, que incluem, entre outros fatores, um regime de individualização e de psicologização da sociedade, transformações na intimidade e as consequentes críticas dos paradigmas vigentes a respeito de sexo e amor.

4.2 Tensionando a monogamia: transformações na conjugalidade e na intimidade

No século XX, a sexualidade sofreu atravessamentos profundos, atrelada a questões de gênero e a lutas políticas, bem como a mudanças culturais, de comportamento e de consumo. No que se refere à vida íntima, emergiram novas subjetividades e formas de relacionamentos nos centros urbanos dos países ricos, especialmente a partir dos anos 60, devido às conquistas de direitos pelas mulheres, que lutavam por igualdade de gênero e controle do próprio corpo, da reprodução e da atividade sexual, à institucionalização e aceitação social do divórcio e ao crescimento das culturas homoafetivas e, conseqüentemente, à maior visibilidade política das sexualidades desviantes (GOLDENBERG, 2001; BOZON, 2004; PILÃO e GOLDENBERG, 2012; FREIRE, 2013).

Nas últimas décadas, a esfera da intimidade tem se transformado aceleradamente, no contexto da sociedade da informação, flexível e globalizada, com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente a internet (BORNIA JR, 2009). Em poucas décadas, difundiram-se diversas práticas e formas mais fluidas de relação afetiva e sexual, que tensionaram e provocaram rupturas com os padrões da família nuclear cristã, em especial com o casamento. Entre as transformações em curso nesse novo cenário biopolítico, destaco aqui a contestação da monogamia e a emergência de alternativas não-monogâmicas de construção da vida afetiva e sexual.

Desde os anos 80, com o declínio do movimento *hippie* nos Estados Unidos, enquanto expressão contracultural de rejeição à sociedade de consumo e aos seus valores, vários grupos surgiram, de modo mais ou menos articulado e politizado, propondo conceitos e práticas que

se definem pela orientação não-monogâmica, tanto no plano das emoções, pela desconstrução do ciúme e do amor romântico, quanto no da sexualidade, pela defesa do uso livre e autônomo do corpo (FREIRE, 2013). Os grupos de contracultura das décadas de 60 e 70, que viviam na estrada ou em comunidades alternativas, baseavam-se no ideal do *amor livre*, que inspirou a elaboração da noção de poliamor, entre os anos 80 e 90, em torno da qual se formou o quadro atual de visibilização política da não-monogamia (CARDOSO, 2010; PILÃO, 2012; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016).

O amor livre dos *hippies*, cuja origem remonta às críticas anarquistas do capitalismo no século XIX, é a oposição ao amor romântico, que emergiu primeiro nas artes e na literatura e se tornou o afeto legitimador da família burguesa do século XX, constituída pelo casamento heterossexual. Giddens (2011) assevera que a associação entre o *amor paixão* e o casamento é recente na história ocidental. Nas sociedades de corte, o amor estava relacionado à morbidade e, até o início do século XX, era um tema ausente dos principais debates sobre conjugalidade, ou, quando aparecia, era tratado com desconfiança e reprovação. O casamento era questão de família, baseado na procriação e na educação dos filhos, e os laços afetivos dele decorrentes deveriam ser serenos e estáveis, emergindo no transcorrer da relação. Pilão (2013) afirma que, nas primeiras décadas do século XX, era comum estudiosos da família criticarem o impulso romântico⁵³ dos jovens, associando-o à infelicidade conjugal e à desestruturação da instituição familiar.

Para Ariès (1982), o amor romântico aproximou o “amor paixão”, intenso e de início súbito, a esse elo sólido que se fortalece com o casamento. Na gramática do amor romântico, aparece uma nova percepção do indivíduo, entendido como unidade autorreferenciada, como ser livre, que tem na felicidade conjugal uma meta de vida. Para a formação do casal, o amor paixão e as compatibilidades pessoais tomaram, paulatinamente, o lugar das alianças entre as famílias. Nesse sentido, sob a égide do amor romântico, o casamento passou de negociação social para inclinação individual, deslocando-se do domínio público para a esfera íntima dos afetos (BOZON, 2004; GIDDENS, 2011).

Berscheid (2010) mostra que a consolidação do amor romântico nos Estados Unidos, idealizado e propagado pelos meios de comunicação e pela indústria cultural, está relacionada ao crescimento exponencial das taxas de divórcio a partir da década de 1950. Isto é, as bases afetivas e íntimas do amor romântico deram nova legitimidade ao casamento, transformando-

⁵³ Refiro-me à paixão, ao romance, ao afeto intenso. Ainda não se utilizava, nessa época, a expressão “amor romântico”.

o em um projeto de vida dos indivíduos, diferentemente do dispositivo de alianças familiares, baseado no compromisso social. Não obstante, esse modelo, que chegou ao ápice na segunda metade do século, não conseguiu manter com eficácia a indissolubilidade da união conjugal – tal como o sistema de alianças.

A transição do amor paixão individual para a estabilidade familiar a dois, esperada nos casamentos baseados no amor romântico e na intimidade de casal⁵⁴, foi dificultada por outras possibilidades de construção da vida íntima dos sujeitos, como as paixões e o desejo fora do casamento, além da insatisfação sexual na vida conjugal. Isso colaborou para que o casamento entrasse em crise e passasse por grandes transformações – primeiro nos países desenvolvidos e, depois, nos periféricos –, em sociedades cada vez mais centradas nos indivíduos (BOZON, 2004). Esse suposto fracasso do casamento romântico fez com que os adeptos do amor livre e, posteriormente, das relações não-monogâmicas, criticassem a idealização do amor romântico, denunciando sua fragilidade. O “mito do amor romântico”, para os não-monogâmicos, seria a crença de que é possível amar somente uma pessoa e de que esse amor pode perdurar a vida inteira.

Embora o amor romântico tenha contribuído para a expansão dos divórcios, não gerou o término do casamento, mas a sua reformulação. A indissolubilidade, enquanto princípio, foi substituída pelo desafio da durabilidade (GOLDENBERG, 2001). Ou seja, o compromisso social perdeu força e a vida de casal passou a ser construída com base na confiança. Tornou-se, portanto, um projeto da intimidade, negociado no cotidiano e repleto de incertezas. Isso, somado às transformações nos papéis de gênero e à emergência de outras vivências no âmbito da sexualidade, possibilitou novas situações na esfera da conjugalidade, com desafios, limites e a invenção de formas inéditas de parceria amorosa (CARDOSO, 2010).

Por outro lado, o amor romântico deixou de ser vinculado só ao casamento e passou a ser a justificativa legítima para a proliferação e a aceitação social de outros arranjos conjugais, mais flexíveis e menos duradouros que a união matrimonial civil e religiosa, como namoros e uniões estáveis⁵⁵, sobretudo após a institucionalização do divórcio, que ocorreu, no Brasil, em 1977 (PILÃO, 2013).

Em resumo, o amor romântico passou a dar sentido ao casamento, ao longo do século XX, e essa conjunção se transformou em sinal de êxito afetivo do sujeito em uma sociedade

⁵⁴ Com destaque ao sexo, que, segundo Bozon, passa a regular a intimidade da vida conjugal no século XX.

⁵⁵ Não se trata necessariamente de formas novas de conjugalidade, mas da reformulação e da resignificação de experiências conjugais que, antes, eram marginalizadas e conhecidas, pejorativamente, como concubinato.

que passou a privilegiar os projetos dos indivíduos, em detrimento das alianças entre famílias. No entanto, esse projeto de vida mostrou suas limitações e, aos poucos, o amor romântico foi deslocado para outras formas de relacionamentos, já que o casamento ancorado nele começou a enfrentar crises e dilemas, como, por exemplo, as dificuldades de conciliação de projetos de vida diferentes a longo prazo.

A expansão dos divórcios e a substituição do casamento por relacionamentos menos duradouros e mais fluidos, que ocorrem, sobretudo, nos contextos urbanos, têm relação, nesse sentido, com o que Cardoso (2010) chama de “*conflitos com o projeto de vida individualizado*”. Para ele, há uma tensão na sociedade contemporânea. Por um lado, as relações amorosas são entendidas como parte indispensável da vida dos sujeitos, enquanto que, por outro, são vistas como ameaça à sua autonomia, nos contextos de grande intimidade, pois colocam o indivíduo numa posição vulnerável, uma vez que ele precisa estabelecer compromissos e ceder diante de outra pessoa. Trata-se de uma tensão entre a vida produzida autobiograficamente pelo sujeito e a necessidade de relação social. A busca pelo companheiro ideal, projeto importante do *self* contemporâneo, esbarra nas contradições decorrentes do conflito entre a reivindicação da vida própria e o regime de acordos e cedências dos relacionamentos.

Beck e Beck-Gernsheim (2003) afirmam que o ingresso em larga escala da mulher no mundo do trabalho, no século XX, gerou uma mudança no papel social do casamento, que se tornou, sobretudo, fonte de apoio das pessoas, que passaram a buscar no parceiro a satisfação de suas necessidades emocionais. O fulcro do casamento saiu da divisão sexual de tarefas e foi deslocado para a vida afetiva individual, pelo menos nos contextos onde há independência econômica de homens e de mulheres. A felicidade pessoal se transformou, então, no principal sinal de uma relação bem-sucedida.

Nessa linha de análise, o divórcio e as separações, bem como a proliferação de formas mais flexíveis e efêmeras de relacionamento, têm a ver com as dificuldades de se extrair das relações essa satisfação pessoal. Existem vários impasses para isso, como o fato de os projetos individuais se tornarem, com frequência, irrealizáveis ou incompatíveis com uma vida vivida em parceria com outra pessoa. A partir daí surgem, então, frustrações e rupturas. Atualmente, existe uma compulsão para que as pessoas se tornem mais independentes, o que as afasta dos modelos tradicionais de relacionamento, implicando na construção de relações menos estáveis e mais individualizadas (BOZON, 2004; CARDOSO, 2010).

Para Cardoso (2010), as transformações recentes na conjugalidade e os novos arranjos afetivos e sexuais, especialmente o poliamor e as relações não-monogâmicas, correspondem,

desde uma perspectiva *foucaultiana*, a uma progressão das sobreposições do dispositivo de sexualidade sobre o de aliança e ao enfraquecimento desse último. A valorização da liberdade e da independência dos indivíduos, em detrimento dos compromissos e da aliança familiar, representariam o enfraquecimento do dispositivo de aliança e a expansão do dispositivo de sexualidade, centrado no corpo individual. No caso do poliamor, principal objeto de estudo do autor, nota-se a existência de princípios incertos, pouco definidos e com hierarquias variáveis, que parecem ter bem pouco da estabilidade característica da aliança e muito mais das técnicas móveis, polimorfas e conjunturais de poder do dispositivo de sexualidade.

Esse é um ponto central da análise de Cardoso sobre as não-monogâmias. Não há um corte ou libertação de poder com a fuga da monogamia e a assunção de formas alternativas de relacionamento. Isso porque ambos os dispositivos são redes de poder. A sexualidade emerge a partir da aliança e ambas se interconectam, como se fosse uma trama sustentada por outra. A família era o cerne do dispositivo de aliança, mas também foi o alicerce para implementação e difusão do dispositivo de sexualidade. Com essa conjunção, a aliança obteve novos caminhos para o exercício de poder e a sexualidade ganhou regras e normalizações, e isso explica que, já desde o século XIX, a família tenha se tornado, aos poucos, um lugar obrigatório de afetos, visto que a intimidade do sujeito foi aproximada do dispositivo de aliança, e também que a sexualidade tenha por ponto privilegiado de eclosão a família, uma vez que ela nasce no cerne do sistema de alianças. Sob essa ótica, seria possível dizer que qualquer mudança na estrutura social da família e dos relacionamentos afetivo-sexuais produz ou é produzida por alterações nas relações entre os dispositivos de aliança e de sexualidade.

A expansão desse regime de subjetivação, que promove transformações na esfera dos relacionamentos, da intimidade e dos afetos, e que parece centrado, desde as últimas décadas, nos projetos de vida dos indivíduos, provoca também impactos na percepção e definição das identidades dos sujeitos (GIDDENS, 2011). Os conflitos da relação afetiva com o “projeto de vida individualizado”, de que fala Cardoso, estão inseridos em um processo mais abrangente de elaboração do sujeito, que é a criação autobiográfica do *self*. Esse fazer a si próprio se mostra como uma injunção a *ser*, ou seja, a criar-se – embora dentro de parâmetros já existentes – de maneira original. Sermos “nós mesmos” é sermos fiéis a uma suposta identidade verdadeira, intrínseca, que partilha de uma base comum, o que nos humaniza, mas contém os traços mais profundos do “eu interior”, o que nos individualiza (ROSE, 1998). Para Rose, uma identidade é uma resposta a uma pergunta com a qual o sujeito frequentemente se depara: o que você é?

Ele precisa se definir, encontrar uma resposta que faça sentido para si e para os outros e que o aproxime de uma base comum, mas mantenha a coerência de sua individualidade.

Nesse sentido, Cardoso (2010) afirma que, no âmbito das relações afetivas e sexuais e da intimidade, a emergência de identidades e de grupos que se declaram não-monogâmicos, num contexto social recente de proliferação de formas fluidas e indefinidas de relacionamento e afetividade, está nesse registro de produção autobiográfica do *self*, que inclui a necessidade de autodefinição, de identificação e de compreensão da verdade interior de si. Nesse regime de subjetivação, que estimula e até mesmo compele os sujeitos a gerirem suas vidas a partir de escolhas, se é o que se busca (vida individuada), mas, ao mesmo tempo, é preciso se definir e se identificar. A racionalização e a organização de vivências desviantes, que concorrem para o tensionamento das normas da sexualidade, operam, simultaneamente, de forma a enquadrá-las ou adaptá-las a essas normas, dado o caráter polimorfo do dispositivo de sexualidade.

4.3 Gênero e interseccionalidades

No início desse capítulo, trouxe elementos para mostrar que o surgimento das relações não-monogâmicas no mundo ocidental contemporâneo está imerso em processos sociais mais abrangentes, referentes à produção discursiva e prática da sexualidade e, de maneira geral, de um tipo específico de sujeito, o *self* individual, que busca a realização pessoal e a afirmação de identidades que atribuam sentido aos seus modos de vida autobiograficamente produzidos. No capítulo anterior, apresentei um panorama dessas formas de relacionamento, identificando grupos e noções que surgiram no meio urbano de países capitalistas centrais e se espalharam pelo mundo, inclusive no Brasil, bem como mencionei alguns dilemas e tensões políticas que têm marcado esse campo de relações, os quais denunciam os limites da concepção de sujeito universalizante implícita, grosso modo, nas discussões sobre não-monogamia.

Com efeito, o sujeito do meu campo não é neutro. Isso é o que Cardoso (2010) adverte quando afirma que a sexualidade, no ocidente, é escrita em linguagem androcêntrica. Ou seja, para falar sobre relações e sujeitos não-monogâmicos, é preciso considerar os marcadores de diferenças que constroem esses sujeitos e os seus entrecruzamentos e contextos. Negligenciar a diferença na análise equivaleria a corroborar com os discursos dominantes acerca do sujeito. Não se trata de essencializar a diferença social, que é produzida discursivamente e afirmada, na prática, de maneira relacional e contextual. Trata-se, sobretudo, de valorizar o peso desses

marcadores historicamente construídos na estruturação das relações sociais e de abandonar de vez qualquer pretensão de conduzir o trabalho com base num modelo universal de sujeito.

Em primeiro lugar, não é possível falar de sexualidade e relacionamentos sem recorrer à discussão sobre gênero. O principal motivo disso são as assimetrias e as normatividades que atravessam esse tema. O pensamento feminista é uma chave fundamental para a compreensão das diferenças de gênero. A partir dos anos 70, o conceito de gênero se torna pauta relevante do feminismo, que até então trabalhava com a categoria geral de “mulher”. Gênero seria uma construção cultural, arbitrária e variável, produzida a partir de elementos relacionados ao sexo biológico, entendido nessa época como natural e imutável (SCOTT, 1988).

O conceito de sistema sexo-gênero, de Rubin (1975), é emblemático nesse sentido. De acordo com a autora, esse sistema é um conjunto de arranjos a partir dos quais uma sociedade transforma o sexo biológico em produtos da atividade humana. O gênero é o resultado dessa produção, mas apesar de ser cultural, acaba sendo relacionado a uma origem física e objetiva. Com isso, as opressões e subordinações das mulheres, construídas na vida social, acabam sendo “naturalizadas”, na análise, e o caráter político dessas relações fica comprometido. Para a autora, o sistema sexo-gênero é fundamentado na complementaridade dos sexos, no qual a heterossexualidade constitui um regime compulsório de relacionamento, que produz opressão e exclui formas alternativas de experiência.

O pensamento de Rubin, inscrito numa perspectiva dualista entre natureza e cultura, foi amplamente difundido na teoria feminista, porém, a partir dos anos 90, cedeu espaço para novas formulações teóricas, como a de Butler, que rejeita os essencialismos inclusive no nível do corpo e das materialidades. Butler (1999; 2003), que discute gênero e sexualidade a partir de um viés pós-estruturalista, rompe com as concepções universalizantes e reificadoras acerca desses conceitos. Segundo a autora, tanto o gênero quanto o sexo são categorias socialmente construídas, naturalizadas e estabilizadas, acionadas inclusive como chaves representacionais nos discursos políticos feministas que, ao asseverarem a precedência ontológica da categoria mulher, ou das noções de “sexo feminino e masculino”, compreendidas como elementos pré-sociais, reafirmam as estruturas sociais normativas e binárias de produção da sexualidade e do gênero. Isso também se dá com as ciências, áreas produtoras de verdades sobre a sexualidade, que, ao definirem o que é o sexo, produzem ao mesmo tempo uma normatividade sexual.

Butler ressalta que a diferença sexual é, em geral, evocada como referente a diferenças materiais, mas afirma que tal diferença é sempre marcada e elaborada por práticas discursivas. Assim, o sexo se constituiria como o ideal regulatório que produz os corpos que governa. Ele

não seria um fato dado e objetivo ou a condição estática de um corpo, e sim uma produção específica de materialidade, criada a partir de normas regulatórias e de reiterações contínuas dessas normas. Em outras palavras, Butler problematiza o binarismo entre natureza e cultura, afirmando que ambos são elementos intrincados um no outro e, mais precisamente, questiona a própria definição de natureza, que a pressupõe como entidade apartada da cultura e isenta de inscrição discursiva e historicidade. Nesse sentido, vincula a questão das materialidades dos corpos com a performatividade do gênero e discute como o sexo, como “categoria biológica”, interfere em tal relação.

Os sujeitos são produzidos a partir de uma matriz discursiva hegemônica de gênero e são constrangidos por essa matriz, que é reiterada na própria ação, nas próprias vivências das pessoas, em que as normas regulatórias são afirmadas e atualizadas. Em suma, o gênero, para Butler, pode ser entendido como um mecanismo, enquanto aparato regulatório na produção de sujeitos (KIRBY, 2006). Trata-se de um quadro geral de inteligibilidade dos corpos, relativo ao que pode ou não ser concebido, ou, ainda, de uma grade classificatória, cujas implicações são mais complexas e profundas que a divisão binária entre masculino e feminino. Os desejos, os corpos, as identidades, as sexualidades e os comportamentos dos sujeitos são produzidos e classificados no interior de tal aparato regulatório, e é aí que emerge a figura do abjeto, que é aquele ser/sujeito e/ou característica/aspecto não enquadrado no aparato de gênero e, portanto, inominável, e que, por isso, constitui uma ameaça à norma e recebe repúdio.

As formas de não-monogamia seriam, de acordo com tal perspectiva teórica, não uma identidade autêntica dos indivíduos, libertos da repressão da mononormatividade, mas, antes, uma performatização da sexualidade, que pretende reorganizar as experiências das pessoas e acaba por regulá-las e enquadrá-las num quadro de inteligibilidade possível. Afinal, segundo a autora, a performatividade deve ser entendida não como ato singular e deliberado, mas como a prática reiterativa e referencial pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia. Ora, as relações não-monogâmicas não estão isentas das assimetrias e das classificações da matriz discursiva do gênero. Ao contrário, elas constituem uma expansão normativa da sexualidade em um quadro social em que a monogamia começa a ser fissurada. A cristalização de novas identidades é um artifício discursivo desse processo, num contexto que normaliza modos de vivência, valores e práticas. No momento em que as relações não-monogâmicas se tornam inteligíveis, isto é, no momento em que se tornam visíveis e definidas, já não estão fora da ordem. Segundo Butler, o potencial desestabilizador da norma de algum sujeito ou prática está

ligado à sua errância, à sua inadequação e indefinição, que são bem mais perturbadores que o regramento da diferença.

Essa abordagem pós-estruturalista permite que não se incorra no erro de naturalizar as identidades acionadas pelos sujeitos pesquisados. Com efeito, a autora não só parte do caráter construído das identidades e das corporalidades dentro da matriz discursiva de gênero, como também lança elementos para se refletir acerca das potencialidades performativas associadas a uma perspectiva pós-identitária. As identidades de gênero e sexualidade comuns ao meio das relações não-monogâmicas, centrado na divisão homem-mulher cisgêneros e produzido sobre uma matriz heteronormativa, não rumam, a princípio, em direção a essas potencialidades. Em todo caso, a transgressão da norma, se possível, passaria pela subversão da identidade.

Essa discussão sobre sujeitos e identidades fica ainda mais complexa ao se incluir na análise outros marcadores de diferenças sociais, além do gênero, que é uma categoria crucial no meu campo, mas não é a única. Pelo que mencionei no panorama sobre a não-monogamia na atualidade, especificamente no contexto brasileiro, nota-se a existência de tensões oriundas da diversidade dos sujeitos e das assimetrias que marcam tais diferenças. Nos grupos sobre poliamor e relações livres se discute acerca dos privilégios dos homens, mas também sobre os privilégios das pessoas brancas, escolarizadas e de classe média. Ora, num país desigual como o Brasil, colonizado e racializado, é impossível não considerar tais dimensões ao se pensar na produção da subjetividade e das relações afetivas e sexuais de uma pessoa ou na formação de grupos identitários. Não dá para produzir uma metanarrativa *do sujeito*, assim, universal e no masculino.

Haraway (2004) alertou para os problemas relativos à valorização exclusiva do gênero na teoria feminista e chamou atenção para as críticas do feminismo negro e/ou das pensadoras ligadas ao pensamento pós-colonial. A centralidade do gênero no feminismo anterior aos anos 80 operou de modo a ofuscar e subordinar outras diferenças e desigualdades sociais, como as de classe e raça. A perspectiva teórica da interseccionalidade é uma tentativa de articular essas outras dimensões aos estudos de gênero, corrigindo tal assimetria. Piscitelli (2008) coloca que o debate feminista de fins dos anos 90 é marcado pela emergência de categorias que se abrem à multiplicidade de diferenciações que, articuladas ao gênero, permeiam as relações sociais. A interseccionalidade é a articulação dessas diferenças.

Para Piscitelli, o trabalho com categorias de articulação deve ser elaborado em termos de diferenças, operação do poder e margens da agência. Ou seja, que diferenças estão em jogo e que implicações elas trazem? Nem toda diferença traz assimetrias, mas muitas são acionadas

como critério de hierarquização social, negociação e jogos de poder. Não se trata somente das diferenças sexuais, nem da relação entre gênero e raça ou entre gênero e sexualidade, mas de todo um leque mais abrangente de diferenças e de suas interações em contextos específicos. A ideia dessa perspectiva teórica é propor ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades sociais.

Hirata (2014) diz que a interseccionalidade é pensada como uma forma de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, pode ser vista como projeto de conhecimento e instrumento político, simultaneamente. Em todo caso, a autora faz a ressalva de que, em geral, os estudos interseccionais tendem a priorizar as articulações entre raça e gênero, conferindo menor destaque à categoria classe.

O debate sobre interseccionalidades é atravessado por abordagens teóricas distintas, no que refere à maneira de pensar as diferenças, o poder e as margens da agência. Crenshaw (2002), por exemplo, vê as interseccionalidades como meios de capturar as consequências da interação entre diferentes formas de opressão, em um viés sistêmico, como no caso de uma mulher negra, que é duplamente oprimida pela interação de duas categorias de subordinação. Por sua vez, Brah (2006), numa perspectiva teórica construcionista, aborda principalmente os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social, e trabalha com a noção de articulação como uma prática que propõe a relação entre categorias diversas, de modo que a identidade é transformada como resultado da prática articulatória.

Na primeira abordagem a agência não é negada aos sujeitos, mas a interseccionalidade é acionada para revelar o poder unilateral dos opressores e as consequências simbólicas e/ou materiais sofridas pelos grupos subalternizados. Os sujeitos são constituídos por sistemas de dominação e de marginalização e, nesse sentido, parecem desprovidos de agência. Na segunda abordagem, os processos sociais analisados não retratam apenas o assujeitamento a um poder soberano. Eles trazem, além disso, elementos que conferem possibilidades aos sujeitos. Isto é, os marcadores de identidades subalternas categorizam os sujeitos nas suas formas limitantes, mas também oferecem recursos que viabilizam o agenciamento.

Crenshaw (2002; 2016) afirma que duas ou mais formas de subordinação social devem ser compreendidas como uma interação, e não como superposição de opressões. Ela trabalha com a ideia do cruzamento de avenidas, como metáfora da intersecção. Ou seja, é como se os diferentes eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe, fossem avenidas que estruturam o terreno social. Nos fluxos e cruzamentos de tais avenidas, dão-se as dinâmicas da opressão. Quando dois ou mais eixos se cruzam, o fluxo maior de poder amplia a subalternização. As

mulheres racializadas, por exemplo, estão situadas, em geral, em espaços onde o racismo ou a xenofobia se encontram com a classe e o gênero. Em razão disso, estariam submetidas à maior opressão, uma vez que são atingidas pelo tráfego de todas essas vias. Os grupos marcados por múltiplas opressões, para se empoderarem, devem, portanto, lidar com todo o fluxo de poder que flui através desses cruzamentos.

Brah (2006) trabalha com a articulação de categorias considerando as subjetividades e as identidades a fim de compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social. Segundo ela, a busca de grandes teorias para explicar as interconexões entre racismo, gênero e classe fracassou. Tais categorias não devem ser entendidas de maneira isolada e suas interconexões podem ser melhor compreendidas como relações historicamente contingentes e contextuais, uma vez que, dessa forma, pode-se focalizar num dado contexto e analisar a demarcação das categorias, sem fazer pressuposições sobre sua dinâmica ou estabilidade ao longo do tempo e do espaço.

A autora considera que os processos de racialização, por exemplo, não acontecem a partir de uma matriz simples de bipolaridades, de negatividade ou positividade, inclusão ou exclusão, recusando assim os binarismos. Binômios como “mulheres brancas” e “mulheres negras”, por exemplo, não devem ser vistos como categorias opostas e cristalizadas. Em vez disso, são campos de contestação inscritos em processos e práticas discursivas e materiais em um terreno social pós-colonial. Nesse ponto, fica explícito o pensamento decolonial da autora, que critica a visão universal e essencialista da categoria mulher (BRAH; PHOENIX, 2004). A categoria analítica de Brah é, dessa forma, a própria diferença, e não conceitos pré-definidos e sistêmicos de gênero e raça.

Para ela, as estruturas sociais de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes, já que a opressão de cada uma é constituída pela outra e constitutiva da outra. Tomando como exemplo a questão racial, é possível asseverar que os diferentes racismos têm origens históricas diversas e se relacionam com estruturais patriarcais e de classe de formas específicas e contingentes, em condições históricas dadas. De qualquer modo, no esquema analítico da autora, a questão não é privilegiar o nível macro ou micro de análise, e sim investigar como a articulação de discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades.

No que diz respeito aos debates entre os feminismos “negro” e “branco”, a proposta de Brah é de que eles sejam tratados como práticas discursivas não essencialistas e contingentes, o que implica que mulheres negras e brancas podem trabalhar na criação de teorias e políticas

feministas não-racistas. A questão fundamental, aqui, não tem a ver com a “diferença em si”, que nunca é substancial, mas com quem define as diferenças, como as diferentes categorias de mulheres são representadas dentro do discurso da “diferença” e se a diferença as diferencia horizontal ou verticalmente. Para Brah, portanto, a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia e opressão. É uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em equidade, diversidade e formas democráticas de agência. Essas e outras questões sobre como a diferença é operacionalizada no discurso e como forma os (é formada pelos) sujeitos constituem a problemática mais geral da diferença como categoria analítica.

Enfim, a perspectiva analítica das interseccionalidades, com seu leque teórico variado, tem se mostrado relevante para o estudo de como as diferenças sociais operam em conjunto, criando assimetrias de poder. Na pesquisa sobre relações não-monogâmicas no Brasil atual é premente inserir um olhar interseccional, que aponte para a multiplicidade de diferenças. Do contrário, ficaria restrito a uma percepção androcêntrica e colonial de sujeito e sexualidade (HARITAWORN, LIN e KLESSE, 2006). Pensar o campo desde uma leitura pós-colonial, a propósito, é condição fundamental para o exercício de *descolonizar os afetos*, bem como as relações e subjetividades, tal como propõe o subtítulo imperativo da foto de perfil do grupo de WhatsApp *Amigos Não Mono RS*, que dá nome a esse trabalho.

Piscitelli e Brah advertem que é crucial não se apegar a categorias fixas e totalizantes e que o ideal é adentrar nas vivências dos sujeitos, que é onde as articulações aparecem com maior riqueza e complexidade. Além de marcadores como raça, gênero e classe, percebo que outras diferenças mais sutis e contextuais são muito importantes no meu campo, uma vez que interferem nas vivências das pessoas e se articulam a outros marcadores, formando relações sociais (as)simétricas. Entre elas, destaco a escolaridade, a politização, a moradia em regiões periféricas ou centrais das cidades e as questões etária e estética (corpo, aparência, etc.).

4.4 Para além do assujeitamento

O subitem anterior trouxe uma quebra com a visão unívoca de sujeito, a partir da qual comecei esse capítulo. O gênero e outros marcadores da diferença social são, com efeito, base para a produção articulada de diversidades e assimetrias, que impedem que se fale a respeito das pessoas do campo de forma genérica. Há, contudo, uma questão ainda pendente do início

do capítulo, que perpassa a discussão sobre interseccionalidades e que carece de uma reflexão mais acurada, de maneira a aprimorar os alicerces teóricos desse trabalho. Qual é a margem para o agenciamento dos sujeitos pesquisados? Ou, ainda, para a transgressão, para o escape e para a fuga dos dispositivos de poder? Será que toda a produção desses sujeitos, suas ideias, valores, desejos, práticas e emoções, no plano das relações não-monogâmicas, não passa de sujeição, de assujeitamento, de adequação e de conformação às normas?

Cardoso (2010) adverte que, apesar de não poderem se mover independentemente das normas que gerem os regimes de verdade ao seu redor, os sujeitos também não estão de todo submetidos a elas, na medida em que a vida do *self* contemporâneo se apresenta como projeto indefinido e continuado a ser explorado, o que, com efeito, abre possibilidades alternativas de existência. Nesse escopo de individuação, criado dentro de regimes de saber-poder, para onde se movem os sujeitos, e, melhor ainda, será que eles podem agenciar esses rumos e encontrar brechas para escapar do controle e do assujeitamento?

É importante voltar a Butler para pensar sobre essas questões. Para a autora, o sujeito é produzido a partir de normas constituídas no âmbito de uma matriz discursiva hegemônica, a qual pode ser aqui entendida como o aparato regulatório de gênero. As normas, na realidade, não são exteriores aos sujeitos, mas os produzem e são por eles produzidas. Ou seja, elas são constitutivas dos sujeitos. Para Butler, os sujeitos se definem justamente pelas estruturas a que estão integrados, às quais se sujeitam, ou, dito de outro modo, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer que ele é a consequência de certos discursos regulamentados que governam a inteligibilidade dos corpos. A partir dessa linha de análise, numa primeira leitura, pouco ou nenhum espaço restaria para a agência humana e para o escape às normatividades de gênero, pois não há como estar “fora da norma”. Pelo contrário, a norma é que produz uma ideia da própria subversão.

Deve-se considerar, no entanto, que, embora os sujeitos sejam produzidos na relação com as normas e constrangidos a segui-las e recitá-las, as próprias normas não são estanques, substancializadas e/ou pré-definidas. A normatividade é processual e, por corolário lógico, as normas são permanentemente revistas, reconfiguradas e reeditadas. Não se trata, contudo, de um processo sistêmico e hermético, no qual o aparato de gênero tem o controle intencional de todas as circunstâncias, contingências e possibilidades. No decorrer dos processos de reedição e reconfirmação das normas, que são, ao mesmo tempo, os processos de produção de sujeitos, haveria espaços para a elaboração de possíveis desvios, de quebras ou fissuras em relação às normatividades hegemônicas. A figura do abjeto é certamente uma expressão disso.

Para Butler, o gênero enquanto norma é uma construção histórica e contingente. Desse modo, embora a subjetivação opere no sentido da reiteração da norma, a própria instabilidade e a contingência dessa repetição abrem espaço para a positividade da subjetivação – em outras palavras, para o agenciamento – como resistência, singularidade e produção de diferença. Por outro lado, na medida em que a norma depende de uma ficção reiterativa, pode-se pensar que a aproximação a qualquer ideal de gênero nunca é, de fato, completa, e que os corpos, apesar de não escaparem do escopo das normatividades, nunca obedecem totalmente às normas pelas quais sua materialização é fabricada (ARAN e PEIXOTO JR, 2007).

Cardoso recorre a Butler e à teoria *queer* para pensar nessas questões, no que se refere ao poliamor. Conquanto reconheça a capacidade performativa e o contínuo reajustamento das matrizes de poder, ele lança sua esperança para um futuro contexto social pós-identitário. Para o autor, a teoria *queer* reabriu as questões das relações entre sexualidade e gênero tanto como categorias analíticas quanto como experiências de vida, propiciou oportunidades para estudos transgênero, moveu esforços para romper com as concepções limitativas das identidades gay e lésbica e deu suporte a expressões não-normativas de gênero e sexualidade, encorajando, com isso, a resistência teórica e política à normalização. Na definição que delineia, *queer* procura desestabilizar as localizações discretas e fixas da identidade, ao compreender a sexualidade e os seus significados não como apriorísticos ou definidos, mas como construídos, contingentes, desenhados e relacionais.

A identidade *queer* emerge, portanto, como uma não-identidade, ou melhor, trata-se de uma identidade performativa, provisória, instável, que se apresenta diante de um *self* fluido. A performatividade é recurso de criação da diferença e da tensão, embora também seja o recurso de recitação da norma. De acordo com Talburt (2000), *queer* não é substantivo, haja vista que os substantivos criam estabilidade no espaço e no tempo, mas, antes, adjetivo ou verbo, que atravessa identidades, subjetividades e comunidades. Essa performatividade remete à ação, ou melhor, ao agenciamento dos sujeitos, que está relacionado às identidades não fixas.

A discussão sobre a categoria de experiência também ajuda a elucidar questões acerca do espaço agentivo do sujeito em um contexto de produção discursiva da existência. Segundo Scott (1999), a experiência não caracteriza uma apreensão objetiva da realidade, mas é, antes disso, um evento linguístico, uma história do sujeito, inscrita discursivamente na vida social. Nesse sentido, não seria correto dizer que os indivíduos têm experiência, e sim que os sujeitos são constituídos através de suas experiências, condicionados pela linguagem, relações e outras contingências históricas. No caso desse trabalho, recorrer à experiência dos sujeitos do campo

se mostra uma estratégia teórico-metodológica importante a fim de não tomar como referência categorias pré-definidas que enquadram os sujeitos em matrizes generificadas (FIGUERÊDO, 2013).

Tomando a experiência como produção discursiva e a subjetividade como resultado da experiência, pode-se dizer que os sujeitos são complexos, singulares e heterogêneos, criados a partir de diversas marcações da diferença, que excedem à diferença sexual, por exemplo. As experiências e identidades do sujeito são fenômenos variáveis, uma vez que são organizados em contextos particulares. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos discursivamente, mas é fato que existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições internas e vários sentidos para os conceitos que usam. Para Scott, os sujeitos não são indivíduos unificados, autônomos e dotados de livre arbítrio, mas seres sujeitados a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício que possibilitam escolhas, as quais, embora não sejam ilimitadas, caracterizam um agenciamento em situações e posições sociais que lhes são dadas.

Os sujeitos são constituídos discursivamente através da experiência, que é um evento linguístico, pois não acontece fora de significados já estabelecidos, mas que não é confinado a uma ordem fixa de significados. Como o discurso é compartilhado socialmente, a experiência é tanto individual quanto coletiva. Dessa forma, é uma história do sujeito, não do indivíduo. Scott insiste na natureza discursiva e, portanto, política da experiência, afirmando que ela não é a origem da explicação, mas aquilo que se procura explicar. Assim, o estudo da experiência deve questionar sua posição na narrativa histórica e investigar sua inscrição discursiva, sem enquadrá-la em definições cristalizadas ou tomá-la como interpretação final e autossuficiente.

Na mesma linha de análise, Brah (2006) assevera que a experiência é um processo de significação que é a condição para a constituição do que chamamos “realidade”. Desse modo, a experiência não seria o caminho imediato para a verdade, mas, antes, uma prática de atribuir sentido no cotidiano. Em vez de pensar em um sujeito da experiência, plenamente constituído, a quem as experiências simplesmente acontecem, a autora prefere situar a experiência como o lugar de formação do sujeito. Sendo assim, ele é entendido como descentrado e heterogêneo, em suas características e dinâmica. A subjetividade, criada pela e através da experiência, não seria nem unificada nem fixa, mas fragmentada e em constante processo. Na multiplicidade da experiência, os sujeitos podem agenciar histórias diferentes, ainda que sob o mesmo contexto, aproximando-se e diferenciando-se uns dos outros através de especificidades contingentes. O agenciamento, portanto, seria consequência da contingência das experiências dos sujeitos.

Para finalizar o debate sobre assujeitamento e agenciamento, cabe voltar um pouco à discussão sobre o poder e discutir as bases ontológicas da relação entre poder e potência. Na análise genealógica da sexualidade, Foucault (2003) põe o sexo no âmbito da biopolítica e do controle. Cabe lembrar que, para o autor, o sexo ocupa lugar central na modernidade, uma vez que o corpo sadio e a higiene são vistos como emblema de superioridade e de produtividade. A inscrição discursiva das formas de subjetivação no dispositivo de sexualidade dificulta que se fale com segurança em termos de “libertação sexual” ou de ruptura com normas e padrões sobre o corpo e o sexo. É o que Foucault (1984) dá a entender, ao falar sobre as possibilidades de resistência e transgressão. Segundo ele, sempre se age em relação ao poder e nunca se pode estar certo de que não haverá controle, exploração ou assujeitamento, em que pese a condição contestatória ou libertária atribuída aos discursos e práticas. As subjetividades são produzidas através de formas discursivas, ou, em outras palavras, as pessoas são criadas por dispositivos de poder. Sob essa ótica, há um enfoque do poder e de seus constrangimentos, em detrimento das capacidades propositivas e da *agency* dos sujeitos.

Ora, não pretendo negar a existência do poder e das estruturas de dominação, que, no caso da sexualidade e, mais especificamente, do meu campo de estudos, aparecem até mesmo conscientemente nas falas dos sujeitos pesquisados. O que está em questão é conceber a não-unilateralidade na construção dos sujeitos e a não-onipotência do poder. Ou seja, considerar que, para além do biopoder ou de qualquer outra matriz discursiva hegemônica que atue sobre e a partir dos corpos e das sexualidades das pessoas, há nelas um potencial de outra natureza, resistente, agentivo e fugidio.

O próprio Foucault (2006), em *A Hermenêutica do Sujeito*, abre as possibilidades para outras formas de subjetivação. A indicação da estética da existência e do cuidado de si, como autoprodução do sujeito na Antiguidade, é o indício de um possível sujeito contemporâneo, que se percebe como obra de arte e que, por ter o fim sempre em aberto, a ser esculpido, não pode ter uma forma teleológica preconcebida. O sujeito pode, portanto, questionar a própria capacidade de dizer a verdade sobre si, questionar que verdade é essa e em que condições ela se constitui como verdade. Em outras palavras, ele pode desafiar o horizonte da sua própria inteligibilidade e criar a si próprio, em uma relação que é, sobretudo, estética. Pelo cuidado de si, o sujeito produz ações a partir das quais se purifica, se transforma e se transfigura. Essas ações são formas de estilização de si e, através delas, ele exercita a “arte de viver”.

A criação estética de si remete à ideia de performatização (BUTLER, 2003) enquanto proposta política de agenciamento das diferenças e de escape dos assujeitamentos através da

subversão das identidades sexuais e de gênero. A questão das incertezas em relação ao poder continua válida, mas, pelo menos, assim não se sedimenta ou cristaliza o controle, devido ao caráter nômade que caracteriza tal postura performática. Recorrendo a uma metáfora, é como se os dispositivos de poder, com todo o seu polimorfismo e performatividade, tivessem então de correr atrás do sujeito, que, performando a si próprio, dilui-se e vaza e, assim, tensiona ou fissa a sujeição. A analogia dos estados físicos é só uma metáfora ontológica, mas que torna visível essa aposta teórica na possibilidade de transgressão pela não substancialização.

Nessa linha de análise, cabe trazer a crítica à ontologia do poder, que Deleuze (1995) propõe para pensar nas possibilidades de agenciamento no âmbito das matrizes discursivas de poder. Deleuze parte da noção de desejo e de sua imanência à vida. O desejo é uma força, um *animus vivendi*, uma potência criadora a partir da qual as pessoas se constituem no mundo, ou seja, tornam-se, realizam-se, vêm a ser. Segundo o autor, antes do poder existe o desejo, como ontologia da vida, e todo dispositivo social de poder, controle ou disciplinamento é construído sobre essa potência. O desejo nunca é totalmente dominado pelo poder, pois tem um impulso criador (o devir), uma natureza pulsante, que compele o ser a se mover e que pode escapar das determinações e dos padrões através de linhas de fuga. É claro que os dispositivos de poder produzem normas e controle, mas não seriam a única base da produção dos sujeitos, que, para essa perspectiva analítica, também são formados por agenciamentos do desejo.

Isso significa, em suma, a reconstrução de uma ontologia das relações de poder, que, a partir da noção de desejo, permite pensar em termos de uma produção libertadora de sujeitos, de um agenciamento de subjetividades, onde as pessoas, dotadas de potência imanente, podem transgredir em relação aos fluxos do poder (DELEUZE e GUATTARI, 1995). O desejo é o espaço do devir, isto é, do movimento e da transformação, no qual os seres não têm fixidez; a rigor, eles não são algo, mas se tornam, se modificam, deixam de ser e se refazem. Rejeitando binarismos e essencialismos, esse olhar insere os processos constitutivos dos sujeitos, tanto os fluxos molares do poder como os agenciamentos do desejo, num plano de multiplicidades e de inter-relações sociais complexas e dinâmicas. A analítica do desejo daria, assim, as bases para se pensar em uma performatividade agentiva, uma vez que mostra algo além do controle e do assujeitamento.

A análise das pessoas não-monogâmicas perpassa essa discussão, e está no meio desse duplo olhar teórico, que se desloca, num extremo, para o poder, o controle e a normalização, e, no outro, para a potência, o agenciamento e a transgressão. Com efeito, não quero de modo nenhum obliterar assimetrias sociais e estruturas de poder durante a pesquisa, mas, ao mesmo

tempo, não posso desconsiderar as potências de vida dos sujeitos e suas ricas possibilidades de condução da experiência social e de produção do singular e do inusitado. Para além de todo dualismo entre norma e transgressão, é preciso considerar a multilateralidade da construção dos sujeitos e de suas subjetividades.

Mas, afinal, como é possível fazer uma antropologia das relações não-monogâmicas, das normatividades e dos agenciamentos dos sujeitos? A antropologia do devir, cuja potência é orientada, sobretudo, para as pessoas e suas vivências, dificuldades e potencialidades, surge como alternativa para tentar conciliar essas questões (BIEHL e ESKEROD, 2005; BIEHL e PETRYNA, 2013; MEJÍA, 2013). Fundindo os métodos etnográfico e cartográfico, ela busca as dinâmicas das relações sociais, à procura de devires, continuidades e descontinuidades, encontros e desencontros, debruçando-se sobre as complexidades e potências das narrativas biográficas das pessoas de “carne e osso”, sem desconsiderar as relações de poder e opressão que as atravessam. Segundo Biehl, as pessoas e suas trajetórias assumem o primeiro plano da narrativa etnográfica, como se pode observar em seus estudos sobre Catarina, Evangivaldo e Janira. A partir delas, ele desenvolve temas mais complexos, ou seja, encapsula uma realidade social com diferentes níveis de expressão e abrangência numa história, num sujeito, com seus devires e suas redes de relações.

A etnografia focada em trajetórias pessoais/biografias, como estratégia metodológica para a discussão sobre sujeito, poder e agenciamento, também aparece nas investigações de caráter pós-colonial. Nessa perspectiva, parte-se da premissa de que a etnografia é um espaço de diálogo, um local dialógico onde se podem abrir *espaços de fala* muitas vezes suprimidos aos nativos (sujeitos pesquisados), obliterados em grandes narrativas e macro teorias sociais (SILVA e FREIRE, 2013). Trata-se da possibilidade de restituir a subjetividade dos sujeitos subalternos, através da produção de “verdades posicionadas” (ABU-LUGHOD, 1991), com a ressalva de que, para tanto, é preciso situar-se de forma crítica, considerando o próprio lugar de enunciação do pesquisador.

É possível referir, como exemplo disso, os trabalhos da própria Abu-Lughod (2003), que, tomando como referência a história de Amira, discute o melodrama televisivo como uma tecnologia de produção de subjetividades no contexto pós-colonial egípcio, e de Das (2011), que, através da história familiar de Asha, discute acerca de sofrimento e resistência no âmbito do conflito e separação entre Índia e Paquistão. Em resumo, é possível afirmar que a pesquisa de trajetórias pessoais/biografias é um método potente para conduzir a discussão a respeito do agenciamento, pois permite a imersão nas complexidades e especificidades contingentes das

vidas dos sujeitos. Por essa razão, além de focar no trabalho os aspectos gerais das relações afetivo-sexuais, aproximo-me das trajetórias das pessoas, espaço-tempo onde as experiências se materializam, constituindo-as enquanto sujeitos.

5. SUJEITOS EM PERSPECTIVA: TRÊS TRAJETÓRIAS NÃO-MONOGÂMICAS

Em uma noite quente de verão, no começo de 2018, recebi a seguinte mensagem pelo *Facebook*:

“Sabe, esses dias eu ‘tava’ pensando sobre o teu trabalho ou sobre o que tu me falou dele. Cheguei à conclusão de que se ele realmente atingisse o objetivo de descobrir qual é o ‘tilt’⁵⁶ no sistema que faz as pessoas ‘virarem’ não-mono ele seria bastante perigoso”.

A mensagem foi enviada por Viviane, uma interlocutora da pesquisa, cuja trajetória abordo nesse capítulo. Para ela, compreender o que acontece na vida de uma pessoa para que ela se transforme em não-monogâmica é uma questão importante. Como padrão subjetivo de desejo e afeto, a não-monogamia se enquadraria como um desvio ou um “erro de sistema”, de acordo com a metáfora jocosa do *tilt*. Nesse sentido, o “ser não-monogâmico” não entraria no registro racional do arbítrio e da consciência. Em vez disso, corresponderia a alguma forma de determinismo sexual, fora do alcance da escolha dos indivíduos, que se manifestaria em certo momento da vida, de forma processual, tendo raízes biopsicossociais misteriosas. Descobrir o que nos torna não-monogâmicos é uma questão estratégica para Viviane, nas suas divagações e ensaios sobre liberdade sexual e afetiva, ciúmes e relações livres⁵⁷. Entender o passado para se conhecer no presente e se conhecer no presente para se autodeterminar no futuro, talvez aí esteja sua grande preocupação. O fato é que a formação ontogênica do “ser não-monogâmico” passaria por algum erro processual, conforme a analogia do *tilt*, acionado em algum momento da vida⁵⁸.

Tal analogia pode ser uma simples brincadeira, mas a curiosidade acerca da dimensão diacrônica da constituição da pessoa não-monogâmica é real. Meu trabalho seria perigoso, na

⁵⁶ *Tilt* é uma palavra proveniente do inglês, que, no Brasil, é usada como gíria para se referir a panes em aparelhos eletrônicos, como computador ou vídeo game. Em um sentido mais amplo, tal gíria também se refere a pessoas, expressando alguma “pane repentina” que produz desordem, confusão mental ou loucura.

⁵⁷ Viviane escreve textos a respeito desses temas em *blogs* e nas redes sociais. Segundo ela, a escrita é uma forma de terapia, pois organiza suas ideias.

⁵⁸ Uma das dúvidas dela é se a pessoa nasce ou se torna “não-monogâmica”. Se nasce, por que e como o *tilt* é acionado? E se torna-se, por que e como o *tilt* é acionado? Em sua leitura, parece haver um forte determinismo de “forças estranhas” sobre o sujeito/corpo, que carece de explicação.

visão de Viviane, enquanto potência desestabilizadora da norma monogâmica, como elemento a encorajar, a partir de uma resposta científica, os corações daqueles que se sentem inquietos, inadaptados e confusos. “Por que sou assim”? Se as pessoas soubessem a resposta e pudessem localizar os eventos responsáveis por essa transformação subjetiva talvez não se sentissem tão deslocadas e conseguissem inclusive se afirmar com mais facilidade e confiança, “batendo de frente *contra a norma*”.

Não tenho a pretensão de desvendar o mistério, pois não acho que algum “*tilt*” acione a “chave não-monogâmica”, como fala Viviane, e tampouco saberia dizer se o meu trabalho é perigoso. De qualquer maneira, sua inquietação é emblemática, pois ilustra a importância de se trabalhar com a dimensão de trajetórias na pesquisa, resgatando o passado e reconstituindo as narrativas dos sujeitos para melhor compreendê-los (GUÉRIOS, 2011). Com efeito, trata-se de entender em que contextos a não-monogamia faz sentido, de modo a não essencializá-la, e de mostrar que os sujeitos lidam com essa questão de maneiras diferentes ao longo de suas vidas.

A seguir, dedico-me às trajetórias de três pessoas entrevistadas em 2017, que conheci em períodos distintos da investigação: duas mulheres e um homem, todos cisgêneros⁵⁹, com idades, características e experiências diferentes – de acordo com a proposta metodológica de Meinerz (2011), em trabalho sobre mulheres e masculinidades, de resgatar a pluralidade do campo de gênero e sexualidade a partir de três trajetórias distintas. Começo com Marcos, um jovem de vinte e cinco anos com poucas experiências não-monogâmicas. Na sequência, trago a história de Viviane, mãe, de trinta e dois anos, que tem relações não-monogâmicas desde a adolescência. Por fim, desenvolvo a trajetória de Sônia, de quarenta e sete, que conheceu as relações livres após sair de um longo casamento, aos quarenta anos. Escolhi esses sujeitos no intento de trazer um pouco da diversidade do campo para a análise de trajetórias. Um homem e duas mulheres. Um jovem estudante, uma mulher na faixa dos trinta anos, experiente e mãe, e outra madura, com a vida profissional estável. Para tal empreitada, valho-me muitas vezes de falas literais dos próprios sujeitos, sempre destacadas entre aspas – importantes devido à potência da narrativa contada em primeira pessoa.

⁵⁹ Chama-se cisgênero ou cis às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (JESUS, 2012).

5.1 Marcos

Conheci Marcos em 2017, por indicação de uma informante. Conversamos algumas vezes por *WhatsApp* e marcamos uma entrevista, que foi feita em minha casa. Depois disso, nos falamos poucas vezes, apenas em encontros aleatórios na UFRGS, onde ele faz o curso de ciências sociais. No dia da entrevista, Marcos chegou de mochila nas costas. Tinha vindo a pé do apartamento em que morava com a companheira, no centro histórico, e depois iria para a universidade. Aparentemente tímido, sentou-se e aceitou um copo d'água. Na maior parte do tempo, olhava para o chão e falava muito baixo.

Marcos é um rapaz branco de vinte e cinco anos⁶⁰, baixo, *gordinho* e com cabelos compridos. Foi criado em uma região periférica de Esteio⁶¹, onde morou até 2011, quando entrou na faculdade de filosofia e foi morar nas proximidades do campus, dividindo uma casa com estudantes. Nesse período, envolveu-se com a militância política trotskista e passou a integrar uma organização de esquerda, que atua junto a trabalhadores e estudantes. Marcos sempre trabalhou para se sustentar desde que saiu da casa dos pais, que não tinham condições de mantê-lo morando em outra cidade. Atualmente, vinha trabalhando como operador de teleatendimento, em uma empresa de *call center*, mas foi demitido, segundo ele, por perseguição política. Ele e a namorada trabalhavam juntos e militavam dentro da empresa às escondidas. Recebendo seguro desemprego, está à procura de um novo trabalho, enquanto passa os dias entre as aulas e as atividades políticas.

Suas experiências afetivas e sexuais começaram relativamente tarde, em comparação com seus amigos. A primeira vez que ficou com alguém, de beijar, foi entre 15 e 16 anos. Até começar a namorar, havia ficado com, no máximo, três pessoas. Aos 17 ainda era virgem e os amigos o incomodavam por causa disso, insistindo que ele deveria dar um jeito de resolver a situação, apesar da timidez. Segundo ele, “foi por pura pressão” que os amigos conseguiram convencê-lo a ir a uma boate em Porto Alegre, onde ele transou com uma prostituta, paga com o dinheiro que recebia trabalhando nas ruas com panfletagem. Durante a transa, sentiu-se mal e, até hoje, se arrepende de ter perdido a virgindade dessa maneira.

⁶⁰ Idade em 2017, no momento da gravação da entrevista.

⁶¹ Município da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Pouco antes de entrar na universidade, teve o primeiro namoro com uma menina. O namoro era monogâmico e, como ele diz, “tinha vários problemas”, tais como ciúmes e uma dinâmica que remetia a um casamento. Em suas palavras:

Tinha algumas coisas complicadas, tipo... sei lá, ela tinha 16 anos e eu tinha 18. A gente ‘viajava um pouco na pira’ de ser um casal, tipo como se estivesse junto há 10 anos. A forma da nossa relação não correspondia ao que a gente era, assim, entendeu? Tinha um padrão que era meio que de casado, então a gente tem que se ver todo dia, estar todo o dia junto, tem a obrigação de transar todos os dias que se vê, e aquilo acabou sendo prejudicial para os dois. A gente estava numa fase de desenvolvimento e eu estava preso ‘num bagulho’ que, sei lá, era falso. Eu sentia vontade de ficar com outras pessoas.

Após o primeiro semestre na faculdade, Marcos terminou o namoro, no qual se sentia infeliz. No entanto, continuou ficando eventualmente com a ex-namorada, ao mesmo tempo em que saía com outras pessoas. Nesse período, começou a se relacionar com homens, mas não falava a respeito de suas experiências com a ex. Pensou em propor uma relação aberta, mas sabia que não daria certo, pois ela queria “se casar e passar toda a vida juntos”. No final de 2011, cinco meses depois do término, foram juntos a um festival de música no interior do estado, em um grupo de amigos, e ficaram durante todo o evento. Em algum momento, no entanto, ele ficou com um rapaz e ela o flagrou e ficou indignada. Depois disso, nunca mais tiveram nada. Marcos pediu desculpas, embora achasse que não tinha feito nada de errado, afinal não havia mais compromisso entre os dois. Depois de algum tempo, ela própria passou a ter relacionamentos abertos, influenciada, possivelmente, pela história vivida com Marcos.

A partir daí, Marcos começou a ficar com várias pessoas, principalmente nas festas da universidade, e não voltou a ter uma relação monogâmica. Por alguns meses, ficou com uma moça e com seu amigo, de forma esparsa, sem rotular como um relacionamento. Ela sentia ciúmes e “não queria que o amigo pegasse o cara que ela queria pegar”. Mas Marcos insistiu na relação e continuou ficando com ambos. Eles, por seu turno, eram apenas amigos e não tinham nada um com o outro. Após algum tempo, já envolvido com a garota, Marcos sugeriu que tivessem um relacionamento aberto, mas ela rechaçou a ideia, dizendo que jamais teria uma relação assim e que preferia continuar só ficando. Devido ao ciúme e ao sofrimento que sentia, porém, decidiu romper com ele, e continuaram sendo amigos.

Depois disso, Marcos resolveu que qualquer relação nova que tivesse já partiria de um formato aberto, para evitar complicações posteriores, visto que ele se sentia sufocado em um namoro monogâmico e os problemas apareciam, cedo ou tarde, conforme suas relações iam se tornando mais longas e mais íntimas. A primeira relação assim foi com um homem, logo após

parar de ficar com essa garota. Ele e o rapaz começaram acordando que a relação seria aberta. Aliás, foi o outro rapaz que propôs, o que ia ao encontro de suas expectativas. Para Marcos, as mulheres têm mais dificuldade de entrar em uma relação aberta, pela primeira vez, devido às barreiras e julgamentos de gênero. Para os homens, seria mais fácil superar os desafios desse formato de relacionamento, devido à “cultura de que o homem pode pegar todo mundo”. Os dois se relacionaram por uns quatro meses, sem ciúmes e cobranças, até mesmo ficando com outras pessoas nas mesmas festas, um na frente do outro, no que ele definiu como uma ótima experiência, embora sem maior envolvimento e compromisso, já que prefere se relacionar e se atrai mais sexual e afetivamente por mulheres.

No final de 2012, em um acampamento em Marau, no interior do Rio Grande do Sul, Marcos conheceu Luana⁶², com quem se relaciona até hoje. Começaram a ficar no ano novo e continuaram ficando depois que voltaram a Porto Alegre. Desde o início, conversaram sobre expectativas em termos de relacionamentos e descobriram afinidades e interesses em comum. Luana desejava ter relações abertas e já o tinha proposto a dois ex-namorados. Um deles não concordou, e o outro, algum tempo após a abertura, pediu que fechassem a relação, pois não aguentava imaginá-la ou, principalmente, vê-la com outro homem. Em pouco tempo, Marcos e Luana decidiram assumir um relacionamento livre ou aberto – o formato não estava muito claro naquele momento –, cujos acordos se dariam no decorrer das experiências que tivessem.

No início, eles tiveram alguns desentendimentos. Os dois ficavam de vez em quando. Luana dividia um apartamento com amigas num bairro central de Porto Alegre, e ele morava em Viamão⁶³, próximo à universidade. Encontravam-se em áreas boêmias da capital e iam para o apartamento da moça. Quando não estavam juntos, ela saía bastante com outros caras, enquanto Marcos dificilmente ficava com alguém. Além do desnível que o incomodava em termos de ciúme, segurança no relacionamento e oportunidades de ficar com outras pessoas, havia impasses relativos aos acordos. Marcos achava que eles deveriam ficar só com pessoas não-monogâmicas ou que, ao menos, deveriam falar da relação que tinham quando conheciam alguém, a fim de evitar problemas. Luana, por seu turno, não fazia questão de esclarecer isso e tampouco se importava “de pegar caras monogâmicos”. Além disso, ele se incomodava com o fato de as mulheres o dispensarem ao saberem que ele tinha namorada, ao passo que os caras pouco se importavam com isso e não deixavam de ficar com Luana. Outro ponto de

⁶² Nome fictício. Os parceiros e parceiras mais importantes dos sujeitos analisados nesse capítulo serão doravante identificados por nomes fictícios, da mesma maneira que as pessoas entrevistadas, conforme consta em lista do capítulo 2.

⁶³ Município da Região Metropolitana de Porto Alegre.

divergência era a respeito de pessoas do passado, visto que ele não saía com ninguém que conheceria antes de Luana e ela continuava ficando ocasionalmente com um “rolo” antigo, o que o desagradava.

Em poucos meses, contudo, a relação ficou mais íntima e eles se aproximaram muito, tornando-se grandes amigos. No decorrer de 2013, Marcos participou dos protestos do bloco de lutas contra o aumento das passagens do transporte público, com estudantes secundaristas. Na medida em que os protestos ganharam dimensão, ele passou a dormir todas as noites no apartamento de Luana, pois ajudava até tarde na dispersão dos estudantes e tinha medo de ser pego quando a polícia chegava. Era melhor dormir por perto do que correr o risco de ser abordado no regresso à sua casa. Depois de algum tempo, Marcos parou de dormir na casa dela, a pedido das companheiras de apartamento, pois não contribuía com o aluguel. Nesse momento, entretanto, já estavam muito ligados.

Em julho de 2013, fizeram uma viagem à Argentina com amigos, na qual sofreram um grave acidente de carro. Marcos teve escoriações superficiais, mas ela se machucou bastante. Teve fraturas nos braços e na clavícula, bem como um corte profundo no rosto, que a deixou com cicatriz. A recuperação foi lenta. Por essa época, já ficavam juntos quase todos os dias e, ademais, estavam desempregados. Forçado pelas circunstâncias, Marcos resolveu interromper a faculdade e voltar a morar na casa dos pais, convidando Luana para ir com ele. O que era para ser provisório, questão de poucos meses, de acordo com ele, durou um ano e meio. O relacionamento livre continuava existindo, mas só em teoria. Na prática, estavam levando uma vida de casados e não saíam com outras pessoas. Além da falta de opções na cidade, “de noite”, como ele diz, ambos ganharam muito peso após o acidente e ficaram com problemas de autoestima. Em todo caso, a relação se tornou muito mais sólida e os dois passaram a ter uma identidade de casal. Nas palavras de Marcos:

Nesse período, sim, a gente se aproximou bastante, e também teve o ‘bagulho’ do acidente. Sei lá, falando assim é meio cômico, né, mas eu tinha que ajudar ela, sei lá, a se lavar, a limpar a bunda, né. Não tem como não criar intimidade... Por causa da clavícula, ela ficava com os braços para trás, assim. A gente acabou se aproximando muito mais, como um casal.

Depois da recuperação, Luana conseguiu um emprego de tele-operadora em um *Call Center*. Cinco meses mais tarde, ele conseguiu emprego na mesma empresa. A ideia era voltar a morar em Porto Alegre, cada um no próprio espaço, pois isso lhes garantiria liberdade e autonomia no relacionamento, porém os preços elevados dos alugueis, em relação aos seus

salários, inviabilizaram tal empreitada. Em 2015, alugaram um apartamento pequeno no centro e continuaram morando juntos, o que Marcos avaliou como uma tentativa que “deu muito certo”. Como ele resume: “no primeiro momento foi mais material e depois acabou criando um vínculo de morar junto”. Por ocasião da entrevista, continuavam dividindo tal habitação.

Marcos voltou à universidade, porém para o curso de ciências sociais. Trabalhava durante o dia e estudava à noite. Nos horários livres, militava e saía para se divertir. Havia passado mais de um ano sem ficar com ninguém a não ser Luana, e agora voltara a “pegar outras pessoas”, mas raramente, apenas na noite ou em festas. Ela ficava com mais gente que ele, basicamente homens, pois se identifica como heterossexual. Além disso, mantinha alguns “rolinhos”, que se estendiam por algumas semanas, o que a ele não acontecia. Logo que voltaram a Porto Alegre, o ciúme de Marcos, antes desaparecido, aumentou bastante. Luana começou a frequentar uma academia de musculação e emagreceu, perdendo o sobrepeso adquirido em razão do acidente. Dessa forma, passou a se sentir mais confiante e a sair com mais gente. Marcos demorou a se sentir confortável diante dessa situação e admite que só teve o ciúme amenizado depois de um tempo, quando também conseguiu ficar com mais pessoas. Sobre o ciúme, afirma:

Ah, ciúme existe, né. Tipo, eu acho que ainda é mais forte em mim do que nela, assim, embora seja bem fraco. Sei lá, eu não consigo, não tem como negar que, pelo menos, eu não tenho como negar que sinto ciúme. Agora, a questão é como lidar com ele. Tento sempre colocar, assim, pra ela ou pra alguém, pra algum amigo meu, assim, chamar e conversar. Ou mesmo, sei lá, relaxar, fumar um baseado e pensar antes de fazer qualquer coisa, antes de sair, por exemplo, que eu já fiz, inclusive, de ficar perguntando: ‘tá, mas e aí’? Ou ficar falando mal da pessoa: ‘tá, mas tu vai ficar com esse cara’?! Dissuadindo... E chegar à conclusão de que era puramente ciúmes. E é um negócio que a gente sempre tentou lidar numa boa, assim, sabendo que é complicado ter uma relação aberta e morar junto. A gente passou por muita coisa, que gerou um vínculo muito forte, assim, e por algumas outras coisas também. Sei lá, a gente lida como se fosse algo normal de existir, mas que não pode ser normal o jeito (ruim) de se tratar.

Com uma dinâmica de casal que os impossibilitava de ter um relacionamento livre nos moldes que gostariam, Marcos e Luana estabeleceram alguns acordos para deixarem a relação aberta, os quais têm sido revistos e atualizados com o passar do tempo e das experiências. Um acordo fundamental é o de não levarem pessoas para casa, a menos que o outro esteja ausente, pois há o consenso de que eles não devem “deixar ninguém fora de casa”. Marcos não levou outra pessoa para o apartamento, ao passo que, Luana, levou uma vez um cara para transar no momento em que o companheiro estava dormindo. Levou terceiros com o parceiro acordado e

em casa é algo fora de questão para ambos, devido ao ciúme e à sensação de exclusão. Marcos diz que não se importaria caso fosse para um *ménage*, porém sua namorada não gosta de fazer sexo com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, tanto que, nas duas vezes em que participou de um *threesome*⁶⁴, Luana não estava presente. Nas festas, eles ficam com outras pessoas, um na frente do outro, mas só de beijos, pois não admitem ver o parceiro transando. Outro acordo importante é o de sempre usar camisinha com outras pessoas, uma vez que, entre si, não usam nenhum tipo de proteção. Ademais, acordaram de não ficar com pessoas do trabalho, mas, em primeiro lugar, para protegerem seus empregos. Por fim, havia uma orientação de falar para o outro quando estivessem interessados ou ficando com outras pessoas. Não de falar tudo, nem “de fazer um relatório completo”, conforme Marcos, mas para deixar o companheiro ciente e tranquilo. Ele afirma que, devido à intimidade, “um sempre sabe quando o outro ‘tá’ a fim ou ‘tá’ saindo com alguém”, então o melhor seria dividir com o parceiro, conversando sobre isso com naturalidade.

Fora dos círculos mais íntimos, entre amigos da universidade e de militância política, Marcos não costuma falar que tem relacionamento aberto. Como ele e a namorada ficam com outras pessoas eventualmente, em contextos restritos e sem envolvimento afetivo, fica fácil de evitar a exposição em meios exteriores, como diante de familiares ou colegas de trabalho. Ele diz que não esconde, mas tampouco faz questão de falar a respeito disso, para não ter de ficar respondendo perguntas de curiosos ou ouvindo bobagens. Quando o assunto vem à tona, os comentários mais comuns são “ah, então tu é corno” ou “ah, vocês fazem orgias”. Quem dera fosse assim, pensa ele. “Não é tão simples abrir a relação e surgirem pessoas querendo transar contigo”.

Marcos não se vê voltando a ter relacionamentos monogâmicos. Para ele, não se trata em primeiro lugar de poder ficar ou não com outras pessoas, mas de uma certa experiência da liberdade, da qual não deseja abdicar. Quando o questionei se poderia ter, mais para a frente, uma relação fechada com alguém que preenchesse, supostamente, todos os seus requisitos de interesse, ele me disse:

É, numa situação hipotética assim, mas não, acho que não. Porque sempre vai rolar um momento que vai, tipo, sei lá, é que a gente leva não como um princípio, assim, de ‘ah, a gente tem essa relação porque quer pegar geral’. Não, a gente tem a liberdade de poder ‘pegar geral’. Tipo, de ‘pegar’ quem a gente quiser, se a gente quiser ficar com alguém. E inclusive se a gente não quiser ficar com ninguém, a gente não fica com ninguém. Eu sempre fiquei com menos pessoas na minha vida do que ela. Então, tipo, eu não tenho a mesma facilidade, nem o mesmo ritmo. E nem a mesma necessidade,

⁶⁴ Termo em inglês, bastante utilizado atualmente, equivalente a *ménage-à-trois*.

também. Não sei se dá para dizer necessidade, mas talvez. E, enfim, eu acho que por mais que a pessoa preenchesse todos os requisitos, sei lá... Eu não abriria mão, por exemplo, disso, de ter essa liberdade.

Projetando o futuro, Marcos diz que tem vontade de ter um filho com Luana, porém a longo prazo, pois isso atualmente seria inviável em virtude das limitações materiais. Eles já discutiram o assunto e ela se mostra um pouco mais receosa. Para o rapaz, a criança mudaria a rotina do casal, a ponto de forçar um fechamento temporário da relação, em princípio, devido às necessidades do bebê em termos de atenção, tempo, carinho, etc. Mas pensa que isso seria gradualmente amenizado e que a relação voltaria a ser aberta, desde que os dois dividissem as tarefas e cuidassem da criança quando o companheiro quisesse sair com outra pessoa. Marcos gosta muito de Luana e acredita que “a perspectiva é grande de continuar ficando com ela”. Apesar disso, espera ficar com mais gente no futuro, “se tudo der certo”. Em todo caso, não se vê em uma relação a três, como a que se dá em trisais poliamorosos. A relação dos dois é a principal. Fora disso, ele ou ela podem vir a ter relacionamentos paralelos e menores, mas não juntos, “dividindo” outra pessoa.

Embora já tenha militado em prol das relações não-monogâmicas e tentado convencer outras pessoas a viverem dessa forma, no início, quando estava mais encantado, Marcos hoje em dia demonstra ter uma visão mais ponderada acerca dos relacionamentos, em geral, que remete à sua própria experiência. Em suas palavras:

Para mim, relação aberta não é... Não é a solução dos relacionamentos, assim. Tipo, pelo menos eu vejo pela experiência que tenho. Não foi, tipo, todos os problemas que tive antes, sei lá, muitos deles se repetiram durante o relacionamento aberto... Sei lá, qualquer problema. Coisas pequenas mesmo, de como lidar com a pessoa, o próprio ciúme, tipo, não é que magicamente aquilo que foi criado em ti a vida inteira, de tu ter a posse da outra pessoa, aquilo vai sumir, assim, de dentro de ti, né. Mas, enfim, eu acho que o principal dos relacionamentos abertos é o diálogo ser aberto também, ser franco. E isso ajuda ‘pra’ muito, mesmo, né.

Como se pode notar, pelo que mostrei até agora, a questão dos relacionamentos não-monogâmicos, na trajetória de Marcos, é em larga medida permeada pela sua experiência com Luana e por contingências decorrentes da dinâmica de casal, assim como pela articulação dos marcadores da diferença social, o que engendra possibilidades e limitações no que se refere a práticas, escolhas e, em resumo, agenciamentos (BRAH, 2006). A questão financeira é uma variável importante, uma vez que a falta de dinheiro impossibilitou que ambos gozassem da autonomia necessária para a efetivação de uma relação livre. Os RLis mais experientes dizem que uma relação livre requer a independência financeira de todos os envolvidos, pois não

haveria liberdade num contexto de tutela e dependência. Marcos parece estar consciente disso, afirmando que sua relação sofreu condicionamentos por força das necessidades materiais. Por outro lado, admite que a convivência conjugal que a partir daí se estabeleceu foi muito bem-sucedida, e projeta seu futuro afetivo em uma perspectiva de casal, falando até mesmo em ter filhos com a companheira. Além disso, seu relacionamento foi perpassado por circunstâncias imponderáveis, como o acidente de carro, que o aproximou de Luana, gerando a criação da intimidade (GOLDENBERG, 2001), o que, até então, não estava previsto, pois se tratava de uma relação ocasional entre jovens. Marcos destaca a questão do acidente como um marco importante da relação, vinculando o compartilhamento do sofrimento com a intimidade e a corresponsabilidade, ao fazer uma associação entre “limpar a bunda” da namorada e criar uma identidade de casal.

Nesse sentido, a maioria das alegrias e decepções, assim como os dilemas vividos por ele, estão atrelados à relação com Luana. Marcos vê êxitos decorrentes da liberdade oferecida pela companheira, que o apoia e incentiva a ficar com outras pessoas, mas admite sentir certa angústia em razão do desnível existente em termos da energia despendida com outras pessoas, do sucesso em “pegar geral” e das concepções sobre o que é válido ou não em outras relações. O ciúme que sente é uma prova disso, que ele admite, mas tenta controlar, já que tenta colocar em primeiro lugar sua busca por liberdade (FREIRE, 2013; BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2017). Outra questão importante é o meio em que vive e as pessoas com quem se relaciona, propícios a esse tipo de experiência (PILÃO, 2017). Após vir para Porto Alegre e começar a estudar na universidade, começou a conviver num outro ambiente, formado por estudantes de ciências humanas, com valores progressistas de esquerda e hábitos de classe média, o mesmo em que vive Luana. Isso o influenciou, como ele admite, no sentido de fazer aflorar desejos e práticas, como os de ficar com várias pessoas e de se relacionar com homens. Essas práticas foram facilitadas por outras moralidades, afirmadas em tal meio e compartilhadas com a namorada e com outras pessoas, tais como amigos, ficantes, etc.

O interesse de Marcos por relações não-monogâmicas surge de uma inadequação que é uma problemática heteronormativa, visto que se opõe às normas compulsórias e obrigações tácitas da monogamia, como a exclusividade afetiva e sexual e a formação de unidade familiar centrada no casal heterossexual. Se, por um lado, não se pode dizer que Marcos rompe com as normas de gênero e sexualidade por ter uma relação aberta (CARDOSO, 2010), na medida em que mantém vários hábitos, afetos e expectativas de uma relação monogâmica, performa a heterossexualidade e a masculinidade conforme o meio em que convive e ainda se adequa às

normas vigentes nesses meios (BUTLER, 2003), por outro, tampouco se pode dizer que, em suas experiências, existe somente adequação e recitação das normas (ARAN e PEIXOTO JR, 2007).

A vivência de relações homoeróticas e a demarcação identitária de sua bissexualidade são exemplos de fissuras no dispositivo da heterossexualidade (ROSENEIL, 2006), ainda que ele se afirme como um homem que sente atração prioritariamente por mulheres. Em que pese tais práticas sejam ocasionais e ocorram em contextos específicos, elas fissuram padrões bem demarcados de exercício da masculinidade (GROSSI, 1995; VALE DE ALMEIDA, 1995). Nesse sentido, não seria possível dizer nem que a relação aberta de Marcos é libertadora nem que é reprodutora dos dispositivos de poder sobre o corpo e o sexo, numa ótica binária, e sim que existem recitações e readequações das normas em contextos específicos coexistindo com desejos e práticas que tensionam e fissuram as mesmas normas, devido a agenciamentos que o posicionam como sujeito nas relações e na produção da experiência – sujeitado a condições de existência pré-definidas e apresentado, ao mesmo tempo, a possibilidades de exercício de agenciamentos (SCOTT, 1999).

Outra dimensão importante, na linha de não essencializar as diferenças entre relações monogâmicas e não-monogâmicas, é prestar atenção nas continuidades. Como Marcos mesmo afirma, muitos dos dilemas e contingências vividos nos relacionamentos são muito parecidos, independentemente do formato da relação. Na sua experiência, questões como as dificuldades de se relacionar (“pegar pessoas”), os problemas de autoestima relacionados à aparência (peso elevado) e o sentimento de posse em relação à namorada são similares às que o incomodavam quando teve seu namoro monogâmico. Apesar das transformações, existem continuidades que são da ordem da sua formação enquanto sujeito. É claro que tais problemas se manifestam de formas diferentes em contextos diferentes. Um exemplo disso é o do ciúme, potencializado no relacionamento aberto devido à ciência de que a namorada sairia com outras pessoas.

Marcos é ainda muito jovem. Sua experiência como pessoa não-monogâmica é muito curta e está vinculada diretamente ao namoro com Luana. Mesmo quando morava com os pais numa região periférica, já se mostrava insatisfeito quanto às relações fechadas e às limitações delas decorrentes. Desde o fim da adolescência, desejava ter relacionamentos com a liberdade de sair com quem quisesse. O refinamento discursivo disso passa por experiências e reflexões posteriores, vividas num ambiente formado por moralidades mais diversificadas e abertas em relação às de Esteio, e propício, dessa forma, à demarcação de identidades não-monogâmicas (FREIRE, 2013, BARBOSA, 2015; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017). A formação de Marcos

como não-monogâmico, em todo caso, é um processo que se inicia antes e faz parte da criação autobiográfica do *self* (ROSE, 1998; CARDOSO, 2010), no qual o projeto de vida do sujeito se mostrou incompatível com as diretrizes colocadas pela conjugalidade monogâmica.

As aspirações de Marcos desde cedo se mostraram conflitantes com a vida de casal, o que gerou uma sensação de inadequação e a frustração no primeiro namoro, que ele compara a um casamento. Isso mudou quando entrou na faculdade, passando a explorar o ambiente universitário das festas e da política estudantil, e quando conheceu Luana, cujas aspirações se coadunaram com as suas. Pode ser que se trate de uma fase da juventude ou, ainda, que ele amadureça e continue tendo uma relação não-monogâmica com Luana ou com outra pessoa. Isso é impossível de saber. O que importa é constatar que, no decorrer da trajetória de Marcos, uma série de experiências e contingências o produziram enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que ele se posicionou diante das limitações e das possibilidades, agenciando sua história e suas relações a partir de ideias, desejos e afetos (SCOTT, 1999; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

5.2 Viviane

Conheci Viviane em 2014, na viagem para o ano novo na Colina do Sol. Ela estava na van que conduziu os RLis para Taquara, com seu companheiro Humberto e sua filha Janaína, então em vias de celebrar o primeiro ano de vida. Viviane, de imediato, impressionou-me pela postura despojada e pela voz forte e mandona. Estava muito alegre. No feriadão, comandou as atividades da cozinha coletiva junto com Humberto. Na primeira conversa de que me recordo, disse-me que a experiência da Colina costumava ser marcante e que lá alguns relacionamentos começavam e outros tinham fim. Encontrei-a muitas outras vezes, depois disso. Em atividades de rua, como os *shows* em que Humberto toca; em alguns eventos do RLi; e, sobretudo, na rua, aleatoriamente, pois ela trabalha vendendo nos bares, à noite, os cartões que faz. Em um desses dias de trabalho, entrevistei-a na minha casa. Ademais, conversamos eventualmente pela internet. Ela se diz curiosa em relação aos resultados da minha pesquisa.

Viviane é de Pelotas⁶⁵, mas mora em Porto Alegre desde 2006. Vive parte do tempo em um sítio em uma área afastada da zona sul, com Humberto e Janaína, onde conduz um projeto chamado Jardim Nômade, cujo objetivo é educar de forma comunitária um grupo de

⁶⁵ Município do interior do Rio Grande do Sul, localizado na zona sul do estado.

crianças, que comem, dormem e fazem atividades recreativas em conjunto, integradas com a natureza. Os adultos mantêm o vínculo a partir das crianças, todas em idade pré-escolar. Janaína é uma das mais velhas do grupo. Está, atualmente, com quatro anos. No restante do tempo, mora em um apartamento em um conjunto habitacional popular com a filha, uma tia e uma prima, com quem divide as despesas. Viviane é branca e trabalha como artesã, escritora e vendedora. É coautora do livro sobre relações livres, lançado em 2017 pela rede RLi. Sua trajetória não-monogâmica é extensa e começou de forma bastante precoce. Como ela mesma diz: “sempre fui puta”.

É interessante frisar a palavra puta. Enquanto muitas pessoas ressaltam a dimensão moral da não-monogamia, enaltecendo em primeiro lugar a liberdade e a autonomia, a história contada por Viviane é baseada antes de tudo nas sensações corporais, em que ela destaca os arroubos de paixão, tesão e sexo. Para ela, sua infância durou pouco, pois desejava desde cedo ser adulta e se comportava como uma menina mais velha. Não gostava das brincadeiras de criança e se sentia bem entre pessoas de mais idade. Antes da pré-adolescência, seus pais se separaram. Passou a morar somente com a mãe, psicóloga, que a deixava muito à vontade. Independente, passava semanas na praia com a avó. Ela conta que era a mais autônoma das netas. Não sentia falta de casa. Fazia tudo como adulta e se sentia muito bem por isso. Na adolescência, saía, dormia fora de casa, viajava sozinha, sem dar satisfação de suas ações. A mãe tinha um perfil manso e conciliador, o que a incomodava, ao passo que o pai era mais explosivo e confrontador. Viviane conta que se irritava com sua mãe pela postura passiva diante do ex-marido. Era parecida com o pai e por isso “não se bicavam”.

Quando entrou na puberdade, por volta dos dez ou onze anos, começou a sentir tesão e se incomodar com as transformações em seu corpo. Segundo ela, a pior coisa para uma garota em tal idade é começar a “botar corpo” e ainda ser virgem, não ter beijado na boca. De todo modo, comenta que teve suas primeiras experiências em idade normal para a época, em torno dos doze anos: “é que na minha época era a fase que se começava assim, se ficava com doze, começava a dar uns amassos mais fortes nos treze e aí a coisa ia evoluindo. Se bem que eu já comecei na fase do amasso mais forte quase que direto”. Rememorando essa época, diz:

Estamos falando da virada do milênio, né, um pouquinho antes. Eu comecei a ficar naquela fase de 12, 13 anos, que era a idade meio que padrão naquela época, enfim, da minha realidade de classe, de escola, de tudo né. Então tinha... Eu comecei a ficar com vários guris, de vez em quando. Normal. Até aí eu era absolutamente normal. Poderia ser uma normal puta, digamos assim. Não tinha nada demais em mim. Só que mesmo eu não me vendo como diferente das outras meninas, as outras meninas se viam como diferentes de mim... Em pequenas coisas, em pequenos detalhes, do que é o papel da

mulher, do que você pode fazer, do que você não pode fazer, das coisas mais bobas... Sei lá, de que você não pode deixar os meninos te passarem a mão. E eu achava isso um absurdo, assim, então eu já... Eu não era RLi, mas eu já era puta... Com 13 anos eu já tinha amigas que deixavam de sair comigo, eu já não tinha muitas amigas, né, eu já sempre fui de ter poucas amizades desde essa época... Então, eu já tinha amigas que já não saíam comigo porque eu era má influência, porque eu estragava a reputação delas, isso eu tendo 13 e elas tendo 15, então tipo, eu estragava a reputação delas, só pra tu ter uma base.

Aos quatorze anos, teve o primeiro namoro, monogâmico, com um rapaz de dezesseis. Viviane diz que se convenceu de estar apaixonada, uma vez que não podia justificar a relação apenas com o fato de que sentia muito tesão. Ela e o garoto não conversavam, era só sexo. Em todo caso, “botou na cabeça” que queria namorar. Os dois foram ficando repetidamente. Além do tesão, tratava-se de um romance proibido, o que, segundo ela, apimentava a relação. Havia preconceito na família, principalmente por parte de seu pai, porque ele era um rapaz negro e pobre. Isso a estimulou ainda mais a namorar. Viviane frisa que só estava interessada no sexo e que era muito segura. Ainda assim, sentia ciúmes e brigava com o namorado “se ele olhasse para o lado”. “Se ele cumprimentava uma guria na rua, eu já lhe dava um cutucão que saía o rim pela boca”. Nessa época, passou por uma experiência muito dolorosa. Com quatorze anos, engravidou, mas teve um aborto no início da gestação. Ela diz que foi uma “experiência de amadurecimento forçado, que trouxe crescimento e que (a) preparou para a vida adulta”. Após seis meses, o namoro terminou, pois Viviane descobriu que o rapaz tinha mais uma namorada. Ela comenta que não esperava “levar chifre” e que não cogitou perdoá-lo. Passou alguns dias chorando, mas logo se recompôs e mudou de escola.

Entrou no CAVG⁶⁶, a escola técnica federal de Pelotas, onde conheceu a juventude do movimento estudantil, que militava e fazia campanha para o PT. Encantada com aquele meio, começou a ficar e transar bastante, com os estudantes e os militantes partidários. Ela cita que em pouco tempo “começou a nem achar tão ruim estar solteira”. Na militância, inspirou-se em um casal jovem que conheceu, que vivia um relacionamento aberto. Ele, grafiteiro. Ela, atriz de teatro. Ambos ativistas e abertos para ficarem com outras pessoas. Ali, passou a ter contato com o que chamou de “ideias não-monogâmicas em um nível mais abstrato”, pois o pessoal debatia o assunto a partir de uma ótica marxista, citando Engels e a relação entre monogamia, família e propriedade privada. Ainda assim, diz que carecia de bases teóricas. Em sua opinião, tornou-se uma “não-monogâmica empírica”, aos quinze anos, influenciada pelo contexto onde

⁶⁶ Colégio Agrícola Visconde da Graça, que atualmente faz parte da rede IFSul (Instituto Federal Sul-Riograndense).

vivia. Dali em diante passou a ter apenas relações não-monogâmicas, até vir morar em Porto Alegre, em 2006. Em suas palavras:

Nessa fase eu só queria ficar, eu queria me divertir e considerava a possibilidade de ficar continuamente com uma pessoa, desde que fosse no formato aberto, assim... Entre setembro de 2000 e agosto de 2001 eu tive vários casinhos, eu fiz bastante sexo. E apresentei para várias pessoas, estava com uma pessoa, ficava de novo e dizia ‘olha, eu não acredito em namoro, não acredito em exclusividade, eu vou continuar ficando com quem eu quiser, ter relacionamentos com quem eu quiser. Não precisa me contar nada, se quiser me contar também me conta’. Então tipo, era uma coisa assim muito clara para mim e eu simplesmente expunha para as pessoas que era assim. E como eu tinha 15 anos e ficava com caras na faixa de 18, às vezes de 20, às vezes 25, às vezes quase 30, então assim, já tinha uma certa diferença de idade, esses caras eles não iam assumir compromisso comigo porque era quase crime, né, digamos assim. Eu tinha 15 anos, mas enfim, eu dormia fora de casa, ‘tava’ sempre na rua... Era uma outra relação com a liberdade. Eu fui ter uma relação monogâmica, fechada, entre metade de 2006 e início de 2008, ou seja, todo o período entre 2001 e 2006 eu só tive relacionamentos no formato aberto.

Em 2001, aos dezesseis anos, Viviane teve a primeira relação aberta mais estável, com Douglas, com quem viveu um “grande amor” que, segundo ela, a fez “ter a segurança de que uma puta podia ser plenamente amada”⁶⁷. Para ela, foi a primeira vez que pôde efetivamente estar em um relacionamento com alguém e ao mesmo tempo “curtir” outras pessoas. Ele tinha vinte e cinco anos e era baterista. “Era um mulato lindo, alto, mas inseguro”, comenta. Nessa época, sua mãe descobriu seu interesse por relações não-monogâmicas. Como vivia na rua, simplesmente avisava que estava na casa do namorado. Às vezes, ela ligava para o rapaz, que se via na obrigação de mentir. Certa vez, Douglas, incomodado, cobrou-lhe que conversasse com sua mãe. Viviane a chamou e contou: “mãe, é o seguinte, a gente é namorado, mas é de um jeito diferente, eu posso ficar com quem eu quiser, ele pode ficar com quem ele quiser, a gente combinou isso e ninguém está traindo ninguém”. Sua mãe ficou chocada, mas não teve nenhuma reação e tampouco tomou qualquer atitude. Ela conta que a mãe foi permissiva, já que acreditava se tratar só de uma fase, que logo iria passar. Nessa época, Viviane ganhava cobertura de sua mãe. Quando o pai ligava, querendo saber da filha, ela desconversava e dizia que a menina estava dormindo ou que estava na casa de amigos.

Viviane era muito segura no relacionamento com Douglas e mantinha outros ficantes, em Pelotas e Porto Alegre. Segundo ela, “ficava com as pessoas só para não perder o hábito”, porque era muito apaixonada. “O que tinha com ele era qualitativamente muito acima do que tinha em qualquer outra das (suas) relações”. Mesmo assim, não parava de sair com os outros caras, pois não queria fechar a relação. Ele sofria bastante. Saía pouco com outras mulheres.

⁶⁷ Segundo ela, essa segurança serviu de base para a construção de toda a sua vida não-monogâmica.

Sentia ciúmes. Mas quase não brigavam. Depois de algum tempo juntos, chegaram a fechar o relacionamento, para ver se Douglas se sentia melhor. Bastou fazerem isso e ela se apaixonou por outra pessoa. “Eu fiquei meses sem ter vontade de ficar com ninguém, e simplesmente fechou e parece que eu voltei a enxergar as pessoas do mundo”. Então, deu-lhe um ultimato: “ou a gente abre ou a gente termina, porque eu estou apaixonada por outra pessoa”. Assim, a relação voltou a ser aberta.

Isso foi em 2003. Viviane fazia um curso em um assentamento do MST⁶⁸, em Viamão, e se apaixonou por um homem mais velho, que estava lá a trabalho. Ela, então, tinha dezoito anos e ele, quarenta. Por mais de um ano namorou os dois simultaneamente. Ele vinha de um casamento aberto e era experiente. Em sua opinião, a relação era muito tranquila e o novo namorado lhe passava segurança, o que era importante, já que havia recém passado por uma fase depressiva. Refletindo acerca da diferença de idade, Viviane comenta que sempre se interessou por homens mais velhos:

Na real, vou dizer que esse ano, o ano que eu fiz 18... Bá, eu peguei muito quarentão, muito, muito. Eu acho que tinha vários do circuito, né, da convivência partidária, que tinham muita vontade de me pegar porque já me viam desde os 15. Não estou dizendo todos esperaram, óbvio, mas digamos assim que essa faixa etária, dos maiores de 40, digamos assim... Na faixa etária dos vinte e poucos, trinta e poucos eu passei muito o rodo nessa fase dos 15 aos 18. Mas depois que eu fiz 18 parece que, assim, perderam a vergonha, né. Claro que, assim, era uma situação clandestina, né, porque embora fosse um relacionamento aberto a gente não andava por aí desfilando. A gente era colega de trabalho, então a gente tinha que tentar manter uma discrição, para as pessoas, pra não virar um problema, assim, de comentário. Até, sei lá, de ele talvez perder o emprego. Não sei se perderia, mas talvez acabasse ficando uma situação meio complicada, então a gente mantinha uma discrição, mas era aquela discrição que todo mundo sabia. ... Na verdade, sempre gostei de cara mais velho, nunca consegui me relacionar com gente da minha idade. Hoje em dia, que eu tenho 32 anos, eu consigo me relacionar com um cara que também tenha 32 anos, mas, nessa fase, não conseguia me relacionar muito com caras da minha idade, porque não tinham segurança, porque... Sabe, não estavam preparados, entendeu? O cara que é mais velho, o cara já casou, o cara já se separou, o cara já levou chifre, o cara já botou, o cara já tá em outro nível, que já perdeu aquelas ilusõeszinhas de gurizinho romântico que quer ter uma namoradinha só pra si. Então, eu achava mais fácil me relacionar com os caras mais velhos. Eu e o Douglas a gente não tinha muita diferença de idade, mas ainda assim eram nove anos, né.

Em 2004, Viviane terminou com Douglas. Ela conta que, além do desgaste natural na relação, que acontece com o tempo, o namoro findou porque ele sofria ao vê-la ficando com outras pessoas. “Não era isso o que eu queria. Eu queria ficar com uma pessoa que ficasse de bem com essa situação”. Refletindo acerca desse momento, fala das estratégias utilizadas para evitar entrar em relacionamentos monogâmicos. De acordo com ela, Douglas não pedia para

⁶⁸ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

fechar a relação porque ela sempre se antecipava e trazia à tona o acordo estabelecido entre os dois. “Nunca dava a chance de a pessoa achar que eu ia me prestar ao papel de namoradinha, assim ele nem me cobrava”. Por outro lado, recorda-se que ficava com homens mais velhos e em situações frequentemente clandestinas, o que, por si só, já facilitava seu trabalho de evitar relacionamentos fechados. “Muitos homens querem ficar contigo, mas não querem te assumir socialmente. Os caras ainda separam as mulheres nas que são para namorar e casar e nas que são para ficar. Como ninguém nunca me classificou como para casar, eu nunca tive problema, né”.

Aprofundando a reflexão, Viviane afirma que nunca foi romântica e que nunca quis se casar. Aos doze anos, já se via como diferente das outras meninas, que sonhavam em se casar, e era vista por elas como “diferentona”. Segundo ela:

Nunca sonhei que um dia eu ia casar, que um dia eu ia entrar numa igreja, que eu, sei lá, ia ser feliz pra sempre com alguém. Eu não tenho a mínima ideia de como é que, eu não tenho ideia do que que ‘buga’ no sistema pra sair uma Viviane... Alguma coisa ‘bugou’ no processo, entendeu, porque a maioria das meninas da minha geração tinha o sonho de casar, mesmo no modo do casamento moderno, em que tu casa quando já está formada, independente, ganhando bem, porque foi pra isso que a minha mãe me educou, né, sempre me educou no sentido de trabalhar, de ser independente, enfim. Mas você trabalha e você é independente para você casar bem, ainda é uma lógica de casamento... Eu não sei, talvez porque o casamento da minha mãe com meu pai não fosse bom, eu não visse ela satisfeita, eu não visse ele satisfeito, não tava cercada de casamentos felizes pra ter uma ideia de que o casamento fosse uma coisa tão boa.

Em parte, explica suas peculiaridades através de uma leitura de si muito curiosa: “o meu não ser romântica eu sempre associei com uma coisa de gênero, *eu sempre achei que eu era um homem em um corpo de mulher*”. Viviane conta que fazia amizades com os meninos e não conseguia desenvolvê-las da mesma forma com as meninas. Em suas palavras:

Ou elas me consideravam uma ameaça ou vinham com essas coisas mais românticas, e isso me irritava. Eu não conseguia nem estar perto, nem conviver com certas coisas que na minha cabeça são ilusões, eu não tinha paciência, cara. E olha que as meninas que eu convivia eram do meio mais alternativo, né, que já tinham uma outra cabeça, já gostavam de um outro tipo de cara. Eu sempre tive problema para me relacionar com mulheres no padrão de feminilidade da sociedade, sabe, sempre tive dificuldade de ter amizade com mulheres. Demorou muito tempo para eu superar isso. Acho que eu só superei depois de virar mãe. Hoje, depois que eu sou mãe, a maternidade é um elo, né, ela me conecta com o resto das mulheres, mas antes era muito difícil.

Depois de Douglas, relacionou-se com Igor, de Porto Alegre. Ela brinca que “não foi um relacionamento aberto, foi um relacionamento escancarado”. Em 2005, tinham um grupo de amigos que se reunia periodicamente e acabavam transando. Como ela chama: o “grupo da

suruba” ou “galera da festa do apê”. Viviane conta que adorou a experiência de “caçar” junto com o parceiro, que só aconteceu com Igor. Entre fins de 2004 e o começo de 2006, “rolava muita festa no apê, muito sexo em grupo, e tendo o Igor no meio a orgia estava garantida”. Nesse período, Viviane começou a ficar com mulheres. A primeira vez foi em 2004. No ano seguinte, participou de uma suruba só para mulheres, em uma festa conhecida como Festa do Cazuzo, na sequência do Fórum Social Mundial. O local da orgia foi chamado de Quarto das Sete Mulheres. “Foi aí que eu comecei a gostar de ficar com mulher, depois que eu fiquei com mulher foi muito forte”, conta. No começo, Viviane se sentiu confusa e questionou a própria orientação sexual, porque a experiência havia sido muito boa, passando-lhe a impressão de que havia perdido muito tempo. Para ela, foi uma descoberta tardia, ainda mais considerando que desde os dezesseis anos já tinha fantasias com mulheres. De qualquer forma, o tesão por homens era evidente, o que lhe dava a certeza de não ser lésbica. Ademais, a oportunidade de ficar com mulheres surgia com menor frequência. “Mas se aparecia, eu não dispensava, né”, conta. “Eu me lembro que naquela época os meus amigos ficaram apavorados, assim, no bom sentido, tipo: ‘se a Viviane já pegava geral quando pegava homem, imagina agora que ela está pegando homem e mulher’”.

Viviane associa o grupo da suruba a esse momento de descoberta da bissexualidade. A maioria do pessoal era assumidamente bissexual ou estava se abrindo para experiências *bi* ou homoeróticas. Igor, seu parceiro, estava afluando a bissexualidade tal qual ela. Para Viviane, ele é bissexual, embora se relacione predominantemente com mulheres. Ela se vê da mesma forma: bissexual, mas não bífetiva, ficando às vezes com mulheres e tendo relacionamentos com homens. Nesse sentido, comenta:

Mas eu acho que a minha dificuldade de me relacionar com mulheres é parecida com a minha dificuldade de fazer amizade com mulheres. Eu tive uma namorada, em 2005, em Pelotas, que a experiência de namorar uma mulher é uma experiência muito forte, assim. E a gente mantém contato até hoje, eu e ela. Mas... Mulher é um bicho muito complicado, assim, eu tenho dificuldade de ter um relacionamento com uma mulher. Um dia, a qualquer momento, pode ser que apareça uma mulher com quem eu não vou ter dificuldade, mas eu acho difícil me relacionar com mulher. Eu adoro transar com mulher, mas ter um relacionamento, pra mim, é difícil, as relações, os jogos, as culpas, tudo é muito diferente.

Ainda em 2005, conheceu Mário, por quem se apaixonou perdidamente. De acordo com ela, Mário a revolucionou e a enlouqueceu. Foi o primeiro homem com quem teve um orgasmo. Ele não acreditava que uma mulher experiente como ela não gozava durante o sexo e, em duas semanas, a fez chegar ao orgasmo. Viviane diz que Mário era mais velho e muito

experiente, e que soube tocá-la como ninguém até então. No passado, ele tinha sido michê e gigolô e já havia namorado com prostitutas. Os dois namoraram por aproximadamente quatro meses, em Pelotas, até que ele a abandonou para voltar para a ex-mulher, com a qual tinha dois filhos. Viviane ficou desolada, sentindo-se injustiçada. No período do término, conheceu Érica, a única mulher com quem teve um relacionamento até hoje. Elas começaram só ficando e transavam juntas com homens, mas, aos poucos, tornaram-se mais íntimas. No fim de 2005, relacionava-se com Érica, em Pelotas, e com Igor, em Porto Alegre.

Em 2006, Viviane foi morar em Porto Alegre. Até então, tinha uma vida nômade entre as duas cidades. Após a decepção com Mário, resolveu sair de vez de Pelotas. Para isso, fez o vestibular da UFRGS e foi aprovada. Chegou à capital, como diz, “carente e com uma mão na frente e a outra atrás, tentando achar vaga em uma casa de estudante”. Esse foi um período em que sentiu muita solidão e passou por dificuldade financeira, tendo o que chamou de “recaída monogâmica” – seu segundo e último relacionamento fechado. Igor estava namorando outra mulher e, por consequência, a galera da suruba estava desorganizada. A vida de solteira não teve o agito que esperava na capital. Comparando a nova realidade com o que acontecia em Pelotas, comenta: “lá eu conhecia mais gente, né, lá muito mais caras sabiam que eu era puta, então tinha mais opção pra dar. Aqui eu tinha que ficar correndo, tinha o trabalho de explicar ‘posso te dar e não vou ficar te enchendo o saco, não vou te ligar no dia seguinte’”. Depois de alguns meses, foi morar em um apartamento no Centro, que dividia com outra estudante, e começou a trabalhar com os cartões, que criava e vendia, garantindo-lhe o provimento das necessidades básicas.

No primeiro semestre, visitou uma comunidade em Viamão, para fazer um trabalho da faculdade, e lá conheceu Fabiano. Foi paixão à primeira vista. Viviane esqueceu o celular na casa de sua mãe, presidente da Associação de Moradores do local. No outro dia, Fabiano foi à UFRGS para lhe entregar o aparelho e, nesse mesmo dia, já ficaram e foram transar em seu apartamento. Ele era um rapaz negro e jovem, vindo da periferia. Ela estava então com vinte e dois anos. Viviane comenta que, apesar de terem quase a mesma idade, não achava estranha a relação dos dois, visto que ele era um rapaz muito maduro, “envelhecido pela vida sofrida”, e que trabalhava desde a infância. Depois de pouco tempo ficando, Fabiano conseguiu emprego como garçom e passou a dormir todas as noites na casa dela, que ficava perto do seu trabalho. Assim, tornaram-se mais íntimos e começaram a morar juntos. Viviane tentou lhe “apresentar as vantagens da não-monogamia”. Fabiano ficou com outras mulheres e estava tudo indo bem. Ela quis deixar que ele desfrutasse primeiro dessa liberdade, pois era mais experiente e não

sentia ciúmes. Quando ela quis começar a ficar com outros caras, no entanto, Fabiano não aceitou e “surtou”. Mostrou-se possessivo e ciumento. Viviane conta que ele queria transar o dia todo. Se passavam vinte e quatro horas sem sexo, ele ficava enlouquecido. Para além da energia sexual que tinha, ela acredita que essa fixação era uma forma de Fabiano garantir que ela estaria sempre satisfeita e que, assim, não o trairia. Percebendo que a situação não evoluía, optou por fechar a relação.

Alguns meses depois, foram morar em uma ocupação, no centro da cidade⁶⁹. O casal estava passando por graves dificuldades financeiras e não conseguia mais pagar o aluguel. Ela conhecia pessoas do movimento de luta pela moradia e resolveu ir para a ocupação. Fabiano a seguiu. Viviane conta que decidiu sozinha: “estou indo, quer ir junto? Vai. Não quer, volta pra Viamão. É bem o meu jeito super democrática que eu sou até hoje para tomar decisões”. Certa vez, enquanto estava em Pelotas, Fabiano a traiu. Ele ficou desesperado e lhe contou. Ela fala que não se importou, pois não sentia ciúmes. Essa já era uma questão muito bem resolvida. O rapaz estava confuso, no entanto, e quis abrir o relacionamento. Viviane não aceitou. Afirmou que sabia que não daria certo e que logo ele “entraria em parafuso” devido ao ciúme. Segundo ela, se ele fizesse algo às escondidas nem se importaria, só não queria se incomodar: “estava numa fase que desde que ele não entrasse numa crise de ciúme e o ciúme dele não perturbasse a minha vida... Sei lá, no fundo eu acho que eu queria que ele tivesse uma amante, entendeu, para parar de me aporrinhar um pouco”.

Com o tempo, o relacionamento foi se desgastando. Viviane relata alguns episódios de violência e descontrole de Fabiano. Certa vez, ele a agrediu quando ela voltou do aniversário de uma amiga. Teve um ataque de ciúme e começou a discutir na ocupação. Viviane saiu, pois não queria brigar lá, queria preservar o ambiente, cheio de famílias e crianças. Ele a perseguiu na rua, indignado: “ele não chegou a me bater, mas me seguiu e me carregou à *moda* Jane, ele me carregou tipo o Tarzan carrega a Jane. Ele me botou no ombro com força e eu batia nele e ‘ai me larga, me solta’, em plena rua ali do lado”. Viviane foi para a casa de amigos por uns dias, pois o acontecimento foi estressante e traumático, chegando a causar conflitos entre o movimento da moradia e grupos feministas da cidade. Igor, seu ex-namorado, ficou indignado e quis ajudá-la, mas Fabiano não permitiu, pois “morria de ciúme de Igor”. Ela comenta que sofreu violência física e o perdoou. Viviane desculpou a si própria, refletindo a respeito disso, e desabafou: “mas OK, as cartilhas de violência contra a mulher explicam porque que a gente

⁶⁹ Na época, Ocupação 20 de Novembro, na esquina entre Rua Caldas Júnior e Avenida Mauá, que depois virou Ocupação Sarai.

sofre violência e depois a gente perdoa” A partir daí, começaram a brigar mais, separavam-se e voltavam. Encontravam-se pela rua e acabavam transando. Certa vez, viajaram para a Bahia de carona, quase sem dinheiro. Na volta, brigaram. Em um dos términos, ele a seguiu e brigou com violência. Dessa vez, a ruptura foi definitiva. Depois de dois anos, terminava a última relação fechada de Viviane. Segundo ela: “foi a minha relação mais tipicamente monogâmica, com toda a parte ruim da monogamia. Se eu precisava de uma relação fechada para saber que eu não queria ser monogâmica, essa me deu tudo o que eu precisava”. Como já se identificava como não-monogâmica há muito tempo, chegou a cogitar que se trataria de um momento na sua vida, associado à juventude. Após esse relacionamento, contudo, reafirmou-se como não-monogâmica. Apesar das críticas, Viviane faz uma leitura interessante acerca de Fabiano e de suas dificuldades emocionais na relação, contemporizando a situação a partir de observações sobre sua história e contexto de vida:

Ele tinha muitas coisas... Sei lá, a parte de ele ter uma estrutura psicológica muito fraca tem a ver com isso. Aconteceu de ele ser uma criança que foi abandonada, aí depois foi resgatado pela mãe, os irmãos foram separados, enfim. A mãe dele teve uma vida muito maltratada por um tempo e, por isso, as crianças e ele não tiveram uma infância nem um pouco fácil, né. Então assim, pra questionar a família, pra quem quer superar o modelo e vem de uma família estruturada é uma coisa, pra quem vem do caos, da degradação e da desestruturação social é outra coisa. As pessoas que vêm de uma situação em geral muito ruim têm um sonho que elas vão ter uma família de margarina, e a gente que vem de uma família de margarina, a gente sabe que é uma bosta, uma merda, que aquilo é uma mentira, que a família de margarina não existe, que não representa nada, entendeu? Mas quem não teve, tem o desejo dentro de si de ter. Entendeu? Isso não é só do Fabiano, é uma coisa que eu vi em várias pessoas. Todas as pessoas que vieram de uma situação familiar degradada têm o desejo, a necessidade de ter uma família de comercial de margarina e fazem de tudo para ter esse objetivo.

Quatro meses depois do término, conheceu a rede de relações livres. Na época, tinha vinte e três anos. Para ela, foi uma sensação de “virar a chave geral”. Era um acampamento sobre diversidade sexual, com temas diversos. Em suas palavras:

Eu me identifiquei pela questão do RLi, assim. Eu disse: ‘gente, eu não sou a única’. Eu entrei em uma fase de achar que eu era a única, entendeu. Sabe, eu não conhecia ninguém, eu não conhecia pessoas que tivessem experiências bem-sucedidas ou tão boas e até melhores do que as minhas. As pessoas que eu conhecia, era terra arrasada, assim, elas só falavam que não dá certo, que dá sofrimento, que dá isso, que dá aquilo, e aí eu conheci uma galera que tinha relacionamentos não-monogâmicos saudáveis, que eram felizes nos relacionamentos não-monogâmicos. Então, assim, parece que eu tirei cinquenta toneladas das minhas costas.

Logo que se aproximou das relações livres, Viviane começou a ficar com Cláudio, um dos entrevistados. Nesse momento, estava levando uma vida de solteira bastante ativa, o que

identifica como “fase pós-separação”. “Se alguém me dava bola na rua, eu pegava. Se achava um garçonzinho gostosinho, eu pegava”. Era a energia pós-namoro. Como cita: “quando as pessoas dizem que vida de RLi é isso, que a pessoa vai para balada todo dia, fica cada dia da semana com uma pessoa, eu digo ‘não, isso não é vida de RLi, isso é vida de recém-separado, que é quem faz essas coisas. Ninguém vive uma vida inteira fazendo isso”. Viviane destaca que a relação com Cláudio foi muito boa. Era uma relação completa, porque havia conversa e cumplicidade, sexo bom e muito tesão. Acima de tudo, ela destaca a maturidade da relação, que atingiu um nível de reciprocidade de apoio e responsabilidades que até então nunca tinha vivido. Em suas palavras: “eu sempre tinha um problema, um *déficit*, de que era sempre eu que queria, eu que propunha, eu que tinha que explicar tudo para a pessoa, eu que tinha que segurar a onda dos problemas que aconteciam, e agora não, eu estava com uma pessoa mais experiente do que eu”. Ela sempre se sentia a responsável pela relação, pois os homens com quem ficava eram menos experientes em matéria de não-monogamia. Viviane assim coloca:

Tu é o adulto responsável pela relação mesmo quando tu é uma criança. Porque em muitos casos era isso, tipo, para garantir a minha liberdade eu tinha sempre que me manter no controle e na condução da relação. Isso é uma coisa que dá uma demanda, entendeu. E claro, aí acaba que os homens também têm que aceitar isso, estarem numa relação em que eles são conduzidos, estarem de bem com isso. Ou não, ou ser relação em que ninguém conduz ninguém e todo mundo é adulto, todo mundo se comporta como adulto e todo mundo assume a responsabilidade pelo que faz, pelo que diz, pelo que sente, né. Mas esse nível assim de responsabilidade, mesmo, eu só fui ter agora, com o Cláudio. Que ano foi que eu fiquei com o Cláudio? Meu deus do céu, 2008!

A relação era bastante tranquila, devido à personalidade pacífica de Cláudio. Viviane conta que, para ele, “todo dia era dia de sol”. Ela achava isso estranho. Sentia falta de brigar. “Eu estava muito acostumada, nas minhas relações sempre tinha uma briguinha, rusguinha, algo assim. E aquela paz absurda me perturbava, aquilo me incomodava e às vezes eu brigava com ele por um motivo fútil e ele ficava muito abalado”, lembra. Segundo ela, era difícil lidar com tamanha calma. Em sua visão, as pessoas cujo jeito lembrava o de sua mãe a irritavam. A postura mansa e conciliadora a incomodava. Durante uns seis meses, Viviane namorou só com Cláudio, enquanto mantinha seus “casinhos pela rua” e participava de surubas. Cansada da tranquilidade, arrumou “sarna para se coçar”, como conta, que foi o relacionamento com Sérgio. A relação com Cláudio continuou. Ficaram juntos por três anos.

Sérgio era do grupo da suruba, mas, por ser tímido, mantinha-se afastado dos demais. Quietos, “era aquele cara que começava a orgia no quarto e ele não saía da sala para ir lá olhar e tentar se meter, ele sempre foi um cara muito na dele”. Viviane comenta que a relação tinha

momentos difíceis repetidamente, que foram se agravando com o tempo. Ele tinha oscilações bruscas de humor e autoestima muito baixa. Além disso, botava-a para baixo, depreciava-a, o que revelava uma relação de dependência e inveja, em sua opinião, uma vez que Sérgio não conseguia lidar com seus êxitos. Comparava-se e se sentia mal. Carregava muitas frustrações, especialmente sexuais, o que atrapalhava o relacionamento. Para ela, era uma relação abusiva de ambas as partes. “Ele tentava me destruir e eu não conseguia não revidar. Se ele fazia uma coisa que me puxava para baixo, eu fazia uma coisa que puxava ele para baixo. Daí o nível da relação ficava muito ruim”. Apesar dos problemas de comportamento, comenta que “sempre perdoava, sempre desculpava; eu sempre entendia tudo, o fato de ele botar para baixo minha autoestima”. Viviane diz que, hoje, com uma compreensão espiritual da situação, entende que esse relacionamento serviu para que conseguisse se colocar no lugar de sua mãe e entendê-la melhor – como a pessoa que releva e cuida da outra, “passando a mão por cima”.

Viviane se apaixonou por Sérgio, mas conta que a relação durou bastante em função da dependência e do sentimento de culpa. Por alguns anos, teve a vida dividida entre os “dias de sol”, com Cláudio, e a vida com Sérgio, em que “tudo era caótico”. Ficaram juntos, entre idas e vindas, por quatro anos e meio. Viviane levou Sérgio para a ocupação, o que a fez se sentir culpada: “o que me mantinha presa a ele era a culpa, né, a culpa por ter tirado ele da casa da família e levado lá para a ocupação”. Para ela, “a culpa é mais eficiente para manter as pessoas juntas do que o amor”. Quando adquiriu um apartamento, mudou-se sozinha e ele voltou a morar com os pais. Devido a essa sensação, incorporou o “papal de mãe”, tornando-se responsável por ele e controlando sua rotina, atividades e o uso de medicamentos. Ela vivia preocupada, principalmente quando não estavam juntos, visto que Sérgio tomava medicação controlada e abusava da medicação. “Ele tinha uma relação muito ruim com a drogadição, diferente das outras pessoas que fazem uso recreativo”. Acerca disso, Viviane afirma:

O Sérgio, assim, ele sempre teve uma relação de ir substituindo uma dependência por outra, né. Cocaína, maconha e aí ele tava na medicação, né, no tarja preta, na Ritalina. Enfim, isso era uma coisa que me derrubava, destruía a minha autoestima estar com uma pessoa que preferia a droga do que eu, que preferia aquele estado de consciência do que a minha companhia. Sabe, nunca tive sentimento em relação a outras mulheres, né, tipo, de me sentir mal porque ‘nossa, tô sozinha em casa porque meu companheiro saiu pra ficar com outra mulher’. Isso nunca me afetou. Mas... Saber que ele preferia usar droga do que estar comigo, nossa! Isso é uma coisa que me derrubou muito. E eu já conversei com várias mulheres, que se relacionam com essa questão da drogadição, mesmo as que têm relação monogâmica, e é a mesma coisa.

O relacionamento estava degradado, mas ela não conseguia terminar, pois Sérgio não se livrava da dependência química. Na ocupação, ele foi agredido fisicamente e entrou em

depressão. Depois disso, nunca mais conseguiu reconstituir sua vida. Isso a afetou demais, a ponto de demorar anos para conseguir sair da relação. Viviane conta que nessa época “ainda precisava da turbulência”, mas que hoje não tem mais disposição para isso. “Eu briguei tanto com o Sérgio que gastei toda a cota dessa encarnação. Eu não tenho mais vontade de brigar”. A maternidade tem um papel importante, nesse sentido. Ela assegura não ter mais disposição, desde então, para entrar em relacionamentos conflituosos e tutelares: “ser mãe me mudou, eu não tenho mais energia para dissipar com briga, para ser mãe de cara adulto, para me envolver com dependente químico”. A relação acabou, definitivamente, poucos meses antes de Viviane engravidar.

Antes do término, chegou a se relacionar, simultaneamente, com Humberto, seu atual companheiro, Renato, Cláudio e Sérgio. Os dois últimos eram namorados já de longa data, ao passo que Humberto era só um parceiro eventual. Renato se tornou namorado de Viviane, em uma fase em que ela estava fragilizada. Viviane havia ido passar um tempo em Santa Catarina para trabalhar e juntar dinheiro, pois queria voltar a morar em Pelotas e reencontrar Mário, o primeiro homem com quem teve um orgasmo e uma de suas paixões antigas. Lá, ficou em um *camping*, onde conheceu Renato. Os dois viveram um “amor de férias”, em sua opinião. “A gente fez um sexo ótimo e ficou um mês inteiro transando, só isso”. Quando chegou a Pelotas, foi rejeitada por Mário: “eu levei um pontapé na bunda, o segundo, né”. De volta à capital, estava distante de Cláudio e havia dado um tempo na relação com Sérgio. Por isso, cultivou uma relação à distância com seu “rolo” de verão. Renato morava no interior do Paraná. Após alguns meses de comunicação à distância e algumas visitas, resolveu se mudar para Porto Alegre, pois estava apaixonado por Viviane. Acabaram namorando e a relação foi intensa.

Viviane apresentou a Renato suas ideias de não-monogamia e o introduziu ao grupo de relações livres. Renato nunca vivera nada parecido e teve muitas dificuldades para lidar com o estilo de vida de Viviane. Ficou com algumas mulheres, chegando a se relacionar com Sônia, uma das minhas entrevistadas – cuja história conto na trajetória a seguir. Mas morria de ciúme de Viviane e não conseguia vê-la com outro homem. De acordo com ela, não tinha ciúmes de Cláudio e Sérgio, por serem relacionamentos antigos e estáveis. Em contrapartida, “surtava” quando a via com outros caras, em situações que não passavam de encontros casuais, de sexo de uma noite. Em várias ocasiões, teve ataques de ciúme que estragaram sua “ficada”. Viviane lhe deu uma advertência: “tu já levou cartão amarelo, se vacilar de novo é cartão vermelho”. Certa vez, estavam entre amigos não-monogâmicos em uma festa, num sítio em Gravataí⁷⁰.

⁷⁰ Município da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ela ficou com um cara e o levou para transar na barraca. Renato teve um “chilique”: “ele não chegou a abrir a barraca, mas começou a gritar que o cara era escroto, que eu tinha escolhido o cara mais nojento do mundo”. Ela conta que, naquele mesmo instante, enquanto transava, já estava pensando como faria no dia seguinte para se separar, pois não tinha dúvida nenhuma de que terminaria o relacionamento. No outro dia, saiu cedo de Gravataí, passou no sítio RLi, onde Renato morava, e levou seus pertences para seu apartamento. Nunca mais tiveram nada. “Foi que nem com meu primeiro namorado, eu não cogitei perdoar”. Chorou copiosamente por uns dois dias, já que gostava muito de Renato. Estava apaixonada. Sentiu uma grande decepção⁷¹, no entanto, pois não esperava mais encontrar tanta resistência em suas relações depois que entrou no RLi.

Poucos dias depois, encontrou-se com Humberto e, desde então, estreitaram a relação. Refletindo sobre as mudanças rápidas e os sucessivos relacionamentos, diz que não fica sem alguma relação estável desde os dezesseis anos e sem abstinência sexual desde o término do primeiro namoro, aos quinze. A partir de então, sempre teve seus casos e namoros fixos, além de múltiplas paixões. Em suas palavras: “eu me separava de uma pessoa e já me apaixonava por outra. Eu me apaixono com muita facilidade. Tem uma música do Sérgio Sampaio que diz ‘quanto mais eu me apaixono, mais coração me aparece’. Eu vejo que sou viciada na própria sensação de estar apaixonada”.

Viviane ficava com Humberto esporadicamente desde que conheceu o RLi. Viam-se pela noite e transavam, sem maior envolvimento. Na época, Humberto tinha três namoradas e trabalhava todos os dias. Não tinha tempo para mais ninguém. Para ela, “os encontros com ele eram sempre maravilhosos, mas não evoluía daquilo, era se encontrar muito bêbados, transar e no outro dia ir embora”. Eles transavam em lugares precários, como o apartamento da banda dele ou a ocupação. Era um “frila fixo”, comenta. Entre 2008 e 2012, Viviane namorou com Cláudio, Sérgio e Renato. Quando terminou com Renato, aproximou-se de Humberto. Estava, então, com vinte e sete anos. Encontrou-o por acaso, como de costume, e decidiu: “eu quero esse negão para mim”. Em seguida, resolveram ter um filho. Humberto morava em Canoas e ela, na zona sul de Porto Alegre. Depois que Viviane engravidou, tornaram-se companheiros praticamente exclusivos um do outro, centrando a rotina do casal na gravidez e na atenção ao bebê.

⁷¹ Além disso, Renato era dependente químico, o que sobrecarregava o relacionamento e incomodava Viviane. Estava desintoxicado, no entanto, ao contrário de Sérgio. De todo modo, precisava fumar maconha todos os dias, a fim de promover a redução de danos. Viviane diz que, quando ficava totalmente abstinente, surtava, o que dificultava a convivência.

Ela diz que Humberto tem muita energia, tanto sexual quanto afetiva, e que não teria como ser sua única namorada caso não tivessem uma filha, pois ele demanda muito carinho e amor. Janaína “drena essa energia”, o que faz com que a relação do casal esteja equilibrada. Segundo ela, o relacionamento é ótimo, sem brigas, estresse ou ciúmes. De vez em quando, ficam com outras pessoas, mas é algo que ocorre raramente e não passa de encontros fortuitos. Viviane crê, em todo caso, que eles voltarão a se relacionar afetivamente com outras pessoas, e demonstra ansiar por isso. “Eu acho que a qualquer momento vai pintar uma pessoa para ele ou para mim, e a gente vai voltar a ter uma dinâmica de envolvimento múltiplo, eu acredito nisso, eu espero isso”. Pensando no futuro, fala que, à medida que Janaína crescer e diminuir a demanda em relação ao pai, ele vai procurar outras mulheres “fora de casa”, porque ela não consegue dar conta de sua energia, revelando sentir, às vezes, um certo “sufocamento”. “O Humberto é extremamente carinhoso, o que eu adoro, mas ele é muito carente”.

Para Viviane, os relacionamentos afetivos são o centro da vida do parceiro. Tudo está relacionado à família. “Eu já tentei conversar com ele para investigar se ele tinha algum sonho exterior à nossa vida familiar e ele não tem. Eu fico chocada de como alguém pode não ter sonhos maiores”. Ao mesmo tempo, admite ter inveja disso. “Imagina se a minha felicidade dependesse só dele e da Janaína! A minha vida estaria perfeita. Mas eu tenho a necessidade de escrever um livro, de interagir com pessoas, de deixar um legado que não é a minha família, entendeu, e ele não tem essa necessidade”. Assim, a rotina do casal é organizada de forma a Viviane sair mais de casa e trabalhar fora e Humberto passar mais tempo em casa, cuidando da filha e das outras crianças do Projeto Jardim Nômade. Entre outras coisas, ela se engaja nas atividades da rede de relações livres, como a escrita do livro, que lhe tomou bastante tempo em 2017. Quanto à divisão das tarefas de casal, Viviane revela certa apreensão, demonstrando preocupar-se com a vida profissional do namorado, ao mesmo tempo em que se sente aliviada por ele passar bastante tempo cuidando da filha. De acordo com ela:

No ano de 2015 nós conversamos muito sobre isso. Depois de muito conversar, eu consegui eliminar da minha cabeça a culpa, porque de certa forma, assim, colocar ele no papel da pessoa principal responsável por cuidar da criança não me gera nenhuma culpa, porque eu sei que ele se realiza fazendo isso. Se eu achasse que ‘bom, estamos fazendo uma inversão do machismo, ele está fazendo isso porque eu pago as contas, então ele tá cuidando dela’... No sentido de que isso fosse alguma coisa frustrante ou castradora, ou que ele tivesse louco para voltar a trabalhar, mas não, ele tem vontade de trabalhar para ajudar a mãe dele, assim, e não porque o trabalho represente algum tipo de realização, não, ele não tá nem aí pra isso. O campo da realização dele é com a família, é com os amigos, é na música, sem que a música represente qualquer coisa financeira. E isso também é muito difícil para mim, a minha briga com ele é por ele se recusar a ganhar dinheiro como músico. A gente conversou muito a respeito disso. Aí chegou o tempo em que eu desisti, né. Eu disse ‘vou tratar o violão dele como se fosse

um relacionamento com outra mulher, não vou ter essa interferência'. Aí quando eu cheguei no ponto de 'desista, pense que é a relação que ele tem com outra mulher', a vida começou a fluir. O trabalho para ele sempre foi fonte de financiamento, nunca foi fonte de realização. No momento que a gente tinha dinheiro e não precisava trabalhar, que foi o que ocorreu, eu vendi um terreno e a gente ficou um tempão sem trabalhar, isso não era problema, porque todo mês a gente dava um dinheirinho para a mãe dele e ele ficava tranquilo. Só que no momento em que a grana acabou e alguém teve que voltar a trabalhar, quem é que tinha que voltar a trabalhar? Eu, claro, porque eu não quero ficar no papel inverso de cuidar da Janaína e ele trabalhar fora. De maneira nenhuma, porque pra mim ficar em casa cuidando dela seria uma tortura, um martírio, eu não iria conseguir.

A relação de Viviane com o trabalho e com a vida doméstica é, portanto, ambígua. Ela gosta de ter uma vida social externa e de ser a provedora da família. Ao mesmo tempo, sente-se insegura pela situação profissional de Humberto, embora valorize o fato de ele ser um pai presente e atencioso. De qualquer maneira, mostra-se otimista em relação ao futuro da família e espera que Janaína cresça aprendendo com a diversidade e se torne uma mulher autônoma. Viviane pretende criá-la para ser independente, tal como sua mãe a criou. Além disso, deseja ter relações não-monogâmicas livres, com o conhecimento da filha, o que, segundo ela, não deve ser tão difícil de manejar. Viviane evita, com efeito, previsões fatalistas sobre a relação entre não-monogamia e maternidade. Em suas palavras:

Eu gostaria que a gente não explicasse teoricamente, assim, mas que ela visse. Um dia ela vai me ver com outro cara, um dia ela vai ver o pai dela com outra mulher, e ela vai entender que isso é o que os pais fazem, entendeu. Eu acho que as crianças não têm dificuldade de entender a realidade das relações, elas não se chocam quando elas veem um casal de duas mulheres ou de dois homens, elas não têm essa estranheza toda que o mundo adulto tem. (...) E o fato de ela estar morando coletivamente talvez altere alguma coisinha nela, pelo fato de conviver com mais pessoas e tal. Eu quero crer que isso possa ter algum desdobramento positivo no sentido de aprender a conviver com a diversidade.

Para ela, essa prática cotidiana de honestidade será boa para a própria filha. Viviane se recorda da relação difícil com o pai e do choque ao vê-lo aceitar tranquilamente sua condição não-monogâmica. Pouco antes de morrer, seu pai a viu num programa de televisão. Até então não sabia de nada. "Ele conversou comigo muito tranquilo, admirado. Eu não aceitei que ele me aceitou. Na minha cabeça, eu ainda tinha a visão de que ele era o homofóbico, o machista, o racista". Em sua opinião, o conflito com o pai podia ter sido amenizado bem antes se ambos tivessem predispostos ao diálogo. "Depois eu entendi, mas como diz o ditado aquele, depois é tarde demais, né".

Refletindo sobre ser uma mulher não-monogâmica e as dificuldades, os preconceitos e as maneiras de lidar com as pessoas e com a própria vida, mostra-se, enfim, segura e realizada

quanto aos seus desejos, experiências e liberdades, ainda que, para tanto, tenha sofrido com os julgamentos alheios. Diante das adversidades, destaca o *empoderamento* proporcionado pelas relações livres e sua postura impositiva:

Eu sempre sofri preconceito e discriminação por conta da minha sexualidade. Eu já sofria preconceito pela sexualidade muito antes de ser RLi. Eu já nasci puta, então eu já sofria preconceito. Quer dizer que, para mim, encontrar uma teoria na qual eu não tô errada, os errados são os outros, digamos assim, me ajudou muito, assim, a ter uma compreensão de mundo, mas se eu não fosse não-monogâmica eu ia ser uma mulher monogâmica puta, simplesmente. Então, a possibilidade de não sofrer preconceito eu considero que nunca me foi dada. (...) Eu sou oprimida, eu já sofri preconceito várias vezes, mas ao mesmo tempo o fato de ter uma teoria que me empodera, que me protege de relacionamentos abusivos, que me protege de um homem machista, esse tipo já tem nojo de mim, já tem medo de mim, no máximo o que vai acontecer é eu ir pra cama com eles um dia, mas isso também não tira pedaço de ninguém, no outro dia acabou e eu sou muito tranquila com relação a isso, sou muito bem resolvida. Eu sou bem diferente dessa geração de feministas que tem hoje em dia que ‘meu deus, eu fui para a cama com um machista, meu deus, vai cair um pedaço de mim’. Não sou desse tempo, entendeu? Para mim, cafajeste passar pela tua vida faz parte, o problema é o cafajeste ficar na tua vida, esse é que é o problema, e na minha nunca ficou, porque eu nunca deixei, eu sempre impus a minha liberdade, eu sempre fui muito impositiva naquilo que eu queria, muito firme, determinada. Então eu noto que por isso eu me afastei realmente das pessoas que eu queria me afastar. Eu posso dizer que funcionou e eu fui entrando cada vez mais para dentro da ‘bolha’, selecionando meus parceiros e minhas amigas.

Pelo que narrei, percebe-se que a trajetória de Viviane é muito singular. As primeiras experiências não-monogâmicas remontam à adolescência e fazem parte de um processo mais abrangente de se identificar e viver como uma mulher autônoma e “puta”, sem paciência para apego, romantismo e sentimentalismo. Ao contrário de outras pessoas não-monogâmicas, que lutam constantemente contra o próprio ciúme para viverem conforme o que acreditam, ela diz não ter problemas com isso desde muito nova. Viviane quase sempre se sentiu muita segura e se achava madura e responsável já durante a adolescência. A preferência pelos homens mais velhos é reveladora dessa percepção de si mesma. Os mais jovens eram apegados e ingênuos, enquanto os mais velhos eram decididos e “não estavam nem aí para compromisso”. Viviane não se sentia intimidada por isso. Pelo contrário, a diferença de idade lhe trazia tranquilidade e adequação para agenciar as relações tal como desejava, isto é, com total liberdade para fazer o que quisesse, sem medo de “se amarrar”. De acordo com ela, jamais se prestaria ao papel de namoradinha e tampouco daria satisfação dos seus atos a algum parceiro. Ou seja, impunha-se ativamente nas relações, ainda que isso às vezes lhe causasse certo sofrimento, agenciando-as de maneira a preservar sua autonomia, conforme as situações e especificidades contingentes, a um só tempo possibilitadoras e constrangedoras da experiência (SCOTT, 1999; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008). Viviane acredita que sua postura mandona e impositiva foi fundamental

para garantir-lhe o exercício de papéis dominantes nas relações, o que não acontece com todas as mulheres, ao mesmo tempo que admite, atualmente, que seu “jeito brigão” tem vantagens e desvantagens. De qualquer maneira, rejeita a narrativa da mulher subalterna como “vítima passiva” (REZENDE, 2016), preferindo situar-se horizontalmente com os homens e avaliar as suas relações em termos de corresponsabilidades.

A assunção da identidade não-monogâmica não ocorreu como forma de resolver um conflito entre os desejos latentes e alguma moralidade repressiva, mas a ajudou a organizar as ideias, desejos e experiências e a se sentir melhor consigo mesma, considerando que já havia se identificado como puta e assumido a condição de mulher sexualmente livre e dona do seu próprio corpo. A não-monogamia foi uma estratégia de conciliação entre essa autonomia e a vontade de ter relações estáveis, principalmente quando se apaixonava. Depois que conheceu as relações livres, sentiu-se ainda mais contemplada, visto que, até então, só havia conhecido experiências fracassadas ou pouco exitosas de relações não-monogâmicas – o que confirma os resultados de outros trabalhos sobre o assunto, que apontam o fortalecimento dos sujeitos que se aproximam dos grupos e identidades *não-mono* politicamente organizados (FREIRE, 2013; BARBOSA, 2011; 2015; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017), sobretudo em razão da coprodução política de sexualidades não-abjetas (BENTO e PELÚCIO, 2012; CARRARA, 2015).

O projeto de vida individuado não-monogâmico (CARDOSO, 2010) de Viviane passa, com efeito, pelo que ela chama orgulhosamente de “imposição da liberdade”. De acordo com ela, sempre fez o que quis e “pegou” quem quis. Quando quis viajar, viajou, e quando decidiu engravidar, engravidou. Isso é uma constante na sua trajetória. Em sua narrativa de si, define-se como uma mulher forte, independente e mandona, a qual, por ter “sonhos maiores” na vida, não se deixa submeter ao controle de um homem. Portanto, apesar de Viviane enaltecer em primeiro lugar a dimensão afetiva e sexual da sua constituição como pessoa não-monogâmica, destacando o tesão e as paixões múltiplas, acaba revelando que essa transformação subjetiva é, em larga medida, resultado de sua insubordinação e da performance de gênero impositiva. O primeiro relacionamento aberto é um excelente exemplo disso. Viviane estava apaixonada por Douglas e nem sentia vontade de ficar com outras pessoas, mas o fazia “para não perder o hábito”. Em outras palavras, não queria cair nas conveniências da monogamia, pois temia “se prestar a ser a namoradina”. Ficar com outras pessoas era, nesse sentido, além de um desejo, uma estratégia para garantir a sua liberdade e para demarcar o espaço necessário para realizar os seus projetos pessoais.

Pensando nas performatividades e normatividades de gênero (BUTLER, 2003, 2014), pode-se afirmar que a trajetória de Viviane é bastante complexa, apresentando controvérsias que demonstram o quanto é difícil falar em reprodução ou transgressão das normas desde uma perspectiva simplista e binária. A rigor, o gênero, enquanto norma, não é outra coisa senão um aparato regulatório que governa a inteligibilidade da produção dos corpos (materialidades) e das ações dos sujeitos. Ainda que opere como grade classificatória, a produção dos binarismos é sempre contingente, não podendo ser essencializada ou naturalizada⁷² numa perspectiva de congelamento das diferenças. Em que pese tenha construído sua trajetória não-monogâmica a partir de um viés heteronormativo, Viviane se abriu a práticas homoeróticas e desfrutou delas com muita intensidade, num momento de grande experimentação sexual, quando fez parte do grupo da suruba com Igor, o ex-namorado que estava descobrindo a bissexualidade. Chegou a namorar brevemente com uma mulher, Érica, mas se reporta às relações com outras mulheres com certo desprezo, demonstrando ter muita dificuldade para se relacionar e pouca paciência para lidar com a “feminilidade”. Ela se define como bissexual, mas não como bifaetiva, já que “apenas” sente tesão por mulheres, mas não tem interesse ou afinidade emocional. O impasse se dá até mesmo nas amizades. Segundo Viviane, “mulher é um bicho complicado”. Por outro lado, sempre se sentiu muito à vontade entre homens, acompanhando o seu ritmo “objetivo e direto”, desprovido de sentimentalismos. Essencializando diferenças bem demarcadas entre o masculino e o feminino, confessa ter se sentido, por muito tempo, um homem em um corpo de mulher. Apesar disso, não faz nenhum questionamento mais denso sobre sua identidade de gênero. Viviane é uma mulher que se atrai, prioritariamente, por homens. Sua masculinidade entraria, sob o seu olhar, na performance de práticas ativas e agressivas e na ausência de sentimentalismos e fraquezas emocionais, operando no registro da negação das características tradicionalmente atribuídas às mulheres, ao ponto de ela chegar a se irritar com as mulheres “excessivamente femininas”.

Se comportando como um “homem em um corpo de mulher”, viveu inúmeras relações e cultivou uma espécie de autoestima de “pegadora” ou “caçadora”. Viviane se lamenta de ter tido somente um namorado parceiro nas investidas de “caçar junto” outras pessoas, visto que sempre gostou das “putarias em grupo”, e tampouco se importa de ter ficado com cafajestes, pois não se sentia usada. Em sua visão, o uso era recíproco. “O problema é o cafajeste ficar na tua vida”, avalia, mas pelo incômodo que pode criar, e não porque viola a integridade física e

⁷² Considerando o natural, aqui, como o estático e imutável, em oposição ao cultural, dotado de dinâmica e historicidade. A própria Butler (1999) faz a crítica do binarismo ontológico entre natureza e cultura, como se se tratassem de dois domínios distintos.

moral – tendo em vista, é evidente, o sexo consensual. A postura ativa de Viviane sempre teve um custo, ela reconhece, que é o estigma de “puta”. Considerando a experiência não como apreensão objetiva da realidade, mas como inscrição discursiva, como uma história do sujeito (SCOTT, 1999), é possível asseverar que ela performou a própria condição de mulher puta, ao longo da vida, guiada por um olhar sobre si que não a deixava se ver de outra forma. Em todo caso, uma vez assumida e cristalizada essa identidade, agenciou suas experiências de maneira a assumir o controle das suas relações, evitando, assim, submeter-se aos homens. Impositiva, tomava a dianteira e se mantinha livre para ser puta e o que mais desejasse.

Ainda assim, sofreu devido a assimetrias nas relações de gênero (CRENSHAW, 2002; BRAH, 2006). Não por ser submissa, mas pelo excesso de dedicação despendida e o desnível na distribuição de responsabilidades em alguns relacionamentos. Por ser a “mulher forte”, comportou-se muitas vezes como “mãe” dos seus namorados, mantendo uma postura tutelar com homens imaturos e dependentes, com problemas emocionais, psiquiátricos e até mesmo de dependência química, que se apegavam a ela e lhe causavam um desgaste físico, financeiro e emocional, como os casos de Renato e seu ciúme incontrolável e Sérgio, de humor instável e personalidade sombria, a quem se manteve ligada durante anos em virtude do sentimento de culpa. A própria condição de mulher não-monogâmica já lhe causava, por si só, um desgaste de energia, visto que, para assegurar sua liberdade, precisava se manter no comando e acionar uma pedagogia afetiva, no intuito de “ensinar os homens a serem não-monogâmicos”.

Atualmente, Viviane está em um relacionamento estável, mais preocupada com a vida familiar e com a criação da filha. O futuro não-monogâmico, embora incerto, segue como seu horizonte. A perspectiva, para ela, é de abertura na relação tão logo Janaína cresça e se torne menos dependente. Viviane se dá muito bem com Humberto e destaca os pontos positivos do companheiro: carinhoso, dedicado e ótimo pai. De todo modo, enfrenta sozinha os desafios e agruras de ser a “chefe de família”, visto que assumiu toda a responsabilidade por trabalhar e sustentar os três. Humberto é o principal responsável por cuidar da casa e da filha. Apesar de se queixar de tal distribuição de papéis, preferindo um companheiro que repartisse com ela as obrigações laborais, mostra-se satisfeita por não ser a dona de casa. Viviane não suportaria ser “a namoradinha”, “a mulherzinha” e viver em função de uma criança. Agora está menos ativa na vida de “puta”, mas continua correndo atrás do que chama de “sonhos maiores”: escreve e lê bastante e se dedica, na medida do possível, a atividades pessoais externas, que excedem à dinâmica da vida familiar.

5.3 Sônia

Conheço Sônia desde 2014, ano dos meus primeiros contatos com a rede de relações livres. Nessa época, encontrava-a ocasionalmente nas rodas de conversa para novos amigos, em Porto Alegre, e, no fim do ano, fomos juntos para o Reveillon RLi na Colina do Sol. Sônia já se relacionava com Diego, seu atual companheiro, que então vivia com Joana, organizadora das reuniões e primeira pessoa do RLi de quem me aproximei. Desde então, mantive contato à distância com Sônia, acompanhando-a através do *Facebook* no período em que o RLi gaúcho passou por uma reformulação e ficou mais voltado a atividades internas. Em 2017, convidei-a para uma entrevista, que fizemos em seu apartamento, no centro histórico da capital. Depois disso, passamos a nos encontrar e a conversar pelas redes sociais com mais frequência. Nosso último encontro foi em fevereiro de 2018, novamente na comunidade naturista de Taquara, onde passamos o feriadão de carnaval. Sônia estava com Diego e outros amigos, e logramos conversar bastante, inclusive sobre minha pesquisa, pela qual ela está interessada.

Sônia tem 47⁷³ anos e é de São Paulo. Formada em jornalismo, veio para Porto Alegre em 2010, após passar em um concurso para trabalhar na área de comunicação de uma empresa estatal. A mudança não foi casual. Como ela afirma, veio “para cá fugida, para escapar de um relacionamento que já tinha terminado, mas do qual era muito difícil se desvencilhar”. Antes de vir, leu uma matéria na revista *Marie Claire* sobre o grupo de relações livres do Rio Grande do Sul. Sem conhecer ninguém no estado, procurou a rede logo após sua chegada, no final de dezembro, querendo participar de uma reunião. Como de costume, o grupo estava preparando a viagem de ano novo para a Colina do Sol. Assim, de forma imprevista, Sônia se aventurou a ir junto, passando a virada de ano entre desconhecidos e iniciando sua história no RLi.

Na adolescência, namorou bastante e sempre de forma monogâmica. O tesão aflorado era acompanhado de excessos de paixão e sofrimento, expectativas e frustrações. Sônia tinha um pai permissivo e uma mãe que, embora a estimulasse a fazer muitas atividades, como balé e natação, e não a proibisse de fazer nada, tinha uma postura repreensiva quanto ao sexo. Ela conversava a respeito do assunto, porém esterilizando-o com uma linguagem infantilizada ou científica. Com uma conduta ambígua, ora liberal ora conservadora, sua mãe não a impedia de namorar, mas lhe jogava toda o peso da responsabilidade de suas decisões. Sônia conta que quando a mãe lhe dizia “eu confio em você, hein”, já sabia que se tratava de uma reprimenda.

⁷³ Idade em 2017, por ocasião da entrevista.

Entre os vários embates, destacou que, aos 18 anos, quando começou a fumar, ela a ofendeu, dizendo-lhe que “parecia uma puta”.

Desde pequena, masturbava-se, mas não se lembra de quando começou a sentir tesão e a se tocar. Aos 12 anos, beijou um garoto na escola, que, segundo ela, era “muito galinha” e “um dos mais bonitos do colégio”. Apaixonada, ouviu do rapaz que ele não a namoraria, pois ela era virgem, informação que espalhou para toda a escola. Sônia diz que ficou sem entender o ocorrido, num primeiro momento, mas depois entendeu pela primeira vez “mais ou menos o que significava ser mulher” e o quanto, para os homens, sua sexualidade a definia: “ele podia ter falado, ‘ah, a Sônia é uma chata, não a quero’, qualquer outra coisa, mas ele foi pegar logo por isso; foi muito foda”.

Aos 14 anos, teve o primeiro namoro sério, com um garoto filho de militares, do qual traz importantes lembranças. Apesar do seu machismo, o relacionamento foi ótimo em termos sexuais. Segundo Sônia, ele a satisfazia muito e a “chupava muito”, o que depois foi crucial como referência, porque ela sabia que os outros não faziam isso. Chateada, passou a achar que isso era um padrão: “ah, os caras não chupam, a gente é que faz o sexo oral para eles e depois transa, e daí a gente não goza”. “Pelo menos na minha experiência, lá nos anos 80, isso era a regra”, pondera. Até começar a transar com o namorado, teve muita dificuldade para se abrir sexualmente com os homens, e o que a ajudou foi a revista Nova, com artigos do tipo “Você pode fazer sexo”, “Você não precisa casar virgem” e “Você pode ter prazer”, que abriram sua cabeça, haja vista que não contava com o apoio de sua mãe para transar.

O namoro acabou, no entanto, quando ela tinha 16 anos. Os dois já estavam divagando a respeito de casar e ter filhos, até que, certo dia, quando falavam sobre visitar a sogra, ela lhe disse que adoraria dirigir, ao que ele respondeu que ela até poderia dirigir, mas não na frente de sua família. Sônia conta que, apesar de gostar muito do rapaz, teve a lucidez de terminar a relação. Nessa época, fazia uma série de atividades, e ele ficava controlando os seus horários de chegada e saída e ligava e ia bastante para sua casa. Sua tia ainda lhe advertiu: “mas como você vai despachar o menino, não tem homem para vir assim toda semana não”. O término se deu de forma tensa. Sônia já vinha sentindo o acúmulo do controle do rapaz e, quando teve o *insight* de acabar, ele a pegou agressivamente pelo braço no meio da rua e asseverou que ela não o largaria. Na ocasião, não viu sua atitude como violenta, percebendo isso apenas muito tempo depois.

Após esse namoro, teve várias relações, ficantes e “amigos coloridos”. Segundo Sônia, foram muitas paixões, namoros e casos, nos quais ela sempre sofria por esperar algo mais. Até

quando sabia que se tratava só de sexo, sentia que, “no fundo, ficava uma dorzinha”. Era uma necessidade de que aqueles relacionamentos se firmassem como namoro, como casamento, e, por fim, como uma família. Para ela, sofrer por términos, até certo ponto, era normal, mas seu caso era complicado porque os sentimentos eram exagerados, “tudo muito *over*”. Uma ânsia por felicidade, seguida de dor e desilusão. Reavaliando o passado, diz ficar chocada consigo mesma por ter sofrido tanto e enumera nada menos que “13 lutos”, isto é, 13 situações em que o rompimento foi muito forte e doloroso. Em suas palavras:

Eu percebo que em todos esses relacionamentos, mesmo os mais curtos, era sempre uma paixão muito grande, até para justificar que eu estava a fim de transar com o cara, entendeu? Hoje eu percebo assim, né. Então era sempre uma grande paixão e depois acaba e chora, chora e chora. E eu falei: ‘porra, eu tenho uma mania de procrastinar as coisas que acho que vem daí, até. Ai, será que o fulano vai ficar comigo? Será que vai dar certo?’ Sabe, você gasta muita energia nisso, que até olho para os meus projetos pessoais e falo ‘nossa, nem sei como é que eu fiz essas coisas’, porque quando eu dou uma olhada no tanto de tempo que eu despendi com amor romântico...

A relação de Sônia com os homens na juventude era, portanto, um pouco difícil, como se “eles falassem línguas diferentes”. Em todo caso, ela se via jogando com as oportunidades, mantendo uma postura ativa e estratégica que, por vezes, levava-a desfrutar das situações, ao passo que, outras vezes, fazia-a “quebrar a cara”. Para ela:

Era como se eu tivesse uma demanda e eles tivessem outra, mas aí eu me vejo meio que jogando com isso, entende? Meu ex-marido tinha uma expressão ótima, que fala assim: ‘a mulher mira o coração e ataca o pau, e os caras miram a buceta e atacam o coração’. Tipo, hoje eu me leio assim: muitas vezes eu queria mesmo só transar, ia lá e algumas vezes eu ia me apaixonar mesmo. Mas vejo muito o apaixonamento como uma justificativa para ir transar, assim. Então, de fato, ia rolar a decepção. Na verdade, eu acho que tinha um pouco, tinha bastante a pretensão no sentido de que ‘ah, ele só quer isso, mas depois que transar comigo e ver o quão legal eu sou, aí ele vai querer alguma outra coisa.

Embora não buscasse homens machistas e se preservasse dos caras possessivos, depois do primeiro namoro, Sônia passou por situações que a machucaram muito, julgamentos acerca de sua postura em relação aos homens e ao sexo, e isso mesmo nos ambientes “mais abertos” onde circulava, sobretudo entre universitários, artistas e desportistas. Ela conta que “tinha um jogo forte de ser aquela menina que fala palavrão, que fala de sexo muito abertamente, até pra ser a divertida da turma, a porra-louca, e isso era um passe pra entrar na turma dos meninos e ser diferente das meninas caretas”. Certa vez, transou com um cara, amigo de um amigo seu, e depois do sexo ouviu: “eu tinha que te comer, né, todo mundo já te comeu”. Ela diz que ainda ficou se justificando, querendo desfazer a má reputação. Na faculdade, ficava com uns garotos

do centro acadêmico e, apesar de ter aproveitado bastante essa fase, ouviu anos depois de uma colega que o pessoal dizia que “ela se jogava para os caras”. Ela conta que era apenas sincera. Quando estava a fim de alguém, falava, mas não insistia e tampouco se atirava. De qualquer forma, construiu essa imagem, por ser uma mulher que demonstrava interesse e que tomava a iniciativa com os homens.

Durante a faculdade, conheceu Rogério, diretor de teatro, com quem foi casada por 15 anos. Sônia ingressou em uma oficina ministrada por ele e, pouco tempo depois, começaram a namorar. Ela conta que, no início do relacionamento, era muito dependente dele. Rogério era 17 anos mais velho, sedutor e experiente. Com o tempo, no entanto, a relação de dependência foi se invertendo – segundo ela, por razões práticas. O casal se tornou sócio e Sônia passou a comandar as atividades operacionais da companhia de teatro. Ele se acomodou à tal dinâmica, pois, embora fosse bom professor e diretor, era péssimo em gestão e planejamento, tanto que, apesar do sucesso profissional, passava constantemente por instabilidades e aperto financeiro. O relacionamento era abusivo. Rogério era controlador e paranoico. Mesmo assim, Sônia diz que, a despeito da leitura pesada que faz do casamento, havia uma parte “emocional muito gostosa”, com muita entrega, troca e afinidade.

A trajetória não-monogâmica de Sônia teve início nas conversas sobre sexo, nas quais ele trazia abertamente a questão de não ter medo de falar sobre os desejos por outras pessoas. A ideia parecia interessante, pois ela sabia que sentia tesão por muitas pessoas, mas não sabia como lidar com isso, a não ser pela culpa e repressão. Afinal, tratava-se de desejos indevidos, inconcebíveis dentro dos padrões de amor que conhecia. Para ela, “só de poder expressar para ele esses sentimentos já foi uma conquista”, o que a deixava aliviada. Foi no teatro que Sônia ficou pela primeira vez com uma mulher. Depois de alguns meses de namoro, de provocações e fantasias, decidiram abrir a possibilidade de ficar com outras pessoas e fizeram *ménage* com algumas alunas da companhia. Uma delas, apesar de ter desfrutado da experiência, ficou bem mal depois, pois tinha uma obsessão pelo casal, na visão de Sônia. Repensando o caso, afirma que foi uma situação abusiva, visto que a outra mulher estava na típica posição de unicórnio⁷⁴. Sônia se considera bissexual e diz que desde antes dessa época já tinha fantasias em relação a mulheres. Após a primeira experiência, chegou a questionar sua orientação sexual: “o que que eu sou”? Em todo caso, lamenta-se de, até hoje, nunca ter vivido um relacionamento intenso e afetivo com outra mulher.

⁷⁴ Nesse caso, a expressão é usada em seu sentido crítico, de uma terceira pessoa, mulher, incluída na relação unicamente para satisfazer os desejos de um casal heterossexual.

O começo da vida sexual com Rogério foi ótimo. Ela conta que “ele tinha uma pegada muito forte, que até então não tinha visto em nenhum homem”. A relação era muito aberta e o namorado, muito sexual, o que a deixava encantada. Após quatro meses, no entanto, o encanto se acabou e o sexo se tornou ruim. O marco, segundo ela, foi o instante no qual ele “começou a fazer um memorando de toda (sua) vida amorosa pregressa”. Como conversavam a respeito de tudo em matéria de sexo, ele a convenceu a falar sobre suas experiências anteriores. O que era supostamente uma curiosidade, tornou-se uma obsessão, constituída por interrogatórios e paranoias. O sexo continuou ruim até o final do relacionamento, “raras vezes foi gostoso”, diz Sônia. Para ela, “a gente ficou mesmo porque a companhia era boa, intelectualmente era bom, tinha muito carinho, mas, por exemplo, eu já não deixava ele me chupar, ficava toda cheia de coisas”. Repensando o passado, comentou que o relacionamento deveria ter terminado ali, aos quatro meses.

O interesse por sua vida sexual anterior, que parecia normal, em princípio, tornou-se “puro controle”. Sônia lhe falava de seus desejos atuais e de suas experiências passadas. Certa vez, contou-lhe que havia transado com dois rapazes do teatro, em uma festa, logo que entrara no curso, quando os dois ainda não se relacionavam. Rogério ficou chocado. Depois de algum tempo, disse-lhe que naquele instante percebera que ela não era mulher para ele. Chegaram a terminar, porém reataram. Segundo Sônia, o sexo ficou ruim porque, devido aos julgamentos e cobranças do marido, ela nunca mais conseguiu se soltar e sentir prazer. Não se sentia digna. Ele a criticava por ter vivido demais, além do limite aceitável para uma mulher. E ela passou a acreditar que havia feito coisas que não deveria, que o seu passado a condenava. Para piorar a situação, Rogério começou a se mostrar permanentemente desconfiado. Não acreditava nas suas histórias. Achava que havia sempre algo mais, alguma omissão ou mentira intencional, e a incomodava para falar a verdade. Justificava-se trazendo seu histórico de mágoas da traição feminina. A mãe traía o pai. A ex-mulher também o traía, fazendo-o sofrer muito.

Sônia faz ponderações sobre essa experiência, trazendo posições controversas, em que acusa os abusos do ex-marido ao mesmo tempo em que admite seus erros. Sobre prevenção de doenças, por exemplo, comenta que:

E também houve uma vez que a gente transou e depois de um dia ele falou assim: ‘você usava camisinha com os outros caras?’ Eu falei ‘não’. E aquela época foi a época que veio a AIDS, e de fato foi assim uma roleta, porque eu não usava, não tinha essa coisa ainda, já tinha um pouco, mas não era como hoje, que distribuem camisinha no campus. Aí ele ficou muito puto: ‘você me colocou em risco e não sei o quê!’ Aí fomos fazer os exames naquela puta tensão. Felizmente não tinha nada, mas teve essa coisa da camisinha e do medo que ele ficou, com certa razão, né. Eu me perdoo disso

porque eu não tinha consciência, eu sabia, mas na verdade eu achava, eu sentia mais culpa na época de não usar camisinha pelo risco de engravidar do que pela AIDS. Não tinha isso tão consciente... E como ele era, digamos, eu tinha 25 anos e ele tinha 40. Não que eu fosse uma desmiolada, eu lia bastante, mas ele era muito mais maduro em certos sentidos, mais antenado.

Em uma das reconciliações, transaram e, durante o sexo, fantasiaram acerca de outras pessoas. Sônia conta que, enquanto falava putarias para o marido, ele a pegou pelo braço com força, deitado em cima do seu corpo. Ela sentiu-se totalmente à mercê e percebeu que não se tratava de uma transa forte, mas de raiva. “Dali para frente, a vida sexual não rolou mais”, diz. De qualquer forma, ficou combinado que eles teriam liberdade para ficar com outras pessoas. Para ela, tratava-se de um casamento aberto, mas muito mais teórico do que prático, haja vista que evitava de sair com outras pessoas para não se estressar. Rogério nunca mais confiou em Sônia. Ela conta que teve bastante dificuldade para terminar a faculdade e que demorou cerca de dez anos para se formar, devido às complicações do relacionamento. Certa vez, o marido a perseguiu na universidade, para ver se estava fazendo algo errado. Ela havia dito que estaria em aula, mas ele não acreditou. Ele foi à sua sala e se acalmou só quando percebeu que havia apenas mulheres ao seu lado. Outra vez, ficou com muito ciúme devido a uma performance artística, na qual um rapaz botou o dedo no ânus de Sônia. “Eu nunca dei o cu para ele, e daí o problema não era o cara ter botado o dedo no meu cu, era eu falar que não gostava, porque eu não dava para ele, e ter gostado da performance”. Em outra ocasião, Rogério chegou ao ponto de convencer Sônia de que ela havia ficado com alguém com quem nunca havia saído:

Eu vi um rapaz na escada, uma vez, lá do *shopping* que a gente trabalhava, e ele falou assim: ‘não, mas então você já saiu com esse cara’. E eu não saí com o cara, mas ele falou tanto, tanto, tanto, aí que hoje, quando eu vi a palavra *gaslighting*⁷⁵... Ah, era aquilo, porque teve uma hora que eu falei assim: ‘nossa, eu saí com esse cara e não me lembro’! Ele disse que tinha tido alguma coisa e não tinha, eu só tinha um tesãozinho, tipo, ‘ah, ficaria com esse carinha’. Mas eu não fiquei. E eu cheguei a perguntar para uma colega se eu tinha ficado.

Ela não saía com ninguém, embora em teoria pudesse. Em contrapartida, Rogério saía com outras mulheres. Dentre elas, relacionava-se paralelamente com uma famosa dançarina e cantora, cuja identidade mantenho preservada a pedido de Sônia. Com o tempo, o casamento foi se desgastando e perdurou apenas pelo carinho e pelo vínculo profissional. Uma das razões do rompimento, “a gota d’água”, segundo ela, ocorreu quando lhe disse, depois de uma transa,

⁷⁵ *Gaslighting* é uma forma de abuso psicológico, em que o abusador leva à vítima a duvidar de sua própria razão, memória ou sanidade mental. O termo vem sendo utilizado em textos feministas para denunciar a violência psicológica marcada pelo gênero, cometida contra as mulheres. Ver Liguori (2015).

que sentia tesão por um de seus amigos. Rogério, indignado, começou a lhe incomodar, crente de que algo já havia acontecido entre os dois. Se ela levara anos para falar disso, então esteve mentindo durante todo o tempo e estaria mentindo ainda. A outra “gota d’água” foi uma briga profissional. Em um momento de dificuldades financeiras, cobrou-lhe um planejamento das atividades, ao que ele respondeu que não aceitaria cobranças, pois o curso era seu. “Eu falei: ‘tchau’, porque até então a gente era sócio e eu não estava recebendo nada, a gente estava se ‘fodendo’, mas tudo junto. Quando ele falou que era dele, eu disse: ‘então se fode sozinho, eu tô indo embora, porque não vai dar certo nunca isso’”. Sônia comentou que não via saída, de início. Ele era um homem acolhedor, em primeiro lugar. Além disso, nenhum dos dois tinha vida financeira própria, sendo um a escora do outro, e o mercado de trabalho a assustava, por conta dos baixos salários. Mesmo assim, não desistiu e resolveu fazer um concurso público.

Sônia passou no concurso e veio morar em Porto Alegre. A relação com Rogério ainda durou dois ou três meses, à distância. Logo na chegada, viajou com o grupo de relações livres para o *Reveillón* na Colina do Sol. Lá, conheceu Renato, com quem teve sua primeira relação livre. Na ocasião, estava a fim de Viviane, parceira de Renato, e os três acabaram fazendo um *ménage*. O contato com o RLi foi importante, segundo Sônia, porque lhe permitiu acessar um círculo de amizades na nova cidade. No início, sentiu-se livre e feliz, mas ao mesmo tempo sentia solidão. Depois disso, passou por uma fase depressiva. Os colegas de trabalho tinham “uma mentalidade diferente” da sua, o que dificultava a criação de novas amizades. “É porque eu sou diferente em termos comportamentais, eu sou fora do padrão. A maioria das pessoas (do trabalho) tem família, tem uma outra dinâmica de vida. Então, encontrar o pessoal do RLi foi muito importante para me sentir integrada em um grupo”, diz ela. O RLi se tornou, assim, um refúgio, propício a descobertas, formado por gente com ideias parecidas com as suas.

Quando conheceu o RLi, encontrou respostas para muitas de suas inquietações. Sônia não entendia, por exemplo, seus múltiplos afetos simultâneos. Era inconcebível gostar de duas pessoas ao mesmo tempo. Suas aberturas, no casamento, estavam circunscritas em um registro de tesão e sexo. Em suas palavras:

Eu percebi que essa coisa... Por exemplo, quando eu estava com meu ex-marido, eu amava ele, né, com toda essa conturbação eu amava, e tinha um amigo dele, então eu lembro profundamente da minha sensação de loucura, de falar assim ‘mas como que eu amo o Rogério e gosto desse outro?’ (...) E também, para ser justa, quando a gente começou a namorar tinha um rapaz por quem eu também era bem caidinha, também era do teatro e com esse eu cheguei a transar, e com esse eu me relacionaria também, e de novo deu essa porcaria, entendeu? ‘Mas se tu gosta do fulano, como é que tu ama o Rogério?’ Tem alguma coisa errada... Aí eu fui perceber que eu não estava louca, né. Eu poderia ter amado esses caras tranquilamente.

A partir daí, aproximou-se cada vez mais do grupo e se tornou uma de suas militantes mais atuantes. Sônia participa dos eventos do RLi, dos grupos de estudos e é coautora do livro *Relações Livres: uma introdução*, publicado em 2017 sob sua edição. Ademais, mora em uma casa nos fundos do Atelier 130⁷⁶, espaço multifuncional inaugurado também em 2017 pela rede RLi. Apesar da proximidade com o grupo e das afinidades afetivo-sexuais com a noção de relações livres, ela relata que teve poucos relacionamentos depois que chegou a Porto Alegre. A rotina pacata, constituída pelo trabalho, atividades com amigos e visitas a museus e exposições artísticas, em geral, dá à sua vida uma dinâmica diferente daquela da adolescência e do começo da faculdade. Em 2017, Sônia voltou à universidade, para cursar História da Arte, e diz estar se sentindo renovada.

A relação com Renato durou algum tempo, mas não teve grande relevância. De acordo com ela, era uma afinidade exclusivamente sexual. Sônia gostava do carinho, mas não “tinha nenhuma empatia intelectual, não desenvolvia o papo”. Ela diz que, em suas primeiras férias, viajaram para Santa Catarina com tempo chuvoso e ficaram enfiados, sem fazer atividades na rua. Não conseguiram sequer passar o tempo previsto juntos, pois ela não o aguentava. Ademais, a relação era complicada, segundo ela, porque ele sentia ciúmes e era possessivo. Atualmente, Renato é monogâmico e está casado com outra mulher, com quem vive em Santa Catarina. Além dessa relação, Sônia conta que saiu com poucos caras, os quais conheceu em *sites* de encontros ou através de amigos. Alguns se tornaram “amigos coloridos”, com quem saía esporadicamente. Ela comenta que chegou a ficar um ano sem ninguém, no início da vida em Porto Alegre: “eu acabei me relacionando pouco até”.

Depois disso, começou a se relacionar com Diego. Os dois já estão juntos há seis anos. Para Sônia, trata-se de uma relação muito boa, “O Diego é um sonho”, diz. No início, viam-se pouco, pois ele morava com outra companheira. O relacionamento começou “despretensioso, sem grandes paixões”, e foi se intensificando ao longo do tempo, no decorrer da convivência. Na visão de Sônia:

Então, começou como uma coisa bem despretensiosa em termos de envolvimento e foi ganhando corpo... E hoje eu sou muito apaixonada por ele, assim, e sinto que tem reciprocidade. É bem gostoso, é bem tranquilo, bem... Nossa! Às vezes até estranho, assim, e fico com um pouco de receio comparativo e preguiça de entrar em outras relações. Eu falo ‘ai meu Deus, tem que fazer o caminho de novo’, com ele eu não

⁷⁶ Por ocasião da entrevista, estava morando em um apartamento próximo ao Atelier 130, o qual dividia com seu pai, que viera de São Paulo para ficar aos seus cuidados. Na atualidade, morando em um espaço só seu, sente-se muito realizada.

precisei. Como ele tinha até mais experiência do que eu, meio que ele me ajudou até em coisas de feminismo quando eu comecei o relacionamento com ele. A gente teve um crescimento junto bastante grande.

Após o término da outra relação de Diego, ele e Sônia se aproximaram muito. Durante algum tempo, chegaram a morar juntos, até que ele obtivesse a independência financeira. Isso estreitou bastante a intimidade do casal, a ponto de Sônia falar de um vácuo decorrente da sua mudança. Estava acostumada com a companhia dele todos os dias. Quando foi morar sozinho, ela se sentiu carente, o que não era adequado à sua postura de RLi. Precisava encontrar outras pessoas. Outras alegrias. Outras atividades. Fizeram o acordo de se ver em dias específicos da semana, mas às vezes ela não aguentava a saudade e pedia para se encontrarem em algum dia no qual não se veriam. Sônia diz que Diego é compreensivo e que ambos se dão muito apoio, inclusive para ficar com outras pessoas. A relação livre funcionava bem. Os dois ficavam com mais gente, eventualmente, embora sem maior envolvimento. Ela mantinha algumas amizades coloridas. Em todo caso, não ficavam juntos com terceiros. Sônia adoraria, porém Diego não se atrai pela ideia.

Em 2016, ele começou um novo relacionamento, com uma garota de São Paulo. Com a nova relação, passou a dividir o seu tempo entre o trabalho, os estudos e as duas namoradas, o que incluía viajar a São Paulo para visitar uma delas. Sônia cita que passou a se sentir mais insegura no relacionamento e a enfrentar dilemas que remetiam ao seu passado. No momento da entrevista, ela tinha 47 anos e ele 28. Os dezenove anos de diferença fizeram-na lembrar do seu casamento, em que, com o passar do tempo, amadureceu e se tornou autônoma, ao passo que Rogério se tornou cada vez mais dependente dela. Quando Sônia e Diego se conheceram, “ele tinha uma situação socioeconômica frágil e várias fragilidades emocionais, que agora já superou”. Na atualidade, está em um bom trabalho e passando por um processo de autonomia pessoal, o que a faz recordar da experiência anterior. Na comparação, ela enxerga Diego como se estivesse olhando para si própria no casamento, isto é, como a pessoa mais nova que, após algum tempo, torna-se independente e se afasta paulatinamente da mais velha.

Sônia pondera, afirmando que sabe que Diego só a deixaria se não quisesse continuar com a relação, isto é, “que sua outra namorada não tem nada a ver com isso”. De todo modo, admite sentir ciúme e revela o medo da perda, o que, tempos depois, quando nos encontramos, disse ter superado em grande parte e aquele havia sido um mal momento pessoal. De acordo com ela, o fato de não estar se relacionando com ninguém na época da entrevista contribuiu para a queda da autoestima. Quando está saindo com outras pessoas, sente pouco ou nenhum

ciúme. Sônia relata um momento de compersão⁷⁷, inclusive, em que fotografou Diego com a outra namorada e se sentiu feliz por ele, justamente num dia em que “estava com um carinho”. Atualmente, ela se sente mais feliz e confiante e se enxerga em um processo de retomada da autonomia, do qual a faculdade, os amigos e as relações paralelas são parte fundamental. Nas relações livres, a dependência é encarada como um sério problema. Em suas palavras:

Essa coisa é muito boa, assim, tem esse acordo, digamos que é o fundador, de a gente ter muita honestidade um com o outro. Eu estou segura em reafirmar o amor, sabendo que, né... por exemplo, esses dias, teve um outro dia que a gente tinha combinado que não ia ficar colado, e eu: ‘não tô aguentando’. A gente rompeu o acordo porque eu não tava aguentando, entende? Então eu tenho medo também, nesse momento eu tenho medo de ser muito *over*, porque tem uma hora que você não aguenta essa pessoa que demanda muito, e a pessoa do outro lado, a pessoa não vive sem você... Nossa, pelo amor de Deus! Você ama aquela pessoa, mas tem uma hora que você não aguenta. Eu também tenho um pouco de medo disso infelizmente agora.

Para Sônia, o mais difícil em ser RLi é encontrar gente disposta a ter relacionamentos livres. O meio “é uma bolha, mas, assim como é uma bolha, tem menos possibilidades”, diz. Muita gente gosta da ideia, “mas quando vê como é que vai ser, de ter que lidar com o próprio ciúme e tal, fica um pouco receosa”, conta. Em todo caso, não crê que a situação seria melhor se estivesse aberta, por exemplo, a relações monogâmicas. Questionada a respeito, respondeu: “é um complicador a mais. Eu acho que com a minha idade, com o meu corpo... Ai, nem sei, porque os caras não querem. Querem meninas mais jovens. Sei lá, é uma situação complicada de qualquer jeito”. Ainda assim, reconhece que o fato de ser branca e intelectualizada facilita no sentido de conhecer pessoas para se relacionar, bem como a blinda, em parte, de olhares e julgamentos externos. Sônia costuma divulgar que é RLi e já participou de várias reportagens. Mas afirma: “nunca teve uma situação que alguém viesse me enfrentar... Pelo fato de eu ter essa idade, de ser branca, de estar em uma empresa pública que eu sei que não vão me demitir por causa disso. O meu pai tem a cabeça muito aberta, o meu irmão sabe, e o resto da família digamos que não importa⁷⁸”.

Pensando no futuro, admite certos receios. Mesmo assim, não se enxerga vivenciando relacionamentos monogâmicos outra vez, visto que presa pela sua autonomia. A possibilidade de deixar de ter relações livres é encarada sob o registro da concessão, que só aconteceria em uma situação extrema. Segundo ela:

⁷⁷ Vale reiterar que compersão é o sentimento contrário ao ciúme, para os não-monogâmicos. Trata-se da alegria em ver o parceiro ou parceira feliz com outra pessoa.

⁷⁸ A mãe de Sônia, referência importante do início dessa narrativa, é falecida há vários anos, desde antes de sua chegada a Porto Alegre.

Eu hoje, eu me vejo assim. Digamos que eu estivesse sozinha e me apaixonasse por uma pessoa e a pessoa falasse assim: ‘mas comigo tem que ser monogâmico’. Eu acho que eu iria, porque assim, o fato de eu ter 47 anos, o fato de eu ser gorda, são coisas que te deixam numa situação menos confortável pro mercado, ou pelo menos eu acho que deixam, pode ser até que não deixem, entendeu, porque eu sempre acho que nunca mais vai rolar nada e as coisas acabam rolando. Hoje isso está muito presente, eu acho que essas crises de choro e tal, não estão desvinculadas desse medo da velhice, desse medo de ficar só... Isso (possibilidade de relacionamento monogâmico) eu sinto como se fosse assim, alguém que vai pro Japão e fala assim: ‘olha, eu vou pro Japão, vem comigo senão a relação acaba’. Sim, mas que que eu vou fazer lá? Eu não sei.”. Quer dizer, a pessoa tá plenamente consciente que isso é uma grande concessão, tô abrindo mão da minha carreira, tô abrindo mão da minha autonomia para ficar contigo. Se eu puder escolher, não vai ser assim... Isso que você coloca, da monogamia, eu realmente me vejo assim, nossa, ia ser uma concessão muito grande, porque eu acho que mesmo que eu não fique com outras pessoas, a sensação de poder olhar para outras pessoas com desejos sem nenhuma culpa com o Diego, isso é muito bom.

Por fim, diz que não projeta ter filhos e se preocupa com a velhice. Quando era casada, tentou engravidar, chegando a procurar clínicas de fecundação assistida. Entretanto, não ficou grávida. Alguns anos atrás, pensou em adotar uma criança, mas desistiu. Hoje tem consciência de que não quer, “pelo menos racionalmente”. Acerca da velhice, comenta que gostaria de ter mais um parceiro ou parceira, mas que eventualmente pode acabar chegando lá sozinha, então pretende programá-la, encontrando um lugar para idosos, deixando tudo pago, com instruções caso sofra de doenças incapacitantes, por exemplo. Sônia cogita a criação de uma moradia do RLi para idosos, independente das relações sexuais, focada nas amigadas, “para não ter que depender da inconstância dos relacionamentos”.

Pelo que narrei, percebe-se que a trajetória não-monogâmica de Sônia é bem peculiar no que se refere à questão etária e geracional. Ao contrário de Marcos e Viviane, que tiveram experiências reflexivas de aproximação com as não-monogâmias desde muito jovens, Sônia passou os primeiros anos de sua vida afetiva e sexual em relações monogâmicas, em conflito por desejar ficar com várias pessoas ao mesmo tempo em que se apaixonava, vivia romances e sofria por conta dos términos dessas relações. Esse conflito é o ponto de partida da formação do *self* não-monogâmico de Sônia (CARDOSO, 2010; PILÃO, 2017), haja vista que engendra uma inadequação aos padrões *mononormativos* de relacionamento, que, se por um lado eram idealizados, por outro lhe causavam muito sofrimento. Antes, ela não dispunha da alternativa de vivenciar relacionamentos fora desse quadro porque isso simplesmente não fazia parte do seu horizonte de inteligibilidade sobre as relações afetivas e sexuais. Sônia se sentia perdida, por vezes, e produzia uma “verdade de si” enquanto ser inadequado, que “amava demais”⁷⁹, no contexto de uma subjetividade ambivalente que oscilava entre a culpabilização de si e a

⁷⁹ Metáfora usada com frequência por pessoas não-monogâmicas e que expressa um suposto desajuste em termos de intensidade em relação aos padrões afetivos e sexuais de comportamento.

autorrealização pela experimentação e pela transgressão, o que só foi refeito e ressignificado discursiva e afetivamente muitos anos depois, quando se aproximou da narrativa das relações livres e se afirmou como não-monogâmica, encontrando uma solução política⁸⁰ e identitária para os dilemas morais e para a sensação de inadequação.

Sua fala a respeito do passado explicita uma certa confusão entre a vontade deliberada de transar e a paixão romântica nela imbricada, no contexto de libertação sexual dos anos 80, onde, para não ser uma garota careta, precisava agenciar as relações de acordo com a cartilha dos espaços masculinos de sociabilidade. Sônia era uma jovem proativa e tomava a iniciativa com os rapazes, o que lhe permitia adentrar certos ambientes e ter experiências diferentes das que viviam as ditas meninas caretas. Por outro lado, esse modo de ser foi rechaçado e julgado muitas vezes pelos homens, em situações de machismo explícito que lhe causaram sofrimento e demarcaram os supostos limites das suas atitudes, de acordo com as hierarquias de gênero vigentes, produzidas e reiteradas (BUTLER, 2003), em um contexto onde, como ela comenta, a ideia de libertação feminina ainda estava associada sobretudo à de liberação sexual, apoiada em um debate feminista mais incipiente que o atual.

No casamento, esses conflitos se acirraram. Sônia se relacionou com um homem mais velho, com experiências pregressas de traição, que o faziam ao mesmo tempo desejar abrir a relação para evitar a dor de traições futuras e sofrer com a paranoia de que algo estava sempre ocorrendo pelas suas costas. A perspectiva de poder desejar e sair com outras pessoas, casada, foi importante, pois permitiu que Sônia constituísse novas moralidades no âmbito dos afetos e do tesão/sexo, normalizadas e não-abjetas (BENTO e PELÚCIO, 2012; CARRARA, 2015), que resolviam o que sentia em relações anteriores, isto é, uma atração indesejada por pessoas diferentes, mesmo que estivesse apaixonada, que gerava insatisfação e culpa. Tal “abertura” não se reverteu em experiências libertadoras, não obstante, uma vez que Sônia sofreu com o controle de Rogério, numa relação marcada por carinho mútuo, mas desgastada, sexualmente fracassada e sob clima de permanente desconfiança. Sônia se acomodou durante vários anos, até que passou em um concurso público e veio, como comentou, “fugida” para Porto Alegre, em um ato que mudou completamente sua vida.

Percebe-se que, desde muito jovem, Sônia se preocupou em ser uma mulher avançada e ativa, sexualmente realizada e desencanada, evitando homens machistas ou possessivos e agenciando propositivamente os seus prazeres e afetos, conforme as possibilidades, limitações

⁸⁰ Ver Carrara (2015) e as noções de política, cidadania e direitos sexuais, enquanto um novo estágio do dispositivo de sexualidade, centrado no sujeito sexualmente realizado e não mais no sujeito sadio.

e contingências da vida (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008), entre pessoas de “cabeça aberta” e em espaços relativamente progressistas. Isso não evitou, contudo, que sofresse determinadas violências, derivadas das assimetrias de gênero (SILVA, 2017). O casamento no meio teatral é a expressão mais aguda disso. No início, abriu-se a ideias e práticas inovadoras em termos de sexualidade, mas acabou se conformando a uma rotina mais ou menos convencional, em que não saía com outras pessoas devido ao ciúme e ao controle do marido e às especificidades limitantes do relacionamento. De todo modo, demonstrou certas resistências cotidianas, como as verdades que dizia para Rogério a respeito de seus desejos, fantasias e atração por outras pessoas.

Essa experiência foi a base para a formação de Sônia como sujeito não-monogâmico, considerando a experiência como produção discursiva e as subjetividades como resultado da experiência (SCOTT, 1999). A relação afetiva e moral com a liberdade de desejar e ficar com outras pessoas passa, em larga medida, pelo casamento conflituoso, do qual saiu transformada e consciente de que deveria pôr seus desejos e autonomia em primeiro lugar – o que corrobora a tese de que a vida afetiva e sexual se converteu num projeto de vida indefinido e inacabado dos sujeitos (CARDOSO, 2010). Sônia conheceu a rede de relações livres aos quarenta anos, em uma época mais madura da vida, menos agitada que a anterior ao casamento. Está em uma relação tranquila, que a satisfaz e que identifica como exemplar. Mesmo assim, busca ampliar essa liberdade, agenciando experiências novas. Isso inclui se abrir afetiva e sexualmente para outras pessoas, o que ela gosta de fazer, embora admita sentir certa preguiça, às vezes. Essa postura faz parte da moralidade das relações livres, que prescreve a abertura como estratégia para evitar a formação de laços de extrema dependência (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2017).

Vivendo o que considera ser seu momento mais autônomo, Sônia se depara agora com outras questões, no sentido de pensar a continuidade das suas relações afetivas e sexuais. O peso e a idade parecem ser preocupações relevantes, ainda que ela se posicione positivamente diante de tais marcadores, afirmando ter “apertado o foda-se⁸¹”. A questão da velhice, embora remeta a uma realidade longínqua, revela um certo incômodo (POCAHY, 2011). Mostra a controvérsia existente entre o desejo de ser livre e independente e o medo de ficar sozinha. De qualquer maneira, é necessário enaltecer o potencial agentivo de Sônia, que tem construído sua vida sexual, moral e afetiva através das experiências não-monogâmicas e performances

⁸¹ Figura de linguagem usada para expressar indiferença ou total falta de preocupação.

sexuais e de gênero com as quais se identifica politicamente, a despeito dos obstáculos e dos receios.

Embora as relações não-monogâmicas partam de uma problemática heteronormativa no meu campo, como afirmo em alguns momentos, elas abrem, ao mesmo tempo, espaço para práticas não-heterossexuais (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2012; 2017; FRANÇA, 2016), que fissuram os padrões molares da *heteronorma* (ROSENEIL, 2006; POLICARPO, 2016). Sônia já havia ficado com mulheres, quando mais jovem, mas em um contexto de curiosidade e atração sexual. A partir da convivência no meio RLi e da experimentação de relações livres, sentiu-se mais à vontade para demarcar e explorar a bissexualidade – e as emoções *biafetivas*, pensando para além do erotismo. Ela conta que espera se relacionar mais profundamente com mulheres, de agora em diante, o que só não ocorreu ainda por contingências da vida, como o fato de ter um relacionamento com um homem e de ser adepta de relações livres (o que afasta algumas mulheres), mas não por falta de vontade.

6. EXPERIÊNCIAS EM PERSPECTIVA: MORALIDADES, DESEJOS E AFETOS

6.1 Inquietações não-monogâmicas

6.1.1 Tesão e amores não-exclusivos

Uma questão importante, para muitos dos meus interlocutores, é entender a origem do interesse por relações não-monogâmicas. Várias vezes ouvi que esse interesse surgira de uma inadequação aos princípios de exclusividade e possessividade, ora associada com a formação afetiva e sexual singular dos sujeitos, ora com seus anseios psíquico-políticos por liberdade e autonomia. Em síntese, para vários sujeitos, o gatilho para pensar e vivenciar relacionamentos diferentes do convencional é: sentir atração, tesão, carinho ou paixão por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, bem como os sofrimentos daí decorrentes e o desejo de saciar tais vontades sem abdicar de criar vínculos afetivos íntimos e duradouros.

Luiza, por exemplo, relatou-me na entrevista que já na adolescência optara por não ter relações fechadas. “Por que vou ficar com um cara se eu posso ficar com dez”? Desde então, sempre teve relacionamentos abertos. No início, morando no interior de Santa Catarina e desconhecadora dos materiais virtuais sobre não-monogamia, propôs acordos experimentais aos primeiros namorados. Em suas palavras: “eu inventei o relacionamento aberto”! Para ela, a origem desse interesse está na dissociação entre tesão e amor. Suas relações eram marcadas por exclusividade afetiva e por liberdade sexual. “Eu consigo amar uma pessoa e transar com outras. Não sou daquelas que para transar precisa ter intimidade, afinidade. Sexo e amor são coisas diferentes”, comenta. Para Marcela, a explicação é similar. Segundo ela, sempre foi meio “soltinha”, “pegava todo mundo” e sofria com os julgamentos dos rapazes da pequena cidade onde morava, no interior do Rio Grande do Sul, o que a fez encarar a postura de “ser puta” como uma forma de resistência. Quando foi fazer faculdade em Porto Alegre começou a namorar, mas sentiu muita vontade de ficar com outro rapaz, um colega de curso. Discutiu com o namorado a possibilidade de abertura da relação, pois tinha certeza de que o amava e

queria manter o namoro, mas também queria viver outras experiências sexuais. “No vai, não vai, no abre, não abre, acabei traindo ele”.

Paula, por seu turno, não faz essa separação, e se diz capaz de sentir atração e de se apaixonar por várias pessoas de uma só vez. De acordo com ela, o interesse por relações não-monogâmicas surgiu nos primeiros namoros, durante a adolescência. “Eu estava em uma festinha sem meu namorado e morria de vontade de ficar com as pessoas na festinha”. Ela se define como “intensa” e, por isso, “propensa a se interessar e se apaixonar” por várias pessoas simultaneamente, inclusive amigos e amigas. Essa explicação da intensidade afetiva também é acionada por Arthur, que se vê como singular por gostar de todo mundo. “Eu sou diferente, cara, sabe uma pessoa que gosta de todo mundo? Eu sou esse tipo de cara. Não tem ninguém que eu não goste”. Por ser carinhoso e afetuoso, sentia vontade de se relacionar com várias mulheres, mas se manteve em relacionamentos monogâmicos, até que uma ex-namorada lhe propôs abrir a relação, a princípio apenas para fins sexuais. Arthur gostou da ideia, mas pediu que houvesse a possibilidade de envolvimento afetivo, pois queria “amar duas namoradas”. Beatriz, finalmente, comenta que se apaixona com facilidade por muita gente e que, por isso, resolveu experimentar relações abertas. “Se eu me interessar pelo jeito e pelas ideias da pessoa, já me apaixono; eu sou muito dada aos afetos”.

A ênfase na dimensão do *se apaixonar por/querer transar com várias pessoas*, como estopim do interesse pelos relacionamentos não-monogâmicos, é muito comum nas falas dos sujeitos bem jovens, como se pode notar pelas idades das pessoas citadas. Encontrei algumas exceções, no entanto, sobretudo de homens que saíram de longos casamentos e passaram a ter relações *não-mono* na faixa dos trinta, a fim de aproveitarem o que não haviam aproveitado na juventude. É o caso de Maurício. Ele conta que era “muito frustrado” na adolescência por ser tímido e não conseguir “pegar as gurias”. Em seu relacionamento mais recente, aberto, transou com diversas mulheres. Estava, em suas palavras, “recuperando o tempo perdido”.

O espírito dessa percepção de inadequação à monogamia em virtude da experiência da atração sexual e de amores múltiplos/não exclusivos foi resumido por Viviane (cuja trajetória abordei no capítulo anterior), ao falar de sua juventude, em uma de nossas muitas conversas: “eu já passava o ‘rodo geral’, já era chamada de puta, mas me apaixonava muito fácil e queria ter um relacionamento com alguém, queria amar, só que sem exclusividade”. Essa fala revela os conflitos típicos de quem entrou em atrito muito cedo com as convenções da exclusividade afetiva e sexual. Dos sujeitos que conheci em campo com essa característica, vários relataram terem sofrido ao tentar se enquadrar em relações monogâmicas – seja por autoimposição, seja

por pressão de namorados e familiares, como cobranças, ciúmes e julgamentos. A forma de lidar com essas tensões é muito diversa. Há desde o caso de Sônia (visto no capítulo anterior), que, quando jovem, resignou-se a ter relacionamentos fechados e imaginava haver algo errado consigo, até os casos em que os atritos geraram brigas e traições, assim como rupturas com a exclusividade afetiva e sexual nos relacionamentos.

6.1.2 Anseios por liberdade

Os sujeitos não-monogâmicos referem uma inquietação quanto à vontade de *ficar com* ou *gostar de* outras pessoas. Contudo, especialmente entre interlocutores mais velhos ou mais experientes, outra questão assume um lugar fundamental na narrativa da gênese do interesse pela não-monogamia, tão ou mais importante que a anterior, a saber: a busca por liberdade e autonomia pessoal dentro das relações afetivas e sexuais. Em algum momento, de forma precoce, na juventude, ou após longos relacionamentos fechados, os sujeitos passam a rejeitar a adequação às formas de controle exercidas em uma relação de exclusividade. Esse interesse surge de uma tentativa de conciliação, ou seja, entre a vontade de se relacionar *com* e a de não ter mais seus espaços invadidos *por* outras pessoas (CARDOSO, 2010; PILÃO, 2012; 2017; FREIRE, 2013; BARBOSA, 2015; FRANÇA, 2016).

Uma das razões apontadas é o incômodo ou o medo em relação ao compromisso sério, ao casamento e ao romantismo. Joana diz que sempre se sentiu incomodada com a “melação” das relações românticas, em que pese tenha tido alguns namorados durante a adolescência. Ela comenta que um namorado fez uma serenata à beira de sua janela, certa noite, e, enquanto sua mãe achava tudo lindo, ficou morrendo de vergonha da vizinhança. “Eu dizia: mãe, eu vou matar aquele desgraçado”! Para ela, “a permanência, a constância da pessoa ali, sempre grudada do lado, o reconhecimento do casal, tudo isso me causava uma angústia”. Outra entrevistada, Carolina, fala que, antes de ter uma relação aberta, tinha medo do compromisso. Nas fases de solteira, desfrutava do fato de não precisar dar satisfação a ninguém. “Eu estava segura, fazendo o que queria, mas também me batia uma insegurança, tipo, ah, ninguém me quer”. Mesmo assim, quando estava saindo com alguém, evitava ao máximo falar sobre a relação, por medo de ser pedida em namoro. “Tinha ocasiões que o carinha dizia: posso te perguntar uma coisa? E eu dizia ‘não’, pois sabia que ele ia me pedir em namoro e eu ia ter que dizer não”. Cláudio, fundador da rede de relações livres, comenta que o interesse por

relações não-monogâmicas emergiu de uma crítica pessoal ao casamento. Ele se recorda de um episódio em que, ainda bem jovem, estava estudando e leu um verbete de dicionário a respeito de uma doença psiquiátrica que se caracterizava pela concentração de toda atividade mental em uma só pessoa. “Eu me apavorei na hora e pensei: meu deus, isso é o casamento. O casamento é uma doença psiquiátrica. Eu não quero me dedicar a uma pessoa só”, fala em tom jocoso.

Outro aspecto acionado é o da impossibilidade de manter um “espírito livre” dentro de uma relação fechada. Patrícia, por exemplo, conta que sempre sentiu uma revolta em relação aos namoros. “Sempre tive uma coisa assim muito libertária, de não ser um passarinho preso”. Em seu único namoro monogâmico, sentiu-se isolada e controlada. “Você é sua liberdade, liberdade de estar com quem quiser, de não precisar dar satisfação a ninguém. Eu sou a dona da minha própria vida”. Na mesma linha de reflexão, Humberto diz que sempre soube que não seria capaz de ficar com uma pessoa só, pois não gostava de se sentir preso. Na adolescência, teve alguns poucos namoros monogâmicos, nos quais se sentia sufocado devido às cobranças e ao ciúme. Em suas palavras: “eu não gosto de me sentir preso, velho, para mim não dá. Nasci para ser livre, para voar alto. Fui feito para o mundo. Eu nasci livre e vou morrer livre”.

Há casos em que o anseio por liberdade surge após uma longa trajetória monogâmica. Fernando foi casado por muito tempo e, durante a relação, começou a se sentir incomodado pela falta de espaço. Infeliz, sofreu com crises depressivas até a separação, quando já passava dos trinta. O sufocamento causado pelo casamento foi o fator determinante do seu interesse por relações não-monogâmicas. Em sua opinião, era muito imaturo quando se casou: “segui no piloto automático, me adequei às expectativas da minha família, dos colegas de trabalho”. Atualmente, faz questão de morar sozinho e não cogita um envolvimento semelhante ao do casamento. Segundo ele, “nada de laços tão fortes e dependentes, porque gosto de reservar boa parte do tempo para mim mesmo. Eu só quero viver minha vida, e se cruzar com alguém que me interessa, viver aquilo”. Fernando considera sua liberdade e espaço como prioridades: “eu busco me conectar com as pessoas, seja por três dias, dez dias, uma semana ou um mês, o que quer que seja possível e agradável, com todo mundo consciente da liberdade e exercendo essa liberdade”, daí o interesse por não-monogâmicas.

Além disso, uma explicação bastante recorrente, exclusiva de mulheres, é do interesse por relações não-monogâmicas derivado do esforço para conquistar ou preservar a autonomia afetiva e sexual feminina, no contexto das relações heteronormativas, isto é, para escapar de relacionamentos abusivos e do controle dos homens (FRANÇA, 2016; 2017). Tal inquietação

aparece, com maior ou menor destaque, nas falas de todas as mulheres, como as recém citadas Joana e Patrícia, RLis, e Carolina, que teve uma relação aberta, e está associada ao desejo de fugir de homens possessivos e ciumentos e de demarcar o controle do próprio corpo e afetos. Mônica diz que desde muito nova já se irritava com os namorados e teve incontáveis brigas devido aos cerceamentos e ataques de ciúmes dos parceiros, que tentavam controlar suas roupas, amizades e atividades. “Na minha casa era diferente, a minha mãe não era feminista, mas me ensinou a não ser propriedade de homem”. Essa indignação a motivou a pesquisar a respeito de outras formas de relacionamento e, assim, interessou-se por relações abertas.

6.1.3 Influências

As questões anteriores são fundamentais, no sentido de que explicitam as inquietações que predisõem os sujeitos a se interessarem por e a procurarem formas distintas de condução das relações afetivas e sexuais. Muitas pessoas relatam terem descoberto os relacionamentos não-monogâmicos “por conta própria”, pesquisando na internet, lendo conteúdos de *blogs* e redes sociais. Tal busca é motivada por inquietações que elas não sabem explicar a contento e por desconfortos e inadequações que carecem de algum tipo de explicação e resolução. Certas pessoas chegam até mesmo a experimentar “relações não-monogâmicas” antes de conhecerem as não-monogâmias, como Luiza, citada antes, que diz ter inventado o relacionamento aberto na adolescência, e Viviane, que afirma que, antes de ter contato com os casais abertos do movimento estudantil, já era “não-monogâmica empírica”. Em todo caso, existe ainda outra explicação importante, que emerge nas falas de alguns sujeitos como marcador essencial do *interesse por* ou *mudança na* forma de se relacionar, a saber: a influência direta de pessoas e ambientes.

O meio universitário e os núcleos políticos de esquerda são apontados como ambientes estimulantes para relações não-monogâmicas (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2012; 2017; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; 2017). Cabe a ressalva de que várias questões se associam na produção dos sujeitos, de modo que a convivência nesses espaços gera práticas e interesses articulados a aspectos subjetivos, como as predisposições citadas anteriormente. Marcos, cuja trajetória abordei no capítulo anterior, expressa claramente que, apesar de se sentir insatisfeito com a relação fechada vivida na adolescência, “tornou-se não-monogâmico” apenas depois de entrar na faculdade de filosofia e de começar a frequentar festas universitárias e organizações

políticas de esquerda, onde tais ideias brotavam e algumas pessoas as punham em prática. Até então, sequer tinha noção do que eram relações não-monogâmicas. Joana, RLi entusiasta e militante, conta que o interesse surgiu a partir da convivência com o movimento estudantil no ensino médio e com a “galera da esquerda” (juventude do PT⁸²). Essa é a mesma forma de acesso citada por Viviane. Ambas relatam experiências pregressas muito significativas, mas apontam a importância da entrada nesses meios, pois foi onde tiveram conhecimento e se consolidaram como não-monogâmicas.

Outra influência externa bastante citada é de namorados e namoradas e de amigos (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2017). Maurício teve um relacionamento aberto com Luiza. Até os trinta anos, nem conhecia tal tipo de relação, até que começaram a namorar e ela passou a estimulá-lo: “a Luiza chegou em mim e falou ‘vamos ter um relacionamento aberto’? Aí eu respondi ‘não sei como é um relacionamento aberto, nunca parei pra pensar no assunto, mas sim, sou a favor, vamos pensar sobre isso’”. Humberto, companheiro de Viviane, recorda que o interesse foi despertado por uma ex-namorada. Ele frisa que nunca gostou de se sentir preso e que se sentia mal com o controle das namoradas nas relações fechadas. “Cara, começou bem por acaso. Eu tinha uma companheira que, quando a gente começou a ficar, ela falou ‘eu fico com outras pessoas, é assim que eu me relaciono, tu te importa’? E eu ‘é claro que não, não me importo’”. Diego, atual companheiro de Sônia, tornou-se RLi por influência de Joana, a quem conheceu num cursinho pré-vestibular. Na época, ele namorava uma menina evangélica: “era um namoro desses de ficar de mãos dadas sentados no sofá, eu e ela éramos virgens”. Durante o cursinho, o namoro terminou e Diego foi morar com Joana, como amigo. Depois de algum tempo, começaram a se relacionar e, como ele conta, “como ela era RLi, eu acabei virando RLi também”.

Entre as mulheres que apontam a influência dos namorados, algumas fazem referência a práticas abusivas (PILÃO, 2017; SILVA, 2017). Joana conheceu o relacionamento aberto quando militava no movimento estudantil secundarista. Na ocasião, estava envolvida com um rapaz, estudante universitário e militante do PSTU⁸³. Estavam juntos havia dois meses quando ele lhe disse que era bissexual e que tinha uma namorada e um namorado, ambos em relações abertas. “Ele jogou uma batata quente na minha mão, assim, do nada; toma, te vira com isso”. O namoro acabou logo depois, embora ela estivesse apaixonada. No entanto, com o tempo foi amadurecendo a ideia, até que conheceu as relações livres e se identificou com a perspectiva

⁸² Partido dos Trabalhadores.

⁸³ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

do grupo. Carolina, por sua vez, tinha certa curiosidade por influência de amigos, que viviam relações livres e abertas. No fim do seu casamento, propôs abrir a relação, no intento de tentar salvá-la. O ex-marido, porém, não aceitou. Alguns anos depois, em outro relacionamento, seu namorado, ao saber disso, pressionou-a para que abrissem a relação, sob o pretexto de que ela tivera interesse no passado. “Ele ficou me ‘pilhando’ demais, pois sabia que eu era bissexual e queria me ver com outras mulheres e ficar com elas também. Eu queria ir com calma, mas ele ficou insistindo, daí a gente foi abrindo aos poucos”.

Patrícia relata uma experiência diferente. Na adolescência, no interior de Sergipe, não se envolveu com ninguém por influência da mãe, que lhe dizia para priorizar os estudos. Já adulta, foi morar em São Paulo para fazer faculdade e lá teve seu único namoro fechado, no qual se sentiu desconfortável, pois não conseguia se sentir livre. Estava fazendo um curso de formação política num grupo de esquerda, quando conheceu Cláudio. Começaram a ficar e ele logo lhe explicou sua ideia de relacionamento: “ele falou a proposta *não-mono*, aí eu falei ‘ah, como feminista, eu acho que o novo homem e a nova mulher estão diante de novos valores, né, eu topo”.

6.2 Construindo relações não-monogâmicas

6.2.1 Identidades

Definir a identidade da relação é um passo importante para a formação de uma relação não-monogâmica (BARBOSA, 2015; PILÃO, 2017). Quando não se dá nome, ela pode ser confundida com uma relação fechada ou com algo “casual”, sem envolvimento afetivo. Ouvi vários interlocutores criticando certa visão romantizada da ausência de definições ou rótulos, sob a alegação de que a falta de identificação apropriada incorreria na aproximação da relação aos padrões e costumes da monogamia. A ideia de não rotular os relacionamentos, comum entre pessoas que circulam nos mesmos ambientes que os sujeitos dessa pesquisa e “na moda” em redes sociais, através de frases como “quem se define se limita”, é considerada ingênua e, até mesmo, perigosa, devido à falta de transparência no que se refere a regras e acordos.

Entre os adeptos do relacionamento aberto que conheci, a maioria definiu o formato da relação no início, a partir de aspirações convergentes com as dos parceiros e parceiras. Luiza e Maurício namoraram por seis anos e abriram a relação assim que começaram a ficar. Ela tinha

experiências anteriores e apresentou a ele a ideia. Daniel e Mônica conheceram-se através do Tinder⁸⁴ e de imediato contaram um ao outro que não procuravam “algo sério”, pois recém haviam saído de relacionamentos longos. Conversando a respeito de expectativas, gostos e interesses, descobriram a vontade em comum de viver outra forma de relação. Começaram a sair e, quando se tornaram mais íntimos, acordaram que ela seria aberta. Cabe ressaltar, em todo caso, que se trata de um processo de identificação em constante negociação, como se vê pelos casos de Arthur, que abriu o relacionamento, mas depois rumou para a busca de uma relação poliamorosa, no modelo de trisal, e de Henrique, cujo namoro várias vezes foi fechado e, posteriormente, reaberto, por acordos e contingências de cada momento. Em relação às pessoas com quem ficam, é consenso que, se houver interesse em continuar ficando, é preciso falar sobre a relação aberta e definir limites, pois se tratará de uma relação secundária – que, em tese, não pode ameaçar a principal. Quando ficam com alguém de maneira esporádica, casual, “apenas uma noite”, os sujeitos, em sua maioria, não contam que têm relacionamento aberto, a não ser por acaso, pois não veem necessidade de especificá-lo na ocasião.

Os RLis, por seu turno, tendem a definir suas relações, em primeiro lugar, em função da própria identidade RLi, e não na convergência de interesses com parceiros e parceiras. Isso ocorre porque a noção de relações livres presume autonomia individual para a construção das relações afetivas e sexuais (KESSLER, 2013; BARBOSA, 2015). Enquanto o relacionamento aberto surge de uma espécie de acordo a dois, a relação livre se estabelece como um conceito não negociável, parte de uma identidade pessoal previamente formada. Viviane, por exemplo, relata que, quando sai com alguém, fala sobre seu estilo de vida. “Eu não acredito em namoro, não acredito em exclusividade. Eu fico com outras pessoas e não me importo que tu fiques. Se quiser me falar, me fala, se não quiser me falar, não me fala”. Cláudio, por seu turno, tem uma postura similar, mas admite que, quando era mais jovem, mantinha relacionamentos paralelos sem falar do seu modo de vida RLi para as parceiras.

Joana teve experiências parecidas e comenta: “aprendi que na primeira oportunidade a gente conta, porque é muito complicado se relacionar com gente monogâmica”. Segundo ela, é possível ficar com as pessoas de muitas formas, que dependem do interesse, da química e do grau de envolvimento, mas a identidade RLi nunca estará em negociação, pois sua autonomia é prioridade. Quando gosta de alguém e deseja dar continuidade à relação, propõe o seguinte: “depois de ficar eu digo ‘olha, minhas relações são assim, elas funcionam assim. Gostei muito de ter ficado contigo e se tu quiseres ficar comigo essas são as cláusulas não negociáveis”. A

⁸⁴ Aplicativo de celular para busca de pessoas para encontros, amizades e relacionamentos.

postura de Patrícia é a mesma. Ela não abre mão da autonomia e argumenta que ser RLi lhe dá flexibilidade para organizar as relações como bem entender: “ser RLi é uma questão de você poder configurar suas relações: pode ser só um casinho ou pode ser uma relação afetiva. Cada pessoa é diferente”. Assim como os adeptos do relacionamento aberto, os RLis, em geral, não veem necessidade de falar sobre suas relações quando ficam com alguém de forma casual. “Se eu fico com a pessoa em uma festa, por exemplo, é como se eu fosse solteira”, comenta Joana.

Apesar da importância da demarcação da identidade, reiterada pelos sujeitos, encontrei algumas pessoas com um olhar divergente, como Fernando, que prefere se identificar como solteiro e não se adequar a rótulos, embora se considere não-monogâmico. Em suas palavras: “eu simplesmente não acredito na monogamia, não acredito em ficar para sempre com uma pessoa, mas não estou preso a um rótulo, a uma política, a uma determinada forma de encarar as coisas”. Como se pode ver, há várias formas de produção da identidade nesse campo, desde as mais rígidas às mais instáveis.

6.2.2 Acordos

Os não-monogâmicos dizem que dá mais trabalho manter relações dessa natureza, em razão da necessidade de negociação permanente dos seus termos e possibilidades, que ter um relacionamento fechado. A monogamia seria composta por regras tácitas. Assim, se saberia de antemão quais as moralidades vigentes, restando apenas cumprir os acordos pré-estabelecidos, sem a necessidade de questionamento ou revisão das regras. Para eles, a monogamia “é como um piloto automático, ruim, mas confortável”. Os relacionamentos não-monogâmicos, por seu turno, implicariam maior disposição para dialogar e negociar, bem como para a construção e a aceitação das mudanças. Nessas relações, seria preciso negociar e resolver consensualmente o que é aceito e o que é rejeitado, definindo-se, dessa forma, liberdades, convergências, limites e concessões (HARITAWORN, LIN e KLESSE, 2006; BARKER e LANDGRIDGE, 2010; CARDOSO, 2010; BARBOSA, 2011; GRIEBLING, 2012; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017).

Existem diferentes níveis de acordos. Quanto mais os sujeitos se aproximam de uma experiência de casal, como morar junto, distinguir um relacionamento prioritário ou ter filhos, mais a relação tende a ser engessada por regras com alto teor de especificidade. Certas regras são amplamente aceitas, como a obrigação de usar preservativo com outras pessoas, sobretudo

quando se transa sem proteção com o companheiro ou a companheira principal, ou a proibição de ficar com pessoas da mesma família ou círculo de amizades do parceiro. Outras, entretanto, são mais contingentes. Marcos, que mora com a namorada, relata o acordo de não deixarem ninguém fora de casa. Assim, só é permitido levar alguém para casa se isso não afetar a rotina do parceiro, especialmente à noite. Mônica e Daniel, por seu turno, combinaram a proibição de levar pessoas para casa para relações sexuais *hétero*. Quando desejam transar com alguém, precisam sair, exceto nos casos em que ficam com pessoas do mesmo sexo, pois, aí, há menos ciúmes. Eles ainda têm o acordo de conversar sobre tudo e de falar previamente do interesse em sair com alguém, a fim de preparar o parceiro. Marcela, por sua vez, relata um combinado bem específico: o acordo de sigilo em uma relação aberta anterior, em que não podia sair com outros homens em público para não prejudicar a imagem profissional do companheiro, figura conhecida em Porto Alegre. Entretanto, ressalta que isso só valia para homens, pois ele não se importava que ela ficasse com mulheres em público.

Algo similar, no que tange à restrição de gênero, é relatado por Arthur, cuja namorada é bissexual. A vontade de ficar com mulheres foi o fator determinante do interesse de ambos pela não-monogamia. Por isso, abriram a relação a tal possibilidade, em busca de uma terceira pessoa, que seria a namorada do casal. A alternativa de ela ficar com outros homens não está descartada, mas é menosprezada por ele. Outro acordo bastante específico, finalmente, é o de determinar dias da semana para se encontrar, referido por Diego e Sônia, que combinaram três dias alternados para se verem e dormirem juntos, com o intuito de evitar o apego gerado pela convivência prolongada e de preservar o espaço pessoal de cada um.

Uma questão importante é o acordo de prioridade das parcerias estabelecidas (PILÃO, 2017). Com efeito, a maioria das pessoas tende a priorizar o parceiro principal quando surge um conflito de interesses. Vários sujeitos falam, por exemplo, que deixam de sair com outras pessoas quando isso incomoda o parceiro ou causa algum tipo de atrito na relação. Como diz Mônica: “eu não vou deixar de ficar com o Daniel para ficar com outra pessoa. Se essa pessoa quiser ter algo a mais comigo, tem que respeitar minha situação com o Daniel, porque eu vou priorizar ele sempre”. Em outros casos, acontece o oposto. Joana morou por anos com Diego e isso fez com que, apesar de serem RLis, fossem a relação principal um do outro. No entanto, tinham o acordo de sempre dar preferência a outras pessoas, já que passavam bastante tempo juntos. Ela destaca a maturidade do relacionamento e a ausência de ciúmes como os vetores que fizeram essa priorização dos outros funcionar. A prioridade pode ser definida, além disso, a partir de outros critérios, como no caso de Humberto e Viviane, que têm uma relação livre

muito madura, em sua opinião, mas optaram por ficarem mais restritos à vida de casal depois que tiveram a filha. A criação dela se tornou a prioridade de ambos, tornando a liberdade não-monogâmica secundária.

Outra questão fundamental é a dos limites dados aos afetos. Toda relação *não-mono* é flexível quanto ao envolvimento sexual e casual com outras pessoas, à exceção das formações poliafetivas fechadas⁸⁵, mas nem sempre é dado espaço (o que não impede que aconteça) para envolvimento mais profundos, como se apaixonar e consolidar novas relações prioritárias. Os sujeitos em relacionamentos abertos dizem claramente ser necessário estabelecer uma barreira para controlar o envolvimento com outras pessoas. Mônica e Daniel se vêem como prioridade afetiva um do outro e, por isso, dizem aos outros parceiros que estão disponíveis somente para relações sexuais casuais. O mesmo se dava com Luiza e Maurício, que começaram acordando que não poderiam ficar com ninguém mais de uma vez. Depois disso, o acordo evoluiu para a proibição de ficar mais de um mês com a mesma pessoa. Em todo caso, o essencial era evitar a formação de laços afetivos e de uma concorrência para o companheiro principal, vista como ameaça para o relacionamento.

Os próprios sujeitos, no entanto, destacam que todo acordo é temporário, por menos flexível que seja, pois é o resultado de negociações, concessões e vontades contingentes e em constante processo de modificação. Até as relações mais regradas transcorrem dessa forma, o que é admitido por todas as pessoas com quem conversei, que se mostram cientes de que suas relações são fluidas e instáveis no que se refere aos acordos estabelecidos. Pablo, entrevistado cujo relacionamento é aberto exclusivamente para fins sexuais, diz o seguinte: “tem rolado de combinar as coisas e alguém quebrar o combinado, daí a gente senta, discute e revê o acordo”. Maurício e Luiza são um exemplo emblemático disso. Entrevistei-os quando a relação havia acabado e ambos destacaram o aspecto da transformação permanente dos acordos. No início, apenas se abriam para ficarem uma vez com outras pessoas; depois, por um número limitado de vezes; depois disso, abriram a possibilidade de se envolverem afetivamente, tanto que se apaixonaram pela mesma garota e chegaram a formar um trisal por um breve período. Por fim, Maurício acabou se apaixonando por outra mulher, o que culminou no término do relacionamento. Nas palavras de Luiza:

⁸⁵ Como, por exemplo, trisais e quadrados amorosos. Não trabalhei, em todo caso, com sujeitos com tais características. O único caso similar que conheci foi o trisal Bardo e Fada (músicos citados no capítulo 3) e Fernando (um dos entrevistados). No entanto, o trisal durou apenas um ano e nunca se fechou à possibilidade de relação com outras pessoas.

No início de relacionamento não-monogâmico, ‘tem’ umas regras gigantes, né, muita regra, muita regra. Depois elas vão caindo, porque tu te coloca no lugar da outra pessoa e vê que elas não têm significado. Tipo, uma das coisas é que a gente não podia ver a pessoa duas vezes. É tão difícil achar uma pessoa, conhecer uma pessoa legal, meu! Quando tu conhece, dá vontade de ver de novo e tu pode ver ela oito vezes e ela acabar não significando nada pra ti ou acabar se tornando o padrinho do teu filho. Sei lá, ‘foda-se’, vamos deixar acontecer. Ah, não pode dormir com a pessoa. Meu, teve lugares que eu dormi porque eu tava com muito sono, teve lugares que eu dormi porque a pessoa era legal e teve lugares que eu dormi e foi a pior experiência da minha vida. É a vida, ‘tá ligado’? Não tem por que colocar essas regras fixas.

Nesse sentido, vários sujeitos destacam que suas relações têm acordos muito abertos e, até mesmo, que não fazem nenhum tipo de acordo ou negociação. Quanto mais a experiência não-monogâmica estiver centrada na autonomia individual, maior a chance de a pessoa evitar acordos restritivos e relacionamentos prioritários (BARBOSA, 2015; PILÃO, 2017). É o caso dos RLI, que oscilam entre acordos genéricos e nenhum acordo explícito, visto que partem do princípio de que não há proibições ou regras. Segundo Cláudio, um dos fundadores da rede de relações livres, cada pessoa dá à outra o que pode e o que quer, não havendo possibilidade de negociação de tal liberdade. Caberia ao parceiro entender isso. Por isso, ele acredita que as relações livres não são para todos, já que exigem certo preparo e maturidade. O sentimento de posse é, em sua visão, “um reizinho na barriga que precisa ser superado”. Fernando, de forma semelhante, defende que as relações não devem ter regras e acordos, pois assim perdem o seu sentido, tornando-se engessadas e complicadas. Para ele, as relações não-monogâmicas seriam equivalentes às relações de amizade, onde se desfruta do tempo, amor e companhia das outras pessoas sem interferir em suas vidas ou demais amizades⁸⁶. Joana, por fim, é enfática: não faz acordo ou negociação. Quando gosta de alguém, logo especifica as cláusulas não negociáveis para preservar sua autonomia. Depois disso, não se apega a combinações pontuais. De acordo com ela, a relação tem uma dinâmica prática: “se ela está boa, eu não vou ficar discutindo os pormenores; se não estiver, a gente senta e conversa; se não resolver, a gente termina, simples assim, vida que segue”. Ela é crítica das regras: “eu acho a fórmula do relacionamento aberto uma ‘merda’. Quando você tem regras que não dão certo, você não cria mais regras, você tira as regras”.

Outro ponto que vale a pena mencionar é o acordo de conversar com o parceiro sobre as outras relações. Encontrei situações bem diversas, desde sujeitos que querem saber de tudo, aos que são indiferentes ou preferem não saber de nada. Há aqueles que não se importam de falar, assim como há quem ache que o parceiro não tem direito de saber das suas experiências.

⁸⁶ Essa analogia entre relações livres e amizade é recorrente, constituindo o fundamento das explicações de vários sujeitos com quem conversei.

A situação predominante varia da indiferença, caso de Viviane, que diz aos companheiros “se quiser contar, me conta, se não quiser contar, não me conta”, ao acordo de não contar nada a fim de preservar as intimidades individuais. Uma frase que ouvi diversas vezes em campo é a seguinte: “relacionamento não é confessionário”. De fato, muitos temem que falar sobre suas experiências possa gerar atritos e ciúmes nos relacionamentos, além de estimular o controle e constrangimentos. De qualquer forma, em algumas relações existe o acordo de contar tudo. É o caso de relacionamentos abertos em que o casal mora junto e tem uma rotina muito parecida com a de casais monogâmicos, tais como Mônica e Daniel e Arthur e sua namorada. Nas duas situações, eles relatam que falar sobre o interesse *por* ou das experiências *com* outras pessoas fortalece a relação, produzindo cumplicidade e confiança. Vale lembrar que, segundo Marcos, que vive com a namorada – trajetória discutida no capítulo anterior –, é muito difícil esconder alguma coisa quando se mora com o parceiro ou a parceira.

Por fim, é importante colocar que os acordos são, muitas vezes, motivo de discussões, desentendimentos e frustrações. Se, por um lado, eles servem para negociar e criar consensos, devendo ser orientados pelo diálogo e o entendimento, por outro, são, não raro, sucedidos por arrependimentos, devido ao descumprimento dos termos acordados ou à percepção de coação de alguma das partes. É o caso de Marcos, por exemplo, que acordou com a namorada que os dois só ficariam com pessoas não-monogâmicas, ou que, pelo menos, sempre fariam do seu relacionamento para as pessoas com quem saíssem. Ele afirma ter cumprido o acordo à risca, o que fez com que muitas mulheres deixassem de ficar com ele, ao passo que Luana teria tido “condutas irresponsáveis”, não se importando em cumprir o acordo quando saía com outros homens. Marcela, por sua vez, relata que chegou a fazer um contrato redigido em uma relação aberta. Segundo ela, o ex-namorado sempre descumpria os acordos, o que a deixava furiosa. Quando discutiam, ele afirmava que ela “era louca” e que nada do que reivindicava havia sido combinado. “As regras só valiam para mim, era só para me controlar. Quando eu cobrava ele, ele dizia que não era bem assim, que eu estava louca”. Para resolver a situação, escreveram um contrato de regras e acordos, a pedido dela, que queria “uma prova material para ‘esfregar na cara dele’ que não estava louca”.

Outro exemplo com viés bem demarcado de gênero é o de Luiza e Maurício. Ela conta que, com frequência, as mulheres deixavam de ficar com Maurício quando descobriam que ele morava com a namorada. Assim, fizeram o acordo de divulgarem publicamente que eram irmãos, para que ele não tivesse mais esse problema. Maurício alegou que os caras com quem ela saía não se importavam de saber a verdade, mas que, na situação contrária, a verdade lhe

prejudicava, já que as mulheres ficavam desconfiadas. Luiza diz ter achado o acordo justo, na ocasião, pois se referia só a situações de sexo casual. Atualmente, porém, mostra-se magoada e arrependida: “eu estava colocando ele em um pedestal, me submetendo; eu lembro que tinha conversas de que se ele tivesse que levar uma guria lá em casa, teria que tirar as nossas fotos. Eu me sinto desvalorizada te falando que eu saía de casa e ele escondia as minhas coisas ‘pra’ fingir que eu não existia”.

6.2.3 Responsabilidade afetiva

Essa expressão se popularizou, recentemente, nos meios não-monogâmicos. Como há um consenso de que é difícil construir relações *não-mono*, os sujeitos apontam a necessidade de manter cuidados redobrados com os parceiros e parceiras nos acordos e práticas, de modo a preservar certos princípios, mantendo-se, assim, relações saudáveis (PILÃO, 2012; PEREZ e PALMA, 2018). A maioria dos não-monogâmicos destaca a importância da autonomia, o que implica uma dinâmica relacional não tutelar de co-responsabilidades. Essa noção também é usada para distinguir relações não-monogâmicas de aventuras, relações imaturas ou sem comprometimento afetivo ou ético com outrem. A responsabilidade afetiva é, portanto, um dos pilares das moralidades vigentes nesse meio e sua importância foi enaltecida pela maioria das pessoas com quem conversei durante a pesquisa.

A primeira dimensão da responsabilidade afetiva é o respeito, seja por parceiros mais frequentes, seja pelas pessoas com quem se tem relações casuais (KLESSE, 2006; FREIRE, 2013). Ele começa pela realização e cumprimento de acordos, como mostrei antes. A ideia é criar consensos a partir do diálogo. Como isso nem sempre é possível, vários sujeitos citam a importância de fazer concessões, ter paciência e buscar um equilíbrio nas questões acordadas. Diego, por exemplo, comenta que tenta equilibrar o tempo e os afetos que disponibiliza para suas duas companheiras, a fim de valorizá-las, evitar ciúmes e não “deixar nenhuma de lado”. Ele diz que programa até as datas festivas considerando tal equilíbrio. “Se eu marco de passar o natal com uma, vou combinar de passar o ano novo com a outra”. Cláudio, por sua vez, cita a necessidade de ser paciente. Adepto das relações livres há muitos anos, está se relacionando, atualmente, com uma mulher para quem a não-monogamia é novidade. Ele diz que se fechou temporariamente para outros relacionamentos, pois não quer magoá-la, e tem conversado com ela acerca de relações livres. “Eu não deixei de ser RLi, vou ser RLi a vida inteira, mas eu sou

paciente; eu estou sossegado, esperando ela dar o primeiro passo”. Vários sujeitos afirmam, portanto, a relevância de fazer concessões quando surgem tensões nos relacionamentos e uma das partes se sente fragilizada. “A ideia é que as concessões sejam equilibradas, uma ‘via de mão dupla’, em que uma hora um cede e outra hora o outro cede”, diz Cláudio. Ainda assim, alguns admitem que as condições emocionais raramente estão em equilíbrio dentro da relação, cabendo ao parceiro mais maduro ou experiente ter paciência e ceder mais, se preciso, como é o caso, principalmente, de homens que identificam ser mais difícil para as mulheres construir relações não-monogâmicas e lidar com o ciúme e a insegurança, como os entrevistados Diego, Cláudio e Pablo.

Um aspecto fundamental do respeito é o consentimento (CARDOSO, 2010; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017). Com efeito, todo mundo refere sua importância, ainda que haja relatos controversos e denúncias de abusos e mentiras nos meios não-monogâmicos. Para qualquer prática, desde a formulação de acordos complexos, que envolvam alto grau de intimidade, até atos sexuais casuais, o consentimento é sempre visto como condição *sine qua non*. Isso implica em falar a verdade, especialmente quando se conhece alguém, para garantir às pessoas o direito de escolherem se querem ou não ficar com alguém não-monogâmico, que possivelmente já estará envolvido em outras relações e não buscará um namoro fechado. Por vezes, esse critério é relativizado. Alguns sujeitos afirmam não ser necessário falar sobre isso em situações casuais, como ficar com alguém aleatório na noite ou em alguma festa. Mas, nos casos de relações prolongadas, há o consenso de que “jogar limpo é a melhor opção”, como diz Joana. “Se a pessoa é monogâmica, o ‘problema’ é dela, mas ela precisa saber que eu não sou e consentir com essa relação, senão os dois vão acabar se dando mal”. Alguns se queixam da má fama das relações não-monogâmicas, fruto da apropriação das identidades RLi, RA⁸⁷ e poliamorista por homens monogâmicos⁸⁸. Os entrevistados lamentam esse fato, mas, de todo modo, admitem a importância de falar a verdade para as mulheres, ainda que pare um ar de desconfiança que, muitas vezes, inviabiliza a relação.

Outro aspecto da responsabilidade afetiva é a honestidade (CARDOSO, 2010; PILÃO, 2012; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016). Vários sujeitos contam que é fundamental ser sincero com os parceiros no que tange aos interesses, afetos e desejos, e não somente para permitir o

⁸⁷ Sigla para a identidade de relacionamento aberto, que quase não uso nesse trabalho, pois é pouco mencionada. Não ouvi nenhum dos meus interlocutores dizendo “sou RA”, por exemplo, como fazem os RLis.

⁸⁸ De fato, há muitas desconfianças acerca dos homens não-monogâmicos. Uma das razões disso é que muitos homens monogâmicos, em relacionamentos fechados, mentem sobre o *status* da relação para poderem ficar com outras mulheres. Vários entrevistados homens se queixaram disso, afirmando terem sido tratados como mentirosos.

conhecimento e o consentimento, mas, principalmente, para estabelecer elos profundos e íntimos de parceria, sem abdicar de serem fieis a si próprios. “Tu tens que ser honesto contigo e com o outro, mesmo que doa. Se tiver que mudar o acordo, muda o acordo. Não dá pra ser honesto com o teu companheiro se tu não for contigo mesma”, afirma Viviane. Pablo cita a necessidade de “ser sincero constantemente com a outra parte” e Arthur assevera que o diferencial do relacionamento aberto, em comparação com os namoros monogâmicos que teve, é “a honestidade de admitir e falar para *ela* sobre os seus próprios desejos”. Mônica e Daniel também ressaltam a importância do diálogo e da honestidade para o êxito da relação. “A gente conversa muito, a gente se fala tudo e quer franqueza um com o outro”, diz Mônica. Daniel comenta que compartilha com a namorada seus problemas de insegurança e baixa autoestima: “eu sou honesto com ela, sou muito inseguro e ansioso, e ela me ajuda a superar esses problemas; conversando, consegui ver que era um problema meu e fui buscar terapia”. Essa questão é tão importante que, segundo Beatriz, a mais jovem dentre as entrevistadas, seu último relacionamento fracassou porque o namorado não era honesto. “Ele não compartilhava nada comigo e eu nunca sabia o que ele estava sentindo. ‘Me sentia um peso’ na vida dele. Faltou diálogo, faltou comunicação, faltou responsabilidade afetiva”.

Outro aspecto bastante mencionado é o do apoio aos parceiros e parceiras, tanto como incentivo para saírem com outras pessoas, quanto como respeito às suas dificuldades e limites. Vale lembrar que essas dimensões, em geral, estão imbricadas, de maneira que não faz sentido falar em respeito, honestidade e apoio como instâncias separadas da responsabilidade afetiva, e sim como princípios inter-relacionados de conduta. Os RLis, como Cláudio e Joana, frisam a importância de apoiar os parceiros para conhecerem outras pessoas e terem outras relações. “A minha preocupação é que ela caminhe ‘primeiro do que eu’, quer dizer, que ela consiga ter a positividade da experiência e consiga ter maturidade na construção das relações e vínculos dela”, diz Cláudio, a respeito do apoio à companheira para se abrir a novos relacionamentos. O apoio também é enaltecido como postura essencial em situações onde os parceiros mostram fragilidades e limitações. Apoiar não é só estimular, mas entender as dificuldades e não forçar “a barra”, afirma Cláudio. Nesse sentido, alguns homens e, sobretudo, as mulheres, asseveram ser necessário dar mais apoio às mulheres, devido às dificuldades enfrentadas. “O homem tem que saber que para a mulher é mais difícil”, conta Luiza. Paula, por sua vez, fala que é preciso “lidar com as inseguranças das mulheres”.

A questão do cuidado e do apoio especial às mulheres é tão emblemática que algumas admitem ter responsabilidade afetiva só com outras mulheres. Beatriz, por exemplo, diz não

se preocupar muito com os afetos dos homens, porém tem receio de ser irresponsável com as mulheres, razão pela qual “pensa duas vezes” antes de se envolver com alguma, já que não quer causar nenhum sofrimento. Joana, por seu turno, diz se importar só com os sentimentos e a autoestima das mulheres. De acordo com ela, a maioria tem autoestima baixa e necessita de tratamento especial, enquanto os homens “já têm privilégios demais e não merecem (sua) preocupação”. “Vou te dizer que sou meio escrota com os homens, às vezes. Eu me relaciono com homens e não confio em homens. Não confio nem ‘nos que’ eu me relaciono. Claro que confio mais nos que eu me relaciono do que nos que eu não conheço”, revela. “Eu brinco que se relacionar com homens é como se você pegasse um pacote de ‘MMs’⁸⁹ no qual metade tá envenenada. Ninguém de bom senso encheria a mão e colocaria na boca, né”.

Enfim, outro ponto bastante comentado é o cuidado com a saúde dos parceiros no que se refere ao uso de preservativos. Vários sujeitos contam que sempre usam camisinha, com qualquer pessoa, mesmo que se trate de companheiros preferenciais. Alguns, no entanto, revelaram que transam sem camisinha com o parceiro principal, o que implica em confiança e mútua responsabilidade ao ficarem com outras pessoas. A rigor, todo mundo relatou ter esse cuidado e, no máximo, ouvi algumas reclamações de desconfiança em relação aos parceiros. Patrícia, por exemplo, ressalta que as pessoas com quem sai têm mais atenção com a saúde sexual alheia e fazem mais exames laboratoriais que casais monogâmicos “normais”. “Pelo fato de você ser *não-mono*, você se cuida mais. Porque os monogâmicos ficam naquilo de ‘ah, o amor’, e o cara tá traindo, não usando preservativo. E aí quando vê o índice de HIV tá em quem? Nos casais monogâmicos, né. Comigo não tem essa. Coloco uma camisinha na mão e ‘tô lá’ rodando com todo mundo”. Ouvi apenas dois relatos a respeito de homens que não usavam preservativo. Em um deles, Carolina reclamou do ex-namorado, com quem tinha relações sexuais sem camisinha. Segundo ela, essa questão causava brigas constantes, pois ele dizia que ia se cuidar e acabava descumprindo o prometido. “Teve uma vez que eu nem tava saindo com ninguém e tive uma infecção pélvica por conta de DST que ele me passou”, conta.

6.2.4 Ciúmes

O ciúme é um tema fundamental em qualquer discussão sobre relacionamentos não-monogâmicos. Muitas críticas à monogamia, baseadas na defesa da liberdade e da autonomia

⁸⁹ MMs é uma bala de chocolate, com cobertura colorida, que vem em grande quantidade em pacote.

para se amar e ficar com quem quiser e na condenação do sentimento de posse, esbarram nessa questão: as pessoas sentem ciúme, de maneira involuntária, e sofrem com ele, mesmo desejando não senti-lo. O ciúme é, de fato, um assunto controverso no meio *não-mono*, e fez parte de todas as rodas de conversa de que participei. Para alguns, trata-se de um sentimento nefasto a ser suprimido a qualquer custo, herança subjetiva da possessividade monogâmica. Para outros, faz parte de qualquer relacionamento, devendo ser trabalhado a fim de não incomodar, e geralmente é indicio de que algo está errado, o que requer reflexividade *sobre si* e diálogo *com o outro*.

Vários sujeitos fazem associação direta entre o ciúme e a experiência monogâmica. Ao contarem suas histórias, narram as dificuldades enfrentadas em relacionamentos passados e as tensões entre as incipientes aspirações não-monogâmicas e o ciúme que os impedia de viver outras experiências afetivas e sexuais. É o caso de Henrique, por exemplo, que afirma ter uma compreensão filosófica e moral avançada acerca da não-monogamia, apesar de ter, ainda hoje, um “*background* afetivo monogâmico”, contra o qual luta. Ele o atribui à criação católica no interior do Rio Grande do Sul e afirma que é mais fácil lidar com o ciúme quando se é criado em um “ambiente mais solto ou descolado”. Alguns homens revelam que o principal motivo que os levou a se interessar por relações diferentes foi o sofrimento ocasionado pelo ciúme e por traições sofridas em namoros fechados. Henrique e Pablo relatam isso e contam que, após tais experiências, vistas como “traumáticas”, resolveram mudar o modo de se relacionar, a fim de transformar a forma de sentir. Entre as mulheres, outra questão é mencionada: o excesso de ciúmes de namorados antigos, possessivos e controladores. É o caso de Carolina, que se abriu para uma relação aberta após um casamento em que o marido era muito ciumento e agressivo, e de Mônica, que relata que todos os ex-namorados eram ciumentos e controladores, o que a inibia e a deixava em depressão.

A maioria dos entrevistados diz que o ciúme está associado à própria insegurança ou à insegurança construída em algum relacionamento. A confiança, a honestidade e o equilíbrio no contexto da relação são, portanto, fatores determinantes, que influenciam nos afetos dos sujeitos, potencializando ou minimizando o ciúme. Da mesma forma, a autoestima individual é enaltecida como elemento fundamental na produção desse afetos. Marcos, por exemplo, fala que o seu ciúme está relacionado ao peso. Quando está mais gordo, sente-se bastante inseguro e desanimado, o que faz com que sintam mais ciúme. No entanto, a questão de sair com outras pessoas interfere nesse processo. Marcos sente menos ciúme da namorada, Luana, quando fica com mais gente, o que o deixa com a autoestima elevada. O problema é que a confiança para

sair com outras pessoas diminui quando ganha peso. Trata-se de dimensões inter-relacionadas. Sônia relata a mesma situação. O ciúme é decorrente da insegurança, que está ligada ao peso. Ficar com outras pessoas, entretanto, diminui tanto a insegurança quanto o ciúme. O mesmo é dito por Carolina, que afirma ser “mais insegura que ciumenta”. Vale ressaltar, a propósito, que essa relação entre ficar com outras pessoas e se sentir mais seguro e menos ciumento é muito comum nas falas dos sujeitos pesquisados, independentemente da condição física e da insegurança com o próprio corpo.

A questão da honestidade na relação é um elemento bastante comentado. Luiza, por exemplo, afirma que nunca havia sentido ciúme na vida até o fim da relação com Maurício, em que faltou sinceridade e a confiança foi quebrada: “ciúmes, para mim, tem a ver com confiança. Eu nunca tive, mas senti muito nos últimos seis meses com ele e não sabia o que tava acontecendo. Depois percebi que não tinha mais confiança. A gente não conversava. Ele fazia o que queria e não me dava satisfação”. Mônica, por sua vez, revela uma experiência inversa. Ela conta que nunca foi muito ciumenta, mas que se sentia insegura em seus namoros monogâmicos progressivos, em que, por falta de diálogo, “vivia com medo de ser deixada”. No relacionamento aberto, sente-se segura e desprovida de ciúmes, em razão da honestidade e das conversas rotineiras que, segundo ela, pautam o namoro com Daniel.

A maioria dos sujeitos revela sentir ciúmes, embora tentem minimizá-lo. Trata-se de um sentimento “a ser evitado, abandonado, destruído”, como diz Cláudio. O aspecto crucial, para muitos, não está em senti-lo ou não, mas em aprender a lidar com ele. Para se abrir às relações não-monogâmicas, é necessário, com efeito, certa predisposição a desvalorizar e a desconstruir o ciúme, pois, do contrário, seria impossível criar relações sadias nesse formato (FREIRE, 2013; BARBOSA, 2015; BORNIA JR, 2015; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017). Assim, mesmo quando esse afeto aparece nas narrativas dos sujeitos pesquisados, costuma vir sucedido de autocrítica e de esforços performativos para dissolvê-lo.

Luiza diz que considera o ciúme “um sentimento horrível, inadmissível”, ao passo que Sônia admite viver uma “luta constante contra (ele), contra o medo da perda”. Daniel, por sua vez, afirma que o ciúme está atrelado à insegurança, e diz que “são sentimentos que, apesar de ter, eu não concordo, eu não gostaria sentir, diferente de muita gente em relação monogâmica que ‘bate no peito’ e diz que é ciumenta”. Diego, finalmente, reflete sobre a importância do amadurecimento enquanto sujeito não-monogâmico, o que constitui um processo cotidiano. Segundo ele, sentia bastante ciúme de Joana quando começaram a se relacionar, mas, com o tempo, aprendeu a lidar com tal sentimento. “Não é que eu não tinha ciúmes, eu tinha, mas, ao

mesmo tempo, eu tinha boas ferramentas para lidar com ele. Pensava que ela estava fazendo outra coisa, sei lá, que tinha saído para visitar a mãe”. Com o tempo, passou a encará-lo com naturalidade e deixou de sofrer por imaginar ou mesmo ver sua parceira com outras pessoas. Ele é um crítico do ciúme e associa um regime não-monogâmico de moralidade à necessidade de combater esse afeto. “Mesmo que eu tenha ciúmes, eu não acho que faça sentido ter, então ‘vou estar’ desconstruindo ele. Eu não quero nem que outra pessoa seja responsável, nem que eu seja responsabilizado pela felicidade do outro. O peso da felicidade de outra pessoa é algo ‘gigantescamente pesado’ e que não me cabe”.

Enquanto a maioria das pessoas admite sentir ciúmes, alguns se exibem, com orgulho, por não senti-lo. O *não ciúme* é, em geral, associado à maturidade na construção afetiva dos relacionamentos e à autoestima elevada dos sujeitos. Em alguns casos, aparece como traço muito precoce constitutivo da personalidade, como nos casos de Viviane, que afirma não tê-lo desde o término do primeiro namoro, no início da adolescência, e de Maurício, que remonta tal condição ao primeiro relacionamento, em que se deu conta de não sentir ciúme e disse para a namorada que “não se importaria se ela quisesse transar com outro cara para ver como era”, ao que foi rechaçado. “Eu achei que tava sendo bonzinho e ela começou a chorar e me xingar. ‘Tu não me ama, tu não demonstra ciúme’. Eu não sabia o que era, mas ali eu já era do amor livre”, conta. Os RLis mais experientes falam em amadurecimento e desconstrução afetiva, ao se referirem à ausência do ciúme. Cláudio, por exemplo, afirma não senti-lo há muitos anos, da mesma forma que Patrícia. Ambos têm relações livres há mais de duas décadas e associam os episódios de ciúmes à juventude, quando estavam começando a transformar a maneira de se relacionar. Joana, por seu turno, agrega a isso a dimensão da autoestima, o que, segundo ela, pode dificultar a abertura aos relacionamentos não-monogâmicos, sobretudo às mulheres. Em suas palavras:

Ciúmes é uma coisa que eu não sei o que é faz muito tempo. Eu acho que, como é uma coisa muito visceral, cada um gerencia ‘ele’ da maneira que a sua experiência permite. Para mim, é uma coisa que tá sempre ligada à baixa da minha autoestima e à insegurança. E aí, quando eu era adolescente, eu tinha mais ciúme porque eu tinha a autoestima toda ‘cagada’. Eu sei que eu não sou uma mulher biônica, eu tô bem longe disso. Mas nossa! Não é que eu não fique insegura, Não é que eu não me olhe no espelho em determinados momentos da vida e pense ‘meu deus, como eu tô feia’. Mas perto do resto da humanidade a minha autoestima é tão melhor. Primeiro que tem tanta coisa mais importante para se preocupar na vida do que, por exemplo, se eu tomar um fora, entendeu? E segundo que às vezes eu olho pra mim e penso: ‘cara, eu sou foda.

O sentimento de compersão, citado em outros trabalhos acerca do tema (BARBOSA, 2011; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017) e em textos militantes de relações não-monogâmicas foi mencionado pouquíssimas vezes no decorrer da pesquisa. Compersão seria o contrário do ciúme. Ou seja, não se trata apenas de não senti-lo, mas de experimentar certa alegria ou prazer em ver o parceiro ou parceira se relacionando com outra pessoa. Essa emoção, definida originalmente por poliamoristas⁹⁰, é vista como um ideal normativo a ser alcançado pelos sujeitos não-monogâmicos. Em todo caso, parece pouco presente nas experiências reais das pessoas com quem conversei. Humberto, por exemplo, diz ser compersivo, mas aborda o assunto de maneira genérica. De acordo com ele, é um homem totalmente sem ciúmes e se compraz quando a companheira sai com outras pessoas. “Cara, fazendo a minha companheira feliz, eu fico feliz, fico muito feliz”. Um caso específico de compersão foi relatado por Sônia. Companheira de Diego, diz ter ficado muito feliz ao vê-lo, certa vez, com sua outra namorada. Estavam em um evento e, na ocasião, ele estava com ela. Sônia os flagrou em um momento de carinho e, à distância, fez uma sessão de fotos do casal, pois estava alegre e queria registrar o momento. No entanto, faz a ressalva de que, no dia, estava ficando com outro homem e com a autoestima elevada.

6.3 Vivendo em um mundo monogâmico

6.3.1 Família, trabalho e amigos

Os sujeitos que conheci na investigação lidam com muitas pessoas monogâmicas em suas rotinas, seja por relações familiares e de amizade ou por obrigações de trabalho. A forma como conduzem essas relações varia de acordo com o caso, dependendo da abertura ou do engajamento na militância de cada pessoa, bem como da abertura dos próprios meios em que elas convivem. O caso mais comum é o de pessoas que não escondem, mas evitam tocar no assunto, abrindo-se preferencialmente entre amigos e se resguardando mais entre familiares e colegas de trabalho. É o caso do *armário não-monogâmico*⁹¹, como explica França (2016), em estudo sobre poliamoristas de Brasília. Outros, contam para todo mundo, como estratégia para dar publicidade ao tema e militar pela bandeira da não-monogamia (RODRIGUES et al,

⁹⁰ Trata-se de uma categoria êmica do meio não-monogâmico, que nunca ouvi sendo usada fora desse contexto.

⁹¹ Ver referência sobre epistemologia do armário e armário dos poliamoristas no capítulo 2.

2017). De modo geral, os adeptos das relações livres tendem a dar mais visibilidade aos seus relacionamentos⁹².

Carolina, que trabalha como técnica de enfermagem e tem pais conservadores, é uma das poucas pessoas com quem conversei que escondiam totalmente sua relação aberta. Nem a família nem os amigos tinham conhecimento de nada que ela e o namorado faziam⁹³. Outros se abrem para os amigos ou, pelo menos, não escondem. “Os amigos sabem, mas eu não faço questão de dizer”, comenta Arthur. Na mesma linha, estão Daniel e Mônica, que ostentam o *status* aberto nas redes sociais: “no *Facebook* consta que é aberto, quem é nosso amigo sabe”. Mônica afirma que a família não sabe de nada, só as irmãs mais novas, os amigos e algumas pessoas no trabalho: “só falo se me perguntarem, eu não faço questão de ficar falando, porque a gente não quer que as pessoas fiquem cuidando da nossa vida”. Pablo é outro que destaca ter o *status* aberto no *Facebook*, mas salienta que a família toda mora no Uruguai, o que impede qualquer forma de intromissão em sua vida pessoal. Alguns citam a preocupação em esconder dos pais, como Cláudio, que tem “uma vida RLi pública”, porém mantém os pais afastados, “porque são muito idosos e não entenderiam”. Ele já apareceu até em programas de televisão, mas assevera que, apesar disso, é discreto: “é tudo absolutamente público, eu ando de mãos dadas com uma, depois com outra, em qualquer lugar, em qualquer bar. Só que eu não faço o circuito nem dos parentes e nem dos conservadores. Os nossos amigos são pessoas do meio ou abertas para coisas do tipo”.

Patrícia revela que chegou a contar para sua mãe, mas prefere não falar nada para os familiares. Só quem sabe são os amigos. “Cheguei a contar para a minha mãe, quase matei a velha. ‘Tadinha’, já faleceu. Na família são poucos que sabem, eu não dou satisfação. Melhor estar morando longe, porque daí tão longe e não ficam te controlando”, conta ela, que mora em Porto Alegre, mas é de Sergipe, onde vivem os parentes. Luiza afirma que sempre contou para todo mundo: “eu gostava de ver a cara das pessoas. Eu não só falava, mas eu também militava”. Humberto, por sua vez, conta que sempre se preocupou com a aceitação de sua mãe. “Todo mundo sabe, eu já estive na TV, velho. No começo eu me preocupava, mas aí ela aceitou; até conheceu todas as noras. Eu fiz questão de levar cada uma no almoço de família”. Para Fernando, é importante falar para os pais, mas não para os outros parentes, devido aos julgamentos. Em suas palavras:

⁹² Vários RLis que conheci e entrevistei apareceram, inclusive, em alguns programas de televisão e em matérias de revistas e jornais.

⁹³ Ela afirma isso explicitamente na entrevista, mas conta que, no passado, tivera amigos com relações livres e abertas. Não ficou claro se esses amigos sabiam do seu relacionamento aberto ou se ela já não tinha mais contato com eles.

A parte mais radical foi nesse último relacionamento, a ‘parada’ mais poliamor com a Fada e o Bardo. Minha mãe achou esquisito, não gostava muito, mas acabou indo lá visitar, almoçar conosco. O meu pai tem uma cabeça aberta também. Ele demonstrou alguma preocupação, mas não fez nenhum tipo de julgamento, só queria saber se eu estava bem. Fora isso, pouquíssima gente sabe, um tio ou outro. Isso serve para mim como um teste, porque geralmente quando tu vai comunicar uma decisão meio radical vai ter gente para patrulhar a tua decisão e tentar te colocar de novo na normalidade. ‘Coisa esquisita, deixa de inventar moda’, né. ‘Vai achar uma guria decente pra ti, vai casar e ter filho’, e tal. E eu não queria dar margem para ter que ouvir essas coisas que eu tinha certeza que ia ouvir. Então eu passei por uma relação dessas que teve em dois ou três programas na televisão. Ela durou um ano e meio e terminou há seis meses já. E vários desses familiares eu tenho certeza absoluta que iam me julgar, dizer o que eu fiz de errado, mas nunca entraram em contato pra saber o que eu tava fazendo, se eu tava bem. Então assim, eu me preocupo com quem se importa comigo.

A questão dos julgamentos é mencionada por diversos sujeitos, e se dá na família, mas também entre alguns amigos e pessoas próximas. Maurício diz ter comentado na casa dos pais e ter virado alvo de deboche. “Eu falei para a minha família, mas eles não levaram a sério, eles nunca me levam a sério”. Várias pessoas contam que recebem julgamentos nessa linha: “ah, isso aí é só uma fase, ou então é só porque tu ainda não encontrou a mulher certa”, exemplifica Fernando. Outras, recebem olhares de aprovação de pessoas que admiram essas formas de relacionamento, mas se dizem incapazes de experimentá-las. Segundo Marcela, os amigos “sempre dizem a mesma coisa, que é muito legal, pena que eles não são capazes”. Sônia, por seu turno, ouviu de colegas de trabalho “olha, que coragem, mas eu nunca faria isso”, ao passo que Luiza relata ter ouvido de amigos “legal, mas não é para mim, pois sou muito ciumento”.

Os julgamentos surgem, com efeito, com um viés bem demarcado de gênero, recaindo predominantemente sobre as mulheres (SILVA, 2017). Mônica trabalha num salão de beleza e cortou relações com um colega que a ofendeu. “Onde já se viu uma bicha preconceituosa. Ele olhou para mim e disse ‘nossa, mas esse teu corpinho deve estar cheio de DST, né querida’. Que ódio que eu fiquei aquele dia”. Marcela, por sua vez, relata ser julgada pela família, mas não especificamente por ser não-monogâmica, e sim por sua postura ativa enquanto mulher: “acham estranho, mas, assim, pela minha postura eles não acham muito ‘oh, nossa’, sabe? É tipo uma coisa já meio previsível, ‘ah, ela é meio louquinha’, ‘é meio puta mesmo’, então faz parte”. Outras falam que recebem julgamentos piedosos e são vistas como vítimas, como se fossem manipuladas pelos namorados. “As pessoas achavam que foi ele que quis e que eu fui forçada, sendo que fui eu que propus”, comenta Luiza. Mônica, da mesma forma, ressalta que algumas amigas ficaram preocupadas, achando que a ideia surgira para agradar Daniel. “Ele tá te iludindo, essa vida libertina é só uma ilusão”, relata. Ela conta que as amigas pensam que a

relação o favorece, por ser homem, mas que, na verdade, ela sai com muito mais gente que ele.

No trabalho, os sujeitos tendem a ser mais reservados. A abertura depende bastante, no entanto, da atividade desenvolvida. Trabalhos descolados ou autônomos, como os de Pablo, barista, de Maurício, que vende lanches, e de Viviane, artista e vendedora, possibilitam mais diálogo acerca do assunto. Viviane vende os cartões que produz em bares de Porto Alegre e, desde o lançamento do livro sobre relações livres de que é co-autora, aproveita para divulgá-lo e vendê-lo nos bares, contando um pouco de sua história. Marcela, estagiária de psicologia, prefere se preservar: “eu não escondo de ninguém, mas também não ‘esfrego na cara’; eu me sinto bem respeitada no trabalho, e me faço respeitar”. Poucas pessoas mencionam a proibição de falar sobre suas relações nos locais de trabalho. É o caso, por exemplo, de Carolina, técnica de enfermagem em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). O mais comum mesmo é não falar por autopreservação. Patrícia, por exemplo, é professora em uma escola de ensino médio, onde evita expor sua vida pessoal. “Certa vez uma aluna chegou com uma revista, mostrando uma entrevista que eu tinha dado sobre relações livres. Eu achei muito engraçado, os alunos ficaram curiosos, mas não foi nada demais”, conta, minimizando o fato. Sônia, por sua vez, diz que divulga amplamente ser RLi no trabalho e que convida os colegas para as atividades do grupo. Trata-se de uma exceção. Ela associa essa abertura ao fato de ser servidora pública: “ninguém me incomoda, mas eu sei que estou em uma empresa pública, né, e que não vão me demitir por causa disso”.

Outra dimensão importante é a dos filhos. Até aqui, mencionei as relações dos sujeitos com pessoas da mesma geração ou mais velhas. Conheci, de fato, poucas pessoas com filhos⁹⁴ durante a pesquisa. Para elas, a situação é diferente, pois não se trata apenas de se preservar, mas também de lidar com crianças e sua relação com o mundo monogâmico. Vale mencionar que ninguém relatou ser difícil criar filhos em contextos não-monogâmicos. O assunto é visto como desafio, mas encarado com otimismo. Maurício tem um filho pequeno, do casamento anterior, e diz que a convivência, quando teve o relacionamento aberto com Luiza, era fácil. O menino morava com a mãe e passava alguns dias com ele. “Eu dizia pra ele ‘ó, a Luiza sai com outros amiguinhos e eu saio com outras namoradinhas’, mas ele não dava atenção. Ele me viu beijando outras gurias poucas vezes, mas não entendia”. Maurício diz que se preocupa em lhe dar uma “educação aberta”, mas pondera que ele ainda é muito pequeno. Quando o entrevistei, o garoto tinha cinco anos. Viviane e Humberto também têm uma filha pequena,

⁹⁴ Dentre os vinte entrevistados, cinco têm um filho ou filha. Ver tabela de entrevistados no capítulo 2.

que tinha três anos por ocasião da entrevista. Eles a criam sem esconder nada, mas revelam ter mudado a rotina de relações livres, dando prioridade à vida de casal para cuidar da criança. Segundo ela, a filha ainda é muito nova, mas pode aprender vendo o pai e a mãe em outras relações, com outras pessoas. “Eu quero que ela seja livre e autônoma, como eu fui criada para ser”, comenta Viviane, que aposta em uma educação comunitária e libertária⁹⁵.

O caso mais interessante que conheci é o de Joana e sua filha, já adolescente. Joana também não vê a questão dos filhos como problema e ressalta que sempre fez acordos com a filha, que convive tranquilamente com seus companheiros, respeita sua intimidade e tem seus espaços respeitados. “O problema nunca são as crianças, o problema são sempre os pais”, diz ela, destacando que a filha é “inteligente, saudável, carinhosa e paciente”. “Ela é a melhor das minhas relações, é alguém que, além de conviver com a minha não-monogamia, convive com o meu feminismo, com a minha militância, com o meu trabalho”. Joana ressalta, não obstante, que leva para casa apenas os parceiros “mais chegados”. Quando quer ter algo casual, sai de casa. Só leva alguém novo em casa quando a filha está com o pai. Em geral, afirma ter tido poucos problemas por ser mãe não-monogâmica: “uma vez eu tive um problema na escola. Pediram para desenhar a família e ela desenhou uma mãe e vários pais. A professora me chamou e eu tive que explicar. ‘Quebrei o pau’. Repreenderam ela, disseram que aquilo era errado”. Ademais, recorda-se que há alguns anos se incomodou com a família. A avó paterna pediu a guarda da menina, alegando as condições em que ela vivia, mas não teve êxito no processo. Para Joana, trata-se de uma relação com muito respeito e cumplicidade, na qual ela procura não influenciar a filha em relação à sexualidade.

6.3.2 Parceiros

Se existe algum consenso entre os sujeitos que entrevistei, é a queixa de que há poucas pessoas não-monogâmicas, o que restringe suas possibilidades de relacionamento. O “meio é uma bolha”! Eis uma frase que ouvi repetidas vezes durante a pesquisa, tanto de mulheres e homens, como de jovens e pessoas mais velhas. Apesar de haver certa militância em torno da não-monogamia, a maioria das pessoas que conheci é cética no que se refere à possibilidade de “converter” alguém. “Primeiro tu tens que conhecer pessoas que já são, porque é muito

⁹⁵ Vale lembrar que ela e Humberto tocam o projeto Jardim Nômade, em um sítio na Zona Sul de Porto Alegre, no qual crianças de várias famílias são criadas em conjunto. O projeto é comentado no capítulo 5, na trajetória de Viviane.

difícil tornar uma pessoa não-monogâmica”, afirma Luiza. A principal reclamação é de que não dá certo se envolver com monogâmicos, pois há diferenças insuperáveis de expectativas que farão com que alguém se magoe.

Como existem poucas pessoas assumidamente não-monogâmicas, lidar com parceiros monogâmicos é, no entanto, inevitável. Quando se trata apenas de ficar ou de sexo casual, os sujeitos muitas vezes nem falam sobre o assunto e aproveitam a situação como “solteiros”. Pablo, por exemplo, é discreto. “Eu não me apresento assim: ‘oi, eu sou o Pablo, eu tenho um relacionamento aberto’, né”. Ainda assim, conta que já foi xingado ao dizer a verdade. “Ela começou a gritar, com o dedo apontado na minha cara: ‘eu não quero saber dessas putarias’. A menina nunca mais falou comigo depois desse dia”. Maurício é outro que evitava falar de sua relação aberta e, quando falava, recebia muitas reações negativas. Por isso, começou a fingir que era solteiro, o que magoou a ex-namorada. Alguns homens não gostam de esconder e reclamam que, por serem sinceros, acabam ficando com poucas mulheres. De acordo com Daniel, as mulheres têm receio de ficar com homens em relações abertas. “Eu já ouvi: ‘olha, não vou ficar contigo porque eu não conheço a Mônica’ e também já ouvi ‘eu não vou ficar contigo porque eu conheço a Mônica’. Muitas ficam desconfiadas, acham que é mentira”. “Ela não tem essa dificuldade, porque homem é assim: ‘vamos transar? Vamos, beleza”.

Mônica concorda com o namorado, mas ressalta que enfrenta outros problemas. “Eu pego bastante cara, mas eles começam a se envolver, querem mais espaço, e o Daniel é minha prioridade, né. Às vezes algum quer marcar dia fixo e eu já corto”. Para ela, ficar com homens monogâmicos é quase sempre motivo de estresse. Marcela também acha mais fácil para as mulheres conseguir parceiros “por causa da postura dos homens, de abertura sexual; é mais difícil pro homem, porque, por exemplo, eu já desconfiaria do cara se ele viesse me falar em relacionamento aberto”. Apesar de ressaltarem a facilidade para ficarem com monogâmicos, elas destacam os julgamentos que recebem por serem mulheres não-monogâmicas. “Acham que eu sou puta, né, que eu tenho uma necessidade sexual incontrolável”, comenta Luiza. Mônica conta que já ouviu: “nossa, mas tu só pensa em dar? Tu não pode ficar um dia da tua vida sem dar”? Ao que respondeu: “não, eu não posso, e daí, qual é o problema”? Patrícia e Sônia, por seu turno, não acham fácil ficar com os monogâmicos. É interessante salientar a questão etária aqui, pois elas têm mais de quarenta anos, enquanto Mônica, Marcela e Luiza estão na faixa dos vinte. “Os caras correm, né, morrem de medo. Você perde muitos por ser *não-mono*. E quando aparecem, já querem fechar a relação, aí quem corre sou eu. Eu fujo”, diz Patrícia.

A situação se torna mais complicada em relações prolongadas ou com perspectiva de continuidade. “Eu vou lá e fico com todos os monogâmicos que eu sinto vontade e eles que administrem isso na vida deles, porque a monogamia dos outros é um problema dos outros, não meu”, conta Joana. Ao mesmo tempo, ela admite que, muitas vezes, acaba se dando mal, principalmente quando algum parceiro se apega. “Mas depois vira um problema meu, né. A gente banca a mulher bem resolvida e sabe que depois vai se ferrar. Aí que está o problema de administrar a monogamia dos outros”. Com efeito, é comum a preocupação em evitar criar intimidade e laços profundos de afeto com pessoas monogâmicas. Isso adquire proporções ainda mais significativas em casais que se envolvem com outras pessoas. Os sujeitos tendem a pensar que quem é monogâmico continuará monogâmico, o que, em algum momento, causará brigas e sofrimento para os envolvidos.

6.4 Para além da não-monogamia

6.4.1 Ser ou estar não-monogâmico

Essa é uma questão ontológica fundamental, que diz muito sobre a heterogeneidade desse campo. Enquanto alguns sujeitos se definem substantivamente como não-monogâmicos, como se tal característica fosse constitutiva de suas personalidades, outros a enxergam como uma experiência temporária e contingente, dependente de outras dimensões da vida, como a idade e a formação de família. Há, entre esses extremos, experiências e percepções diversas. Em geral, pode-se afirmar que os adeptos das relações livres tendem a ter posicionamentos mais definitivos ou estáveis acerca da própria condição não-monogâmica, da mesma forma que as pessoas mais velhas. Os mais jovens e os sujeitos com experiências não-monogâmicas menos maduras, por seu turno, tendem a ter posições mais oscilantes e flexíveis (PILÃO, 2012; FRANÇA, 2016).

Beatriz, a mais jovem dentre os entrevistados, afirma que está à procura de um namoro monogâmico. Ela conta que, muito nova, teve dois relacionamentos abertos e que demorou a admitir para si mesma que queria uma relação monogâmica. “O apagamento desses sonhos começou quando um deles disse ‘não, tu quer uma família, tu é cheia de amor pra dar, vai ter uma família grande e muito linda, mas eu não quero nada disso. Eram muito diferentes os nossos sonhos, e ali eu comecei a pensar que nunca ia encontrar ninguém pra ficar junto’”. Na

ocasião, não tinha nem vinte anos. Carolina também expressa uma transformação. Depois de um relacionamento aberto que considera abusivo, afirma que não sabe se voltaria a ter alguma relação semelhante. Na verdade, ela revela que não pretende mais se envolver afetivamente com homens. Atualmente, está namorando uma mulher e não vê muita chance de uma relação “não-monogâmica lésbica dar certo”. Outro caso interessante é o de Luiza. Adepta desde a adolescência e sempre propositora de suas relações abertas, está pensando, agora mais perto dos trinta, em ter um namoro fechado. “Eu não sei se consigo, eu acho que vou trair. Mas essa minha última relação me deixou um pouco traumatizada, então pode ser uma boa”.

Maurício, seu ex-namorado, casou-se novamente⁹⁶, mas afirma que pretende “voltar a viver um amor livre”, com a esposa e outra mulher. Ele considera a relação monogâmica uma experiência excepcional, uma concessão, fruto da paixão que sente pela atual companheira. Outra que se vê como *não-mono*, embora esteja em um relacionamento fechado, é Paula, que admite gostar da segurança do namoro ao mesmo tempo em que sente falta “da liberdade de poder pegar outras pessoas”. Na faixa dos vinte, define-se como “confusa e insegura” e diz “não saber ainda o que quer da vida”. Em situação contrária, alguns sujeitos continuam com relações não-monogâmicas, mas pensam que se trata de uma fase de suas vidas. “Eu vejo o relacionamento fechando naturalmente com a velhice, porque acaba diminuindo a sexualidade das pessoas, tanto a minha como a dela”, reflete Daniel acerca da relação com Mônica. Pablo, por sua vez, diz que está feliz com o arranjo atual, mas revela que sonha em um dia ter filhos com a companheira e que isso deverá provocar o fechamento da relação.

Marcela se mostra mais resistente, embora não descarte a possibilidade de voltar a ser monogâmica quando chegar à velhice. “Eu não diria nunca, mas acho difícil, porque uma vez que tu cruza a linha, é difícil voltar”. Na sequência, contudo, pondera: “mas fico pensando, e quando eu tiver mais velha, que eu não vou estar mais com essa juventude, será que eu não vou querer uma relação monogâmica? Se eu quiser e estiver me fazendo bem, tudo bem”. Fernando é outro que não descarta essa possibilidade, apesar de deixar claro que não acredita na monogamia. Com quase quarenta anos, se diz calejado por um longo casamento, ao mesmo tempo em que se recusa a se apegar a rótulos não-monogâmicos: “eu me sinto livre para fazer o que eu tiver vontade, e eu sei como eu fico quando estou apaixonado, fico voltado só para aquela pessoa”.

Alguns sujeitos, mesmo jovens, demonstram estar consolidando uma identidade mais estável. É o caso de Mônica, que afirma ter começado a namorar Daniel só por se tratar de um

⁹⁶ Antes de morar com Luiza, Maurício já tinha tido um casamento monogâmico, no qual teve um filho.

relacionamento no formato aberto. Se não fosse assim, teria continuado solteira. Em suas palavras:

A monogamia não é mais aceitável para mim porque eu não acredito na instituição do casal. Não acredito nisso. E eu já tenho as minhas crenças de que o relacionamento aberto é muito melhor pras duas partes. Eu acho mais saudável também. Tem algumas coisas que eu não consigo mais acreditar, tipo aquela coisa de ‘eu te amo pra sempre’, ‘nunca vou te deixar’, ‘ah, nossa, eu fiquei dez anos com a pessoa e botei meus anos no lixo’. Não, tu ficou dez anos com a pessoa, tu aprendeu muita coisa, tu viveu muita coisa e bola pra frente. E se tu não for ficar dez anos com a próxima pessoa, o que importa, sabe? Então, se depois eu e o Daniel terminarmos eu não vou entrar, eu não penso mesmo em entrar em outro relacionamento monogâmico.

As pessoas com trajetórias não-monogâmicas mais longas e, especialmente, as que centram a identidade na autonomia individual, e não em relacionamentos contingentes, são as que tendem a se afirmar como essencialmente não-monogâmicas, como se tal característica fosse uma condição intrínseca, e não uma fase de suas vidas (BARBOSA, 2015; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017). Os RLis tendem a se identificar assim, desde os mais jovens, como Diego, que tem menos de trinta anos, e Joana, de trinta, até os mais velhos, como Cláudio, de quase sessenta. Joana, por exemplo, rechaça com veemência qualquer possibilidade de voltar a ter relacionamentos monogâmicos, o que não lhe acontece desde a adolescência: “de jeito nenhum; as relações monogâmicas que entre aspas dão certo são aquelas em que um dos dois, normalmente a mulher, abre mão de tudo o que deseja para que o outro possa ter a sua vida, os seus desejos, as suas coisas”. Sônia, por sua vez, observa que só retornaria à monogamia “se tudo desse muito errado na vida” e se estivesse entre ter uma relação fechada ou ficar totalmente sozinha. Mas ressalta que seria um grande sacrifício. Tanto ela quanto Cláudio e Patrícia ressaltam que a qualidade dos relacionamentos e a maturidade para se envolver livremente com várias pessoas ao mesmo tempo melhoraram muito com a idade. Todos se enxergam, com efeito, chegando à velhice com relações não-monogâmicas.

6.4.2 Perspectivas futuras

Trago, enfim, algumas projeções de futuro dos sujeitos pesquisados, que expõem o viés diacrônico de suas vidas afetivas e sexuais, principalmente no que se refere à velhice. Tais projeções não podem ser dissociadas da idade, é claro, mas também têm relação com o tipo de percepção de si como sujeito não-monogâmico e com as expectativas daí decorrentes. Alguns, entre os mais jovens, afirmam não ter ideia do que pode lhes acontecer no futuro e

mostram dificuldade ou mesmo desinteresse em projetar qualquer aspecto da vida para além dos trinta ou quarenta anos. É o caso de Paula, por exemplo, que ainda mora com os pais e está em um momento de formação profissional.

Outros, apesar das incertezas, projetam uma vida em família. Mônica, por exemplo, afirma que não quer ter filhos, mas se imagina rodeada pelos próprios parentes. “Eu sou bem família. Não sei se o Daniel vai estar junto comigo ou não, se ele tiver vai ser muito bom. Mas o que é mais definido para mim é isso, eu me vejo com a minha família”. Arthur também não pretende ter filhos, mas se imagina em um ambiente familiar. “Eu quero uma relação a três no futuro, bem poliamor mesmo, para conhecer todas as famílias, ir às festas de criança e tudo mais”. Humberto, que vive com Viviane e a filha, por sua vez, projeta continuidade no modo de vida. “Eu pretendo ficar bem velhinho ao lado da minha companheira e com relações livres até morrer”. Outro que se imagina com a atual parceira é Pablo, que diz querer “ficar velho ao lado dela” e projeta uma família com filhos.

A vontade de ter filhos aparece como perspectiva mais nítida para alguns, basicamente jovens, que não pensam ainda na velhice. Marcela não projeta seus relacionamentos, mas diz que pretende ter filhos e afirma ter “uma visão meio romantizada da maternidade”. Marcos, por seu turno, revela que gostaria de continuar com a namorada, Luana, e ter filhos com ela, mas pondera que o futuro ainda é bastante incerto. O caso mais emblemático, nesse sentido, é o de Beatriz. Com vinte e dois anos, ela afirma com convicção que pretende ter uma grande família. “Eu sempre quis ter quatro filhos e a casa cheia de crianças correndo”, comenta. No entanto, é cética acerca da realização desse sonho em um relacionamento não-monogâmico e se imagina em uma relação fechada de casal: “mas eu não me vejo como mãe *solo*. Eu quero ter alguém comigo, sabe. Se acontecesse num relacionamento *não-mono* ia ser surreal, mas eu não acredito muito nisso não”.

A maioria dos entrevistados, não obstante, revela a perspectiva de não ter filhos. Entre os sujeitos com menos de trinta anos, uma ligeira maioria, enquanto que, entre os com mais de trinta, todos expressaram esse desejo. Alguns já têm e não projetam ter mais, como Joana e Viviane, mas a maior parte não tem e nem pretende ter. Essa projeção se encaixa a uma crítica recorrente entre os não-monogâmicos, que não é ao relacionamento monogâmico em si, mas ao regime da família monogâmica e heteronormativa (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2012; 2017; FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; 2017). Com efeito, a expectativa social de ter filhos, especialmente a maternidade compulsória, é uma dimensão bastante sensível nas vidas desses sujeitos, que almejam outros arranjos de intimidade e vida familiar.

Nesse ponto, emerge a projeção do envelhecimento não-monogâmico. Enquanto os mais jovens, que se percebem como momentaneamente não-monogâmicos, tendem a imaginar a velhice em família e com filhos, como se suas práticas, fluidas, tivessem estatuto ontológico provisório e incerto, os mais maduros ou decididos tendem a projetar situações alternativas de velhice, em que não dependam nem de filhos ou de família consanguínea, nem de parceiros e parceiras, haja vista a percepção de que as relações afetivas e sexuais são transitórias e que dificilmente perduram por toda a vida. Nesse sentido, vários sujeitos expressam a correlação entre a produção dessas relações e a valorização das relações de amizade, que seriam parte indissociável da não-monogamia e uma possível alternativa à família, como base de apoio para o envelhecimento.

Para Joana, “a vantagem de ser não-monogâmica é que você entende que as relações são finitas e não é necessário ficar forçando a barra”. “Eventualmente acontece que as pessoas perdem um pouco o tesão, né, e eu acho que a relação sexual sem sexo não existe. Vira amigo e acontece comigo. Às vezes eu estou numa relação e as duas pessoas perdem o tesão, e aí, bom, somos amigos agora”. Assim, ela conclui que o mais importante, como perspectiva de futuro, é o fortalecimento das amizades, relações afetivas que tendem a durar mais que as sexuais, visto que não estão condicionadas à atração física. “Primeiro é fortificar as relações de amizade. Hoje em dia já é comum pessoas que são amigas e moram juntas. Ter um círculo de velhinhos que se cuidem seria o ideal”, projeta. Na mesma linha, Cláudio imagina uma velhice de não-monogâmicos em comunidade. “O centro do assunto é ser livre, então o que eu imagino mesmo é uma grande comunidade de amigos”.

Para outros sujeitos, essa alternativa não presume necessariamente a convivência com pessoas não-monogâmicas. É o caso de Sônia, por exemplo, que pensa em se organizar para viver em alguma instituição de idosos, “em um lugar que aceite velhinhos, para não ter que depender da inconstância dos relacionamentos”, e de Diego, que projeta o envelhecimento em uma comunidade ou um asilo. “O importante é ter boas relações de amizade, bons círculos de amizade. Mais do que o sexo, amizades mesmo”, avalia. Na mesma perspectiva, associando a questão da velhice com a dos filhos, Fernando se imagina vivendo em um grupo de idosos. “Eu não quero fazer filho nunca para alguém ter que cuidar de mim. Eu não quero ser o fardo de ninguém. Melhor estar entre um monte de velhos, rodeado de muito carinho, de gente que se cuida, se gosta e se ajuda”, revela, rejeitando a paternidade. Patrícia faz a mesma reflexão e projeta uma velhice feliz sem filhos e entre amigos. “Minha mãe me dizia: ‘você não vai ter filhos? Quem vai cuidar de ti, vai ficar sozinha?’ E eu falava ‘tu não tá aí numa casa grande e

sofrendo sozinha”? Meus irmãos com as famílias deles, meu pai com a amante e ela lá sozinha me falando em solidão. Pra que eu quero filho, pra carregar caixão”?

6.5 Sexualidades não-monogâmicas

6.5.1 Tesão não-monogâmico

A experiência sexual é uma parte muito importante da vida das pessoas que pesquisei, a ponto de ser apontada, por alguns, como o principal fator a produzir o interesse por relações não-monogâmicas⁹⁷. Em geral, os sujeitos compartilham da ideia de que a vida sexual de uma pessoa *não-mono* é mais intensa, variada e feliz que a dos monogâmicos, e acreditam que a exclusividade sexual é repressiva e frustrante. É o caso de Mônica, por exemplo, que afirma se sentir mais saudável e realizada desde que começou a ter um relacionamento aberto. “Essa coisa de não me reprimir me ajudou muito: a resolver muita frustração, muito sentimento de culpa que eu tinha, e passei a ter muito mais prazer, muito mais orgasmos”. Maurício, por sua vez, defende que a diversificação é produtiva e renovadora. “Eu acho que a gente não deve buscar sexo só com um parceiro. O ideal é que a gente transe com pessoas novas, para ser uma pessoa ‘fresca’, moderna no sexo. Se tu ficar muitos anos com a mesma pessoa tu não vai estar se renovando, se reciclando”. Para Joana, o sexo livre é um dos principais motivos de felicidade: “eu acho que uma das coisas que me fazem ser não-monogâmica é porque eu tenho uma vida sexual bem ativa e eu gosto muito da minha vida sexual. Obrigado vida”!

Nesse sentido, vários sujeitos associam a não-monogamia ao interesse pelo sexo. De acordo com Beatriz: “o sexo é muito importante, eu me realizo muito na relação sexual e eu gosto de compartilhar isso, por isso eu gosto de transar com as pessoas”. Pablo, por sua vez, conta que sempre foi muito sexual e nunca conseguiu ficar sem parceiras, daí a curiosidade, já depois de adulto, por formas alternativas de relação. Patrícia, que se diz RLi principalmente em virtude da liberdade e autonomia, também valoriza a dimensão sexual da não-monogamia, e fala que, quando tem tempo, vive-a intensamente. “Teve um período que eu entrei no Par

⁹⁷ A ênfase na dimensão sexual das relações é muito comum entre adeptos do relacionamento aberto e RLis (BARBOSA, 2015; DELL’AGLIO, 2016; PILÃO, 2017), sujeitos que compõem o meu campo. Entre os poliamoristas, essa é uma questão controversa, já que o poliamor desloca o cerne da não-monogamia para a pluralidade de amores, em detrimento do interesse sexual (FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017).

Perfeito⁹⁸. Eu tava doente e não tava trabalhando. Tava de licença. Assim, lá em casa parecia o açougue⁹⁹, né”. Luiza, enfim, avalia a questão da intensidade e da variedade, comparando a época do relacionamento aberto com Maurício com a vida sexual até então. “O Maurício foi o sexto cara com quem eu transei, e hoje eu transei com uns noventa. Noventa homens, pessoas são umas cento e vinte. E dentro do relacionamento, quando acabou, eu já tinha transado com uns sessenta homens”, comenta. E conclui: “era uma frequência sexual bem grande mesmo, muito aplicativo, uma frequência sempre muito alta”.

Um ponto interessante é a associação entre tesão¹⁰⁰ e sexo e a experimentação precoce da vida sexual, como elemento condicionante do interesse pela não-monogamia, que é feita predominantemente por mulheres. Joana conta que foi criada em uma vila periférica da região metropolitana de Porto Alegre e destaca que lá os aprendizados sexuais eram muito precoces. Começou “tudo muito cedo, um aprendizado na base da experimentação mesmo, a partir dos onze anos”, comenta. “Foi um processo muito intenso de experimentação, tanto que eu brinco hoje que tudo que é organizado na minha sexualidade eu já tinha feito até os quinze anos. Fui racionalizando e esquematizando a minha bissexualidade e a minha não-monogamia”. Luiza, na mesma linha, assevera que sempre transou bastante e que isso a fez pensar em ter relações não-monogâmicas. “Eu sempre fui muito sexualizada, a menina mais sexualizada do rolê¹⁰¹. Sempre ensinei as minhas amigas a se masturbarem e promovia as orgias. O sexo sempre foi muito presente na minha vida”. Marcela, por sua vez, comenta que a sua vida sexual começou cedo e que sempre foi muito ativa nas relações: “eu tomava a iniciativa, eu que dava em cima das pessoas. Às vezes, ficava com três ou quatro ao mesmo tempo e mantinha várias relações paralelas, isso a partir dos treze”. Mônica, enfim, revela que o sexo sempre foi importante, mas havia namorados que não entendiam isso. Refletindo a respeito, comenta que “sempre fui muito sexual, sempre tratei o sexo como prioridade nos relacionamentos e eu não entendia porque quando eu tava com uma pessoa eu sentia tesão em outras”.

Outra associação realizada é entre o interesse pela não-monogamia e o começo tardio da vida sexual, seja pela falta de interesse ou oportunidades, seja por repressão, que aparece, sobretudo, nas narrativas dos homens. Daniel, por exemplo, assevera que sempre teve muita

⁹⁸ Site de relacionamentos para solteiros.

⁹⁹ Analogia que significa “fazer muito sexo casual ou fazer sexo com muitas pessoas”. Tem relação com caça, abatedouro, consumo de carne, etc.

¹⁰⁰ Utilizo o termo *tesão* nesse subitem, propositalmente, a fim diferenciá-lo de palavras similares, com léxicos mais abrangentes, como vontade e desejo. Enquanto essas remetem a uma ontologia da força e do devir, do *animus vivendi* do indivíduo, *tesão* se refere à potência sexual do corpo e à libido.

¹⁰¹ Giria que significa saída, encontro ou atividade.

vontade de ficar com as pessoas: “sempre tive muitos *crushs*¹⁰²”. No entanto, admite que lhe faltava habilidade para se relacionar: “mas eu sempre tive muita dificuldade, nunca conseguia perceber quando as pessoas me curtiam”. Com pouca experiência até a relação com Mônica, conta que o sexo, hoje, adquiriu maior importância em sua vida. Cláudio, RLi experiente, diz que sofria com a escassez sexual e a falta de oportunidades: “eu era jovem e faltava instrução, orientação; era uma incompetência e uma miséria sexual brutal”. Da mesma forma, Maurício aponta a relação entre carências sexuais da juventude e o interesse não-monogâmico. “Eu tava no ápice da minha puberdade, mas eu não tinha o jeito, eu era frustrado nesse sentido. Eu me considerava um adolescente bem triste, tinha umas crises de choro”. A partir daí, desenvolveu “uma fissura”, como diz, pela ideia de transar com várias mulheres.

Diego, por seu turno, conta que era reprimido, mas que não sentia muita vontade de fazer sexo e não entendia por que ele era tão importante para as pessoas. Perdeu a virgindade aos vinte anos, quando começou a se relacionar com Joana, já no formato de relação livre. Entre as mulheres, essa tônica aparece bem menos. É o caso de Patrícia, por exemplo, que diz ter se interessado pela não-monogamia apenas depois de conhecer Cláudio e ouvi-lo falar sobre relações livres por uma “curiosidade feminista”. Ela afirma que era bastante reprimida na juventude. “Eu morava no interior. A igreja te molda, a família te reprime, as instituições também. Eu dava prioridade aos estudos e nem pensava em sexo. Fui morar em São Paulo, virgem, aos vinte anos”.

Apesar das diferenças em termos de trajetória sexual e de valorização do tesão, pode-se afirmar que essa é uma questão fundamental para os sujeitos que conheci, bem como para praticamente todos a quem entrevistei. A única pessoa que expressou uma opinião divergente a respeito disso foi Carolina, que, atualmente, encontra-se num relacionamento monogâmico com uma mulher. Ela reclamou que, para o ex-namorado, toda a relação “girava em torno do sexo, de procurar outras mulheres para ficar e transar”, e que isso a incomodava, pois se sentia pressionada para fazer sexo com outras pessoas e não percebia outros aspectos importantes da relação sendo valorizados. Para Carolina, “sexo é uma consequência do relacionamento, não é uma prioridade. Se eu tiver namorando vai ser importante, mas se estiver solteira vai ser algo secundário”. “Eu não vou sair por aí procurando alguém pra transar. Não, isso não”.

¹⁰² Gíria atual para se referir a alguém por quem se tem interesse afetivo-sexual, correspondido ou não.

6.5.2 Práticas sexuais

Dentre os sujeitos que conheci e entrevistei, quase a metade prefere transar com um parceiro de cada vez e não gosta de compartilhar os momentos afetivos e sexuais que tem com terceiros com outros parceiros e parceiras, mesmo que sejam companheiros prioritários. É o caso de Fernando, por exemplo, que formou um trisal com os músicos Bardo e Fada, mas se sentia desconfortável em participar das surubas e festas de *swing* que eles organizavam. “O que a Fada me propunha eram ‘paradas’ estritamente sexuais e em grupo, o que eu acho super estranho, não funciona comigo”, comenta. Para ele, no relacionamento ideal cada um deveria viver sozinho as próprias histórias, com autonomia afetiva e sexual. Pablo é outro que destaca essa preferência e ressalta que, em sua relação aberta, ele e a namorada tentam ser discretos, a fim de preservar o outro e mantê-lo imune à influência de suas aventuras. Da mesma forma, Humberto e Diego, que se relacionam, respectivamente, com Viviane e Sônia, asseveram que não gostam de ficar com duas pessoas ao mesmo tempo e que, por isso, têm o acordo de cada um ter, separadamente, as próprias experiências na relação.

Em outros casos, acontece o contrário, ou seja, os sujeitos preferem compartilhar as experiências sexuais com o companheiro ou companheira a tê-las por conta própria. Arthur é um exemplo disso e relata que ele e a namorada sempre buscam mulheres para se relacionar com o casal, seja para sexo casual ou para namoro a três. Carolina viveu situação similar. Em seu relacionamento aberto, ela e o namorado sempre ficavam juntos com outras mulheres, em festas ou a partir de encontros marcados pela internet, com interesse, geralmente, apenas em fazer *ménage*, pegação ou sexo casual – com raras exceções onde ele ou ela saíram sozinhos com alguém.

O mais comum, entretanto, são as situações híbridas. Independentemente dos acordos e das preferências pessoais, todo mundo revela ter, em algum momento, transado sozinho com alguém fora da relação e participado de sexo entre três ou mais pessoas, com o parceiro principal junto ou não. Em diversos casos, essa flexibilidade é a constante do relacionamento, como o que ocorre com Mônica e Daniel, que transam sozinhos com outras pessoas, mas também ficam juntos com terceiros em festas e fazem *ménage* quando têm oportunidade. Maurício e Luiza, da mesma forma, saíam sozinhos com outras pessoas ao mesmo tempo em que compartilhavam parceiras. Segundo Maurício: “era muito *ménage* com duas gurias; mas, às vezes, voltávamos para casa eu, duas gurias e um cara”. O casal chegou a se envolver

afetivamente com uma mulher, com a qual namoraram por pouco tempo. Ele relata, com empolgação, como a relação começou: “a gente convidou ela para ir lá casa comer uma *pizza*. Ela adorou e rolou o *sexo da vida*. Todo mundo usando camisinha e as gurias ali se chupando, putaria louca. Daí, no outro dia, tava todo mundo ali feliz, abraçadinhos e pelados, como se fosse um trisal”. Até Pablo, que há pouco citei como alguém que prefere manter suas transas à parte do relacionamento principal, revela ter feito *ménages* com a namorada, com quem mora e tem uma “rotina de casado”.

Uma questão interessante é que alguns sujeitos destacam o sexo feito com intimidade ou afeto. Com efeito, poucos falaram a respeito disso, mas é importante mencionar a distinção qualitativa acionada. Humberto, que já teve várias relações livres, por exemplo, comenta que não gosta de fazer sexo casual. “Tem que ter uma pontinha de amor, cara. Tem que ter aquele ‘*tchan*’ com a pessoa, senão não rola. Só o sexo pelo sexo, não, eu não faço”. Arthur, que procura parceiras para se relacionar a três com a namorada, assevera que dá preferência à criação de laços afetivos, com intimidade e continuidade¹⁰³. “No Tinder, a gente encontra muitas gurias que só querem sexo casual, um fetiche com casal, mas a gente tá excluindo isso, eu nunca gostei de fazer sexo ao acaso”. O próprio Maurício, que se gaba de ter feito muito sexo casual em sua relação aberta, pondera as diferenças qualitativas de ambas as situações. “Eu percebo que quando a gente tá apaixonado e há uma admiração mútua, é uma coisa, como eu vou te dizer, transcendental”. E acrescenta: “e quando o sexo é casual, ele pode ser muito intenso pelo fator novidade. É um cheiro novo. É um corpo novo. Mas é completamente diferente o tipo de *pegada* e o que tu sente quando está transando”. Na mesma perspectiva, Mônica expressa sua opinião, fazendo a defesa do sexo casual, ao mesmo tempo em que considera a importância do afeto na relação sexual:

Eu gosto de sexo casual, contanto que seja saudável, né, que a pessoa use camisinha, que a pessoa tenha consciência do que tá fazendo com o próprio corpo. Eu não vejo problema em transar mesmo que não tenha nenhum tipo de afeto ou ligação com a pessoa. E também acho errado a pessoa achar que tem algum direito sobre a outra só porque fez sexo com ela. Sexo é uma coisa, amor é outra... Mas, ao mesmo tempo, eu gosto muito de carinho, gosto muito de olho no olho. Eu não sei, eu acho que o sexo quando tu ama alguém ou quando tu não ama, tu sente ele de formas diferentes.

¹⁰³ Vale lembrar que Arthur, embora tenha um relacionamento aberto, está em busca de uma relação poliamorosa, que prima, sobretudo, pela dimensão afetiva da não-monogamia.

Algumas pessoas, por sua vez, destacam outras práticas sexuais, como *swing*, suruba, BDSM¹⁰⁴ e tantra¹⁰⁵. Pouco menos da metade dos entrevistados revela ter participado de surubas ou ido a festas e casas de *swing*. Em geral, os não-monogâmicos mais experientes contam com vivências muito diversas, o que abrange, em algum momento de suas trajetórias, práticas de sexo em grupo (PILÃO, 2017). É o caso de Joana, por exemplo, que afirma ter ido a festas de *swing* algumas vezes “só para ver como era”. “Foi uma experiência, né, mas eu acho o *swing* meio ‘nada a ver’, não tem relação com a não-monogamia”¹⁰⁶. Marcela, por sua vez, admite tê-lo praticado devido ao contexto de uma relação antiga, visto que o namorado já era adepto e ela sentiu vontade de experimentar. Depois do término, não voltou a praticá-lo, pois o novo namorado não demonstrou interesse. Cláudio e Patrícia, que se relacionaram por vários anos, descobriram juntos o *swing* e frequentaram o meio por muito tempo. Patrícia diz que os *swingers* não entendiam a perspectiva das relações livres. “Teve um dia que a gente resolveu falar para um casal, para vários, na realidade, que nós tínhamos uma relação livre, e eles ficaram chocados: ‘que horror, como assim, você não ama ele’?”

As surubas também são citadas por alguns, como Viviane, que fez parte do “grupo da suruba” com um ex-namorado, alguns anos atrás – ver a narrativa de sua trajetória no capítulo anterior – e Patrícia, que relata experiências semelhantes no relacionamento com um homem bissexual, em que ambos saíam juntos para fazer sexo em grupo. “A gente saía e transava, nós dois com os caras, né. Aquilo para mim era uma quebra. Você ver, né, dois caras se comendo. Era uma quebra de padrões. Às vezes, eu nem precisava participar, eu gozava assistindo na frente dos meninos”. No que se refere ao BDSM, só ouvi relatos de Marcela e Patrícia, da mesma forma que o tantra, citado apenas por Patrícia, Sônia e Viviane. Patrícia, a propósito, é quem mais me narrou experiências sexuais. A seguir, trago sua reflexão a respeito da própria vida sexual, que exemplifica bem a questão da importância da diversidade nas práticas:

Uma coisa muito boa na minha vida sexual foram as várias experiências extremadas que eu tive de sexualidade. Primeiro aquela do caszinho, né, normal. Aí quando fui pro *swing*, transar com uma outra pessoa, foi uma experiência legal, né. Aí a maior

¹⁰⁴ BDSM é um acrônimo para Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo, conhecido simplificada e como sadomasoquismo.

¹⁰⁵ É importante destacar que o tantra, a rigor, não é sexo, mas um conjunto de técnicas de meditação de origem hindu, que, entre outros aspectos, é voltado ao desenvolvimento da energia sexual, com exercícios de toque sobre o corpo.

¹⁰⁶ Para muitos não-monogâmicos, especialmente RLis e poliamoristas, o *swing* é uma prática controversa, que não pode ser considerada não-monogâmica (embora não haja consenso a respeito disso). Entre as críticas citadas, estão as de que há um predomínio de práticas machistas, falta de liberdade para os sujeitos envolvidos, sobretudo às mulheres, e uma proibição de envolvimento afetivo. Seria, portanto, uma prática “recreativa” dentro do contexto das conjugalidades monogâmicas. Para maior conhecimento, ver Weid (2008), Bértolo (2009) e Silvério (2014).

vivência foi quando eu tive essa relação com esse rapaz que era bi, porque daí não era eles me transarem, era todo mundo se comendo. E aquilo era uma das experiências mais diversas que eu tinha, né. Algumas coisas eram mais quietinhas, depois era uma coisa mais sadomasoquista, né. Eu fui vendo essas nuances, que são importantes para você descobrir o teu prazer. E todas elas dão prazer, né. Uma vez eu descobri que me dá prazer bater. O cara me falou ‘ah, vamos fazer a experiência?’ Vamos, de chicote! Tá, eu algemei ele. E eu pensei assim ‘eu de opressora? Hum’... Mas eu dava cada chicotada, menino, aquilo chegava assim, era um orgasmo a cada chicotada. Então é essa variação, várias experiências extremas do sexo, que eu gosto de descobrir. Eu gosto de descobrir coisas. Acho que isso ajuda você. Se você não experimentar, você vai achar que só pode chegar ao prazer de uma certa forma. Então, eu vi que chego ao prazer, ao orgasmo, de várias formas, né. E tem o tantra, também, que é assim, o tantra é voltado para a mulher, que é a estimulação, a massagem ali no clitóris. Eu já tive tanto orgasmo no tantra, conexão com pessoas que conheci ali, que só estava massageando e estavam me massageando. Então, eu acho o tantra muito libertador para as mulheres.

6.5.3 Heteronormatividade e masculinidades

A problemática das relações não-monogâmicas é heteronormativa, como digo algumas vezes no decorrer desse trabalho, mas não porque todos os sujeitos sejam heterossexuais, bem longe disso, e sim porque essa é uma pauta que surge e ganha sentido, enquanto *discussão de e performatização da* sexualidade, no contexto das transformações do dispositivo de *aliança e de sexualidade* e das normatividades monogâmicas e heterossexuais a eles associadas, que abrangem questões como o casamento, o desejo e os arranjos afetivos e familiares emergentes desses processos de reconfiguração social (BOZON, 2004; CARDOSO, 2010). De qualquer modo, é importante colocar que, no âmbito dos marcadores sociais que constituem os sujeitos, há diferenças expressivas de gênero na recitação da heteronormatividade do campo. De fato, os meios não-monogâmicos são mais abertos a experiências não-heteronormativas, de modo geral, que os monogâmicos (BARBOSA, 2011; 2015; PILÃO, 2012; 2017; FRANÇA, 2016). Ainda assim, percebe-se uma predominância masculina em defesa da heterossexualidade e de masculinidades tipicamente associadas ao homem heterossexual (GROSSI, 1995; VALE DE ALMEIDA, 1995).

O primeiro ponto a observar, nesse sentido, é a reconstrução da narrativa do “homem de verdade”, feita por alguns sujeitos, que mostram com clareza os esforços dos familiares ou dos amigos para confirmarem-nos como heterossexuais. Marcos, por exemplo, relembra que as primeiras experiências sexuais foram em casas de prostituição e conta que se sentiu muito mal, mas foi influenciado por amigos, que o pressionaram para perder a virgindade, já que ele era homem e precisava se garantir, pois era isso que os homens faziam. Diego, por seu turno,

conta que a mãe o estimulava, pois o achava muito pacato. “Ela me mostrou uma *Playboy*¹⁰⁷ e me perguntou se eu gostava. Eu disse ‘gosto’. Então ela assinou a revista e eu me masturbava vendo as imagens”. Humberto, finalmente, recorda que também iniciou a vida sexual em um prostíbulo. “O meu pai me levou na ‘maloca’. Eu tinha uns quatorze anos, ou quinze, eu acho. Ele disse: ‘bá, vou levar meu filho pro puteiro pra ver se ele é homem mesmo”.

Alguns homens fazem questão de afirmar a própria heterossexualidade dentro do meio não-monogâmico, o que não acontece com as mulheres (PILÃO, 2017). Humberto revela o receio de não ser visto como *hétero*, o que já lhe aconteceu por ter falado que era adepto de relações livres. “Alguns me julgam, já me falaram até que eu era *gay*, velho. É que quando a gente conta, eles falam assim ‘ah, é todo mundo de todo mundo, né’. E eu comento ‘não, cara, eu continuo sendo *hétero*”. Maurício, por sua vez, fala sobre os seus gostos sexuais, dando a entender que não se importa com os interesses alheios, mas que tem seus limites. “Eu não vejo como tabu, mas eu não tenho vontade de experimentar nada muito diferente do sexo convencional”. Ele conta que “já me ofereceram ‘ah, deixa eu enfiar o meu dedo no teu cu’? Eu não tenho nada contra, eu acho que não tem problema nenhum sentir prazer com isso, mas eu não gosto, né”. Arthur usa a heterossexualidade para justificar a busca de mulheres para complementar seu relacionamento. Ele e a namorada querem arranjar uma terceira pessoa, a fim de constituir um trisal. “Eu gosto muito de mulheres. Eu nunca saí com um cara. A gente busca mulheres, porque eu não sinto atração por homem e ela também não. Tipo, ela queria ficar com uma mulher, homem ela já tinha, né”. Henrique, enfim, reflete sobre as implicações de ser um homem heterossexual estranho, como se define, e de como isso o orientou para as relações não-monogâmicas. Para ele, que se põe na condição de *outsider*: “eu ficava entre os mais isolados, nunca estive vinculado ao *mainstream*, e isso influenciou a questão da minha vida afetiva e sexual, pois gera muitos percalços para quem é heterossexual”.

A dimensão das masculinidades nos relacionamentos é percebida por alguns homens, que afirmam ter consciência de que as não-monogâmias lhes são mais acessíveis, em razão da postura de abertura sexual que lhes é estimulada – enquanto que, sobre as mulheres, recaem mais julgamentos e preconceitos. Dentro desse contexto de “facilidades”, contudo, emergem reflexões acerca de masculinidades frágeis. Segundo Pablo, “nós somos ensinados a ter uma *parada* de possessão, que dificulta muito as relações. É uma questão machista mesmo, de competição”. Daniel, por sua vez, faz um relato contundente que ilustra as associações entre heterossexualidade, masculinidade frágil e relação não-monogâmica. Em suas palavras:

¹⁰⁷ Revista masculina com reportagens e fotos de mulheres nuas.

Uma das partes mais importantes da transa é eu fazendo oral na menina e poder fazer ela gozar o máximo possível, até porque tem sempre aquele medo, né, que a sociedade meio que impõe, do tamanho do pau. Sempre tem esse medo. Será que é o suficiente? Em relação à sexualidade tem toda aquela questão de nervosismo, de insegurança, que acaba me atrapalhando psicologicamente na relação com a Mônica, tipo, de os outros caras serem melhores, de ela querer ficar mais com outro do que comigo, de perder o interesse em mim.

Entre as mulheres, não conheci quem tentasse defender a própria heterossexualidade. As experiências homoeróticas e a afirmação da identidade bissexual, nesse sentido, são mais expressivas entre elas que entre os homens nesse campo (PILÃO, 2012; 2017). Em todo caso, algumas se definem como heterossexuais. É o caso de Patrícia, por exemplo, que acerca disso comenta: “não me desperta tesão. Não é nem uma questão de penetração, não é isso. É mais pelo toque, pelo cheiro. Eu prefiro a pele masculina”. Beatriz, por outro lado, relativiza a dimensão da orientação sexual “por questões políticas”, mas também revela a preferência por homens. Sobre isso, relata:

Eu nunca tive nenhuma relação sexual com mulher, nunca transei com meninas, pois nunca tive muito interesse nisso. É bem complicado, assim, por uma questão até bem política. Eu não sei dizer exatamente se sou bissexual ou não. Nunca existiu para mim uma abertura de ser hétero ou homo. Foi todo um direcionamento para ter uma vida heterossexual. ‘Ah, tu vai ter um namorado’, ‘tu vai casar com um homem’, ‘tu vai ter filhos’, etc. Toda uma construção heterossexual que explica eu não ter me relacionado com meninas, e também pela questão de eu vir do interior, onde as coisas são muito mais fechadas.

Uma questão interessante é que, entre algumas mulheres, há a percepção de que as não-monogâmias são, a princípio, práticas masculinas (SILVA, 2017), devido à compreensão das assimetrias de gênero, que tornam as experiências dos relacionamentos mais difíceis para as mulheres, e à essencialização dos padrões de performatização das masculinidades, através da qual se concebe ser da natureza dos homens a busca por várias parceiras. RLis experientes, Joana e Patrícia afirmam que a “monogamia é feita para nós, mulheres, para nos controlar” e que é necessário romper com tal padrão. “Os homens dizem ser monogâmicos, não é mesmo? Mas não são. Essa é a farsa da monogamia”, assevera Patrícia. A visão generificada da não-monogamia aparece na fala de Carolina, que, atualmente, namorando uma mulher, se diz cética quanto à possibilidade de construir um novo relacionamento nesse formato. Para ela: “não consigo ver isso dentro de uma relação entre duas mulheres. Assim, no meu convívio, eu já vi casal *hétero* e casal *gay*, mas casal de lésbicas nunca vi”. E completa: “isso é algo que tu

normalmente fala com mulheres e elas não aceitam muito bem. Se eu tiver novamente uma relação com homem, aí sim, acho que seria não-monogâmica”.

A associação entre não-monogamia e masculinidade, para as mulheres, passa em larga medida pelas facilidades em acessar sexualmente o homem *hétero*, percebido como “sempre disponível”. Essa é uma justificativa acionada até mesmo por mulheres bissexuais, que dizem ser mais fácil se relacionar com homens em razão da *predisposição masculina*, como afirmam Marcela e Viviane. Mônica, por exemplo, conta que “eu saio muito mais que o Daniel, porque é mais fácil, né, com homem é muito mais fácil”. Luiza, finalmente, faz a seguinte reflexão, ilustrativa desse olhar:

Eu acho que os homens são bem mais empolgados, considerando todas as mulheres que eu conheço. A gente tem problemas para ficar com mulher, porque é assim, ‘ó’: os homens estão sempre caindo no nosso colo, entendeu? Sempre tem cara dando em cima e daí é só a gente dar respostas curtas, marcar uma data, que vai sair com a pessoa. Quando a gente quer sair com mulher, não é assim, tu tem que trovar, tu tem que dar vários ‘curtir’, dar vários ‘nossa, que tiro’ nas fotos, para poder pegar, né, propor evento cultural. É bem mais difícil pegar mulher. Então, eu geralmente fico com homens mesmo... Claro que é complicado, eu procuro sempre ver o pensamento político do cara, se não é muito de direita. Teve um que eu saí e depois descobri que era um ‘bosta’, porque ele sempre foi machista, mas aí a gente tenta dar uma relevada, né, porque se a gente não for ficar com cara machista, a gente não vai transar.

6.5.4 Bissexualidade e homoerotismos

A questão da bissexualidade e das práticas homoeróticas aparece de forma assimétrica no campo. Embora se trate de sujeitos com relações majoritariamente heterossexuais, não se pode defini-los da mesma forma, sem levar em conta outros marcadores das suas experiências afetivas e sexuais. O primeiro ponto a ser destacado aqui é o gênero. Tomando por referência somente as pessoas entrevistadas, ou seja, dez homens cisgênero e dez mulheres cisgênero, nota-se uma ampla diferença: dois homens se consideram bissexuais e oito heterossexuais; desses oito, dois revelam já terem ficado ou ficarem às vezes com homens. Entre as mulheres, oito se identificam como bissexuais, uma como *hétero* e outra prefere não se definir. Além disso, todas afirmam já terem ficado ou ficarem, às vezes, com mulheres. Essa é a estatística dos entrevistados, mas parece corresponder, em geral, ao meio não-monogâmico mais amplo, em que as mulheres têm mais experiências não-heterossexuais que os homens (PILÃO, 2012; 2017).

O segundo ponto a destacar é a geração, uma vez que, nitidamente, a associação entre não-monogamia e heterossexualidade é mais forte entre os mais velhos. Entre os mais jovens, há estímulos entre amigos às práticas homoeróticas e à bissexualidade, a ficar com pessoas do mesmo sexo, seja pela “brincadeira” ou com envolvimento afetivo e sexual. Para os sujeitos até trinta anos, a heterossexualidade é, em geral, encarada como problema, enquanto que, para os mais velhos, tende a ser naturalizada. Dos homens entrevistados, os que se definem como bissexuais ou que afirmam já terem ficado com outros homens são, em ordem etária, Marcos, de vinte e cinco anos, Arthur, vinte e seis, Diego, vinte e oito, e Daniel, de trinta e dois. Todos os demais se dizem heterossexuais e não problematizam essa condição. Exceto Henrique, todos têm mais de trinta anos. Dentre as mulheres, a questão da diferença geracional parece ter menos impacto, considerando as entrevistadas, em que pese o fato de Patrícia, a única que se define como heterossexual, ter quarenta e quatro anos. Especialmente entre os mais jovens, há o consenso de que a bissexualidade é o caminho da não-monogamia e dos relacionamentos, de modo geral (PILÃO, 2012; 2017; FRANÇA, 2016), como preconiza Luiza: “no futuro, vão ser várias pessoas *bi*, e todo mundo transando feliz com todo mundo”.

Alguns sujeitos se identificam como heterossexuais, mas revelam ter tido experiências homoeróticas ou afirmam fazê-lo somente em situações específicas¹⁰⁸. É o caso de Patrícia, por exemplo, que conta que “descobriu a questão da bissexualidade no *swing*”. “Eu tinha fetiche, mas não rolou afinidade. Eu já fiz várias mulheres gozarem, mas até hoje só uma me fez gozar e com sexo oral”. Trata-se de uma experiência estritamente sexual, que corresponde a outro momento de sua vida. Atualmente, Patrícia não transa com mulheres. Arthur, por sua vez, associa tais experiências ao relacionamento atual, e afirma não gostar de homens, ao mesmo tempo em que estaria aberto a isso caso a namorada desejasse. “Olha, eu já fiz essa proposta, para saber se ela tinha vontade de dormir com dois caras e ela disse que não queria”. E complementa: “mas eu faria, tipo, eu já fiquei com meninos em festa, com ela, beijo triplo e essas coisas; eu iria mais longe, mas não é o que ela gosta e eu prefiro mulheres, então a gente nem foi para esse lado”. Daniel, enfim, faz questão de afastar completamente a parte sexual, revelando que fica com homens em situações ocasionais, como em festa ou entre amigos. “Eu já fiquei com vários caras também, assim, só de beijar. Na parte sexual eu não tenho interesse, simplesmente não tenho interesse mesmo”. Segundo ele, “para ficar com um menino eu tenho

¹⁰⁸ Uso a palavra *homoerotismo* propositalmente nesse subitem, para propor outra categoria de experiência, para além dos termos homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade. Enquanto essas se constituem no âmbito classificatório da identidade, legado da psiquiatria do século XIX e das políticas de identidade do final do século XX e início do século XXI, *homoerotismo* parece ter mais relação com as práticas em si e aparece nas experiências de forma difusa, não necessariamente demarcando identidades. Ver Costa (1992).

que estar em um clima muito legal. Não um clima sexual, mas assim, eu tenho que estar me divertindo muito na festa e tenho que estar meio *bebinho*¹⁰⁹”.

Outros se definem como bissexuais, mas com predominância heterossexual. Mônica, por exemplo, afirma: “eu sou predominantemente heterossexual, mas fico com mulheres; eu me considero bissexual, só que não fico muito com mulher”. É o mesmo caso de Paula, que se define assim: “sou bissexual, mas tenho majoritariamente relações heterossexuais, talvez até pela questão dos meus pais. Além disso, eu tenho dificuldade de manter relacionamento com mulheres”. Na mesma linha, Viviane sugere uma distinção de grau dentro da bissexualidade e assevera que há mulheres bissexuais que não são biafetivas. Apesar de já ter namorado outra mulher, ela se considera *bi* só para fins sexuais e não se vê novamente em um relacionamento com mulher. Para outros, tal desnível está associado a diferenças de atração física. Marcos se identifica como bissexual e já se relacionou com homens, mas comenta que se atrai mais por mulheres, assim como Diego, que, embora tenha tido um namorado, tem experiências afetivas e sexuais principalmente com mulheres e dificilmente fica com homens.

É interessante destacar que a questão da predominância heterossexual é associada, por algumas mulheres, a formas de repressão das experiências homossexuais na adolescência ou mesmo na infância, como expõem Paula e Luiza. Segundo Paula, a preferência por homens se dá por “razões práticas”, visto que teria de enfrentar a rejeição da família. Na adolescência, namorou uma garota, “mas a mãe ‘deu um jeito’ de acabar com o relacionamento”. Luiza, por sua vez, faz questão de relacionar as experiências infantis à preferência afetiva e sexual por homens. “Desde pequena eu já me ‘arretava’ com as primas. A minha mãe veio conversar, já que a gente morava junto, né, que se a gente virasse ‘machorra’ não ia ter festa de quinze anos e não ia poder ter filhos”. Com isso, decidiu: “e eu queria ter festa de quinze anos, então falei ‘a gente vai ter que parar de se pegar’”. Outras preferem não definir hierarquia de preferência ou nem tocam no assunto, mas comentam que ficam mais com homens, seja por costume, por facilidade e por disponibilidade ou pelo fato de serem relações não estigmatizadas e que não as exporiam ao preconceito. É como me disse Sônia, certa vez: “a vantagem de me relacionar com homens de forma não-monogâmica, em relação a outras formas de sexualidade, é que eu tenho *passabilidade*¹¹⁰ heterossexual e monogâmica”. Segundo ela, “as pessoas nos olham na rua de mãos dadas e pensam que somos um casal; ninguém imagina que eu fico com outros homens e também com mulheres”.

¹⁰⁹ Gíria que significa “levemente alcoolizado”.

¹¹⁰ Passabilidade é um termo usado no meio trans para se referir à situação em que uma pessoa trans “passa por” cisgênero, ou seja, ele/ela “tem passabilidade” quando é visto pela sociedade como cis.

Carolina, por sua vez, mostra uma experiência contrária a essa. Ela conta que fica com mulheres desde a adolescência e que, após o primeiro casamento, heterossexual, casou-se com outra mulher. Depois disso, relacionou-se com homens e com mulheres e destaca uma clara transformação em sua bissexualidade. “Na questão sexual, eu sempre me relacionei bem com homens e mulheres”. “Durante muito tempo, eu me relacionava afetivamente com homens e era mais uma atração sexual por mulheres. Eu não conseguia desenvolver nenhuma forma de afetividade com elas”. E agrega: “mas ao longo da minha vida isso foi mudando, tanto que hoje eu não me imagino me relacionando com um homem, assim, afetivamente; sexualmente até sim, mas afetivamente é só com mulheres”. Essa transição é acompanhada pela percepção de que as relações não-monogâmicas só funcionam quando há homens envolvidos, como falei no subitem anterior.

Nesse sentido, há certos receios entre as bissexuais não-monogâmicas no que se refere às relações com outras mulheres, por diversas razões, sobretudo o ciúme e a possessividade. Joana, por exemplo, diz haver uma “tendência nas relações homoafetivas de copiar coisas das relações heterossexuais”. Para ela, muitas lésbicas reproduzem o sentimento de posse que os homens têm sobre as mulheres (MEINERZ, 2011), o que lhe ocorreu, quando adolescente, em um relacionamento com uma mulher mais velha, em que se sentia sufocada. O mesmo é dito por Carolina, ao lembrar do casamento com outra mulher. “Ela era muito possessiva, nossa! Eu decidi terminar, mas ela não aceitou muito bem”. Em seguida, faz uma ponderação: “mas isso é uma coisa muito comum entre mulheres, tem a que é bissexual e a que é homossexual, e ela sempre pensa que daqui a pouco vai ser trocada por um cara, que ele tem coisas que ela não tem. E isso acontece muito, na verdade”.

É importante colocar que essa percepção faz com que várias mulheres bissexuais não-monogâmicas *evitem* ou *tenham muito cuidado* ao se relacionar com mulheres, em especial com as lésbicas (PILÃO, 2012; 2017). Quase todas as entrevistadas enfatizam a questão de manter responsabilidade afetiva redobrada nessas relações, como resume Mônica: “é por uma questão de feminismo. Eu acabo não ficando com as gurias porque fico com medo de passar uma ideia errada pra elas ou de elas acharem que eu quero fazer *ménage* com meu namorado”. Esse é também o caso de Beatriz, que diz assim: “já deixei de ficar com meninas porque achei que ‘faria elas’ sofrerem”. A vontade de ficar com mulheres é acompanhada pelo receio de se

“descobrir” heterossexual e de acabar, portanto, causando-lhes sofrimento¹¹¹. De acordo com ela:

Acontece o medo de devastar a vida de uma mulher. Muitas mulheres que são lésbicas se apaixonam por mulheres que são bi ou até que nem sabem o que são, ainda não se definiram e optam pela não definição, sendo que existe uma irresponsabilidade afetiva aí. Algumas mulheres só enxergam relação hétero como relacionamento, sabe, como se o envolvimento com outra mulher fosse somente um caso. E eu confesso que comigo existe uma preocupação de ser irresponsável com os afetos das mulheres. Confesso que, por isso, eu sempre tive um medo de me envolver com mulheres.

¹¹¹ Beatriz não se define e diz que gosta de *pessoas*, mas, ao mesmo tempo, afirma não ter interesse em relações sexuais com mulheres. Ela prefere minimizar a questão da própria orientação sexual e deixá-la em aberto.

7. SUJEITOS (AS)SIMÉTRICOS

7.1 Gênero e cisheteronormatividade

Para pensar na diversidade e nas (as)simetrias¹¹² do meu campo de pesquisa, é preciso reafirmar que se trata de um campo cisgênero e predominantemente heteronormativo. Cabe ressaltar, com efeito, que existem relações não-monogâmicas entre pessoas LGBT, sobretudo bissexuais e homens *gays* com relacionamentos abertos (PILÃO, 2012; 2017). A diferença é que, para esses sujeitos¹¹³, a não-monogamia emerge com outras implicações e significados, eclipsada pelos preconceitos, estigmas e enquadramentos heteronormativos. As questões relacionadas com a transgressão da *cisheteronorma* ocupam o primeiro plano como instância de problematização da sexualidade, levando os sujeitos a centrarem aí a constituição política e ontológica de sua identidade sexual e de gênero. Pode-se concluir, assim, que o debate sobre a não-monogamia, como dimensão mais visível da sexualidade, é articulado, em larga medida, a partir da perspectiva de sujeitos com experiências heterossexuais e monogâmicas, fundadas num binarismo *mulher-homem cis*, em que o foco prático e político é a oposição à obrigação de se relacionar, amar e/ou transar com uma só pessoa.

Em relação à questão *trans*, a assimetria começa pela inexistência e/ou invisibilidade desses sujeitos no campo. Ainda que muitos não-monogâmicos sejam politicamente sensíveis à causa, não ouvi qualquer relato a respeito de relacionamentos, encontros ou “ficadas” com mulheres ou homens *trans* – o que indica a *falta da experiência* ou ainda o *apagamento de tais sujeitos* na reconstrução das narrativas pessoais. A prova disso é que, dos encontros e festas aos quais compareci e de todas as pessoas que conheci só vi uma mulher *trans*, uma vez, em uma roda de conversa aberta sobre poliamor e relações livres. Ela acompanhava sua

¹¹² O termo (as)simetrias, escrito dessa forma, visa provocar, através do jogo lingüístico, uma percepção sobre a constituição multifacetada das diferenças no campo, que se dá de maneiras diversas, horizontais e verticais, em termos de *posições de e operação do poder* e margens de agenciamento (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

¹¹³ Aqui faço referência especialmente às demais siglas/identidades que não o “B”, pois, embora o meu campo, em particular, seja formado por muitos heterossexuais – a respeito disso, ver reflexões metodológicas do capítulo 2 –, nota-se que a bissexualidade é uma característica marcante dos meios não-monogâmicos no Brasil. Muitos sujeitos evitam se definir como heterossexuais, preferindo os termos “bissexual” ou “pansexual” (FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017).

amiga, uma mulher *cis* que tinha um relacionamento livre. A moça parecia muito deslocada naquele espaço. Tive a oportunidade de trocar algumas palavras com ela, que, tímida, limitou-se a elogiar tudo, mas depois exclamou: “o que eu estou fazendo aqui”?! A amiga ainda falou que nas relações livres havia preconceito contra as *trans*. Nos grupos de *Facebook*, cujas postagens acompanhei por longo tempo, não vi travestis ou mulheres *trans*. Mas, uma vez, vi um homem *trans* se apresentar em um grupo de poliamor. Era um jovem de aproximadamente dezoito anos, que morava na grande São Paulo e dizia buscar uma relação poliamorosa com pessoas de qualquer gênero. A postagem recebeu muitos comentários, algumas perguntas e vários elogios, de homens e mulheres *cis* que demonstravam curiosidade e interesse. Em todo caso, vale a ressalva de que esses comentários vinham, em geral, de pessoas muito jovens, que não tinham experiência ou identificação com o poliamor e estavam ali como curiosos.

Tampouco há diversidade no meu campo no que tange a *gays* e lésbicas. Com efeito, até o início de 2018 não havia conhecido pessoalmente ninguém que se identificasse de tal forma. Após a realização das entrevistas, com o trabalho de análise de dados bem avançado, conheci um casal *gay* interessado em relações livres, à procura de homens, por intermédio de contatos do meio, mas não cheguei a entrevistá-los. Na conversa, pude notar que se trata de uma ótica particular de entendimento das relações livres, que passa em muito por questões pertinentes à homossexualidade, o que é diferente do que encontrei entre os sujeitos que havia conhecido até então, mesmo os homens e mulheres bissexuais. Em relação às lésbicas, não apenas não as vi no campo, como ouvi vários relatos de que esse formato de relacionamento não funcionaria para elas. Em todo caso, Joana relata ter tido uma namorada lésbica em uma relação livre, mas se queixou do ciúme e das dificuldades para lidar com o sentimento de posse da parceira. As demais entrevistadas que relatam relacionamentos não-monogâmicos com mulheres, contam que as parceiras eram bissexuais.

No que se refere às mulheres bissexuais, como disse no capítulo anterior, é importante destacar as assimetrias que marcam muitas das suas relações. Várias se relacionam com outras mulheres principalmente de forma esporádica, algumas vezes sem sexo, só “ficadas” casuais, sem envolvimento afetivo mais profundo. Para elas, o relacionamento principal no sentido de intimidade, estabilidade e afetos ocorre com homens. Por isso, ouvi relatos de preocupação e cuidado das mulheres acerca de como proceder com parceiras, devido ao medo de “devastar a vida de outra mulher”, como comentou Beatriz. Além disso, ouvi várias críticas a respeito da fetichização da bissexualidade feminina por parte de homens e casais (PILÃO, 2017). Muitas entrevistadas reclamam que a mulher bissexual recebe várias propostas para realizar fantasias

e fetiches dos casais, pois é vista como promíscua, uma vez que não teria os pudores da *hétero* e seria alguém que “topa tudo”, diferentemente da lésbica. Existe até um termo para isso, mencionado por Viviane, Sônia e Joana, entre outras: *unicórnio*, que é essa figura feminina almejada pelos casais¹¹⁴.

Quanto aos homens, conforme dito anteriormente, a questão da bissexualidade é bem menos explorada e, quando ocorre, também se dá de forma assimétrica, em comparação com as relações heterossexuais predominantes (PILÃO, 2017). Apesar disso, nota-se a crescente problematização da heterossexualidade masculina, que tem sido, entre os mais jovens, cada vez mais associada ao conservadorismo. Por isso, é comum perceber, nas narrativas dos entrevistados, uma postura masculina mais “aberta”, crítica à figura do *machão* e do homem viril, relacionado ao machismo e às desigualdades de gênero. Por outro lado, vale situar que diversas mulheres criticam essa postura, apontando descompassos entre o discurso e a prática de alguns homens, que se aproveitam do apoio às causas feministas para obter popularidade entre elas, ao passo que mantêm as condutas machistas. É o que as entrevistadas chamam de *esquerdomacho* ou *anarcomacho*¹¹⁵.

Pode-se fazer a ressalva de que meu acesso ao campo tenha se dado a partir de redes heterossexuais de relacionamento, e que talvez, em razão disso, não consiga ver a pluralidade das relações homoafetivas a pleno. Em todo caso, como disse há pouco, parece-me que a não-monogamia, entre os sujeitos LGBTs, constitui-se desde outra perspectiva e através de outras conexões políticas e interpessoais. Com efeito, há pessoas, situadas em relações exclusivas ou prioritárias heterossexuais, que propõem uma concepção unitária de não-monogamia, como se existisse um *sujeito universal não-monogâmico*, capaz de abarcar toda a diversidade humana e os marcadores sociais da diferença de forma equilibrada, o que não me parece adequado, daí o cuidado em definir o campo a partir de sua parcialidade, ou seja, como predominantemente heteronormativo e cisgênero, uma vez que há expressivas assimetrias em relação a orientações sexuais e identidades de gênero desviantes e abjetas.

Desta forma, passo a abordar as assimetrias específicas e contingentes de gênero nesse contexto cisheteronormativo. É importante ressaltar que há muitas histórias boas e relatos de

¹¹⁴ Unicórnio é a mulher que participa da relação para agradar o casal, que deseja se envolver e sente atração pelo homem e pela mulher, mas que não interfere no relacionamento prioritário e que, quando surgem problemas, retira-se sem complicações, ciente de sua posição. Ora, essa *persona* só pode mesmo ser um *unicórnio*, ou seja, uma entidade perfeita, desejada e que não existe.

¹¹⁵ Tais termos se popularizaram na internet e na militância feminista e se referem a um padrão específico de machista, isto é, o homem de esquerda apoiador de causas sociais (geralmente instruído e de classe média). Ver Krasota (2016) e Bastos (2018).

esforços para a criação de relacionamentos simétricos, pautados por responsabilidade afetiva, respeito, diálogo e honestidade, bem como sujeitos que se dizem felizes e decididos em suas escolhas. Em todo caso, é preciso colocar que, independentemente da postura propositiva e do agenciamento dos sujeitos, essas relações são construídas com base nos marcadores diversos que os constituem, de maneiras diferentes e desiguais, ou seja, em *ontologias assimétricas* (LOURO, 2000; BRAH e PHOENIX 2004; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008). É consenso no campo, por exemplo, que a experiência não-monogâmica é mais fácil para os homens, que gozam de certos privilégios, comuns a eles em relações heterossexuais, monogâmicas ou não, como o fato de não engravidarem ou de não menstruarem, situações que geram empecilhos para as mulheres. Durante a investigação, não conheci uma mulher sequer que não destacasse as desigualdades de gênero e não admitisse que a vivência da não-monogamia é mais árdua para elas que para os homens.

Para evidenciar tais assimetrias, tomo por referência, entre outras coisas, os relatos das dificuldades de homens e mulheres, acionadas na reconstrução de suas trajetórias afetivas e sexuais, seja na experiência não-monogâmica em si ou na história pregressa, que os constitui como sujeitos. Nesse sentido, é importante colocar que a principal reclamação dos homens, no que se refere à condição própria da masculinidade, é a dificuldade em *atrair e ficar com* as mulheres. Diego, por exemplo, relata: “eu não tenho essa habilidade de ‘caçar’, quando eu saio, não é para ficar com as pessoas, para ‘pegação’, é para me divertir entre amigos”. Esse é também o caso de Marcos e de Daniel. Ambos se comparam com as namoradas e admitem se sentir em desvantagem, pois elas têm mais êxitos e ficam com mais pessoas. “Vantagem para mim eu não vejo, sabe, no sentido sexual. Eu estou nessa relação porque é o que escolhi para mim, mas eu acho que acabo tendo mais barreiras para conseguir aproveitar do que ela”, conta Daniel, que exhibe essa dificuldade como uma característica de sua personalidade. “Eu sempre fui tímido, do tipo ‘amigão’, e não conseguia reparar quando alguém estava a fim de mim. Às vezes eu me sinto apagado, como se não existisse. É por isso que nunca estive em grupos”. Outros associam essa dificuldade à juventude, como Cláudio, por exemplo, que conta ter vivido “uma miséria sexual brutal” pela falta de aprendizado e experiência. Fernando e Maurício têm a mesma opinião e revelam ter partido da inaptidão da adolescência diretamente para longos casamentos, em que se sentiram tolhidos e frustrados. A separação e a abertura para relações não-monogâmicas depois dos trinta vieram, portanto, como o escape para “recuperarem o tempo perdido” e para satisfazerem seus desejos/anseios, sobretudo, sexuais.

Outras reclamações, mais pontuais, têm a ver com a conduta das namoradas. Henrique e Pablo relatam o sofrimento de terem sido traídos em relacionamentos monogâmicos antigos. Segundo Henrique, a namorada não apenas o traía, mas também o controlava e era possessiva e ciumenta. Maurício, por seu turno, reclama da ex-namorada Luiza, que, de acordo com ele, era manipuladora. Diego, finalmente, conta ter vivido um relacionamento abusivo com Joana, já que, quando moravam juntos, ela o maltratava e o menosprezava. Segundo ele, a namorada “não o deixava ter voz em casa em coisas que (ele) achava que deveria ter voz”. Na ocasião, Joana “estava muito engajada no feminismo radical e tendo atitudes misândricas”, argumenta Diego. Em todo caso, tais reclamações são pouco frequentes e têm relação, de maneira geral, com o temperamento, o caráter e a maturidade das parceiras, e não com episódios explícitos de violência ou opressão fundamentados nas assimetrias do gênero.

Em relação a isso, a percepção dos homens é, em geral, inversa. Enquanto alguns não abordam tal questão, outros, como Maurício, Arthur e Pablo, admitem francamente que a vida é mais fácil para os homens e que eles têm menos barreiras para experimentar sexualidades e afetos não-monogâmicos. Daniel e Marcos, por seu turno, afirmam que, apesar de “pegarem menos pessoas que as namoradas”, notam que elas sofrem mais julgamentos e preconceitos, pois são consideradas putas por desejarem várias pessoas, ou idiotas, por serem “enganadas” pelos namorados, como se o relacionamento aberto fosse imposto, e não escolha delas. A fala mais contundente a respeito da percepção dos privilégios masculinos é de Maurício. Por isso, reproduzo-a literalmente abaixo:

Eu acho que sou eu um cara muito privilegiado na categoria em que estou inserido. Eu sou um homem, alto, claro e relativamente bonito, então me sinto muito privilegiado. Mesmo sem fazer nada eu já sou privilegiado. Quando vou pedir alguma coisa, eu uso da minha simpatia, e eu sei o que eu represento na mente da pessoa. À medida que eu fui ficando mais velho, eu fui tendo uma facilidade muito grande de entender o que as pessoas ao redor estão pensando de mim, fica fácil depois de um tempo, e eu percebo que é só eu chegar muito simpático que as pessoas dizem ‘sim’ para tudo que eu pedir. Mas isso porque eu procuro ser muito espontâneo e honesto, né. E tem essa minha peculiaridade. Eu sou homem, alto, bonito, com a pele clara, carismático e confiante, e isso faz com que tudo facilite muito as coisas pra mim, mas eu tento não abusar, né.

No caso das mulheres, nota-se uma grande diferença no que se refere às dificuldades acionadas nas narrativas, que revelam processos de constituição de *sujeito afetivo e sexual* marcados por assimetrias de gênero, desde a infância, passando pelas relações monogâmicas, até o momento atual e suas experiências não-monogâmicas (SILVA, 2017). Em linhas gerais, as histórias das mulheres são marcadas, para além das experiências positivas e felizes e de toda capacidade agentiva e propositiva, por episódios recorrentes de insegurança, preconceito

e abuso sexual, físico e/ou psicológico, baseados em sua *condição de gênero*, que variam de acordo com a pessoa, o momento da vida, o meio e as pessoas com quem se relacionam e a postura individual diante de tais relações. O primeiro ponto a ressaltar, nesse sentido, é que, das dez entrevistadas, cinco revelam ter sofrido abuso sexual ou estupro¹¹⁶ na infância ou na adolescência. Preservarei suas identidades, ainda que se trate de nomes fictícios, pois penso que esses relatos devem receber máximo sigilo. Ouvi histórias de estupros e abusos sexuais cometidos por desconhecidos, por parentes, como tios e primos, por colegas de escola e por namorados. E vale ressaltar que, como essa é uma questão delicada, é provável que muitas histórias semelhantes tenham sido omitidas pelas entrevistadas.

Outras reclamações sobre a juventude se dão com respeito a questões diversas, como a repressão sexual sofrida na família, mencionada por Carolina e Patrícia, e o preconceito por serem adolescentes sexualmente ativas, referido por Marcela, Joana, Mônica, Luiza e Viviane. Para Marcela, a vida no interior do Rio Grande do Sul era insuportável, pois ela era rotulada como “vagabunda”. “Cansei de ouvir piadas do tipo ‘fechadura que abre com qualquer chave não presta para nada’, né”, revela. Ouvi até mesmo relatos de agressão física, como de Luiza, que conta ter apanhado do namorado na adolescência, e psicológica, caso de Mônica, que faz a afirmação forte de que todos os namorados anteriores foram abusivos e lhe “fizeram muito mal”. Alguns controlavam suas roupas e o que ela comia, pois não queriam que engordasse. Nesse sentido, enaltece o relacionamento aberto com Daniel e afirma que se sente atualmente valorizada e muito feliz.

Em relação a casamentos, ouvi duas histórias, ambas relatando situações abusivas. A primeira é a de Sônia, analisada no capítulo das trajetórias e que, por isso, não requer maiores delongas. A segunda é a de Carolina, que foi casada por cinco anos com um homem, segundo ela, “extremamente machista e conservador”. Ela mudou de cidade, ficando longe da família, para acompanhá-lo, pois ele trabalhava na marinha. Isolada, conta que acabou se submetendo a abusos diversos, como agressões verbais, manipulação e privação de liberdade, em especial quando o marido estava alcoolizado. Carolina afirma que tentou se separar muitas vezes, mas ele não aceitava e ela acabava cedendo. O término veio quando ele a agrediu fisicamente. De qualquer forma, conta que ele continuou lhe perseguindo por muito tempo, mesmo anos após a separação.

¹¹⁶ Uso os dois termos, pois são as formas referidas pelas entrevistadas. Com efeito, não cabe aprofundar aqui a discussão sobre o que caracteriza o estupro e/ou o abuso sexual.

No que se refere às relações não-monogâmicas, pode-se identificar várias experiências assimétricas resultantes da produção generificada dos relacionamentos, citadas por diversas mulheres. Primeiramente, existe a questão do preconceito, que não afeta os homens. Segundo algumas entrevistadas, a mulher *não-mono* é rotulada como promíscua, como afirma Patrícia, que revela já ter sido chamada de “galinha”, entre outras expressões ofensivas. “Eu vou ser sempre a puta, galinha, vadia, que vai tomar os homens das outras. Essa é a dificuldade para nós, mulheres não-monogâmicas, a sociedade julga mais”. Outro exemplo emblemático é o de Mônica, que, após falar no trabalho sobre sua relação aberta, foi chamada de “poço de DST”. Outras, a partir de outro viés, dizem que o preconceito tem a ver com a condição de *mulher puta*, e não especificamente com a identidade não-monogâmica. Viviane diz que sempre foi julgada por ser uma mulher puta, desde muito antes de conhecer as relações livres, e Joana conta que é julgada por ser uma mulher sexualmente bastante ativa. Para ela: “não acho que exista preconceito contra não-monogâmico, o que existe é machismo contra as mulheres; eu não acho que uma mulher não-monogâmica sofra mais ou menos preconceito, por exemplo, do que uma mulher solteira que ‘passe o rodo’¹¹⁷”.

Ademais, há a questão da insegurança. Das entrevistadas, quatro afirmaram ter sentido o que Paula define como “insegurança de ser mulher não-monogâmica”. Com efeito, nenhum homem se vê como inseguro por ser homem, à exceção de Daniel, que associa essa questão a problemas de autoestima, masculinidade e depressão, e de Marcos, que liga a insegurança, sobretudo, ao peso e à aparência. Além de Paula, Luiza, Carolina e Beatriz narram situações de insegurança extrema, derivadas das tensões de gênero produzidas nos relacionamentos. Beatriz, por exemplo, conta que se sentiu dessa forma em suas duas relações abertas, tanto que está em busca, atualmente, de um namoro monogâmico. A respeito de tais relações, ela afirma:

(Primeira) Para mim foi desgastante demais, embora eu tenha aprendido muito com a relação, pois ele colocou muitos medos e inseguranças em mim, de achar que eu não sou compreensiva, que não sou boa o suficiente para alguém, de ter que estar sempre respeitando o tempo dele, que eu nem sei qual é o tempo da outra pessoa, essas coisas. Ele me julgava porque eu queria filhos e dizia que eu era uma mulher muito sensível...

(...)

(Segunda) Por muitos momentos eu não me senti importante na vida da pessoa, como se a minha companhia não valesse nada, não valesse um diálogo, sabe, como se eu não pudesse construir nada com aquela pessoa, como se eu fosse um peso.

¹¹⁷ Passar o rodo é uma gíria que significa “pegar geral”, “pegar todo mundo”, etc.

Finalmente, é importante mencionar a questão dos abusos cometidos por homens não-monogâmicos. De fato, a discussão a respeito de responsabilidade afetiva é uma reivindicação das mulheres, principalmente, que revelam sofrer da mesma forma ou quase tanto quanto nas relações monogâmicas. Por óbvio, há relatos variados de situações abusivas, associados com as causas mais diversas. De qualquer forma, boa parte delas é baseada especificamente no gênero (SILVA, 2017). Um exemplo disso é Carolina, que depois do casamento teve uma relação aberta em que morou com o namorado e sofreu novamente com abusos. Segundo ela, o parceiro era irresponsável e imaturo, e só pensava em sexo, mas não se preocupava com os sentimentos e com o consentimento das mulheres, tendo forçado inúmeras situações para conseguir transar. Além disso, frequentemente não usava camisinha com as outras, o que a levou a contrair uma séria infecção pélvica. Os momentos mais conturbados vieram quando Carolina engravidou, pois ele começou a pressioná-la, reclamando que queria transar com outras mulheres. “Ele me dizia ‘eu tô a fim de transar com outras pessoas *por fora*’. E eu dei uma surtada e disse ‘pô, eu tô grávida, quase ganhando, me sentindo uma *pata choca*, e tu vem me falar isso”. Depois do nascimento da filha, a relação se tornou insustentável, já que ele queria retornar à rotina de festas enquanto Carolina passava trabalho com a criança. Em poucos meses, veio o término. “Ele me ajudava muito pouco com ela, quase nada, e eu já tinha desistido de insistir, já tava ‘numas’ de ‘ah, ele é assim, não tem jeito’, aí eu me separei; ele quase não via a filha e quando pegava ela, levava pra mãe cuidar”. A história de Carolina é emblemática, pois explicita duas situações diferentes de abuso: a primeira com o marido conservador e a segunda com o companheiro mais “aberto e descolado”, mas igualmente abusivo.

Outros relatos importantes, nesse sentido, são os de Luiza e Marcela. Luiza conta que foi “enganada e traída dentro do relacionamento não-monogâmico”. Segundo ela, os abusos foram se acumulando, a ponto de se sentir humilhada. Maurício mentia para as mulheres, ora afirmando ser solteiro, ora que Luiza era sua irmã. “Ele tava mentindo só para conseguir sexo, privando as pessoas de ter escolha, baseado numa mentira; completamente errado”, comenta. Para tanto, tinha o respaldo de Luiza, que, com o tempo, passou a se sentir mal por ter achado isso normal. “Esse tipo de comportamento foi se repetindo e aumentando, argumentando que a vida era dele e ele que decidia o que fazer. Ele dizia que enquanto estava comigo era ótimo, mas que quando saía, poderia fazer o que quisesse, que eu não tinha o poder de opinar na vida dele”. Com o tempo, a situação se tornou insuportável. Assim conta Luiza: “no início, a gente conversava sobre as experiências, mas no final, nos últimos seis meses de relacionamento, eu

não podia ouvir tocar no assunto”. “Cada vez mais ele se sentia confortável para fazer o que quisesse sem me dar satisfação, segurando minhas mãos e olhando nos meus olhos, alegando piamente que nunca me amou tanto. Sempre aumentando. Era o maior amor do mundo. Ele gostava de jogar com as mulheres, quanto mais dependentes elas ficavam, mais ele gostava”.

Marcela, enfim, relata uma situação extrema de abuso num relacionamento aberto. Ela conta que o ex-namorado era agressivo e quebrava as coisas dentro de casa. Além disso, não cumpria os acordos e a chamava de “louca”, afirmando que ela inventava coisas e distorcia os fatos. Isso a levou a propor a redação de um contrato escrito, pois desejava provas materiais de que ele estava a manipulando e utilizando os acordos sempre em seu favor. A história mais violenta, segundo ela, é de uma noite na qual estava triste e foi a uma festa “meio contra a vontade”, para acompanhá-lo¹¹⁸. Lá, tomou uma bala¹¹⁹ junto com uma garota, com quem ele estava a fim de ficar, para se sentir mais animada. No final da festa, o namorado convidou a moça para ir dormir em sua casa, pois ela morava em outra cidade. Marcela conta, chorando, que a “bala deu efeito rebote” e ambas capotaram, no que ele aproveitou para estuprá-las. “Eu tenho lembranças horríveis desse dia. Eu estava lá consciente, mas paralisada e sem reação”. “Meses depois eu não conseguia admitir para mim mesma que eu tinha sido estuprada, achava que a culpa era minha. Demorei meses até conseguir dizer ‘nossa, eu fui estuprada pelo meu ex-namorado’. Ainda assim, não acredita que essa seja uma característica do relacionamento não-monogâmico, e prefere responsabilizar o sujeito, não a forma da relação. Marcela afirma que “existem homens ‘escrotos’ tanto monogâmicos quanto não-monogâmicos”. Segundo ela: “depois minhas amigas vieram dizer ‘agora tu viu que essa história de relacionamento aberto não funciona’? E eu falei ‘olha, não é bem assim, é o caráter dele’. Eu não culpei a estrutura, eu botei a culpa no participante. É o caráter”.

7.2 Classe, escolaridade e raça

Como explicitiei no subitem anterior, o meu campo é cisgênero e predominantemente heteronormativo, composto por pessoas heterossexuais e bissexuais (sobretudo as mulheres). Embora o gênero seja o principal marcador social acionado pelos sujeitos para refletir acerca das experiências não-monogâmicas, é preciso ressaltar que outros marcadores também fazem

¹¹⁸ Isso era recorrente, pois ele é DJ e produtor de festas e eventos.

¹¹⁹ Bala é *ecstasy*, uma meta-anfetamina que provoca alterações nos sentidos e nos neurotransmissores responsáveis pelas sensações de alegria, euforia e felicidade.

parte desses processos, articulando-se ao gênero na produção de agenciamentos, limitações e possibilidades, estruturando a vida e atravessando os relacionamentos, de formas contingentes e localizadas (BRAH e PHOENIX, 2004; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; POCAHY, 2011; RODRIGUES, 2013). Nesse sentido, cabe destacar a importância das posições de classe e escolaridade dos sujeitos, pertinentes no caso das relações não-monogâmicas, caracterizadas por um perfil socioeconômico e educacional similar e pouco variável. Além disso, pode-se agregar a questão racial, que parece estar diretamente atrelada a esses marcadores.

Assim como há certo consenso entre os entrevistados de que a vivência das relações não-monogâmicas é mais fácil para os homens, devido às barreiras de gênero que atrapalham as mulheres, também existe certo consenso de que elas são um privilégio de pessoas urbanas e escolarizadas, envolvidas com os meios universitários, artísticos e de ativismo político. Com efeito, os sujeitos associam a vida nas áreas centrais da cidade, o acesso à educação superior e a participação em militância política, como elementos que dão acesso e estimulam o interesse pela não-monogamia. A ideia que embasa essa percepção é a de que nesses ambientes há mais discussões sobre gênero e sexualidade e práticas que fissuram as normatividades sexuais, uma vez que se trata de espaços laicos e tolerantes.

Para muitos entrevistados, essa realidade é muito peculiar, diferente do que se vê no interior e nas periferias, onde haveria uma influência mais incisiva das religiões e dos valores familiares monogâmicos, como a pressão para casar, ter filhos e constituir família. Muitos afirmam, em suma, que o acesso à renda e à educação influencia nos rumos da vida afetiva e sexual, e admitem que a possibilidade de *experimentar e assumir-se publicamente* como não-monogâmico ou bissexual é um privilégio específico das pessoas que vivem nessa “bolha¹²⁰”. Acerca disso, cabe mencionar a reflexão de Beatriz, criada no interior do Rio Grande do Sul, que foi morar em Porto Alegre aos dezessete anos para fazer a faculdade de jornalismo: “eu acho importante salientar que se não tivesse no meio em que me encontro, né, as pessoas com quem me relaciono, os meus amigos e até a minha família, que tem a cabeça mais aberta para essas coisas, eu não conseguiria ficar com outras pessoas”. E acrescenta: “eu não conseguiria pensar na ideia de relacionamento aberto, seria ‘demais’ para mim. Eu pensaria ‘deve ser muito legal, mas não, nunca, imagina’! E se eu fizesse ia me sentir como se estivesse traindo”.

¹²⁰ O termo bolha é referido diversas vezes, seja para falar da bolha não-monogâmica, da bolha universitária ou bolha da esquerda. Até mesmo a bolha das redes sociais é mencionada, para se referir a um grupo seleto de amigos com características similares. O termo é usado, muitas vezes, de forma crítica, pois denuncia o fechamento em uma realidade paralela e a existência de um “mundo lá fora, diferente da bolha”.

Se considerarmos apenas os entrevistados, a questão da escolaridade parece constituir o principal marcador social a agregar as redes de relações não-monogâmicas. A assimetria em relação aos sujeitos com baixo nível de instrução é explícita. Com efeito, ao longo de toda a pesquisa não conheci uma pessoa sequer que não tivesse pelo menos ensino médio completo. Dentre os entrevistados, apenas três nunca estiveram em um curso de graduação. Mônica, que trabalha em um salão de beleza, é o caso mais divergente. Humberto e Maurício também não fizeram faculdade, mas o primeiro é músico e sempre circulou no meio artístico universitário, da mesma forma que o segundo, que foi ator em companhias de teatro por muitos anos. Todos os demais são graduados, estão cursando a faculdade ou entraram nela, porém a abandonaram. Ademais, destaca-se a predominância de cursos de humanidades e do estudo em universidades públicas. Dos graduados, Cláudio fez Ciências Sociais na UFRGS; Sônia, Jornalismo na USP; Patrícia, Letras na USP; Fernando, Economia na UFRGS; e Beatriz, Jornalismo na PUCRS. Dentre os que estão com o curso em andamento, Arthur estuda Engenharia na PUCRS; Daniel faz Sistemas de Informação na PUCRS; Diego, Ciências Sociais na UFRGS; Joana, Políticas Públicas na UFRGS (já fez Ciência da Computação, mas largou o curso); Henrique, Filosofia na UFRGS; Marcela, Psicologia na UFCSPA; Marcos, Ciências Sociais na UFRGS (começou na Filosofia, mas trocou); e Paula, Ciências Sociais na UFRGS. Abandonaram o curso Pablo, que estudava Medicina no Uruguai; Luiza, que fazia Administração na PUCRS; Viviane, que fazia Ciências Sociais na UFRGS; e Carolina, que estudou Artes Visuais na FURG.

Assim, resta evidente o quanto o acesso ao ensino superior, ou o convívio com o meio universitário, é um aspecto importante para a experimentação de relações não-monogâmicas. De fato, meu campo é homogêneo nesse sentido e a principal assimetria a destacar é a respeito dos sujeitos com pouca escolaridade, que não participam dessas redes. A questão pendente é por que isso acontece. Para alguns entrevistados, isso se deve ao estranhamento, ao moralismo ou aos medos oriundos da religião em contextos sociais menos progressistas. Para Cláudio, “há pessoas que quando ficam sabendo das relações livres não aceitam ou sofrem por tentar e não conseguir, principalmente pessoas do interior ou que vêm de religiões, muito católicas, tradicionais. Por mais que tentem, ficam um tempo e depois acabam desistindo”. Por óbvio, ninguém me relatou evitar pessoas com baixo nível de escolaridade e o argumento do repúdio devido a questões morais e religiosas faz muito sentido. Em todo caso, existem desigualdades no âmbito das bolhas de pessoas privilegiadas em capital cultural¹²¹, visto que elas circulam em espaços seletos e acessam bens culturais e intelectuais refinados, que são, muitas vezes,

¹²¹ Não há necessidade de definir esse clássico conceito da sociologia aqui. Ver Bourdieu (1997).

indisponíveis aos sujeitos pouco instruídos. Ou seja, se por um lado tais sujeitos podem acabar rechaçando formas alternativas de relacionamento, por outro também é verdade que não têm acesso aos meios intelectualizados e politizados nos quais elas se configuram.

No que se refere à classe ou situação socioeconômica, de modo geral, há também certo consenso de que as relações não-monogâmicas se concentram nos redutos de classe média, propícios à autonomia econômica dos sujeitos. A pobreza é vista como entrave, na medida em que lhes forçaria a compartilhar renda, moradia e obrigações com a família, o que prejudica a independência pessoal necessária para romper com a monogamia. Dentre os entrevistados, vários fazem associação entre a condição socioeconômica e a vida não-monogâmica. Como diz Patrícia, “não existe autonomia sexual e afetiva sem autonomia financeira. Você não vai ser livre para se relacionar se depender do parceiro para pagar suas contas”. Comparando-se a outras mulheres, comenta: “eu tenho o meu emprego, o meu apartamento, estou em outro padrão em relação a outras mulheres, que estão abaixo e são monogâmicas, então tenho esse privilégio de classe, por onde eu circulo, mas eu também não ando com a burguesia”. Sônia é outra que faz essa associação. Segundo ela: “eu acho que é um marcador a mais o fato de ser servidora pública, né; o fato de eu ser branca também valoriza, o fato de ser intelectualizada, de viver no meio de artistas e de estar em uma empresa pública que eu sei que não vão me demitir por causa disso¹²²”.

Nesse sentido, alguns admitem que o fato de morar junto com o parceiro ou a parceira, seja por escolha, seja por necessidade financeira, é um complicador para o exercício da não-monogamia. É o caso de Marcos, citado no capítulo das trajetórias, que queria ter uma relação livre com a namorada. O casal optou por morar junto em razão de dificuldades financeiras. Assim, os dois trabalhariam e juntariam os salários para pagarem um só aluguel e as mesmas contas. No entanto, depois disso acabaram restringindo as liberdades da relação, devido às complicações decorrentes da divisão do espaço, tempo e renda. Por algum tempo, inclusive, a relação esteve aberta apenas “teoricamente”, como ele diz, já que estavam tão comprometidos com as contingências e obrigações da vida de casal que ninguém saía com outras pessoas. Patrícia, RLi experiente, relembra que, quando chegou a Porto Alegre, teve de morar por um ano com o parceiro, Cláudio, às custas dele. “Foi um horror para a gente, para a nossa vida, porque estávamos como casal”. Para ela: “quando você mora na mesma casa, você começa a entrar na vida do outro, por mais que a relação seja livre. O cotidiano desgasta. O controle

¹²² Por ser publicamente adepta de relações livres.

vem sem você querer quando você mora no mesmo teto. E a dependência te torna refém do outro”.

Embora haja essa percepção comum sobre as condições ideais para o exercício da não-monogamia, encontrei em campo situações um tanto quanto diferentes. As desigualdades de classe, por óbvio, interferem na construção das relações, mas não vi essa homogeneidade de pessoas de classe média, que configura o estereótipo do sujeito não-monogâmico. O marcador que parece preponderar, nesse sentido, é o acesso ao ensino superior e ao meio universitário, reforçado pelas questões já mencionadas, como envolvimento com ativismos políticos, artes e grupos progressistas, em geral. É claro que há uma correlação entre nível de instrução elevado e condição socioeconômica confortável. Contudo, ela não é intrínseca. Entre os entrevistados, vários se consideram pobres ou de classe média baixa. Ouvi diversos relatos sobre problemas financeiros e dificuldades para pagar as contas. Em todo caso, o acesso ao meio universitário é comum a todo o campo, inclusive aos mais pobres. E é o que configura a principal diferença (assimétrica) dos sujeitos não-monogâmicos em relação à população, em geral. A média entre eles tem ensino superior completo ou incompleto (FREIRE, 2013; FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017).

Além de Marcos, Humberto relata uma trajetória de não-monogâmico pobre. “Eu me criei na vila, na Mathias Velho¹²³, em Canoas. Sempre fui operário, trabalhei em indústria, no comércio, no que aparecia”. Carolina, da mesma forma, revela que tem uma vida “apertada”; técnica de enfermagem, sustenta-se sozinha e tem a filha para criar. Luiza trabalha fazendo e vendendo lanches na rua, e conta passar por muitas dificuldades. Nos últimos anos, teve de se mudar várias vezes, pois não conseguia pagar o aluguel. O mesmo vale para o ex-namorado, Maurício, que atualmente está em uma situação mais confortável, visto que o seu negócio de lanches¹²⁴ tem prosperado a contento. Viviane, companheira de Humberto, por sua vez, relata ter passado por situações difíceis, a ponto de não ter onde morar e ir parar nas ocupações de Porto Alegre. Hoje, vive da venda de cartões na rua e ganha pouco, mas o suficiente para dar conta das necessidades básicas da família (ela, Humberto e a filha), que vive o “estilo de vida *riponga*, buscando trabalhar e consumir pouco”. Diego é outro que relata ter vivido momentos difíceis. No começo da vida adulta, chegou a ficar desempregado e sem ter onde morar. Aí foi morar “de favor” com Joana, sua amiga, que depois se tornou, por anos, sua companheira. Os

¹²³ Bairro periférico de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹²⁴ Ambos trabalhavam juntos. Após a separação, cada um começou a produzir e vender lanches por conta própria.

demais se identificam como ou parecem levar¹²⁵ uma vida de classe média, uns em situação mais confortável que outros. Beatriz diz ser classe média baixa. Recentemente, teve de voltar a morar na casa da mãe, no interior, pois estava desempregada e não conseguia se manter na capital. Considerando-se os entrevistados, percebe-se que o campo oscila de pessoas pobres ou de classe média baixa a pessoas de classe média, com padrão de vida confortável. É fato que condições socioeconômicas diferentes produzem assimetrias nas relações, como referido pelos sujeitos que associaram aperto financeiro à dificuldade de exercício da não-monogamia. Entretanto, esse parece ser um fator menos determinante que o do acesso à educação superior.

O exemplo mais emblemático, a respeito disso, é o de Joana, que diz ter sempre sido pobre e exalta a experiência de crescer na vila. Criada na periferia de Viamão¹²⁶, conta várias histórias específicas da infância e da adolescência em tal contexto, desde o amadurecimento sexual precoce até as brigas de rua e o envolvimento dos jovens com atividades ilícitas. Ela se mostra incomodada com a “visão de senso comum de que a não-monogamia é coisa de classe média”. Segundo ela, “várias ‘minas’ feministas, para defender a sua monogamia, saíram com o discurso de que a não-monogamia é uma coisa do machismo, dos homens de classe média que se aproveitam das mulheres, e aí esvaziaram o debate feminista não-monogâmico”. E prossegue: “quando, na verdade, a monogamia não é mais o modelo que as mulheres usam na periferia. Aí elas ficam *naquelas* de que a não-monogamia é uma coisa elitizada que só gente muito intelectualizada pode ter, que até parece que pobre, preto e periférico tem mais é que estar na monogamia, né”. Cabe destacar, não obstante, que, ainda no ensino fundamental, Joana foi estudar no Colégio de Aplicação da UFRGS, onde se envolveu com o movimento estudantil secundarista e com a juventude universitária. A respeito da própria experiência, faz o seguinte comentário:

Para te dar uma noção disso, eu me relacionei por muito tempo com o Pedro¹²⁷, que é um dos teóricos mais importantes da não-monogamia, não que isso conte muita coisa no currículo dele, né. E o Pedro era carroceiro¹²⁸, carroceiro mesmo, morava na 18¹²⁹ lá da Mathias Velho, em Canoas. E a gente conseguiu elaborar muitas teorias sobre relacionamento a partir de uma vivência que não era para o cara branco, universitário, com doutorado. Isso aí é muito fácil. Como é que se faz comigo, que sou mãe solteira e que sustento a minha filha sozinha, sabe? E isso me ajudou muito, porque quando a não-monogamia virou uma coisa ‘pop’, rolou uma enxurrada de críticas do tipo ‘ah,

¹²⁵ A partir do que pude observar e das falas sobre trabalho, renda, moradia e padrão de consumo, nem sempre explícitas nas narrativas dos entrevistados.

¹²⁶ Município da Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹²⁷ Nome fictício.

¹²⁸ Convém destacar que o próprio Pedro, citado como exemplo extremo de sujeito vulnerável, é referido como leitor voraz e estudioso de assuntos diversos. Joana conta que, enquanto estavam juntos, ele conseguiu um emprego de carteira assinada e iniciou a faculdade de Biologia.

¹²⁹ Parada 18.

isso é para os caras poderem ser machistas, isso aí é uma coisa da classe média, uma coisa da burguesia, do não sei o quê', e eu nunca me vi encaixada em nenhum desses estereótipos.

Para encerrar, é importante falar da dimensão racial do campo, já que há uma relação histórica entre raça/etnia e as outras dimensões citadas (HASENBALG e VALLE E SILVA, 1988)¹³⁰. Com efeito, outro consenso entre os entrevistados é de que a não-monogamia parece ser um privilégio branco. Embora a questão racial não seja o foco de suas problematizações, existe a percepção de que há poucos sujeitos negros não-monogâmicos e de que isso se deve a um recorte racial excludente dos espaços sociais, políticos e acadêmicos. Assim, a principal assimetria a se ressaltar é a respeito da ausência ou invisibilidade desses sujeitos. Ademais, é válido destacar as desigualdades que parecem recair principalmente sobre as mulheres negras (CRENSHAW, 2002; BRAH e PHOENIX 2004), admitidas por alguns entrevistados. Certa feita, em uma roda de conversa sobre as relações livres em Porto Alegre, uma mulher negra universitária e RLi fez severas críticas à não-monogamia, desde a ótica do feminismo negro. A jovem tentava conciliar a militância negra com as relações livres, mas estava indignada. Segundo ela, “muita gente de esquerda e do RLi é racista, e os homens do ‘amor livre’ não querem saber das mulheres pretas e gordas, tudo um bando de *esquerdomacho* que *paga* de revolucionário, mas só pega mina padrãozinho, branca e magra”. Após esse dia, nunca mais a encontrei.

Dentre os entrevistados, dezoito pessoas são brancas e apenas duas são negras, Patrícia e Humberto. De acordo com Humberto, a questão racial interfere em sua relação com Viviane devido ao olhar externo julgador. “Tem a questão de ela ser branca e eu ser negro, né. Eu acho que as pessoas ainda se assustam com isso”. Apesar disso, ele se diz sortudo no que tange ao preconceito, e revela ter passado por só um episódio explícito de racismo em relacionamento, em um namoro fechado antes de se tornar RLi. “O racismo eu experimentei em uma relação monogâmica que eu tive. A mãe da minha namorada perguntou para ela, bem na minha frente, o que que ela queria com um cara preto operário”. O caso de Patrícia é peculiar. Enquanto Humberto se define como preto operário, ela relata uma trajetória distinta, de êxito acadêmico e profissional. Aos vinte anos saiu de Sergipe para estudar em São Paulo. Depois de formada, veio morar em Porto Alegre, onde trabalha como professora concursada. Patrícia não faz nenhuma menção à questão racial. Em vez disso, enfatiza os privilégios de ser uma mulher

¹³⁰ No Brasil, a população branca sempre ocupou as zonas centrais das cidades e dominou o acesso à educação formal, ao passo que as populações negras e miscigenadas mantiveram-se marginalizadas, vivendo em áreas pobres e periféricas, com trabalhos precários e com menos acesso à educação escolar.

autônoma, financeiramente independente e que não precisa dar satisfação a homens ou à família. Segundo ela, “Eu me considero privilegiada porque sou uma mulher independente, uma mulher que viaja, autônoma, que recebe quem quer em casa e que tá longe da família. A vida é minha aqui, não devo nada a ninguém e sou eu que pago as minhas contas”. Ainda que não fale da questão racial, fica evidente que ela estaria atravessada e ressignificada por outros marcadores sociais, que fazem com que se sinta privilegiada¹³¹ (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

Entre os entrevistados brancos, dois admitiram explicitamente¹³² que a branquitude é um privilégio no que concerne aos relacionamentos. É o caso de Sônia, que afirma que “o fato de ser branca (também) valoriza”, e de Maurício, que diz: “eu acho que eu sou um cara muito privilegiado na categoria em que estou inserido, eu sou homem, alto, claro¹³³ e relativamente bonito, então me sinto muito privilegiado mesmo sem fazer nada”. Em relação às parceiras e parceiros negros, ouvi diferentes relatos. Cláudio, por exemplo, tem uma companheira negra, com quem se relaciona há alguns anos e tenta fazê-la se adequar às relações livres. Ele conta que está “temporariamente monogâmico, esperando ela dar o primeiro passo”. Diego, por sua vez, tem uma namorada negra, que não conheci, pois mora em São Paulo. Ela e Sônia são suas duas relações estáveis. Segundo ele, “Amanda¹³⁴ é negra, as namoradas do ensino médio eram brancas, algumas são mais magras, outras mais gordas. Então varia bastante. O critério de escolha são pessoas com quem eu consiga conversar. A parte intelectual para mim é muito importante”. Essa fala indica a indiferença da questão racial como aspecto produtor da atração por parceiras, que estaria associada às afinidades intelectuais.

Em todo caso, ouvi três relatos de mulheres que dizem se atrair especificamente por homens negros¹³⁵. É o caso de Luiza, por exemplo, que comenta: “eu gosto muito de homens negros e fico bastante com eles. O Joaquim¹³⁶ é negro e eu perdi a virgindade com um homem negro”. Viviane, companheira de Humberto, conta o seguinte sobre Fabiano, um ex-namorado citado no capítulo de sua trajetória: “ele era tipo o MacGyver¹³⁷, aquele cara que faz tudo.

¹³¹ O caso de Patrícia ilustra bem a discussão sobre agenciamento e interseccionalidades na perspectiva de Brah (2006), para quem os marcadores sociais se articulam de formas diversas e contingentes, não podendo ser tratados, portanto, como categorias rígidas e essencializadas.

¹³² Explícita e espontaneamente, pois não fiz essa pergunta. É possível que outros sujeitos tenham a mesma opinião, mas não a tenham comentado.

¹³³ Na sequência da entrevista, ele diz ser privilegiado por ter “pele clara”.

¹³⁴ Nome fictício de sua namorada de São Paulo.

¹³⁵ Ou seja, que destacam a negritude como característica física que atrai e dá tesão.

¹³⁶ Nome fictício do parceiro com quem estava saindo por ocasião da entrevista.

¹³⁷ MacGyver era o personagem principal de uma série estadunidense de ação dos anos 80, que fez muito sucesso no Brasil.

Aliás, ele é meu padrão de atração, porque desde pequena eu sou apaixonada pelo MacGyver, então imagina uma versão *negão*. MacGyver e *negão*, tudo que eu gosto na mesma pessoa”. Finalmente, trago o relato de Joana a respeito de um de seus ex-namorados. Assim ela narra a noite em que o conheceu: “eu tinha brigado com um ex, aí fui pra festa e pensei ‘eu vou pegar o cara mais burro que eu achar aqui, o mais bonito, o mais gostoso, porque eu quero acordar amanhã e não quero sentir vontade de pedir o telefone da pessoa”. E conclui: “aí tinha uma roda com uns caras e tinha um guri que parecia jogador de basquete, alto, negro, com a pele mais clara, mas negro, daí eu pensei ‘é esse aí’, bonito e com cara de bobo”.

7.3 Geração

Além de gênero e sexualidade e dos marcadores sociais de classe, raça e escolaridade, é preciso considerar a questão da diferença etária no campo, uma vez que existem assimetrias e especificidades nos modos de se relacionar que têm a ver com a geração ou com a fase da vida dos sujeitos, que abrangem desde o nível de estabilidade dos vínculos construídos até os tipos de dilemas enfrentados (POCAHY, 2011). Com efeito, experimentar uma relação não-monogâmica aos vinte, por exemplo, não é igual a fazê-lo aos quarenta. Para vários sujeitos com quem conversei, os trinta são a melhor idade para praticar, ser ou se tornar *não-mono*. Antes disso, eles seriam imaturos ainda e teriam mais dificuldades para lidar com a família, devido à dependência financeira e afetiva. A partir dos quarenta, na opinião dos mais jovens, viriam outras preocupações, como a saúde e a velhice do corpo. Os trinta, em compensação, parecem constituir uma *época de ouro*, para muitos, em que eles podem ter autonomia afetiva e sexual e independência financeira, ao mesmo tempo em que gozariam de saúde, energia, tempo e beleza.

Entre os entrevistados, quase metade têm entre vinte e dois e vinte e nove anos¹³⁸. Em que pese o percentual expressivo, vários fazem referências à inexperiência ou imaturidade nas relações vividas na juventude e revelam o anseio/expectativa de melhora dos relacionamentos com o tempo, associada ao autoconhecimento e à experiência pessoal, bem como ao aumento da autoestima e da autonomia. Oito, por sua vez, têm entre trinta e trinta e oito anos. De modo geral, notei satisfação desses sujeitos com a idade e com o tipo de vida levado. Quanto às relações, pode-se afirmar que as experiências não-monogâmicas depois dos trinta são bastante

¹³⁸ Na época da realização das entrevistas, entre março e agosto de 2017. Ver idades na tabela dos entrevistados no capítulo 2.

positivas, especialmente para os homens, que reclamam de dificuldades vividas na juventude, como timidez e inaptidão para se relacionar com as mulheres e os sentimentos de insegurança e frustração. Fernando e Maurício, por exemplo, viraram não-monogâmicos após os trinta, ao saírem de longos casamentos, e admitem estarem em seu auge afetivo e sexual, em razão dos aprendizados e experiências dos últimos anos. Por fim, entrevistei duas mulheres na faixa dos quarenta, bem como um homem de cinquenta e seis anos. Apesar do percentual menor, ouvi relatos muito interessantes dos sujeitos mais velhos, que não correspondem às expectativas e receios dos jovens acerca da vida não-monogâmica a partir dos quarenta.

Sobre os mais jovens, é possível afirmar que suas relações são mais instáveis. De fato, eles tendem a ter relações curtas e, em especial as mulheres, vários parceiros simultâneos¹³⁹. Paula, Marcela e Luiza são bons exemplos disso. Em seus relacionamentos abertos, tinham¹⁴⁰ uma rotina sexual muito ativa, em que saíam com muita gente, frequentavam baladas sozinhas e utilizavam aplicativos de celular para encontrar parceiros. Era como se fossem solteiras em busca de *pegação*, com parceiros casuais fortuitos e relações prioritárias instáveis. Entre os mais velhos, não se dá a mesma rotatividade e os relacionamentos tendem a ser mais estáveis. Em todo caso, é preciso considerar que os mais jovens, em geral, estão em fase de formação profissional, ou, então, morando com ou recém deixando a casa dos pais. A maioria não tem filhos e goza de muitas liberdades. Nesse sentido, pode-se afirmar que estão definindo muitas coisas em seus projetos de vida, o que afeta e desestabiliza suas relações (CARDOSO, 2010).

A respeito das perspectivas de relacionamento, ouvi opiniões diversas. Em comum, a falta de certezas sobre o futuro e a percepção de que a consolidação da vida adulta se dará por volta dos trinta, a partir da estabilização profissional e da conquista da autonomia financeira. A expectativa sobre as relações não-monogâmicas varia de acordo com a pessoa. Beatriz, por exemplo, afirma que está à procura de um namoro monogâmico, pois quer formar uma família e ter filhos. Sua fala revela a percepção de que a não-monogamia foi uma vivência passageira da adolescência. Daniel se percebe de maneira similar, já que afirma ver “o relacionamento fechando naturalmente com a velhice”. De acordo com ele: “daqui a pouco, estou com meus *trinta e cinco, quarenta anos*¹⁴¹, e não vou conseguir mais ninguém, porque eu não vou mais ter esse interesse”. Mônica e Marcela, por outro lado, revelam ter incertezas acerca do futuro,

¹³⁹ Em relação ao número de parceiros, considerando o conjunto das entrevistas, o auge das mulheres parece ocorrer nos vinte, enquanto que, entre os homens, nos trinta. Trata-se de uma estimativa pouco precisa, no entanto. Vale comentar que a quantidade de parceiros e parceiras foi poucas vezes acionada como um elemento determinante da qualidade da experiência não-monogâmica.

¹⁴⁰ Atualmente, Luiza está solteira, sem parceiro fixo, Paula está em um relacionamento monogâmico, e Marcela está em outro relacionamento aberto, do qual não tenho informações, pois começou depois de sua entrevista.

¹⁴¹ Chama atenção a percepção de “velhice” de Daniel, que seria a chegada aos quarenta anos.

mas se sentem convictas sobre a continuidade da vida não-monogâmica. Mônica, namorada de Daniel, revela que não tem “ideia do futuro. Eu não penso nisso, mas não me vejo casada com um homem, com filhos. Eu me vejo com a minha família. Mas também não me vejo mais em relacionamento monogâmico, porque eu sou muito beneficiada com uma relação aberta”. Marcela diz ter o futuro em aberto, mas acredita que não voltaria a ser monogâmica. “Eu não diria nunca, mas acho muito difícil, porque uma vez que ‘tu cruzou’ a linha, é difícil voltar para uma vida que tu acha que não é para ti”, reflete. A instabilidade relacional é vista por vários jovens como efeito das indefinições na vida adulta, como as incertezas financeiras, profissionais e emocionais. A explicação mais contundente a respeito disso vem de Cláudio, o mais velho dentre os sujeitos entrevistados. RLi há décadas, ele já realizou inúmeros eventos sobre relações livres para jovens curiosos e não-iniciados. Segundo ele:

O jovem está recém fazendo a sua loucurinha, mas a loucura dele não é profunda, não é comportamental, não é afetiva. É como se fosse um momento de catarse, entende? Ele tá no carnaval da sua vida e a faculdade é o lugar de sambar. Mas aquela ali não é exatamente a vida dele, ele nem tá preparado para nada muito mais significativo. Dali ele geralmente sai para casar e vira ‘normal’. É como se fosse um momento catártico, uma catarse que dura muito tempo, mas que depois acaba.

Em relação à questão da segurança e autoconfiança dos mais jovens, é válido destacar que há uma expressiva diferença de gênero no campo. Com efeito, à exceção de Humberto e Arthur, todos os homens afirmam ser ou terem sido jovens inseguros, com dificuldades para se relacionar. Ademais, nenhum disse que a juventude os ajudou no âmbito das relações não-monogâmicas. A propósito disso, Maurício, por exemplo, enaltece “a maturidade sexual do homem depois dos trinta” e Fernando assevera que hoje se sente muito mais seguro, pois sabe “melhor o que quer da vida”. Quanto às mulheres, tal questão se coloca de formas diferentes. Parte delas associa a juventude à insegurança, enquanto que as demais expressam justamente o oposto. Beatriz, Mônica, Paula e Carolina admitem que a insegurança as levou a sofrer em relações abusivas, e afirmam que o amadurecimento contribuiu para a melhora da autoestima e de suas relações. Nas palavras de Carolina: “quando era mais nova, eu me sujeitei a alguns tipos de relacionamento para não ficar sozinha, relacionamentos muito ruins, e hoje eu não faria mais isso de maneira nenhuma”. Mônica diz que se sujeitava a situações abusivas, pois “sentia muita insegurança, porque sempre achava que os namorados iam terminar comigo. Eu tinha isso de eles quererem terminar comigo, eu achava que não merecia um relacionamento decente”.

Por outro lado, Luiza, Joana, Marcela e Viviane se percebem como jovens bem ativas, seguras e realizadas. Ao mesmo tempo em que também contam experiências ruins, concebem a juventude como uma época de domínio sobre os homens. Em comum, todas elas relatam o amadurecimento precoce e a iniciativa sexual a partir da adolescência. Refletindo sobre ciúme até o início da vida adulta, Viviane, por exemplo, diz o seguinte: “naquela época eu era segura demais para sentir ciúmes. Os homens ‘comiam’ na minha mão, bastava eu estalar os dedos”. Marcela, por sua vez, recorda que “sempre fui muito proativa, sempre fui muito de ir atrás das coisas, muito decidida em mandar nas relações”. Assim, considera que exercia domínio sobre os parceiros. “Meus namorados quase sempre foram muito submissos. Teve um que não tava mais aguentando a relação aberta e me falou uma frase que me marcou muito ‘eu faço tudo o que tu quiser, eu aceito o que tu quiser’. E eu ‘não, cara, isso não é saudável, tu tá falando isso por desespero, não é o que tu quer, é por desespero’”. Joana, enfim, destaca o amadurecimento precoce na periferia e conta que tem uma vida sexual ativa, variada e feliz desde muito jovem. Segundo ela, teve que aprender cedo a se reconhecer enquanto mulher e a se impor, o que fez com que “não baixasse a cabeça para nenhum homem”. Embora percebam o amadurecimento como algo positivo, todas se referem à adolescência e ao início da vida adulta como uma fase de experiências ricas, de “conquistas” e de uma espécie de predomínio afetivo e sexual sobre os homens.

Entre os sujeitos mais velhos, na faixa dos trinta, quarenta anos ou mais, percebi que as relações tendem a ser mais estáveis. Em geral, os mais velhos parecem ter relacionamentos mais duradouros, com mais confiança nos parceiros e parceiras e menos ciúmes, e com maior autonomia pessoal, em razão da independência financeira e da maturidade afetiva, decorrente das experiências pregressas (PILÃO, 2017). A vida profissional estável e a criação de filhos pequenos são, com efeito, importantes indicadores dessa estabilidade nos relacionamentos. É válido destacar que os marcadores sociais da diferença no campo não se expressam em termos de assimetrias fixas e inertes, mas que as experiências são produzidas de formas localizadas e contingentes (SCOTT, 1999), articulando diferenças interligadas, cujos resultados não podem ser presumidos de modo simplista e unilateral (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008). Digo isso porque há a percepção, para muitos sujeitos, de que os trinta anos são a época de excelência para os não-monogâmicos, e de que, para as mulheres, o auge pode ocorrer ainda mais cedo. Entre os mais jovens, percebi certa preocupação acerca da vida após os quarenta, como se a energia e a beleza diminuíssem e isso os impedisse de vivenciar relações intensas e felizes. Alguns, inclusive, admitem o receio de ficarem feios e de deixarem de ser atraentes ou, ainda,

de ficarem doentes e dependentes de ajuda alheia. Joana, por exemplo, diz categoricamente que “a velhice é uma *bosta*”, e Luiza chega a dizer: “eu não quero ficar velha”.

Ouvindo os entrevistados mais velhos, no entanto, tive uma impressão mais positiva e diversa sobre a experiência da não-monogamia depois dos quarenta. Sônia, por exemplo, diz que se sente mais realizada agora que na juventude, quando era casada. Segundo ela, está num processo de retomada da autonomia. Questionada sobre a idade e a aparência, em todo caso, revela alguns receios: “eu tenho esses dois registros, né, porque os caras também não querem, eles querem meninas mais jovens, e também tem o fato de eu ser gorda. Sei lá, é uma situação complicada”. Aos quarenta e sete anos, evidencia a intersecção entre os marcadores de gênero e de idade na configuração de assimetrias relacionais que criam dificuldades para as mulheres não-monogâmicas. A isso, adiciona o marcador estético e corporal, destacando o fato de “ser gorda”. Patrícia, por sua vez, faz um relato bem diferente. Enquanto Sônia se tornou RLi após os quarenta, ela vem tendo relações livres há duas décadas, e ressalta, em primeiro lugar, a importância de não ter se casado, nem cedido aos apelos da família para ter filhos, como fator determinante do amadurecimento sadio e realizado, e afirma, em seguida, que atualmente está muito melhor do que na juventude. Em suas palavras:

Quando era mais nova eu pensava ‘por que a mulher tem que chegar aos trinta, trinta e dois anos e casar, ter filhos, né?’ E eu decidi ‘por que eu vou parar de curtir a vida para entrar num processo que parece que a tua vida morre?’ Eu ficava ‘será que é isso que eu quero para a minha vida?’ Essa ideia não me agradava. E a minha família caiu em cima de mim, porque eu falei que ia comprar um apartamento, que cada um ia ter a sua casa, que eu não ia morar junto com ele (Cláudio). A minha família durante muito tempo ficou me pressionando e eu passei por cima deles, né (...) Quanto à saúde psicológica, eu me sinto uma pessoa feliz, de bem comigo mesma, com o meu corpo. E eu tenho quarenta e quatro anos hoje (risos). Mas, assim, parece que eu ainda estou com vinte. Você fica olhando o corpo, as alterações. Agora com mais de quarenta eu estou com o corpo que eu sempre quis e que eu não tinha aos trinta. Eu sempre fui magrinha, aí todo mundo pergunta ‘colocou silicone?’ E eu falo ‘não, gente, cresceu naturalmente depois dos quarenta’. Mas não sei se é porque eu faço funcional, e tal.

O caso de Patrícia é um exemplo de que a mudança geracional pode agregar ao sujeito amadurecimento, elevação da autoestima e melhora na qualidade dos relacionamentos. Sônia também se vê mais feliz, mas, ao contrário de Patrícia, revela inseguranças quanto ao próprio corpo. A respeito das expectativas dos mais jovens, fiquei com impressões controversas. Se, por um lado, encontrei poucos sujeitos mais velhos no campo, o que não tem necessariamente a ver com a *exclusão* deles, por outro, dos poucos que conheci, só ouvi narrativas positivas, que dão a entender que a experiência das relações não-monogâmicas melhora com o passar do

tempo. O último relato é o de Cláudio, que, ao presumir que o envelhecimento é favorável aos homens, faz uma associação entre gênero e idade:

Eu não tenho preocupação com isso. Na minha adolescência, eu vivi uma miséria sexual brutal, por desconhecimento, por inexperiência. Na juventude, eu tinha uma felicidade limitada, depois eu tive um pouquinho mais de felicidade. A minha relação com a Patrícia, que foi a mais madura de todas, que durou quinze anos, foi muito superior. Na verdade, por incrível que pareça, as maturidades agregadas fazem com que a coisa fique melhor. Então eu estou muito feliz, do ponto de vista da questão da idade. Eu não tenho tipo nenhuma preocupação com o RLi, pois ele não é um troço de ginástica sexual (...) Então eu, em particular, não tenho nenhum dilema, nenhum receio, minha vida tem sido tranquila e boa até esse momento. Não existe uma perda da juventude, um drama, nada disso. Claro que isso deve ser um pouco relativo aos homens, né. Mas assim, a minha adolescência foi triste, a minha juventude foi mais ou menos alegre, a minha vida adulta foi muito boa, e a minha vida de adulto maduro, então! É quase uma surpresa. Tem gente que me fala da juventude. Pô, na juventude eu era um *fodido*. Arrancava felicidade de pedra. A construção da vida hoje é mil vezes melhor.

Para finalizar, cabe trazer a questão dos interesses dos sujeitos em relação à idade dos parceiros e parceiras. Em geral, tal assunto não foi comentado pelos entrevistados, que dizem não se importar com a idade, e sim com outras características, como afinidades ou interesses em comum, personalidade, hábitos e aparência física. Ninguém relatou, por exemplo, preferir pessoas mais novas, sobretudo para relacionamentos estáveis, pois há certo receio de que os mais jovens sejam imaturos para a prática da não-monogamia. As mulheres, em geral, relatam a preferência por homens mais velhos. Os homens, por sua vez, não tocam nesse assunto. Fiquei com a impressão, contudo, de que, ainda que alguns tenham predileção por mulheres mais jovens, não teriam me dito isso, considerando que não “soaria bem”. Vale lembrar a queixa de Sônia, que reclama dos homens por desejarem as mais “novinhas”, em detrimento das mulheres maduras. De qualquer maneira, vi situações bem distintas em campo. Homens e mulheres com parceiros e parceiras mais velhos e mais jovens e pessoas com a mesma idade juntas. A maioria dos entrevistados revela ter tido parceiros com grande diferença etária em suas trajetórias.

Os poucos que destacaram uma preferência no que diz respeito à idade, mencionaram o gosto por pessoas mais velhas. Luiza, por exemplo, coaduna-se à visão de que os homens de trinta anos são melhores para se relacionar. Segundo ela: “prefiro os de trinta anos, trinta anos é muito bom. Apesar de ter uma queda grande pelos de vinte, mas eu sempre me arrependo de alguma forma. Os de vinte são divertidos, têm uma vida maravilhosa, são muito legais, só que geralmente eles são péssimos no sexo e eu não tenho mais paciência para ensinar”. E agrega: “teve uma época que eu achava excitante ensinar, mas hoje não, então os de ‘trinta’ é onde eu

miro. Eu falo para todas as pessoas pegarem os de trinta”. Viviane, da mesma forma, reflete a respeito das suas experiências e admite que, desde a adolescência, sempre preferiu os homens mais velhos, na faixa dos trinta ou quarenta anos. “Na verdade, eu sempre gostei de cara mais velho. Nunca consegui me relacionar com gente da minha idade. Hoje em dia, eu consigo me relacionar com um cara de trinta e dois anos, mas nessa fase eu não conseguia me relacionar com caras da minha idade, entende”. Para ela, o diferencial é a maturidade: “o cara mais velho já casou, já separou, o cara já levou chifre, o cara já botou, o cara tá em outro nível, já perdeu aquelas ilusõezinhas de gurizinho romântico que quer ter uma namoradinha só pra si”.

Outro caso interessante é o de Diego. Aos vinte e oito anos, ele tem uma relação livre estável com Sônia, de quarenta e sete, há alguns anos. Na opinião de ambos, a relação é feliz e saudável, e os dezenove anos de diferença não são vistos por ele como problema, ao contrário dela, que percebe tal diferença com certo receio. Além de Sônia, Diego tem e já teve outras namoradas mais velhas. Refletindo acerca disso, destaca a importância da maturidade das parceiras:

São pessoas com quem eu consigo conversar. A parte intelectual para mim é muito importante. Eu não sei, talvez signifique alguma coisa (a questão da idade). Eu já peguei algumas pessoas mais novas do que eu e também já tive relação com gente mais nova que eu. Mas, em geral, tem muito a ver com a maturidade das pessoas. A minha impressão é que elas são as pessoas mais maduras que eu encontrei, entendeu? E com pessoas mais jovens, em geral, eu tenho mais problemas. Tem até um lance de fetiche que os caras têm, que curtem tirar a virgindade de uma guria. Eu tenho pavor disso. Pelo amor de Deus! Eu não quero ser a primeira relação dessa pessoa. Eu quero alguém que já teve relações, entendeu? Eu quero uma pessoa com experiência, que já teve a primeira desilusão amorosa, que já teve término, porque daí a própria relação já se estabelece de outra forma, a pessoa já chega mais realista na relação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa vez, em um encontro sobre relações livres, observei uma jovem criticando a expressão “relacionamento sério”, referente ao namoro monogâmico. De acordo com ela, o problema estava no uso da palavra “*sério*”. Em seguida, ironizou: “quem tem relacionamento aberto, por acaso, está de brincadeira”? Considero que esse episódio ilustra bem o incômodo dos não-monogâmicos com as moralidades hegemônicas sobre os afetos e o compromisso em relação à pessoa amada. Para quase toda “a sociedade”, a “concentração de toda atividade mental em uma só pessoa”, como definiu Cláudio, ao me relatar o *insight* de que o casamento era uma doença psiquiátrica, seria um indicativo moral-afetivo de seriedade, carinho, respeito e responsabilidade, e até emoções deletérias, como o ciúme, seriam valorizadas, constituindo uma prova de amor.

Sob essa lógica, sentir interesse por outras pessoas desqualificaria o amor e entraria em um registro moral de falta de respeito, descomprometimento ou irresponsabilidade afetiva para com o parceiro ou a parceira. Aos não ajustados, restaria o lugar da abjeção, por serem egoístas, não saberem amar, valorizar ou se contentar com “alguém” ou por serem pervertidos e terem desejos inapropriados. Para se contrapor a esse tipo de julgamento, muitos sujeitos recorrem a discursos contra-hegemônicos, que propõem moralidades alternativas e conferem novos sentidos às relações afetivas e sexuais, como os de poliamoristas e RLis (FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017).

Os grupos não-monogâmicos, em geral, criam narrativas críticas ao amor romântico, aos afetos e desejos mononormativos e à ideia de que sozinhos somos seres incompletos, que necessitam de uma “cara metade”. Em campo, ouvi diversas vezes a analogia da laranja¹⁴²: “sou uma laranja inteira, e não metade da laranja procurando a outra metade”. Outra noção veementemente rechaçada é a de “alma gêmea”¹⁴³. Nesse sentido, não haveria alguém talhado

¹⁴² A origem dessa analogia é incerta. De todo modo, ouvi menções à música Alma Gêmea, do cantor Fábio Júnior, de 1993, cuja letra fala em “as *metades da laranja*, dois amantes, dois irmãos”.

¹⁴³ O mito da “alma gêmea” é contado por Platão (1987), em O Banquete, texto onde define o que é o amor. Segundo a mitologia, os homens teriam sido criados perfeitos, com duas cabeças, quatro braços e quatro pernas. Com tamanho poder, subiram aos céus e se insurgiram contra os deuses. Os deuses venceram a batalha e, como punição, Zeus cortou-lhes ao meio e os devolveu à terra. Desesperados, seguem, desde então, à procura da outra metade, complementar, que seria a “alma gêmea”.

para nós, tampouco amores eternos. O que há, de acordo com eles, são pessoas que passam por nossas vidas e permanecem durante certo tempo. As relações podem durar muito ou pouco, mas nenhuma pessoa não-monogâmica afirmará o compromisso de ficar para sempre com alguém. Alguns até manifestam essa vontade, mas cientes de que se trata de algo pouco provável de acontecer, enquanto outros fazem questão de que isso não aconteça.

O mote dessas narrativas é a visão de que somos sujeitos autônomos e completos *per se*, ou seja, unidades afetivas cujas necessidades e realizações não podem depender de outras pessoas. Em razão disso, muitos valorizam o “estar bem sozinho” e advertem para os riscos de se relacionar por carência. O *sujeito não-monogâmico*, portanto, conforme a própria ficção autodiscursiva, seria uma pessoa autônoma e independente, que valoriza a sua liberdade e a liberdade alheia.

Na experiência *real* dos relacionamentos, contudo, é difícil agir tal como preconizam essas moralidades. No seu cotidiano, os sujeitos têm de lidar com as contingências de dividir e compartilhar vários aspectos da vida, desde o seu tempo e coisas materiais, como moradia, contas e renda, até as expressões mais íntimas da subjetividade, como afetos, expectativas, corresponsabilidades, fetiches, entre outras. Há, dessa forma, uma necessidade de gestão das interdependências, realizada por meio de acordos e resoluções específicas, que expressam os diferentes contextos das pessoas e dos relacionamentos.

A narrativa do sujeito autorreferenciado, que produz autobiograficamente a sua vida, é contraposta, portanto, aos desafios contingentes das relações e se dilui na complexidade das experiências, que não se dão em um plano horizontal de agência, mas conforme condições de existência e possibilidades de agenciamento limitadas e diversas (SCOTT, 1999), produzidas em matrizes discursivas (BUTLER, 1999), através da articulação dos marcadores sociais das diferenças que constituem os sujeitos (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008).

Nesse sentido, penso que as primeiras conclusões desse trabalho estão relacionadas com a rejeição da ideia essencializada e homogênea de um *sujeito não-monogâmico*. O que há são pessoas com inquietações, vivências e relações que as aproximam de práticas oriundas de certas gramáticas discursivas, características de uma política de identidade cuja genealogia remete às transformações na intimidade e na conjugalidade na segunda metade do século XX e que, segundo Cardoso (2010), não opera fora da norma. Pelo contrário, as não-monogâmias “eticamente responsáveis”, emergentes a partir do fim dos anos 80 com os primeiros grupos de poliamor, são uma resposta identitária que enquadra novos comportamentos e afetos – liberados nas fissuras das normatividades, em razão dos processos de transformação social e

histórica –, nas matrizes de poder de gênero e sexualidade, que, por serem polimorfos, se atualizam e reconfiguram, criando, como afirma Butler (1999; 2003), as ideias de sua própria subversão.

Tais dispositivos, centrados, no fim do milênio, em um registro de individualização e psicologização da sociedade, como assevera Cardoso (2010), permitiram a emergência de subjetividades não-monogâmicas, através das quais os sujeitos se percebem como autônomos, em busca de realização afetiva e sexual, sob a égide de novas identidades e moralidades no que diz respeito aos relacionamentos (BOZON, 2004), que anulam o seu potencial lugar de abjeto e os ressitua em um quadro identitário inteligível de experiência da vida afetiva e sexual.

Refletindo sobre a experiência não-monogâmica, enquanto produção discursiva que, embora se proponha subversiva, opera nos limites das normas, recitando-as e atualizando-as, concludo, não obstante, que há agenciamentos que, apesar de não criarem rupturas, podem provocar tensões ou um *esticamento* das normatividades. Conforme Scott (1999), os sujeitos são limitados por condições de existência, designação de agentes e exercício que permitem escolhas, as quais, apesar de não serem ilimitadas, caracterizam agenciamentos em contextos e posições que lhes são dados. Em outras palavras, ainda que recitem discursos, eles podem produzir diferenças e agenciar as relações nas margens ou fissuras das normatividades.

Considerando a trajetória de Viviane, por exemplo, é possível reafirmar que ela não é uma pessoa com essência não-monogâmica, como sugeriu através da metáfora do *tilt*¹⁴⁴. Em vez disso, ela foi se adequando aos contextos e contingências, produzindo uma experiência discursiva de recitação dos dispositivos de poder e de construção dos sentidos da sua vida. Com efeito, o estigma de puta, a ela atribuído desde a pré-adolescência em razão das atitudes supostamente inapropriadas para uma mulher, foi um marco importante em sua elaboração como sujeito, delimitando os seus horizontes de inteligibilidade acerca de si e conduzindo os rumos de suas experiências. Em todo caso, valendo-se das brechas semânticas e axiológicas desse termo, ela se reconfigurou como sujeito, reforçando o lado positivo de ser puta e usando isso a seu favor nas relações. Como *puta*, Viviane recitou hierarquias bem demarcadas de gênero, ao mesmo tempo em que se valeu desse rótulo para assumir a postura de mulher sexual e ativa com a qual se afinava.

¹⁴⁴ Cujas origens biopsicossociais são desconhecidas, mas que, ainda assim, se trataria de uma *substância* do corpo/ser/mente, dotada de fixidez ontológica e acionada por uma “chave” (ver capítulo 5).

Cardoso (2010) aposta em uma perspectiva *queer* ou pós-identitária para pensar na transgressão das normas, visto que os enquadramentos identitários, como disse antes, geram processos de normalização. Considerando isso, é possível fazer duas afirmações a respeito de Viviane. A primeira é que sua experiência como *puta* é, ao mesmo tempo, potencialmente transgressora e potencialmente abjeta. E a segunda é que, ao conhecer as relações livres e se identificar com a perspectiva não-monogâmica, descobrindo uma teoria segundo a qual, como diz, “eu não estou errada, errados são os outros”, ela passou por transformações significativas na elaboração da vida afetiva e sexual e por processos de normalização que a deslocaram para um lugar social inteligível e definitivamente não-abjeto.

Resumindo minhas conclusões, até o momento, posso dizer que os meios de relações não-monogâmicas não *transgridem/rompem com* os dispositivos de gênero e sexualidade. Ao contrário, eles fazem parte das atualizações contemporâneas das normatividades polimorfas que incidem sobre os corpos (BUTLER, 1999; 2003; CARDOSO, 2010). Embora assujeitados a matrizes normativas, não obstante, os sujeitos, em suas relações cotidianas, podem agenciar experiências diversas, dentro de margens discursivas possíveis e abertas à ação em contextos determinados, mas também nas brechas e fissuras das próprias normas, que não são fixas e herméticas e dependem deles para se atualizarem, abrindo espaço, assim, para a produção da diferença¹⁴⁵.

Ademais, trago a conclusão de que não existe, de fato, *um sujeito não-monogâmico* – ainda que histórico e discursivo. Essa é uma categoria genérica oriunda da própria retórica discursiva das não-monogâmias, que corresponde a uma percepção homogênea e eurocêntrica de humanidade, a partir da qual se deu a emergência de tais narrativas – nos EUA, primeiro, e em seguida em países anglo-saxônicos da Europa ocidental. O que há, com efeito, são sujeitos diferentes e (as)imétricos que se *aproximam das, se identificam com e experimentam as* não-monogâmias, atravessados por marcadores de diferenças sociais que, articuladas, produzem-nos cotidianamente e interferem em seus agenciamentos e relações com outros sujeitos. Em razão das assimetrias sociais e das características do campo, entretanto, é possível afirmar que os meios não-monogâmicos são restritivos quanto aos marcadores de diferenças e que as relações não se dão em um plano horizontal de poder e de possibilidades de agenciamento.

Uma conclusão demonstrativa disso é a de que tais relações são predominantemente *cisheteronormativas*. Além de a gramática discursiva não-monogâmica ter origem em uma crítica heterossexual da mononormatividade, os próprios sujeitos, tomando como referência o

¹⁴⁵ Ou seja, de linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (1995).

meu campo de investigação, são todos cisgêneros, divididos em heterossexuais e bissexuais. Contudo, entre os bissexuais, há a predominância de relações heterossexuais. Como me disse Sônia, certa vez, ela e o companheiro têm “*passabilidade* heterossexual e monogâmica”, uma vez que suas práticas são aparentemente “pouco divergentes dos *padrões* e enquadradas em uma lógica *hétero*”. Várias pessoas me relataram experiências bissexuais, mas, ao mesmo tempo, revelaram preferir relações heteroafetivas. Enquanto isso, Carolina, que, nos últimos anos, aproximou-se de uma identidade lésbica, afastou-se da não-monogamia e atualmente namora uma mulher.

Em relação à bissexualidade e homoerotismos no campo, proponho duas análises possíveis: de um lado, há o enquadramento de práticas desviantes no dispositivo/matriz de poder heteronormativo, que, por serem normalizadas, adéquam-se e deixam de constituir uma ameaça à *heteronorma*; ao mesmo tempo em que, de outro, ocorre o tensionamento do próprio dispositivo, através de agenciamentos desviantes em suas margens e fissuras, com potencial de resistência e produção da singularidade. Afinal de contas, as próprias normas dependem de uma ficção reiterativa, que nunca se dá de forma completa, permitindo aos sujeitos/corpos performarem a diferença (ARAN e PEIXOTO, 2007).

Não entrarei em detalhes na análise interseccional do campo, pois já o fiz ao longo do trabalho. Em todo caso, acho importante retomar sucintamente algumas conclusões, a fim de enaltecer que o *sujeito não-monogâmico* se trata, a rigor, de *sujeitos diferentes e assimétricos*. Em relação ao gênero, por exemplo, há múltiplas diferenças e assimetrias, que se expressam de diversas maneiras, delineando desde as condições de existência até as possibilidades de agenciamento de homens e mulheres (SCOTT, 1999; BRAH, 2006). O histórico de relações monogâmicas abusivas, característico das trajetórias de quase todas as entrevistadas, indica condições de existência bastante adversas, em comparação com os homens, cujas principais reclamações acionadas têm a ver com a escassez sexual e a dificuldade de “pegar mulheres”. Quanto às possibilidades e limites do agenciamento, as condições também são assimétricas. Para constatar isso, basta admitir que sobre as mulheres com vários parceiros recaem muito mais preconceitos e julgamentos que sobre os homens em situação similar (FRANÇA, 2016; PILÃO, 2017; SILVA, 2017). Isso torna o agenciamento de relações não-monogâmicas, para elas, muito mais árduo.

Além disso, concluo que esse é um meio privilegiado no que se refere à escolaridade. Meus interlocutores têm, em geral, ensino superior completo, em andamento ou incompleto. Com efeito, o acesso à universidade parece constituir o principal marcador social a distinguir

os não-monogâmicos de outras pessoas, uma vez que possibilita a convivência em contextos e espaços progressistas, laicos e de militância política. Por se tratar de um meio formado por universitários, não encontrei pessoas em situação de extrema pobreza, e sim de classe média e classe média baixa. Quanto a isso, cabe ressaltar, no entanto, o expressivo número de sujeitos que, apesar do alto nível de instrução, encontram-se em dificuldades financeiras, relacionadas com o desemprego, a falta de estabilidade profissional e o elevado preço dos alugueis, dentre outras razões.

Em relação ao marcador étnico-racial, enfim, é possível asseverar que o meu campo é constituído, sobretudo, por pessoas brancas, o que se explica, em parte, devido à articulação estrutural existente, no Brasil, entre o marcador da *branquitude* e os privilégios de classe e escolaridade. Entre meus interlocutores mais frequentes, havia somente dois sujeitos negros. As poucas mulheres negras interessadas pelo assunto com quem conversei durante a pesquisa, mostraram desconfiança, afirmando que, para elas, a experiência da não-monogamia seria arriscada e potencialmente opressiva, em razão da desvalorização afetiva e sexual da mulher negra, em particular em contextos de classe média e entre pessoas brancas.

Para encerrar, gostaria de propor algumas reflexões sobre essa pesquisa, pensando na relação com os sujeitos em campo e no impacto disso em minha vida, bem como nas questões deixadas em aberto para futuras investigações. Em primeiro lugar, quero ressaltar que esse trabalho me afetou significativamente como pessoa. Cheguei ao campo com expectativas e vivências similares às dos sujeitos pesquisados. No começo, não foi uma tarefa fácil, visto que a pesquisa me remetia à vida pessoal e eu estava confuso acerca de como lidar com isso. O exercício de estranhar o familiar foi essencial, nesse sentido. Ainda assim, precisei de um longo contato com o campo e de mudanças em minha própria vida para me sentir realmente apto a trabalhar com aquelas pessoas, com as quais, hoje, considero que aprendi muito.

O lado positivo dessa minha situação em campo é que, ao compartilhar expectativas e ideias com os interlocutores, pude ter uma compreensão bem menos moralizante acerca das relações não-monogâmicas, por não percebê-las como realidade descabida ou pervertida, e, ao mesmo tempo, bem menos ingênua, no sentido de não encará-las de maneira fatalista, como fadadas ao fracasso, ou como panaceia, como se fossem a solução para os relacionamentos. A afetação mais importante que sofri em campo, nesse sentido, tem pouco a ver com a sedução não-monogâmica gerada pelo contato com esses sujeitos, estando relacionada, a rigor, mais aos questionamentos que passei a desenvolver sobre a minha própria posição enquanto sujeito homem e heterossexual ao trabalhar com gênero e sexualidade. Ao propor questões sobre

masculinidades, orientação sexual, papéis de gênero, entre outras, e ao conviver intimamente com pessoas não heterossexuais, tanto em campo como entre amigos – vale lembrar que, no começo da pesquisa, morava no interior do Rio Grande do Sul e, durante o doutorado, morei quase todo o tempo em um bairro boêmio de Porto Alegre –, autoanalisei minhas práticas e construção masculina heteronormativa, o que me transformou significativamente como sujeito afetivo e sexual.

Uma questão importante que gostaria de mencionar, em relação aos sujeitos do campo, é que me propus a realizar um trabalho de devolução dos resultados, antes do encerramento da pesquisa, àqueles acerca de quem analisei as trajetórias. Com efeito, repassei a Marcos, Sônia e Viviane seus respectivos textos e pedi-lhes opiniões e críticas, no intento de incorporá-las ao trabalho. Todos ficaram muito animados com a ideia. Marcos estava muito curioso, mas não quis comentar nem propor alterações, o que me pareceu coerente com seu jeito tímido. No fim das contas, eu que fiquei curioso a respeito de suas reações ao texto.

Viviane e Sônia, por seu turno, ficaram extasiadas, leram e me propuseram uma série de sugestões. Elas chegaram a trocar os textos, para que uma pudesse ler a trajetória da outra. O curioso é que não houve críticas à análise em si. Sônia apenas me pediu para alterar certas colocações acerca de sua relação com o pai e para retirar frases que pudessem indicar quem era seu ex-marido. Ela me disse que ficou um pouco chocada com o texto, porque achou que fiz uma leitura um tanto quanto sombria na análise de seu casamento, em que destaco seu viés abusivo. De acordo com ela, “eu não tinha visto dessa maneira, mas era exatamente aquilo ali, estava tudo ali”. Viviane, por sua vez, preocupou-se em reordenar alguns acontecimentos, que tinham ficado confusos na entrevista, e em amenizar minha interpretação sobre a sua relação com Sérgio, de quem teve dificuldades para se separar pois se sentia culpada por tê-lo levado para morar na ocupação. Segundo ela, apesar das fragilidades emocionais e da dependência química, Sérgio era uma pessoa querida e respeitada e a tratava bem, embora a botasse “para baixo” e fosse extremamente dependente. De modo geral, ambas se sentiram impactadas pelos textos e ficaram felizes com os resultados.

Por fim, quero propor algumas perspectivas sobre a continuidade do trabalho, já que uma tese nunca esgota um tema de pesquisa, até porque muitas questões emergem a partir de suas conclusões. Em primeiro lugar, penso que poderia abordar as questões relacionadas com a estética dos corpos dos sujeitos não-monogâmicos. Com efeito, isso aparece no trabalho, mas seria interessante trabalhar em profundidade na análise de como os corpos gordos, velhos e deficientes, entre outros, se inserem no campo, considerando que tais marcadores produzem

condições de existência e possibilidades e limitações para o agenciamento, que, por certo, desenvolvem-se de formas assimétricas na experiência e nas relações com as pessoas. Além disso, poderia aprofundar a investigação de outras questões contingentes do cotidiano, como, por exemplo, a relação entre a interdependência financeira e a produção da conjugalidade, que gera entraves para a autonomia dos sujeitos e a abertura à não-monogamia, conforme exposto por diversos interlocutores.

Finalmente, penso que poderia trabalhar com questões sobre masculinidade. Durante a pesquisa, tive muita dificuldade em acessar os homens, como falo no capítulo metodológico. De fato, fiquei curioso sobre a construção da masculinidade e da sexualidade dos homens, em vários contextos, e não apenas nos meios não-monogâmicos. Enquanto as mulheres sempre demarcavam sua posição de gênero para falar sobre os relacionamentos, muitos homens não falavam sobre isso, como se as relações fossem sem gênero, de indivíduo para indivíduo. Os impasses para lidar com os homens e as críticas de várias mulheres sobre a reconfiguração de estruturas e práticas machistas em relações não-monogâmicas, que dão origem à figura do *esquerdomacho*, deixaram-me interessado em estudar questões sobre masculinidades. Uma pesquisa sobre esse tema é um desafio dobrado, penso eu, visto que colocará ainda mais em evidência as tensões da minha própria constituição como sujeito generificado.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno? In: *Cadernos Pagu*, 21. Campinas, 2003.

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against Culture. In: FOX, R. (ed.). *Recapturing Anthropology*. Santa Fe: School of American Research, 1991, pp.137-162.

ANAPOL, Debora M. *Poliamory: the new love without limits*. San Rafael/California: Intinet Resource Center, 1997.

ARAN, Márcia; PEIXOTO JR, Carlos A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. In: *Cadernos Pagu* (28), jan-jun de 2007, pp.129-147.

ARIÈS, Philippe. O amor no casamento. IN: ARIÈS, Philippe, BÉJIN, André. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BACELAR, Gabriela. A imposição do seu amor livre não é pra mim. In: *Blogueiras Negras*. 12/2/2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/02/12/a-imposicao-do-seu-amor-livre-pra-mim-nao-e-novidade/>

BARBOSA, Mônica Araújo. Questões para o debate sobre a heteronormatividade nas relações afetivas: um estudo de caso sobre a rede Relações Livres. In: *Fazendo gênero 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2010.

BARBOSA, Mônica Araújo. *Movimentos de resistência à monogamia compulsória*. A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2011.

BARBOSA, Mônica Araújo. *Poliamor e Relações Livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco – Luminária Academia, 2015.

BARKER, Meg. This is my partner and this is my partner's partner. Constructing a polyamorous identity in a monogamous world. In: *Journal of Constructivist Psychology*, v.18, pp.75-88, 2005.

BARKER, Meg; LANGDRIDGE, John (orgs.). *Understanding non-monogamies*. Nova York: Routledge, 2010.

BARTH, Fredrik. Towards greater naturalism in conceptualizing society. In: KUPER, Adam. *Conceptualizing society*. Londres: Routledge, 1992, pp.17-33.

BASTOS, Cibelle Canto. Contando os danos: análise de um grupo de acolhimento feminista online e a construção social do corpo feminino. In: *Amazônica Revista de Antropologia*, v.10, n.1. Belém: UFPA, 2018.

BAUER, Martin; GASKELL, George (ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, E. *La individualización: El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003.

BECKER, Howard S. Sobre metodologia. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Howard S. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: *Revista Estudos Feministas*, 20(2), pp.569-581, 2012.

BERSCHEID, Ellen. Love in the Fourth Dimension. In: *Annual Review of Psychology*, v.61, pp. 1–25, 2010.

BÉRTOLO, Sónia R. *A relevância da prática do swing na conjugalidade de um casal: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

BIEHL, João; ESKEROD, Torben. *Vita. Life in a zone of social abandonment*. California: California University Press: 2005.

BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. *When people come first*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BORNIA JR, Dardo Lorenzo. *Telecentros comunitários e ciberespaço: redes de interações sociais na encruzilhada entre o local e o global*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BORNIA JR, Dardo Lorenzo. As vivências da não-monogamia e a defesa de afetividades e sexualidades não-monogâmicas: olhares sobre adeptos da Rede de Relações Livres de Porto Alegre, olhares sobre/com pessoas. Apresentação de trabalho. In: *Reunião Equatorial de Antropologia, Reunião de Antropologia do Norte de Nordeste. V REA XIV ABANNE*. Anais. 2015.

BORNIA JR, Dardo L. Views on jealousy from non-monogamous people lived experiences and emotionalities in southern Brazil. Apresentação de trabalho. In: *ISt Non-Monogamies and Contemporary Intimacies Conference*. Anais. Lisboa, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1997.

BOZON, Michel. Observer l'inobservable: la description et l'analyse de l'activité sexuelle. In: *Sexualité et sida. Recherches em sciences sociales*. Paris: ANRS, 1995.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. No soy una mujer? Revisando la interseccionalidad. In: *Journal of international women studies*, vol.5#3, 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu* 26, 2006, pp.329-365.

BRAZ, Camilo A. de. "Mas agora confessa..." Notas sobre clubes de sexo masculinos. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n.4., pp.127-156, 2010.

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado*. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. In: *Cadernos Pagu*, n.42, pp.249-274, 2014.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. In: *Mana*, vol.21, n.2, Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, Daniel. *Amando vári@s*. Individualização, redes, ética e poliamor. Tese. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

CHATER, Luciana. *União poliafetiva: a possibilidade ou não de reconhecimento jurídico como entidade familiar dentro do contexto atual em que se insere a família brasileira*. Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Brasília: 2015.

CHEN, Vivienne. *Polyamory is for rich, pretty people*. Article. Medium. 6/2/2014. Disponível em: <https://medium.com/@vexche/polyamory-is-for-rich-pretty-people-75b43ae5c2a1>

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas 1*, p.171-189, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. *The urgency of interseccionality*. Ted Talk. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=akOe5-UsQ2o&t=230s>

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In: *Cadernos Pagu*, n.37, 2011.

DELEUZE, Gilles. “Post scriptum sobre as sociedades de controle”. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELL’AGLIO, Daniela Dalbosco. *Marcha das Vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – UFRGS. Porto Alegre: 2016.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, do estado e da propriedade privada*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Cadernos de campo*. v.13, n.13. São Paulo: USP, 2005.

FIGUERÊDO, Raiza Barros de. Joan Scott e a noção de experiência para a compreensão do gênero nas pesquisas em psicologia. In: *Fazendo Gênero 10*. Desafios atuais do feminismo. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2013.

FONTOURA JR, Antonio. *Pornotopias conjugais: subjetividades e sexualidades no surgimento do swing no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Sexo, poder e a política da identidade*. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, 1982, Revista Body Politic. In: The Advocate, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. MACHADO, Roberto (org.). Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FRANÇA, Matheus. *Além de dois existem mais: estudo antropológico sobre poliamor em Brasília/DF*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília UnB. Brasília: 2016.
- FRANÇA, Matheus. “Estigmas do poliamor: reflexões antropológicas sobre moralidades e relações não-monogâmicas. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero XI e XIII Congresso Mundial das Mulheres*. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2017.
- FREIRE, Roberto. *Sem tesão não há solução*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FREIRE, Roberto. *Ame e dê vexame*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.
- FREIRE, Sandra Elisa de Assis. *Poliamor, uma forma não exclusiva de amar: correlatos valorativos e afetivos*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2013.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- GOLDENBERG, Mirian. A invenção do casal. In: *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- GRIEBLING, Brittany. *The casualization of intimacy: consensual non-monogamy and the new sexual ethos*. Dissertação em Filosofia. University of Pennsylvania, 2012.
- GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. In: *Antropologia em Primeira Mão*, v. 75, p.1-37, 1995.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. In: *Campos*, 12(1), pp.9-29, UFPR, 2011.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41, 1995.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos pagu* (22), pp.201-246, 2004.
- HARITAWORN, Jin; LIN, Chin-Ju; KLESSE, Christian. Poly/logue: a critical introduction to polyamory. In: *Sexualities*, v.9, pp.515-529, 2006.
- HASENBALG, Carlos; VALLE e SILVA, Nelson do. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativa de População dos Municípios para 2018*. Disp. em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos – guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2ª ed. Brasília, 2012.

KESSLER, Cláudia. Novas formas de relacionamento: fim do amor romântico ou um novo amor-consumo? In: *Sociedade e cultura*, v.16, n.2, pp.363-378, 2013.

KIRBY, Vicki. *Judith Butler. Live Theory*. London/New York: Continuum, 2006.

KLESSE, Christian. Polymory and its “others”: contesting the terms of non-monogamy. In: *Sexualities*, v.9, pp.565-583.

KRASOTA, Alisson G. *Uma noção de pessoa trans não-binária*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LIGUORI, Maíra. *O machismo também mora nos detalhes*. 2015. Artigo disponível em: <https://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/> Acesso em: março de 2018.

LINS, Regina Navarro. *A cama na varanda*. Arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

MACHADO, Paula S. Entre homens: espaços de gênero em uma pesquisa antropológica sobre masculinidade e decisões sexuais e reprodutivas. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *@ internet e # rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEINERZ, Nadia Elisa. Um olhar sexual na investigação etnográfica: notas sobre trabalho de campo e sexualidade. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.

MEINERZ, Nadia Elisa. *Mulheres e masculinidades*. Etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MEJÍA, Rafael Estrada. Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: derivas teórico-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n.147. Maringá: 2013.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática e poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter. *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra/ABA, 2007, pp.19-80.

PEIRANO, Mariza. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1985.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, pp.31-58.

PEREZ, Tatiana; PALMA, Yáskara. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. In: *Revista Psicologia e Sociedade*, vol.30. Belo Horizonte, 2018.

PILÃO, Antonio Cerdeira. *Poliamor: um estudo sobre conjugalidade, identidade e gênero*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PILÃO, Antonio Cerdeira. Poliamor e bissexualidade: idealizando desvios. Apresentação de Trabalho. In: *36º ANPOCS*. Anais. 2012.

PILÃO, Antonio. Reflexões sócio-antropológicas sobre Poliamor e amor romântico. In: *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, 2013.

PILÃO, Antonio. “Por que somente um amor?” Um estudo sobre poliamor e relações não-monogâmicas no Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

PILÃO, Antonio; GOLDENBERG, Mirian. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. In: *Revista Ártemis*, v.13. João Pessoa: 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol.11, nº2, Jul/Dez, pp.263-274, 2008.

PLATÃO. *O banquete*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. In: *Textura*, n.23, p.18-30. Canoas, 2011.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. In: *Polis e Psique*. Revista da Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, vol.1, 2011.

POLICARPO, Verónica Mafalda N. de M. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.24, n.2, Florianópolis, 2016.

PORTO, Duína. *O reconhecimento jurídico do poliamor como multiconjugalidade consensual e estrutura familiar*. Tese de Doutorado em Ciências Jurídicas. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2017.

REZENDE, Patricia Jimenez. Reinterpretando corpo, gênero e sexualidade: uma perspectiva da ação coletiva do movimento brasileiro de prostitutas. In: *Enfoques*, vol.15, pp.126-146, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Desafios atuais do feminismo. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Marco et. al. *Relações livres: uma introdução*. Porto Alegre: Editora Regina Faria, Coleção RLi, 2017.

ROSE, Nikolas. *Inventing Our Selves: Psychology, Power, and Personhood*. Cambridge University Press, 1998.

ROSENEIL, Sasha. Viver e amar para lá da heteronorma: uma análise *queer* das relações pessoais no século XXI. In: *Revista crítica de ciências sociais*, n.76, 2006.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: Notes on the 'Political Economy of Sex. In: REITER, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SEDGWICK, Eve. A Epistemologia do Armário. In: *Cadernos Pagu*, jan-jun 2007, p. 19-54.

SHEFF, Elisabeth. *Gender, family and sexuality: exploring polyamorous community*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Universidade do Colorado. Boulder, 2005.

SILVA, Bruno Goulart Machado; FREIRE, Maíra Samara de Lima. Os estudos pós-coloniais, a antropologia e o sujeito subalterno. In: *Revista Equatorial*, n.1, Natal, 2013.

SILVA, Bianca de Jesus. Algumas reflexões sobre poliamor no Facebook: interface com a sexualidade. In: *III Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*. Anais eletrônicos. Vitória, 2014.

SILVA, Grazielle Campos da. *Do amor romântico ao poliamor: uma análise crítica a partir da teoria feminista*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2017.

SILVA, Vania S. Vaz da. Estudos acadêmicos sobre o poliamor. In: *Tempo da Ciência*, v.25, n.48, p.6-11. Toledo, 2017.

SILVÉRIO, Maria. *Swing: Eu, tu... eles*. Lisboa: Chiado, 2014.

SOUZA, Cláudia Machado. Corpos e afetos autônomos: um estudo sobre a perspectiva não-monogâmica da Rede de Relações Livre (RLi). Apresentação de trabalho. In: *Encuentro Latinoamericano de Investigadores sobre cuerpos y corporalidades en las culturas*. Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina, 2012.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TALBURT, Susan. Introduction: Some Contradictions and Possibilities of Thinking Queer. In: TALBURT, Susan; STEINBERG, Shirley. *Thinking Queer: Sexuality, Culture, and Education*. Peter Lang, 2000.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: autocontrole, autoexorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2006.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim do Século, 1995.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WEID, Olívia von der. *Adultério consentido: gênero, corpo e sexualidade na prática do swing*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WIENER, Gabriela. “Amores livres”, ou os novos modelos de família “moderna”. Crônica. El País, 2016. Disp. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/29/eps/1454071581_478055.html

Sites:

<https://tab.uol.com.br/poliamor/>

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/toda-forma-de-amor-conheca-historias-de-pessoas-que-acreditam-no-amor-livre.ghtml>

<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/09/poliamor-brasileiros-apostam-em-diferentes-formas-de-relacionamentos.html>

<http://mulher.terra.com.br/noticias/0,,OI1916843-EI16610,00-Poliamor+conheca+esta+forma+poligamica+de+amar.html>

<http://ecult.com.br/noticias/eu-tu-e-ela-serie-you-me-her-retrata-o-poliamor-na-netflix>

<https://oglobo.globo.com/ela/adepta-do-poliamor-ensina-como-introduzir-terceira-pessoa-na-relacao-18561264>

http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_n%C3%A3o-monog%C3%A2micas

<https://amoreslivres.wordpress.com/2013/07/24/diferencas-entre-poliamor-e-relacoes-livres-delineando-alguns-conceitos/>

<https://papodehomem.com.br/etica-das-relacoes-nao-monogamicas/>

<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/relacoes-nao-monogamicas-amor-livre>

<http://revistadonna.clicrbs.com.br/comportamento-2/relacionamento-aberto-experiencia-de-liberdade-de-uma-mulher-que-vive-relacoes-nao-monogamicas/>

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/12/1944367-contramogamia-jovens-buscam-relacionamentos-nao-convencionais.shtml>

<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/poliamor.htm>

<https://www.obaoba.com.br/comportamento/noticia/7-tipos-de-relacionamentos-nao-monogamicos-que-voce-pode-experimentar>

https://pt.protopia.at/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_N%C3%A3o-monog%C3%A2micas

<https://rederelacoeslivres.wordpress.com/>

<http://rli-e.com.br/>

<https://amarepermanecerlivre.wordpress.com/>

<https://blogueirasfeministas.com/2015/10/27/por-uma-nao-monogamia-possivel/>

<https://www.geledes.org.br/por-que-o-poliamor-e-as-relacoes-livres-podem-ser-privilegios-para-os-homens/>

<https://blogueirasfeministas.com/2014/02/19/poliamor-e-para-pessoas-ricas-e-bonitas/>

<https://anarcopunk.org/v1/2018/03/manifesto-contra-o-amor-neoliberal/>

<http://anaeufrazio.blogspot.com/2015/03/poliamor-mulher-negra-gorda-.html>

APÊNDICE

Roteiro de entrevista semiestruturada

Informações preliminares

- Nome.
- Idade.
- Ocupação.
- Formação.
- Onde e com quem mora.
- Atividades, lazer, gostos.

Iniciação e continuidade da vida sexual

- Como começou?
- Falar sobre consentimento, tabus, vergonha.
- Falar sobre os parceiros/relacionamentos, características (sexo, idade, aparência, etc.).
- Falar sobre relação entre sexo, desejo e afetividades, sexo e paixão, sexo casual, diferenças entre ficar, namorar, criar compromisso.
- Falar sobre gostos na vida afetiva e sexual, o que atrai, qual é a importância do sexo, contextos para ficar e/ou transar, gostos na cama, indagar, se heterossexual, o quanto se abre para experiências com pessoas do mesmo sexo, etc.

Relações e práticas não-monogâmicas:

- Como conheceu esse tipo de atividade/relação/prática?
- Falar sobre as relações não-monogâmicas vividas.
- Falar sobre o que sente/pensa a respeito da monogamia.
- Falar sobre limites e problemas vividos nas relações não-monogâmicas (se possível, comparar com os limites e problemas da monogamia).
- Falar sobre desejo, amor, ciúme nas relações não-monogâmicas.
- Falar sobre acordos e responsabilidade afetiva em tais relações.
- Instigar a reflexão sobre os marcadores sociais e a influência deles no contexto das relações.

Relacionamentos e características do sujeito:

- Falar sobre a percepção (reconhecimento, preconceitos) acerca das experiências afetivo-sexuais, em contextos como trabalho, família, amigos, imagem pública.
- Falar sobre as relações a partir das fases da vida, se tem filhos ou não, diferenças etárias.
- Falar sobre os relacionamentos a partir da imagem de si, relação com o próprio corpo (aceitação, vergonha), relação com julgamentos/preconceitos sociais (negação, confronto, tolerância, sofrimento).

Sexualidade e saúde:

- Falar sobre importância das relações para a saúde física e psicológica.
- Falar sobre proteção e exposição (uso de preservativos, métodos contraceptivos).
- Falar acerca de dúvidas, preconceitos e medos na relação entre sexualidade e saúde.